

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CAROLINA FREITAS GOMIDE DE ARAUJO

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO
CONSTITUCIONALISMO DE 1988

BRASÍLIA

2021

CAROLINA FREITAS GOMIDE DE ARAUJO

**PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO DAS MULHERES E SEUS REFLEXOS NO
CONSTITUCIONALISMO DE 1988**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Christine Oliveira Peter da Silva

BRASÍLIA

2021

“Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos nem voz nem representação.”

RESUMO

O presente trabalho, vinculado à corrente do Constitucionalismo Feminista, parte da premissa de que é preciso identificar as biografias e detalhes históricos da participação das mulheres no processo Constituinte brasileiro de 1987-1988, visando construir narrativa que prestigie a efetiva participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988. O estudo busca traçar a trajetória das mulheres em sua conquista de direitos fundamentais no atual ordenamento jurídico-constitucional brasileiro e rumo aos espaços de poder; identificar e registrar quem foram as mulheres e suas respectivas pautas e ações institucionais, no processo constituinte originário da Constituição brasileira de 1988, para com isso analisar, com base nas teorias que associam feminismo e poder, as conquistas das brasileiras e brasileiros em razão da atuação das mulheres no processo constituinte da Constituição de 1988. Para tanto, as técnicas de pesquisa foram combinadas, tanto a bibliográfica (documentação indireta) quanto a documental (documentação direta), uma vez que se trata de tema que exige tanto a pesquisa de doutrina jurídica especializada, quanto também uma séria e ampla abordagem documental, ou seja, análise dos documentos históricos constituintes. Para a análise dos documentos históricos constituintes, fez-se busca exploratória, nos sítios respectivos, como a Base da Assembleia Nacional Constituinte 1987, do Senado Federal. Após intensa campanha do Conselho Nacional de Direito das Mulheres, com slogans como “Constituinte sem a mulher fica pela metade”, as mulheres ocuparam 5% das cadeiras da Assembleia Constituinte, quase triplicando a representatividade feminina no parlamento à época. A parlamentar que mais proferiu discursos foi Irma Passoni, totalizando 173 discursos proferidos. Rita Camata, por sua vez, foi a Constituinte com mais sugestões para Carta, ao todo 71 sugestões. Anna Maria Rattes foi a mulher que mais propôs emendas, 468 emendas no total. Ao todo a Bancada feminina proferiu 1.428 discursos (3,3% do total de discursos), apresentou 435 sugestões (3,6% do total de sugestões apresentadas) e propôs 3.384 emendas (5% do total de emendas propostas). Quanto ao impacto da atuação das mulheres durante a Assembleia Nacional Constituinte, analisando retroativamente, o Conselho Nacional de Direito das Mulheres apontou que 80% das reivindicações femininas anotadas na Carta aos Constituintes foram transformadas em artigo na nova Carta, assim apontaram que as Mulheres foi o grupo social que mais conquistou direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Assembleia Nacional Constituinte, constitucionalismo feminista, deputadas constituintes, poder constituinte originário.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Os direitos políticos das mulheres e a Constituição de Weimar

Tabela 2 - Quantitativo de emendas Abigail Feitosa

Tabela 3 - Emendas por Comissão Abigail Feitosa

Tabela 4 - Sugestões Abigail Feitosa

Tabela 5 - Quantitativo de emendas Anna Maria Rattes

Tabela 6 - Emendas por Comissão Anna Maria Rattes

Tabela 7 - Sugestões Anna Maria Rattes

Tabela 8 - Quantitativo de emendas Benedita da Silva

Tabela 9 - Emendas por Comissão Benedita da Silva

Tabela 10 - Sugestões Benedita da Silva

Tabela 11 - Quantitativo de emendas Beth Azize

Tabela 12 - Emendas por Comissão Beth Azize

Tabela 13 - Sugestões Beth Azize

Tabela 14 - Quantitativo de emendas Cristina Tavares

Tabela 15 - Emendas por Comissão Cristina Tavares

Tabela 16 - Sugestões Cristina Tavares

Tabela 17 - Quantitativo de emendas Dirce Tutu Quadros

Tabela 18 - Quantitativo de emendas Eunice Michiles

Tabela 19 - Emendas por Comissão Eunice Michiles

Tabela 20 - Sugestões Eunice Michiles

Tabela 21 - Quantitativo de emendas Irma Passoni

Tabela 22 - Emendas por Comissão Irma Passoni

Tabela 23 - Sugestões Irma Passoni

Tabela 24 - Quantitativo de emendas Lídice da Mata

Tabela 25 - Emendas por Comissão Lídice da Mata

Tabela 26 - Sugestões Lídice da Mata

Tabela 27 - Quantitativo de emendas Lúcia Braga

Tabela 28 - Emendas por Comissão Lúcia Braga

Tabela 29 - Sugestões Lúcia Braga

Tabela 30 - Quantitativo de emendas Lúcia Vânia

Tabela 31 - Emendas por Comissão Lúcia Vânia

Tabela 32 - Sugestões Lúcia Vânia

Tabela 33 - Quantitativo de emendas Márcia Kubitschek
Tabela 34 - Emendas por Comissão Márcia Kubitschek
Tabela 35 - Sugestões Márcia Kubitschek
Tabela 36 - Quantitativo de emendas Maria de Lourdes Abadia
Tabela 37 - Emendas por Comissão Maria de Lourdes Abadia
Tabela 38 - Sugestões Maria de Lourdes Abadia
Tabela 39 - Quantitativo de emendas Maria Lúcia
Tabela 40 - Sugestões Maria Lúcia
Tabela 41 - Quantitativo de emendas Marluce Pinto
Tabela 42 - Emendas por Comissão Marluce Pinto
Tabela 43 - Quantitativo de emendas Moema São Thiago
Tabela 44 - Emendas por Comissão Moema São Thiago
Tabela 45 - Sugestões Moema São Thiago
Tabela 46 - Quantitativo de emendas Myriam Portella
Tabela 47 - Emendas por Comissão Myriam Portella
Tabela 48 - Sugestões Myriam Portella
Tabela 49 - Quantitativo de emendas Raquel Cândido
Tabela 50 - Emendas por Comissão Raquel Cândido
Tabela 51 - Sugestões Raquel Cândido
Tabela 52 - Quantitativo de emendas Raquel Capiberibe
Tabela 53 - Emendas por Comissão Raquel Capiberibe
Tabela 54 - Sugestões Raquel Capiberibe
Tabela 55 - Quantitativo de emendas Rita Camata
Tabela 56 - Emendas por Comissão Rita Camata
Tabela 57 - Sugestões Rita Camata
Tabela 58 - Quantitativo de emendas Rita Furtado
Tabela 59 - Emendas por Comissão Rita Furtado
Tabela 60 - Sugestões Rita Furtado
Tabela 61 - Quantitativo de emendas Rose de Freitas
Tabela 62 - Emendas por Comissão Rose de Freitas
Tabela 63 - Sugestões Rose de Freitas
Tabela 64 - Quantitativo de emendas Sadie Hauache
Tabela 65 - Emendas por Comissão Sadie Hauache
Tabela 66 - Sugestões Sadie Hauache

Tabela 67 - Quantitativo de emendas Sandra Cavalcanti

Tabela 68 - Emendas por Comissão Sandra Cavalcanti

Tabela 69 - Sugestões Sandra Cavalcanti

Tabela 70 - Quantitativo de emendas Wilma Maia

Tabela 71 - Emendas por Comissão Wilma Maia

Tabela 72 - Sugestões Wilma Maia

Tabela 73 - Resultado Global 1

Tabela 74 - Resultado Global 2

Tabela 75 - Resultado Global 3

Tabela 76 - Resultado Global 4

Tabela 77 - Resultado Global 5

Tabela 78 - Resultado Global 6

Tabela 79 - Resultado Global 7

Tabela 80 - Resultado Global 8

Tabela 81 - Reivindicações e Conquistas na ANC

Tabela 82 - Artigo 3º

Tabela 83 - Artigo 5º

Tabela 84 - Artigo 7º

Tabela 85 - Sugestões Aborto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
MÉTODO	19
HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA	21
4.1. A Primeira Onda do Feminismo e os direitos civis e políticos	25
4.2. A Segunda Onda e os direitos sociais	32
4.3. A Terceira Onda e os direitos difusos.	34
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	38
A HISTÓRIA DAS MULHERES E DO PODER CONSTITUINTE	44
A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1988	47
7.1. O Conselho Nacional de Direito das Mulheres	49
7.2. A composição da Assembleia Nacional Constituinte	53
7.3. A Tramitação da ANC e as Brigas no Regimento.	56
A CONSTITUIÇÃO FEITA POR MULHERES	58
8.1. Abigail Feitosa	58
8.2. Anna Maria Rattes	64
8.3. Benedita da Silva	68
8.4. Bete Mendes	76
8.5. Beth Azize	77
8.6. Cristina Tavares	82
8.7. Dirce Tutu Quadros	89
8.8. Eunice Michiles	94
8.9. Irma Passoni	101
8.10. Lídice da Mata	107
8.11. Lúcia Braga	112
8.12. Lúcia Vânia	117
8.13. Márcia Kubitschek	121
8.14. Maria de Lourdes Abadia	126
8.15. Maria Lúcia	132
8.16. Marluce Pinto	137
8.17. Moema São Thiago	140
8.18. Myriam Portella	146
8.19. Raquel Cândido	151
8.20. Raquel Capiberibe	158
8.21. Rita Camata	162
8.22. Rita Furtado	172
8.23. Rose de Freitas	177
8.24. Sadie Hauache	183
8.26. Wilma Maia	195
8.27. As mulheres do povo na Assembleia Nacional Constituinte	202
8.27.1. Emendas Populares	207
8.27.2. Sugestões Populares	214

8.27.3. Audiências Públicas	215
O RESULTADO GLOBAL DA PARTICIPAÇÃO DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES	216
A CONSTITUIÇÃO FEITA PARA MULHERES	229
10.1. Do Artigo 3º	232
10.2. Do Artigo 5º, I	235
10.3. Do Artigo 5º, L	236
10.4. Do Artigo 7º, XII	239
10.5. Do Artigo 7º, XVIII	239
10.6. Do Artigo 7º, XIX	243
10.7. Do Artigo 7º, XX	249
10.8. Do Artigo 7º, XXV	250
10.9. Do Artigo 7º, XXX	251
10.10. Do Artigo 7º, parágrafo único	251
10.11. Balanço da Constituinte: O que não foi conquistado?	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	260
APÊNDICES	270

1 INTRODUÇÃO

A construção de um Estado Democrático de Direito pressupõe um poder constituinte paritário, com cidadãos e cidadãs isonomicamente comprometidos com a elaboração, modificação e interpretação de normas. Contudo, é sabido que não há na tradição do constitucionalismo pátrio uma participação paritária entre homens e mulheres no exercício do poder constituinte, poder este que cria, modifica e interpreta as normas que comporão a real Constituição Republicana.

Diante disso, tem-se como objeto de pesquisa a questão do exercício do poder constituinte pelas mulheres na Constituição de 1988. O problema que impulsiona a investigação aqui realizada é: quais mulheres e quais pautas femininas são identificadas no processo constituinte originário do regime constitucional atualmente vigente no Brasil? O estudo delimita-se temporalmente no constitucionalismo de 1988, apesar da necessária retrospectiva histórica, e geograficamente, no Brasil.

A despeito dos avanços jurídicos que permitiram que as mulheres chegassem ao poder, os dados da realidade brasileira mostram que existe uma enorme distância entre as conquistas constitucionais e as práticas sociais.

A representação feminina na Câmara Federal ficou abaixo de 2% até 1986. Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1988, após uma campanha realizada pelas feministas, foram eleitas 26 mulheres (5,34% do total de deputados). Este quantitativo permaneceu praticamente estável até 2002, quando o número de mulheres eleitas chegou a 42 (8,19%). Em 2006, alcançou o número de 45 deputadas eleitas (8,77%), voltou a cair em 2010 para 44 deputadas (8,60%). Nas eleições de 2014, as mulheres, que formaram 52,13% do eleitorado nacional, participaram com apenas 29,38% das candidaturas à Câmara dos Deputados e contaram com apenas 51 deputadas eleitas para a Legislatura 2015-2019, ou seja, 9,94% do total de parlamentares¹.

É importante destacar que somente em 1990 foi eleita a primeira senadora; A primeira governadora, por sua vez, só foi eleita em 1994, no Maranhão; em 2010, o Brasil elegeu a primeira presidente mulher e, no ano seguinte, em 2011, a Deputada Rose de Freitas foi a

¹ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

primeira mulher titular de um cargo na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sendo a 1ª Vice-Presidente².

Ainda que nas últimas eleições de 2018 a proporção de mulheres eleitas tenha aumentado, ainda estamos muito longe da paridade de gênero, uma agenda que vem ganhando força em outros países da América Latina³. O Brasil ocupa a 115ª posição no ranking mundial de presença feminina no parlamento, entre os 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI). Publicado em 2017, com base no banco de dados do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o estudo traçou o ranking da presença feminina no parlamento. As nações que apresentam maior percentual de mulheres no Parlamento são Ruanda (63,8%), Bolívia (53,1%), Cuba (48,9%), Islândia (47,6), Suécia (43,6%), Senegal (42,7%), México (42,4%), África do Sul (41,8%), Equador (41,6%) e Finlândia (41,5%)⁴.

As perguntas que guiam o estudo são as seguintes: como as mulheres enfrentaram e enfrentam os problemas constitucionais brasileiros? O que explica a ausência de referências femininas no exercício do poder constituinte, mesmo após tantas conquistas relacionadas com igualdade de gênero no constitucionalismo de 1988?

Em uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc), juntamente com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com 150 parlamentares (homens), entre março e maio de 2009, revelou-se que a maioria dos deputados e senadores não queria mudanças nas regras de eleição que garantissem vagas para grupos com baixa representação no Congresso Nacional, 60% dos parlamentares se manifestaram contra a criação de medidas que favoreçam a eleição de candidatas mulheres⁵.

Quanto à população em geral, segundo a Pesquisa Mulheres na Política, realizada pelo IBOPE-Instituto Patrícia Galvão, em 2009, oito em cada dez entrevistados defendiam a adoção de leis que reduzissem as desigualdades entre os sexos no cenário político. Nesse aspecto, 55%

² SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, *Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira*, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

³ MARQUES, DANUSA; LIMA, BRUNO. *Estranhas no Ninho: uma análise comparativa da atuação parlamentar de homens e mulheres na câmara dos deputados*. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/marques-e-teixeira-paper-alacip-2015.pdf>> Acesso em 12 de agosto de 2019.

⁴ MDB MULHER NACIONAL. *Mulheres são maioria em apenas dois dos 35 partidos brasileiros*. 2018. Disponível em: <http://mdbmulher.org.br/mulheres-no-poder/mulheres-sao-maioria-em-apenas-dois-dos-35-partidos-brasileiros/>

⁵ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, *Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira*, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

defenderam número igual de candidaturas femininas e masculinas, As mulheres entrevistadas foram mais favoráveis a esse recurso, 83%, contra 76% dos homens (BRASIL, 2010)⁶.

Historicamente, considerando os mandatos empossados, o mais alto percentual de participação feminina no congresso havia sido menor do que 10%, relativo a 51 cadeiras nas eleições de 2014. Nas eleições de 2018, foram eleitas 77 mulheres para a Casa, chegando a 15,0% das cadeiras. Entre as eleitas de 2019, 43 são deputadas federais pela primeira vez⁷.

Apesar do avanço no alcance dos 15% de representatividade feminina, é evidente a presença de outros filtros eleitorais que têm impedido a chegada das mulheres nos órgãos de poder. O país tem, no total, 16,7 milhões de filiados a partidos, destes, 44% são mulheres, ou seja, cerca de 7,4 milhões dos filiados, segundo reportagem recente da Revista Carta Capital. Apesar de parecer equilibrado, quando se separa por partidos, somente duas das 35 agremiações têm mais de 50% de filiados mulheres⁸.

A questão da representatividade feminina na política, e em especial nos Processos Constituintes Originários ganhou especial destaque mundial em razão do recente movimento chileno. Após intensos protestos no país, foi convocada a realização de um plebiscito, no qual 78,2% dos eleitores se manifestaram a favor da elaboração de uma nova Constituição para substituir o texto que vigorava desde o período ditatorial liderado por Augusto Pinochet.⁹ O diferencial em relação aos demais processos Constituintes na história é o fato de que o Senado chileno, por unanimidade, aprovou projeto que garantiu igualdade de gênero na composição do órgão que irá elaborar a nova Carta, marco importante para o movimento feminista.¹⁰

Se candidataram a assentos na assembleia constituinte 699 mulheres e 674 homens, deste total, 77 mulheres e 78 homens foram eleitos para elaborar a nova Constituição do país. As eleições chilenas foram realizadas por distrito eleitoral e, imaginando que a paridade de gênero não aconteceria de forma natural, previu que se um gênero superasse o outro em quantidade de votos, a cadeira deveria ser entregue à candidato do outro gênero. Assim, não

⁶ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

⁷ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>> Acesso em: 26.06.2020.

⁸ MDB MULHER NACIONAL. Mulheres são maioria em apenas dois dos 35 partidos brasileiros.2018. Disponível em: <http://mdbmulher.org.br/mulheres-no-poder/mulheres-sao-maioria-em-apenas-dois-dos-35-partidos-brasileiros/>

⁹ CONGRESSO EM FOCO. Chile aprova nova constituinte por ampla maioria. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/mundo-cat/chile-aprova-nova-constituente/>> acesso em: 12 de maio de 2021.

¹⁰ CAZARRÉ, Marieta. Senado chileno aprova paridade de gênero no processo constituinte. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/senado-chileno-aprova-paridade-de-genero-no-processo-constituente>> Acesso em 12.05.2021.

obstante as mulheres tenham recebido cinco assentos em razão de menor votação em certos distritos, acabaram por entregar 11 assentos a candidatos homens.¹¹

Apesar da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 não ter contado com paridade de gênero, as mulheres participaram da elaboração do texto constitucional, não obstante tenham sido historicamente invisibilizadas. Em comparação com o vizinho Chile, é longa a caminhada que o Brasil precisará fazer em busca da igualdade de gênero, no entanto, é preciso identificar as biografias e detalhes históricos da participação das mulheres no processo Constituinte, visando construir narrativa que prestigie a efetiva participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988.

De maneira geral, este estudo busca traçar a trajetória das mulheres em sua conquista de direitos e rumo aos espaços de poder; identificar e registrar quem foram as mulheres e suas respectivas pautas e ações institucionais, no processo constituintes originário da Constituição brasileira de 1988, para com isso analisar, com base nas teorias que associam feminismo e poder, as conquistas das brasileiras e brasileiros em razão da atuação das mulheres do poder constituinte da Constituição de 1988.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A busca pelo pensamento feminino, pela voz das mulheres, pelos discursos e narrativas históricas no feminino faz parte de uma linha de pesquisa que encontra eco, neste século XXI, em diversos outros modos de olhar e sentir o mundo¹². É o que propõe a linha de pesquisa “Constitucionalismo Feminista” do Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC), espaço institucional que motivou a presente pesquisa. Esse nicho de pesquisa é explicado pela constitucionalista, e fundadora do NEC, Christine Peter¹³:

A expressão constitucionalismo feminista tem sido usada tanto no Brasil, quanto em outros países, por autoras que defendem a perspectiva de gênero como um método integral que indica e dá destaque para aspectos que o Direito Constitucional Contemporâneo sombreia ou até mesmo exclui e marginaliza. Trata-se, portanto, de uma postura hermenêutica do constitucionalismo inclusivo, ou seja, de um modo de lidar com os problemas jurídico-constitucionais típicos a partir de uma visão plural, aberta e tolerante.

¹¹ AGÊNCIA BRASIL, Mulheres são mais votadas no Chile, mas lei as obriga a ceder lugares. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/mulheres-sao-mais-votadas-no-chile-mas-lei-obriga-ceder-lugares>>. Acesso em 30 de julho de 2020.

¹² DINIZ, Debora. Feminismo: modos de ver e mover-se. *In*: O que é feminismo? Coleção Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Editora Escolar, 2015.

¹³ SILVA, Christine Oliveira Peter da. Constitucionalismo Feminista ressoa no Supremo Tribunal Federal. Brasília. Brasília. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-dez-29/observatorio-constitucional-constitucionalismo-feminista-ressoa-supremo-tribunal-federal>>

O constitucionalismo feminista, como meio e possibilidade da hermenêutica feminista de compreender e interpretar o Direito e a Constituição, do lugar de fala do feminino, em toda a sua mais ampla acepção, consiste em: identificar e desafiar os elementos da dogmática jurídica que discriminam por gênero, raciocinar a partir de um referencial teórico segundo o qual as normas jurídicas e constitucionais são respostas pragmáticas para dilemas concretos das mulheres reais, mais do que escolhas estáticas entre sujeitos opostos ou pensamentos divergentes.

Com isso, almeja-se aumentar as possibilidades de colaboração entre diversas visões e experiências vivenciadas tanto por homens quanto por mulheres engajadas e comprometidas com esse novo caminho.

A agenda feminista brasileira, muito embora não seja recente, ainda é muito incipiente. Se, no plano da teoria feminista comparada, já se está na terceira onda do feminismo¹⁴, o debate no Brasil ainda não se apresenta consistente, sendo necessário estimular, também no contexto acadêmico, a busca pelo direito efetivo das mulheres de serem conhecidas, de falarem e de serem ouvidas nos ambientes de poder; de querer escutar outras mulheres que já participaram desses espaços de poder, de interessar-se pela opinião das mulheres que integraram e integram as comissões constituintes, que discutiram e discutem as normas constitucionais, seja no momento de sua elaboração, de sua reforma ou de sua interpretação.

A investigação sobre o poder constituinte das mulheres no constitucionalismo atualmente vigente no Brasil apresenta-se como uma exigência republicana, pois que a República, analisada sob a perspectiva feminina, é um atributo da organização política sustentado por três pilares fundamentais: efemeridade, aleatoriedade e responsabilidade.

O devir é a regra histórica mais óbvia, de modo que o exercício do poder não pode contrariar essa expectativa tão natural, quanto desejável, em uma sociedade culturalmente republicana. A igualdade de chances impõe o alcance da lógica da aleatoriedade, pois não pode haver pré-concepções, nem pré-compreensões, nas escolhas republicanas. Por fim, a regra de causas e efeitos impõe que para toda ação republicana esteja prevista uma reação igual e proporcional, o que, na teoria constitucional, ganhou a alcunha de responsabilidade.¹⁵

A Constituição, vista sob a perspectiva da hermenêutica constitucional feminista, é um texto normativo complexo, plural e aberto, o qual apesar de não guardar racionalidade cartesiana estrita, em seu conjunto, apresenta-se como um todo sistematicamente coordenado

¹⁴ GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da transmissão intergeracional no feminismo brasileiro, in *Cadernos Pagu* (36), janeiro/junho, 2011, p. 25-46.

¹⁵ SILVA, Christine Oliveira Peter da. Por uma teoria feminina da Constituição, in LEITE, George S; NOVELINO, Marcelo; ROCHA, Lilian Rose Lemos. *Liberdade e Fraternidade ± a contribuição de Ayres Britto para o Direito*. Salvador: Juspodium, 2017, p. 655-677;

para permitir convivência e acomodações necessárias para a harmonia entre suas partes contraditórias.¹⁶

Daí porque, na ética feminista, a complexidade, a pluralidade e a abertura do texto constitucional não são desafios indesejáveis, nem intransponíveis, mas, sim, elementos naturais de um todo que só se revela, sempre provisória e parcialmente, quando concretizado em suas múltiplas dimensões.

A Constituição, sob a perspectiva feminista, é o conjunto normativo que acolhe, acomoda, nutre e compromete-se com as divergências, com os paradoxos, com as impossibilidades, com os projetos, com os programas de futuro, com as singularidades, com as complexidades, enfim, com o complexo desafio de entregar para a sociedade regras, princípios e decisões constitucionais que proporcionem condições efetivas de uma dinâmica social livre, justa e solidária.

Tanto no que diz respeito aos desafios acima enumerados, quanto aos princípios materiais da Constituição brasileira de 1988, o universo constitucional não é um ambiente completamente estranho para aquelas que, desde sempre, e simplesmente pela sua condição de mulher, foram destinadas a lidar com estas categorias constitucionais em suas tarefas e afazeres típicos dos ambientes domésticos e comunitários, únicos que lhes eram franqueados, tais como lar, igreja, escola e clube.

A luta pela representação feminina teve grande marco em 1987, através do lobby do batom, nome dado à bancada das mulheres da Assembleia Constituinte de 1987-1988, sob a liderança do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A campanha em busca da participação das mulheres no Parlamento se iniciou em 1985 e teve como resultado o aumento de 3% da representatividade feminina no Congresso Nacional. Adotando a Carta das Mulheres como meio de propagação dos seus ideais: “um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária; o direito à representação, à voz e à vez na vida pública”.

O resultado final de tal movimento foi um marco dos direitos das mulheres, que através do princípio de igualdade de gênero conquistou o direito à creche; igualdade conjugal; união estável, etc. Tem-se o lobby do batom como uma inspiração para o atual cenário político, no qual se destaca: o primeiro ministério do Governo Temer sem nenhuma ministra, a extinção do ministério dedicado aos direitos das mulheres, e as palavras do Presidente da República, Michel

¹⁶ SILVA, Christine Oliveira Peter da. Constitucionalismo feminista ressoa no Supremo Tribunal Federal, in Revista Eletrônica Consultor Jurídico, dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-dez-29/observatorio-constitucional-constitucionalismo-feminista-ressoa-supremo-tribunal-federal?imprimir=1>, acessado em 05.02.2020.;

Temer, no Dia da Mulher de 2017 “o quanto a mulher faz pela casa, pelo lar, pelos filhos, e quanto conhece os desajustes de preços em supermercados”

É bem verdade que o presente trabalho vai também pelas sendas do feminismo cultural¹⁷ que constitui uma ideologia da natureza ou essência feminina a qual busca deslocar a luta feminista para além dos ambientes estritamente politizados, ressaltando aspectos do feminino como alternativas para a vida em sociedade. É uma corrente de pensamento, desenvolvida a partir de meados da década de 1970, que preconiza o lado emocional e intuitivo das mulheres como trunfos para a identificação e expressão do feminino em todos os ambientes habitados pelas mulheres, sejam eles públicos ou privados.

A ideia do coletivo feminino e dos valores do feminino são apresentados como vias legítimas para as vivências na estrutura política e social. O feminismo cultural aponta a ética do cuidado, dos afetos e da fraternidade como alternativas aos paradigmas da competitividade, agressividade e individualismo. Nesse contexto, proponho um desafio para todas as mulheres que atuam, mediata ou imediatamente, no cenário político-constitucional brasileiro: a de que passem a direcionar seus olhares, naturalmente vertidos à ética masculina, para a ética feminina. E, a partir desse redirecionamento, as mulheres começam a compartilhar, em seus círculos de atuação pessoal, social e política, as suas próprias experiências femininas como sujeitos e protagonistas das suas próprias experiências constitucionais. Assim, para dar início ao que se espera seja um ciclo virtuoso, é preciso desafiar o constitucionalismo brasileiro, a partir de uma perspectiva do constitucionalismo feminista.

Nesse contexto, três vetores hermenêuticos já estão disponíveis para serem testados por nós nesse contexto: i) adialogicidade constitucional; ii) as dependências recíprocas constitucionais; iii) a sustentabilidade constitucional.

A ideia de dialogicidade constitucional é a que já está mais avançada, permeando, principalmente, os debates sobre a construção de consensos constitucionais consensos esses que são provisórios, mas que têm pretensão de definitividade sobre as vicissitudes da argumentação constitucional dialética; e sobre o enfrentamento de tensões e conflitos entre instituições, institutos e normas constitucionais.

As dependências recíprocas implicam reconhecer necessárias cooperações e parcerias para o pleno exercício de capacidades institucionais quanto à concretização das normas constitucionais. Não há um guardião único, nem muito menos uma instituição preferida para a

¹⁷ ALCOFF, Linda. Feminismo cultural vs. Post-estruturalismo: la crisis de identidad de la teoría feminista, in Revista Debats no 76, 2002, p. 1-26.

tarefa de concretizar a Constituição, pois as normas constitucionais exigem competências compartilhadas por dependências recíprocas.

Por fim, a sustentabilidade como vetor da hermenêutica constitucional feminina tem como ideia mestra a preservação do máximo potencial de todas e cada uma das normas constitucionais, mesmo as mais complexas e paradoxais. A Constituição, sob essa perspectiva, apresenta-se como uma totalidade que só se sustenta quando todos os seus elementos têm o seu máximo potencial preservado.

Tais vetores do constitucionalismo feminista foram concebidos e sistematizados a partir de valores que fazem parte do paradigma do feminismo cultural, no sentido de conjunto de valores femininos à disposição da sociedade, associado à ideia de Constituição elemento da cultura.¹⁸ Assim a proposta é associar a dialogicidade à fraternidade/sororidade e à alteridade como categorias constitucionais; associar as dependências recíprocas aos valores da solidariedade e cooperação como categorias constitucionais já expressamente reconhecidas pela jurisprudência constitucional brasileira e, por fim, associar a sustentabilidade aos valores da segurança e longevidade como elementos da dinâmica constitucional.

Para busca da construção teórica constitucionalismo feminista é possível usar como objeto de estudo a vida social, a qual está sempre em transformação. Logo, por conta dessa desestabilidade “As categorias analíticas feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais”.¹⁹

De acordo com Sandra Harding, da mesma maneira em que a razão se opõe a emoção, a natureza se opõe à cultura. E a masculinidade pode se enquadrar na cultura assim como o feminismo na natureza, pois “a natureza é percebida como uma poderosa ameaça que se erguerá e absorverá a cultura, a não ser que esta exerça um rígido controle sobre aquela” Ramificando as duas vertentes, é possível perceber, com maior clareza, a dicotomia existente, concluindo-se que esse dualismo é responsável para afirmarmos que o feminismo vai muito além de diferença de gênero, sexo e sistema gênero/sexo, pois também recai sobre um determinismo biológico, o qual reflete na sociologia, na antropologia, etc²⁰.

Em razão dessas diferenças, surgem duas problemáticas que atingem a prática e teoria feministas. Um deles é como reconhecer e diferenciar que o homem tem uma estrutura corporal diferente da mulher, devendo levar em consideração as implicações oriundas dessas diferenças,

¹⁸ HABERLE, Peter. La constitución como cultura, In Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional, n. 06. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002, p. 177-198.

¹⁹ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.

²⁰ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.

porém o conflito é: “Como poderemos escolher entre defender o reconhecimento de nossas diferenças biológicas pelo poder público e sustentar que a biologia não é uma fatalidade nem para os homens nem para as mulheres?”²¹ Ou seja, como diferenciar sem, ao mesmo tempo, propor uma alimentação ao determinismo biológico sexual, o que poderia comprometer a fidedignidade do feminismo.

Catharine MacKinnon foi pioneira em lançar seu olhar acadêmico sobre a ausência de compreensão feminista na questão da produção legislativa, da interpretação jurídica das normas em geral, bem como das práticas metodológicas de pensar a lógica dos ordenamentos jurídicos. Constatou que todos os ganhos obtidos pelas mulheres até final da década de oitenta do século passado, ou seja, trabalhos iguais, educação do mesmo nível, pedidos de salários equivalentes, dentre outros, eram especificamente destinados para as mulheres que escolhiam ser iguais aos homens.²²

Com essa percepção, MacKinnon sugeriu que o olhar sob a perspectiva de gênero fosse voltado de uma forma mais intensa para a vida pública e a vida privada das mulheres que optam pela condição feminina em seu mais amplo sentido, dando-se preferência para aqueles espaços em que a atenção e o interesse pela vida da mulher era quase invisível²³.

Ao refletir sobre essa visão interpretativa do movimento feminista da primeira e segunda ondas, Catharine Mackinnon percebeu que em um sistema baseado e definido por valores essencialmente masculinos, a vida pública e privada da mulher costuma ser desqualificada e desfigurada, negando-se espaço e visibilidade à própria experiência feminina, negligenciando-se os valores da mulher, as demandas da mulher e a forma da mulher ser e estar no mundo.²⁴

Pensar pela ótica do constitucionalismo feminista requer, necessariamente, um pensamento que agrega teoria e prática, pois a percepção das inúmeras formas de discriminação da mulher precisa ser analisada e transformada em ações que modifiquem modo de ser vigente, fazendo com que todas as instituições possam pensar em si mesmas e nas ações de seus agentes, a partir dessa nova forma de auto compreensão.²⁵

²¹ HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista

²² MACKINNON, Catharine A. *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Cambridge, Harvard University Press, 1987.

²³ BOURDIEU, Pierre: *Dominação Masculina*, tradução Maria Helena KUhner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

²⁴ MACKINNON, Catharine A. *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Cambridge, Harvard University Press, 1987.

²⁵ FINEMAN, Martha Albertson. *Feminist Legal Theory*. *American University Journal of Gender, Social Policy & the Law*. vol.13, n.1, 2005, p. 13-23.

3 MÉTODO

Para alcançar os objetivos acima expostos, a pesquisa se iniciou com o desenvolvimento do movimento feminista, passando por cada um das ondas que o compõe e apresentado sua relação com o desenvolvimento das gerações de direitos fundamentais tradicionalmente estudadas no direito constitucional. Em seguida, restringiu-se o objeto para a luta das mulheres para alcançar o poder político, explanando a conquista do sufrágio universal no Brasil e apresentando as primeiras mulheres a assumirem cargos políticos no Brasil. Essa parte inicial teve como metodologia uma revisão bibliográfica e documental.

Passando à análise do poder constituinte originário, a princípio, foi trazido um histórico sobre os direitos e a participação das mulheres nas outras Constituições Brasileiras. Em seguida, apresentou-se o processo para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, bem como os principais movimentos sociais envolvidos. A metodologia aqui utilizada também foi uma revisão bibliográfica.

A relação específica entre as mulheres e o poder constituinte foi dividida em dois tópicos denominados como “A Constituição feita por mulheres” e “A Constituição feita para mulheres”, no primeiro, aponta-se quem foram as mulheres envolvidas no processo de elaboração da Assembleia Nacional Constituinte, com destaque para as deputadas, mas ressaltando a atuação de outras mulheres da sociedade civil. No segundo ponto, são apresentados alguns artigos da atual Constituição de 1988 que foram tidos pelas constituintes como vitórias femininas, apontando de que forma as deputadas atuaram em sua elaboração.

A análise da participação das deputadas Constituintes foi feita, em um primeiro momento, de forma individualizada. os dados referentes às comissões e subcomissões das quais as parlamentares fizeram parte, foi analisado, conjuntamente, a sua biografia contida na plataforma “Quem São os Deputado”, do site da Câmara dos Deputados, bem como o respectivo “verbete” produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), produzido pela fundação Getúlio Vargas.

O registro da atuação das deputadas foi feito a partir dos discursos, das emendas e das sugestões feitas durante o período da Assembléia Nacional Constituinte. A análise quantitativa dos discursos proferidos pelos parlamentares foi feita pela plataforma “Banco de Discursos” da Câmara dos Deputados com a filtragem temporal do dia 1º de fevereiro de 1987, até a

promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, posteriormente, foi adicionado o filtro do nome de cada parlamentar para chegar ao dado individual²⁶.

Durante a análise da atuação de cada parlamentar também foram juntados trechos de alguns discursos proferidos pela deputada em questão. Indo além da participação quantitativa, objetivou-se mostrar qual tema as parlamentares levaram à tribuna. Esses discursos foram retirados do documento “Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados”, organizado pela Câmara dos Deputados.

A análise quantitativa das emendas e sugestões feitas pelas parlamentares foi resultado das pesquisas realizadas pelo nome de cada uma das mulheres constituintes na “Bases da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988” do Senado Federal.

Por meio da mesma plataforma foi feita análise qualitativa das sugestões feitas pelas Constituintes, isto é, foi feita relação individualizada de cada uma das sugestões apontando o seu teor e a Comissão para a qual foi despachada, demonstrando quais eram as pautas de interesse da parlamentar.

Em razão da grande quantidade de emendas, não foi possível fazer relação individualizada do teor de cada uma delas. No entanto, buscando apontar se as emendas parlamentares tratam sobre direito das mulheres, adicionou-se, além do filtro da autoria, um filtro pelo termo “Mulher” no teor da emenda, chegando à quantidade de emendas propostas por cada Constituinte com essa expressão. A pesquisa adicionando o filtro “mulher” também foi feita na base de dados das Sugestões e dos Discursos.

Após descrição individualizada da participação de cada uma das parlamentares, analisou-se como foi a participação da bancada feminina em geral. Para alcançar os dados de atuação da bancada feminina em conjunto foi necessário que se somasse os dados obtidos na análise individualizada.

Demonstrado como foi a atuação de cada uma das 26 constituintes, bem como da bancada em conjunto, mister foi comparar tais dados com os dados gerais da constituinte, sem filtro de gênero, para que fosse possível mensurar a participação feminina. O número total de discursos foi encontrado na mesma plataforma, com o filtro temporal, mas sem o filtro por autor. O número de emendas e sugestões foi encontrado na mesma base de dados, sem que fosse adicionado filtro.

Também foi analisada a participação das mulheres da sociedade civil. As informações sobre as principais mulheres engajadas na Assembleia Constituinte, bem como as Emendas

²⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas> > Acesso em: 30.05.2020.

Populares apresentadas e as Audiências públicas da qual participaram, foram obtidas por meio de análise documental e revisão bibliográfica. As sugestões populares, por sua vez, tiveram como fonte a base de dados do sítio do Senado Federal a partir do filtro pelo sexo, tendo em vista que as sugestões tiveram como indexação “Sexo - 01” para o masculino e “Sexo -02” para o feminino.

A parte da pesquisa intitulada como “A Constituição feita para as mulheres” teve como metodologia a revisão bibliográfica e documental. A análise foi feita, em especial, a partir de tabela elaborada pela Salete Maria da Silva em sua obra “A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.”, na qual foram apontados quais reivindicações da Carta das Mulheres aos Constituintes resultaram em dispositivos na Constituição Federal.

A partir desse dado, analisou-se a construção dos artigos que foram catalogados como conquistas femininas na Carta. Buscou-se demonstrar em que momento da Assembléia importante pautas femininas foram levadas à discussão, bem como quem foram os autores envolvidos nesse processo, destacando de que forma as deputadas participaram da elaboração dos dispositivos. Se no primeiro momento objetivava demonstrar quais as pautas interessaram às parlamentares, nessa segunda fase, tentou-se demonstrar e que forma as mulheres se comportaram diante de pautas específicas do movimento feminista.

As informações quanto à trajetória de cada artigo tiveram como fonte o “Quadro Histórico do Dispositivo” , disponibilizado pelo Centro de Informações e Documentações da Câmara dos deputados para alguns dos dispositivos constitucionais. O documento mostra o processo de criação dos artigos na Assembleia Nacional Constituinte.

Esmiuçada a metodologia utilizada, passa-se aos resultados.

4 HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Ao tratar do feminismo como consciência crítica que encerra os discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal, Carla Cristina Garcia apresenta a capacidade emancipadora do feminismo, comparando-o a um motor que vai transformando as relações entre homens e mulheres e impactando todas as áreas do conhecimento. Disserta²⁷:

²⁷ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 13-14

A tomada de consciência feminista transforma - inevitavelmente - a vida de cada uma das mulheres que dela se aproximam, pois a consciência da discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos. Supõe dar-se conta das mentiras - pequenas ou grandes - em que a história, a cultura, a economia, os grandes projetos, os pequenos detalhes do cotidiano estão alicerçados. Supõe enxergar os micromachismos, as pequenas manobras realizadas por muitos homens todos os dias para manter sob seu poder as mulheres e a estafa que supõe manter duplas ou mais jornadas de tarefas. Ser consciente de que estamos infrarrepresentadas na política e ver como a mulher é coisificada dia a dia na publicidade.

Durante muito tempo as mulheres não foram consideradas sujeitos da história e, portanto, estiveram excluídas das narrativas dos historiadores. A consciência da discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos. Buscando a releitura dos fatos históricos sob um olhar da igualdade de gênero, aborda-se, primeiramente, a história do feminismo no mundo e suas características no Brasil.

Constituindo-se enquanto movimento social e filosofia política, o feminismo tem a peculiaridade de produzir sua própria reflexão crítica, característica que deriva, também, do tipo social de militante que impulsionou, a princípio, o feminismo do século XX, qual seja, mulheres educadas e de classe média alta²⁸. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da ação do movimento feminista e da produção teórica feminista. Historicamente, o movimento feminista se apresenta em três grandes períodos ou ondas²⁹. Segundo Christine Peter:

“O termo ‘ondas do feminismo’ é utilizado para estabelecer o critério temporal das lutas e conquistas das mulheres por igualdade de gênero e reconhecimento equânime de direitos fundamentais ao longo da história, tendo sido criado pela escritora Martha Weinman Lear, no ano de 1968, quando escreveu um artigo chamado “A Segunda Onda do Feminismo”, no jornal americano “The New York Times Magazine”.³⁰

Essa categorização histórica do movimento feminista foi inspirada na utilizada pela doutrina constitucional, que também dividia a evolução dos direitos fundamentais em três gerações ou ondas. Não obstante a pretensão universal dos direitos fundamentais, a partir de uma breve análise histórica, percebe-se que alguns sujeitos não estiveram sob a sua tutela. Diante disso, surgiu a necessidade de um outro termo mais específico e concreto, que se refere

²⁸ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

²⁹ As ondas do feminismo, enquanto conceito gradualmente construído a partir das lutas das mulheres, são enquadradas historicamente com algumas divergências entre as que escrevem sobre esse assunto. Apesar da obra de Carla Cristina ser usada diversas vezes neste trabalho como fonte de pesquisa, utilizar-se-á como base para o enquadramento histórica das ondas a visão da constitucionalista Christine Peter.

³⁰ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

aos movimentos que buscavam efetivar os direitos fundamentais das mulheres, as chamadas ondas do movimento feminista³¹. Apesar dessa catalogação em períodos definidos, antes mesmo de ser iniciada a chamada “primeira onda”, existiam, claro, manifestações feministas.

Até o Renascimento prevalecia a ideia de inferioridade da capacidade intelectual e cognitiva do sexo feminino. Apesar de o Renascimento trazer um novo paradigma sobre o humano, o da autonomia, esta não se estendia às mulheres. Entretanto, a cultura do culto ao gênio influenciou-as. A importância dada à educação resultou na chamada Querelle de femmes, intensos debates sobre a natureza e os deveres dos sexos, protagonizados pelas “filhas, irmãs ou sobrinhas de humanistas que foram educadas por estes e se rebelaram contra aqueles que as prepararam para uma sociedade que proibia a entrada de mulheres.”³²

Uma representante fundamental desse período foi Christine de Pizan (1363-1431), considerada a primeira mulher escritora profissional. Pizan elaborou uma genealogia de mulheres de capacidades e qualidades excelentes ao longo da história, reivindicando o primeiro direito do qual derivam todos os outros, o do reconhecimento da condição de sujeito, com toda a dignidade e com todas as qualidades que se atribuía somente aos homens: inteligência, força, valor, criatividade. Reivindicava, também, a valorização de tudo reconhecido como próprio das mulheres e que em consequência era desvalorizado: a ternura, o cuidado com as pessoas, a ocupação com tarefas menores e as tarefas domésticas.”³³

Dos muitos eventos históricos que influenciaram o movimento feminista, é inegável que a Revolução Francesa foi um dos mais importantes para a construção do feminismo de hoje. O movimento, como um projeto político e um corpo coerente de informações, só conseguiu se articular a partir das premissas revolucionárias, sendo a principal delas que todos os homens nascem livres e iguais. Carla Cristina leciona:³⁴

Nesse sentido, o feminismo supôs a efetiva radicalização do projeto igualitário ilustrado. A razão ilustrada, fundamentalmente crítica, possui a capacidade de voltar-se sobre si mesma e detectar suas próprias contradições. E foi dessa maneira que as mulheres da Revolução Francesa a utilizaram quando observaram com espanto como o novo Estado revolucionário não encontrava contradição alguma em defender a igualdade universal e deixar sem direitos civis e políticos todas as mulheres.

³¹ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

³² GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 25-26

³³ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 29

³⁴ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 40

No período pré-revolucionário, a pedido de Luís XVI, os cidadãos franceses elaboram suas cartas de queixas ao governo. As mulheres, no entanto, não foram consultadas, fato que não as impediu de se manifestarem. Em uma dessas cartas, conhecida como “Do Destino Atual das Mulheres, ao bom espírito”, uma escritora anônima afirma que “*A metade da espécie humana está privada de seus direitos naturais; e definha num estado que se aproxima da escravidão*”³⁵.

A mais importante participação das mulheres na revolução foi a grande marcha para Versalhes. Sob a liderança das vendedoras de peixe de Paris, cerca de 7 mil mulheres marcharam a Versalhes, sede da Corte Real e da Assembleia Nacional, para protestar. Depois de um dia de marcha, negociações e violência, os manifestantes conseguiram trazer o rei Luís XVI a Paris. O historiador francês Jules Michelet assim definiu esse momento: “*Os homens tomaram a Bastilha, as mulheres tomaram o Rei*”³⁶.

Uma das principais participantes femininas da revolução foi Olympe de Gouges (1748-1793). Feminista radical, ela reivindicava o fim da tirania que os homens exerciam sobre as mulheres. Em 1791, em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Devido a isso, a escritora foi guilhotinada em 1793, poucos dias depois de Maria Antonieta.³⁷ Estes foram alguns dos artigos presente na declaração das mulheres³⁸:

Artigo 1º A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Artigo 6º A lei deve ser a expressão da vontade geral: todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Artigo 16 Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.

³⁵ MORIN, Tânia Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. Universidade de São Paulo, 2009.

³⁶ SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. Revista Thema. Rio Grande do Sul. v. 9, n. 2. 2012.

³⁷ MORIN, Tânia Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. Universidade de São Paulo, 2009.

³⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/declar_dir_mulher.pdf> Acesso em 06 de agosto de 2019.

Outra importante mulher nesse período foi Mary Wollstonecraft. Mary acreditava que igualdade entre homens e mulheres estava compreendida nos princípios do direito natural moderno. Ficou conhecida pela obra *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* (1790), em que estão lançadas as bases do feminismo moderno³⁹.

Apesar de aparentes vitórias, inesperadamente, a Revolução Francesa resultou em poucas conquistas para o feminismo. Como afirmou Schmidt: “*A Revolução Francesa mudou o mundo, mas não achou um lugar para as mulheres nesse novo mundo.*”⁴⁰. As associações de mulheres foram fechadas pelos jacobinos. A imprensa revolucionária reportava que as mulheres violaram as leis da natureza ao abdicar de seu destino de mães e esposas para tentar ser “homens de Estado”. O novo Código Civil napoleônico consagrou a menoridade perpétua das mulheres. Em seu artigo 321, determinou a obediência da mulher ao marido, elas não tinham direito de abandonar seu domicílio e de manter uma profissão sem permissão do homem da casa.

Carla Cristina explica que “*Elas entraram no século XIX de pés e mãos amarrados, mas com uma experiência política própria que não permitirá que as coisas voltem a ser como eram antes, pois a luta já havia começado.*”⁴¹

O final do Século XVIII é o momento histórico em que se marca o início do direito constitucional moderno, tendo em vista a criação do Estado de Direito e a elaboração da Constituição Francesa, em 1791, e da Constituição Americana, em 1787. Portanto, enquanto os homens haviam conquistado os direitos de primeira geração, como bem ensina o constitucionalismo clássico, diferente era a situação enfrentada pelas mulheres da época, exemplificada pela execução de Olympe de Gouges, escritora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Na passagem do século XIX para o XX iniciou-se a primeira onda do feminismo.

4.1. A Primeira Onda do Feminismo e os direitos civis e políticos

A primeira onda consagrou-se como marco inicial das grandes conquistas dos direitos das mulheres em busca de igualdade. Nessa fase inicial do movimento, as mulheres lutavam pela conquista dos direitos individuais de primeira dimensão, ou seja, os direitos civis e políticos.

³⁹ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 46

⁴⁰ SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. Revista Thema. Rio Grande do Sul. v. 9, n. 2. 2012

⁴¹ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 50

Localizada temporalmente do fim do século XIX até meados do século XX, a Primeira onda se desenvolveu em uma sociedade industrial. Foi nessa época em que as mulheres saíram dos ambientes domésticos e começaram a exercer trabalhos remunerados nas fábricas. Entretanto, trabalhavam em condições degradantes e recebiam salários inferiores aos dos homens para o exercício da mesma atividade. Além do labor degradante, as mulheres tinham outra jornada ao chegar em casa com afazeres domésticos. Diante dessas circunstâncias, incorporaram-se ao movimento, as mulheres pobres, trabalhadoras, operárias de chão de fábrica em busca da igualdade de direitos⁴².

Assim como na Europa, o movimento trabalhador nos Estados Unidos era intenso desde a segunda metade do século XIX. Em busca de melhores condições, cerca de 15 mil trabalhadores do vestuário, a maioria mulheres, entraram em greve, provocando o fechamento de mais de 500 fábricas. Os proprietários reagiram ao movimento mantendo portas fechadas durante o expediente, relógios cobertos, controle total, baixíssimos salários, longas jornadas de trabalho⁴³.

No dia 25 de março de 1911, às 5 horas da tarde, quando todos trabalhavam, ocorreu um grande incêndio na Companhia de Blusas Triangle. Na hora do incêndio, algumas portas da fábrica estavam fechadas, o fogo se propagou rapidamente. A Triangle empregava 600 trabalhadores a maioria moças de 13 a 23 anos. As vítimas totalizaram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens⁴⁴.

No Brasil, repete-se a associação entre o Dia Internacional da Mulher e o incêndio na Triangle. Entretanto, o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborados há algum tempo. O dia 8 de março foi proposto por Clara Zetkin, um ano antes do incêndio, em 1910 durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas. Na década de 60, o oito de Março foi sendo constantemente escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes⁴⁵.

Juntamente com a luta por melhores condições de trabalho, a primeira onda do feminismo ficou marcada pela reivindicação do direito ao voto, o que ficou conhecido como movimento sufragista. As mulheres almejavam o direito de se tornarem cidadãs e, a partir do

⁴² SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁴³ BLAY, Eva Alterman. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. pp. 604-605.

⁴⁴ BLAY, Eva Alterman. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. pp. 604-605.

⁴⁵ BLAY, Eva Alterman. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. pp. 604-605.

voto, influenciar nas decisões políticas do país. As mulheres burguesas e as mulheres operárias se juntaram na busca desse objetivo⁴⁶.

No começo do século XX, o movimento feminino que mais se destacou na mídia e na opinião pública, para a questão da exclusão feminina da política, foi o realizado na Inglaterra pelas militantes do grupo denominado Women's Social and Political Union. Dentro do movimento inglês uma mulher se tornou uma mártir da causa sufragista internacional, seu nome era Emily Wilding Davison. Para chamar a atenção da realeza para o movimento sufragista, Emily se jogou sob as patas do cavalo do Rei inglês numa corrida de cavalos, vindo a falecer alguns dias depois.

Antes do final da guerra, em março de 1917 foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Comuns, concedendo o voto para as mulheres maiores de 30 anos. Aprovado na Casa dos Lordes, em janeiro de 1918, a luta pelo direito ao voto das mulheres inglesas finalmente foi vitoriosa⁴⁷

Durante a primeira metade do século XX várias mulheres se destacaram dentro do movimento feminista, uma delas foi Emma Goldman. Em 1915 diante de 600 pessoas em Nova York, Emma explicou, pela primeira vez em toda a América, como se usava um anticonceptivo. Foi presa imediatamente. A imprensa noticiou da seguinte forma: “*Goldman foi enviada à prisão por defender que as mulheres nem sempre devem manter a boca fechada e seu útero aberto*”. Seu feminismo estava mais próximo das ideias das feministas da década de 70 do que de suas contemporâneas. Dizem que Emma Goldman (1869-1940) foi presa tantas vezes que cada vez que falava em público levava um livro para ler na prisão.⁴⁸

Uma outra mulher que viveu para mudar a história foi Simone de Beauvoir. Por meio de suas obras, principalmente o clássico “Segundo Sexo” (1949), Simone se tornou referência no movimento feminista. A obra apresenta uma análise sobre o papel da mulher dentro da sociedade e sobre o que é ser mulher. Nesse livro Beauvoir escreveu sua famosa frase “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*”⁴⁹. O livro de Simone impactou o feminismo e foi precursor da segunda onda do movimento.

No Brasil, o feminismo de primeira geração teve como foco a luta pelos direitos políticos das mulheres. A principal representante na luta das sufragistas brasileiras foi Bertha

⁴⁶ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁴⁷ KARAWEJCZYK, Mônica. As sufragettes e a luta pelo voto feminino. 2013.

⁴⁸ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 77

⁴⁹ MOREIRA, Daniele Fernanda Feliz. Simone de Beauvoir. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/simone-de-beauvoir/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2019

Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Foi responsável por enviar, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei que dava o direito de voto às mulheres⁵⁰.

Para lutar por direitos políticos, em 1910, foi criado o Partido Republicano Feminino por um grupo de mulheres inconformadas com a não inclusão do voto feminino na Constituição Republicana de 1891⁵¹. Em 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas, as brasileiras conquistaram seu direito ao exercício da cidadania.⁵²

A luta operária também ocorreu no Brasil, as anarquistas se reuniram em um grupo conhecido como “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” que, em um manifesto elaborado em 1917, assim proclamou: “*Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes*”⁵³.

Um nome que se destaca nas origens do feminismo no Brasil é Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, foi uma das primeiras mulheres no Brasil a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa. Ficou conhecida pelo livro intitulado Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de 1832, uma tradução livre da obra da feminista Mary Wollstonecraft, que foi o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito⁵⁴.

Outro destaque foi Josefina Álvares de Azevedo, que questionou a construção ideológica do gênero feminino e exigiu mudanças radicais na sociedade. Em 1878, Josefina encenou sua peça, “O voto feminino”, depois publicada em livro, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país⁵⁵

Primeiramente, relacionando a história do movimento feminista com o tema geral desse trabalho, as mulheres e a Constituição, ressalta-se que seis das deputadas constituintes de 1987 e 1988 nasceram antes ou em 1934, quando os direitos políticos das mulheres foram

⁵⁰ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁵¹ PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

⁵² SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁵³ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁵⁴ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172. 2003.

⁵⁵ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172. 2003.

consagrados na Constituição, quais sejam, Abigail Feitosa⁵⁶, Eunice Michiles⁵⁷, Lúcia Braga⁵⁸, Myriam Portella⁵⁹, Sadie Hauache⁶⁰ e Sandra Cavalcanti⁶¹.

Não há como deixar de associar esta primeira onda do feminismo aos direitos fundamentais de primeira geração. Se a bandeira das revoluções liberais eram as liberdades, os direitos civis e políticos, também na primeira onda feminista, as mulheres estavam em busca da equiparação de tais direitos, que já tinham sido conquistados pelos cidadãos do sexo masculino, nas revoluções liberais⁶².

Se o marco dos direitos fundamentais de 1ª geração foi a revolução francesa, em 1879, esses mesmos direitos só começaram a ser conquistados pelas mulheres um século depois, como acima exposto. Fato é que quando foi promulgada a Constituição de Weimar, em 1919, o marco da consagração dos direitos sociais, de segunda geração, as mulheres ainda estavam lutando para conquistar seus direitos políticos. Apenas um ano antes as sufragistas haviam conquistado o direito ao voto na Inglaterra. No Brasil, eles só vieram mais de 10 anos depois, na terceira Constituição brasileira. Eis um panorama dos países que já haviam garantido os direitos políticos das mulheres quando foi considerado que os Direitos Fundamentais já se encontravam na Segunda Geração⁶³.

Tabela 1 - Os direitos políticos das mulheres e a Constituição de Weimar

ANO	PAÍSES QUE CONCEDERAM O SUFRÁGIO FEMININO
1893	Nova Zelândia
1902	Austrália
1906	Finlândia
1913	Noruega
1915	Dinamarca, Islândia
1917	Canadá, Países Baixos
1918	Reino Unido, Áustria, Estônia, Georgia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Letônia,

⁵⁶ Nascida em 17/04/1933

⁵⁷ Nascida em 10/07/1929

⁵⁸ Nascida em 13/12/1934

⁵⁹ Nascida em 15/12/1932

⁶⁰ Nascida em 01/12/1932

⁶¹ Nascida em 30/08/1927

⁶² SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁶³ OPINIÃO & NOTÍCIA. O primeiro voto feminino. 2011. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/politica/o-primeiro-voto-feminino/>>. Acesso em: 08.07.2020.

	Lituânia, Polônia, Federação Russa
CONSTITUIÇÃO DE WEIMAR – 1919	
1919	Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Suécia, Ucrânia
1920	Estados Unidos da América, Albânia, República Tcheca, Eslováquia
1921	Armênia, Azerbaijão,
1924	Mongólia, Santa Lucia,
1927	Turquemenistão
1929	Equador, Romênia
1930	África do Sul (brancas), Turquia
1931	Chile, Portugal, Espanha, Sri Lanka
1932	Brasil, Tailândia, Uruguai
1934	Cuba, Turquia
1937	Filipinas
1938	Bolívia, Usbequistão
1939	El Salvador
1941	Panamá
1942	República Dominicana
1944	Bulgária, França, Jamaica
1945	Croácia, Guiana, Indonésia, Itália, Japão, Senegal, Eslovênia, Togo
1946	Camarões, Coreia do Sul, Guatemala, Libéria, Macedônia, Trindade e Tobago, Venezuela, Vietnã, Iugoslávia
1947	Argentina, Israel, Nigéria, Coreia do Norte, Suriname
1949	Bósnia, China, Costa Rica,
1950	Barbados, Haiti, Índia
1951	República Dominicana, Nepal
1952	Grécia, Líbano
1953	Butão, México
1954	Belize, Colômbia, Ghana
1955	Comôdia, Etiópia, Honduras, Nicarágua, Peru
1956	Egito, Gabão, Mali, Somália
1957	Malásia
1958	Burquina Faso, Chad, Guiné, Nigéria (Sul)

1959	Madagáscar, São Marino, Tunísia, República Unida de Tanzânia
1960	Chipre, Gambia, Tonga
1961	Bahamas, Burundi, El Salvador , Malawi, Mauritânia, Paraguai, Ruanda, Serra Leone
1962	Argélia, O Fiji, Irã (República Islâmica de), Quênia, Marrocos, Papua Nova Guiné
1964	Sudão
1965	Bostwana, Lesotho
1967	Congo, Kiribati, Tuvalu, Iémen
1968	Nauru
1970	Andorra
1971	Suiça
1972	Bangladesh
1974	Jordânia, Ilhas Salomão
1975	Angola, Capa Verde, Moçambique,
1977	Guiné Bissau
1978	Nigéria (Norte), a República de Moldova, Zimbabue
1979	Marshall Ilhas, Micronésia (Estados Federados), Palau
1980	Iraque
1984	Liechtenstein, África do Sul (mestiças e índias)
1986	República Africana Central, Djibouti
1989	Namíbia
1990	Samoa
1993	Kazakhstan, República de Moldova
1994	África do Sul (negras)
2005	Kuwait

Fonte: elaboração própria

O movimento feminista, no mundo e no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só voltou a se destacar na década de 1960. No decorrer desses trinta anos, o livro “segundo sexo”, marcaria as mulheres e seria fundamental para a nova onda do feminismo.⁶⁴

⁶⁴ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

Durante a primeira onda feminista, as mulheres conquistaram o direito ao voto, os direitos relacionados à propriedade privada e melhores condições de trabalho. Entretanto, a luta ainda não havia acabado, essas conquistas não foram suficientes, muitos direitos ainda precisavam ser consolidados⁶⁵. Em busca da igualdade de gênero e influenciada pelo pensamento de grandes mulheres, como Simone de Beauvoir, o movimento feminista entrou em sua segunda fase.

4.2. A Segunda Onda e os direitos sociais

A segunda onda do movimento feminista ocorreu na década de 60, as feministas discutiram pela primeira vez a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, buscava-se a autonomia para decidir sobre sua vida e o corpo⁶⁶.

Surgiu, nos Estados Unidos, o que foi considerado o slogan da segunda onda do movimento feminista, que dizia: “o pessoal é político”. O feminismo traz para o espaço da discussão política as questões que até então eram tratadas como privadas, O pensamento liberal é substituído pela percepção de que a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, não é alheio à política.⁶⁷

Durante a Segunda Guerra, diante da necessidade de mão de obra, as mulheres foram inseridas massivamente no mundo do trabalho. Com o término da guerra, entretanto, tiveram que voltar para casa. Para dar lugar aos homens sobreviventes, as mulheres foram demitidas de seus empregos.

Nasceu ali uma sociedade de consumo que necessitava de mulheres dispostas a comprar. Essa urgência por consumidores gerou um problema e foi Betty Friedan quem o detectou e descreveu em sua obra, “A mística feminina” de 1963. O livro se centrou na classe média dos Estados Unidos com foco na insatisfação das mulheres consigo mesmas e com suas vidas⁶⁸.

Em 1968, objetivando romper com o tradicional modelo de feminilidade e reivindicar a diversidade das mulheres e de seus corpos, o Movimento de Liberação das Mulheres organizou

⁶⁵ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁶⁶ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁶⁷ COSTA, Ana Alice Alcantara, O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero. Niterói, 2005.

⁶⁸ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 83

um protesto público, conhecido como queima dos sutiãs, no qual um grupo realizou uma marcha contra o concurso de Miss América. Nessa manifestação, contra a apresentação da mulher como objeto estereotipado, atiraram cosméticos, sapatos de saltos altos e sutiãs naquilo que chamavam “lixreira da liberdade”.⁶⁹

A década de 60 no Brasil foi diferente do resto do mundo. Em 1964, veio o golpe militar, portanto, enquanto o cenário mundial era propício para o surgimento de movimentos libertários, no Brasil vivia-se um momento de repressão. Na década de 1970 surgiu o “feminismo da resistência”, que emerge como consequência da resistência das mulheres à ditadura. O movimento brasileiro era parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização.⁷⁰

No Brasil, ainda no decurso do movimento da segunda onda, no ano de 1979, houve a aprovação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e seu Protocolo Facultativo. Levantou-se, também, a bandeira do “direito ao corpo”. Revistas feministas passaram a discutir a sexualidade das mulheres. A elas era negado o prazer e o autoconhecimento de seus corpos. Segundo Joana Maria Pedro⁷¹:

A facilidade de obter informações que se tem atualmente sobre o corpo e o prazer sexual não existia em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970. E mais; durante muito tempo, acreditou-se que a “mulher distinta”, “respeitável”, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade (PEDRO, 2012, p.242).

A segunda fase do movimento feminista, com atraso em relação à conquistas dos direitos sociais, econômicos e culturais pelos homens na segunda geração de direitos fundamentais, buscou, de forma semelhante, a ocupação de espaços sociais de trabalho, lazer, autodeterminação⁷². Na década de 80 inicia-se a terceira onda.⁷³

⁶⁹ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 83

⁷⁰ CAETANO, Ivone Ferreira. O Feminismo Brasileiro: Uma Análise a Partir das Três Ondas do Movimento Feminista e a Perspectiva da Interseccionalidade. Escola Da Magistratura. Rio de Janeiro. 2017

⁷¹ GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. 2014. Disponível em: <<https://www.paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/533-4654-1-PB.pdf>>

⁷² SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI ,Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019.

⁷³ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI ,Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

4.3. A Terceira Onda e os direitos difusos.

A terceira e última onda do feminismo é marcada pelo posicionamento das mulheres negras e do movimento LGBT, que encontravam sua história e sua cultura ignorada, e começaram a denunciar que estavam marginalizadas dos relatos feministas, fundamentando que o gênero havia se tornado uma nova totalização excludente. O termo “mulher” usado pelas feministas dos anos 70, em regra, se referia a experiência das mulheres ocidentais, brancas, burguesas e heterossexuais, omitindo-se quanto à experiência individual e coletiva de muitas mulheres.⁷⁴

A terceira onda retira o seu foco central do individual e enfatiza o coletivo. Objetiva-se a concretização de direitos difusos que atingem as mulheres em todos os lugares, tanto na esfera pública como privada⁷⁵. A terceira onda do feminismo, então, foi marcada pela interseccionalidade de pautas.

Uma grande representante do movimento negro foi Angela Davis. Nascida nos Estados Unidos, na era da organização popular KU KLUX KLAN, Angela cresceu em um bairro marcado pela tradição de se explodir casas de famílias e igrejas nos bairros negros. Em 1963, uma dessas explosões em igrejas resultou na morte de quatro jovens, amigas de Angela. Tal acontecimento funcionou como o estopim necessário para que Angela se tornasse uma ativista⁷⁶.

Por sua filiação ao partido comunista americano e com os Panteras Negras, foi demitida do cargo de professora de filosofia da Universidade da Califórnia. No início da década de 1970, Angela foi perseguida, presa sem provas e colocada na lista dos 10 criminosos mais perigosos do país. Sua prisão gerou reações intensas e centenas de comitês pela libertação de Angela Davis foram criados. As canções “Angela”, de John Lennon e Yoko Ono, e “Sweet Black Angel”, dos Rolling Stones, foram compostas em sua homenagem⁷⁷.

Em uma marcha das mulheres, Angela Davis proferiu uma frase que caracteriza o movimento feminista de terceira onda. afirmou: “*Essa é uma marcha das mulheres e essa*

⁷⁴ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 23

⁷⁵ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI ,Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁷⁶ PAIVA, Vitor. A vida e a luta de Angela Davis, desde os anos 1960 até o discurso na Marcha das Mulheres nos EUA. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2017/01/a-vida-e-a-luta-de-angela-davis/>>. Acesso em: 16.07.2019.

⁷⁷ PAIVA, Vitor. A vida e a luta de Angela Davis, desde os anos 1960 até o discurso na Marcha das Mulheres nos EUA. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2017/01/a-vida-e-a-luta-de-angela-davis/>>. Acesso em: 16.07.2019.

*marcha representa a promessa do feminismo contra os poderes perniciosos da violência do estado. E o feminismo inclusivo e interseccional nos chama a resistir contra o racismo, a islamofobia, o antissemitismo e a misoginia*⁷⁸

Surgiu, então, o feminismo da diferença o qual aponta que diferença não significa desigualdade e que o contrário da igualdade não é a diferença e sim a desigualdade. Reivindicava-se a igualdade entre mulheres e homens, mas não a igualdade com os homens. Desejava-se que o produzido por mulheres fosse significativo e valioso, independente se ser igual ou não ao dos homens⁷⁹.

Na década de 80 a teoria feminista finalmente conseguiu dar a sua interpretação da realidade um status acadêmico⁸⁰. Na última década do século XX, o movimento sofreu um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais que intervinham junto ao Estado para aprovar medidas protetoras para as mulheres e para buscar espaços para a sua maior participação política⁸¹.

Outra marca da interseccionalidade entre movimentos foi a chamada Teoria Queer que criticava a heteronormatividade compulsória da sociedade. Judith Butler é sua principal teórica. “Queer” pode ser traduzido por “estranho”, “excêntrico” este termo, com toda sua carga de deboche, é assumido pela teoria precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação⁸².

Um outro movimento também surgiu para ressignificar palavras. Era abril de 2011, no Canadá, um policial declarou que, para se proteger contra violência sexual, as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias. A declaração motivou mulheres a irem para a rua, em um protesto intitulado SlutWalk, conhecido no Brasil como “Marcha das Vadias”. As manifestantes protestavam contra a crença de que as vítimas de estupro seriam responsáveis pela violência. “*Se ser vadia era ser livre, então as mulheres ativistas se consideravam vadias*”⁸³.

Em cada ano e cidade em que acontece a manifestação, inclui-se novas reivindicações próprias, de acordo com as dificuldades locais enfrentadas pelas mulheres. Para motivar e

⁷⁸ PAIVA, Vitor. A vida e a luta de Angela Davis, desde os anos 1960 até o discurso na Marcha das Mulheres nos EUA. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2017/01/a-vida-e-a-luta-de-angela-davis/>>. Acesso em: 16.07.2019.

⁷⁹ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 97

⁸⁰ GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011, p. 93

⁸¹ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁸² LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma Política Pós-identitária para a Educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001.

⁸³ MARTINI, Júlia Lewgoy; PUHL, Paula Regina. Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

ensinar outras pessoas pelo mundo a organizarem a SlutWalk, o movimento de Toronto criou uma espécie de manual em uma página na rede social na internet em junho de 2011⁸⁴.

A marcha das vadias também foi tendência da terceira onda no Brasil. As organizadoras do movimento de São Paulo publicaram uma carta de diretrizes se definindo como um coletivo feminista composto por mulheres de diferentes etnias, classes sociais, regiões do país, religiões, idades, orientações sexuais e identidades de gênero. Defende, de forma semelhante ao movimento canadense, que a roupa ou o comportamento sexual de uma mulher nunca sejam usados para justificar a violência e culpar a vítima⁸⁵.

Um dos marcos essenciais da terceira onda no Brasil foi a luta pela erradicação da violência doméstica. Vários instrumentos foram utilizados para isso, entre eles, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e, principalmente, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).⁸⁶

No ano de 1983, Maria da Penha foi vítima de tentativa de homicídio por parte de seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros. Enquanto dormia, recebeu um tiro em suas costas resultando em lesões irreversíveis que a deixaram paraplégica. Ao voltar para casa, depois de ter realizado duas cirurgias, Maria da Penha foi mantida em cárcere privado durante 15 dias, nesse período, Marco Antônio tentou eletrocutá-la durante o banho. Com o apoio da família, conseguiu sair de casa sem a configuração em abandono de lar, sem correr o risco de perder a guarda de suas filhas.⁸⁷

O primeiro julgamento de Marco Antônio aconteceu somente em 1991, oito anos após o crime. Em 1998, diante da mora do sistema jurídico brasileiro, Maria da Penha denunciou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA)⁸⁸.

A Comissão acolheu o pedido de Maria da Penha, que conseguiu a responsabilização do Brasil por omissão ilegal. A partir desse contexto, o Brasil criou a lei nº 11.340, que leva seu nome. Essa norma alterou o Código Penal de 1940, acrescentando circunstâncias agravantes para crimes contra a mulher, e o Código de Processo Penal de 1941, que passou a prever prisão

⁸⁴ MARTINI, Júlia Lewgoy; PUHL, Paula Regina. *Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

⁸⁵ MARTINI, Júlia Lewgoy; PUHL, Paula Regina. *Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

⁸⁶ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. *Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988*. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁸⁷ INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP), Quem é Maria da Penha?, disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>

⁸⁸ INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP), Quem é Maria da Penha?, disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>

preventiva de agentes que praticam crime de violência à mulher. Em 2015, houve mais uma conquista, foi promulgada a lei que tipificou o homicídio doloso contra a mulher por razão de gênero, o chamado feminicídio⁸⁹.

O movimento negro também teve suas representantes no Brasil. Uma delas foi Lélia Gonzalez que ajudou a fundar instituições como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras. Nos anos 1980, foi indicada para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e foi candidata à deputada federal em 1982 e 1986, conquistando a suplência⁹⁰.

Carla Cristina traz que, a partir de uma análise histórica, percebe-se que uma reação patriarcal sistêmica ocorre logo após um momento de êxito do movimento das mulheres. Diante do feminismo iniciado na Revolução Francesa, utilizou-se a guilhotina e o Código Napoleônico; Após as conquistas das sufragistas, imaginou-se toda a parafernália que constitui a mística. Atualmente, lida-se com a imagem da “Supermulher”, uma romantização da exploração da dupla jornada, da mãe perfeita, boa amante, bonita e carinhosa. Ao mesmo tempo, a escritora aponta que crescem opiniões de que tantos esforços não valem a pena, e que a melhor opção é voltar para casa⁹¹.

A terceira onda do feminismo, assim como a terceira geração de direitos fundamentais, não tem uma pauta homogênea. São ambos baseados na interseccionalidade, abordando a inclusão social, o respeito aos direitos de minorias políticas e sociais e os direitos às diversas formas de tolerâncias⁹².

Apesar da evidente evolução dos direitos das mulheres, ainda se pode perceber a violência de gênero e a discriminação sexista na sociedade em geral e, especialmente, nos postos relevantes de tomada de decisão política. A luta pela concretização de direitos fundamentais, que historicamente foram garantidos aos homens, é, ainda hoje, uma luta do feminismo. Dentre as demandas das mulheres que perduram no século XXI, o presente trabalho debruçar-se-á na luta feminina pelos espaços de poder.

⁸⁹ SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

⁹⁰ FIALHO, Letícia. *Intelectual e feminista: Lélia Gonzalez, a mulher que revolucionou o movimento negro*. São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/intelectual-e-feminista-lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro/>>

⁹¹ GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo* - São Paulo : Claridade, 2011, p. 95

⁹² SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Editora Juspodivm. 309-335. 2019

5 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A luta pelos direitos políticos das mulheres teve seu maior expoente no movimento sufragista inglês, onde o direito ao voto foi garantido em 1918. Apesar de ser o movimento mais conhecido mundialmente, a Inglaterra não foi o primeiro país a consagrar os direitos políticos das mulheres. Em 1893 a Nova Zelândia foi a pioneira na garantia do voto feminino, o direito de serem votadas, entretanto, só foi garantido em 1919. Em 1907 a Finlândia foi o primeiro país a eleger mulheres para o parlamento, das 62 candidatas, 19 foram eleitas⁹³.

Ao longo do século XX, os direitos políticos das mulheres foram sendo conquistados ao redor do mundo. No Brasil, esse direito foi consagrado em 1932. Apesar de ter tido o seu auge no século passado, essa luta ultrapassou o milênio, somente em 2015, por exemplo, a Arábia Saudita garantiu o sufrágio universal⁹⁴.

A história do sufrágio feminino no Brasil data de janeiro de 1881, quando foi elaborada uma reforma eleitoral, conhecida como Lei Saraiva, com o propósito de aumentar a qualificação dos eleitores. A lei Saraiva, em seu artigo 2º, determinou que eram eleitores qualquer cidadão que tivesse uma renda mínima de 2 mil réis. Com base na Lei, Isabel de Souza Mattos, solicitou e obteve o registro como eleitora no ano de 1887 para participar das eleições da Assembleia Constituinte Republicana. Em 1890, a doutora Isabel procurou a junta eleitoral com o documento de registro de eleitora emitido em 1887, mas o presidente da mesa não deixou que ela votasse⁹⁵.

No Brasil, as discussões sobre o papel da mulher se intensificaram a partir do final do século XIX. No cenário legislativo, durante as prévias da primeira Constituição Republicana, muita tinta correu sobre o assunto⁹⁶. O tema entrou em pauta na primeira discussão do projeto, em janeiro de 1891, quando alguns parlamentares apresentaram emendas favoráveis ao voto das mulheres. Levadas à votação, as emendas foram rejeitadas⁹⁷.

A proposta do voto feminino era vista como “anárquica, desastrada, fatal”. O deputado Lauro Sodré, do Pará, defendeu que as mulheres deveriam dedicar-se apenas à família. O advogado gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil justificava que, fora o fato de que o número de eleitores aumentaria, não havia importância na questão do voto feminino⁹⁸.

⁹³ JORNAL NEXO. Voto feminino: um direito que conquistou o mundo em 122 anos.(2m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rrQ2a2p7Xo>>. Acesso em 19 de julho de 2019.

⁹⁴ JORNAL NEXO. Voto feminino: um direito que conquistou o mundo em 122 anos.(2m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rrQ2a2p7Xo>>. Acesso em 19 de julho de 2019.

⁹⁵ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

⁹⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições no Brasil: Uma História de 500 anos. Brasília. 2013.

⁹⁷ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

⁹⁸ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

Apesar das diversas discussões, a Carta se omitiu sobre os direitos políticos da mulher. O texto final da Constituição de 1891 determinou que seriam eleitores “*os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei*”. Diante dessa omissão, alguns posicionamentos foram tomados⁹⁹.

Alguns políticos julgaram que o fato de não ter sido aprovada qualquer das emendas dando direito de voto às mulheres importava na exclusão destas, em definitivo, do eleitorado. Para outros, no entanto, pareceu que os constituintes quiseram deixar a solução final à lei ordinária, já que, se não foi dado, desde logo, o direito de voto à mulher, não se declarou que ela não poderia se alistar, nem a incluíram entre os inelegíveis¹⁰⁰.

Mesmo sem terem conquistado seus objetivos, as mulheres não desistiram. Em 17 de dezembro de 1910, um grupo de mulheres registrou em cartório uma agremiação política de nome Partido Republicano Feminino cujos propósitos eram defender o sufrágio feminino e emancipar a mulher de todas as formas de exploração. Sua principal fundadora foi Leolinda de Figueiredo Daltro. Na capital federal, a agremiação passou a representar as sufragistas em audiências públicas com autoridades, em passeatas pelas ruas e em representações encaminhadas ao Legislativo¹⁰¹.

Leolinda Daltro encaminhou à Câmara representação, em nome do Partido Republicano Feminino, pedindo pela garantia do voto às mulheres. Quando veio o carnaval, em fevereiro de 1917, organizou um carro alegórico chamado “O Voto Feminino”. Finalmente, em junho do mesmo ano, um projeto de lei, de autoria do deputado Maurício de Lacerda, propôs a mudança da legislação eleitoral, ampliando o direito ao voto para as mulheres. A euforia durou pouco, ainda na análise pela Comissão de Constituição e Justiça o projeto foi considerado inconstitucional¹⁰².

Nesses anos, outra sufragista surgiu na cidade do Rio de Janeiro e começou a escrever para revistas editadas para mulheres, Bertha Lutz. Em agosto de 1922, Bertha, junto com outras ativistas, criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), nome desde então associado ao feminismo no Brasil¹⁰³.

Nem as iniciativas da professora Daltro nem as movimentações do grupo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinham assegurado às mulheres o direito de votar. Leolinda

⁹⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

¹⁰⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

¹⁰¹ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹⁰² MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹⁰³ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

foi candidata à Intendência Municipal em 1919 e candidata a deputada federal em 1933. Bertha foi candidata a deputada em 1933 e 1934, tendo alcançado a suplência nos dois pleitos. Tomou posse na Câmara dos Deputados em 1936 por motivo de falecimento do titular.¹⁰⁴

Se em âmbito nacional a luta das mulheres não logrou êxito, no plano estadual, o Rio Grande do Norte iria se antecipar à União, notabilizando-se como pioneiro na concessão, por lei, do direito de voto à mulher.

Essa conquista não seria possível sem o esforço de Juvenal Lamartine que, candidato ao governo do estado, incluiu em sua plataforma o desejo de contar com as mulheres para votarem e serem votadas. Naquele ano, quando se elaborou a Lei Eleitoral do estado, Juvenal Lamartine solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão de emenda que, afinal, constou das disposições transitórias do texto: “Art. 17. No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”¹⁰⁵

Com base nessa disposição legal, a primeira eleitora brasileira a alistar-se foi a professora da Escola Normal de Mossoró, Celina Guimarães Viana. Vinte eleitoras se inscreveram no Rio Grande do Norte, até 1928, e quinze delas votaram na eleição de 15 de abril de 1928¹⁰⁶. Para apoiar as novas eleitoras e reforçar a campanha, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foram até Natal e sobrevoaram a cidade lançando panfletos sufragistas¹⁰⁷.

Diante de alegações no sentido da invalidade desses votos femininos, o debate foi novamente levado à esfera da União. Imaginava-se que o exemplo do estado nordestino abriria as portas das sessões eleitorais para todas as mulheres brasileiras, mas não foi assim. A comissão de poderes do Senado descontou por inaparáveis esses votos. Em longo parecer, sustentou-se que se a Constituição não vedou à mulher o exercício dos direitos políticos, a Lei Maior também não lhes outorgou. A falta de proibição não poderia ser suficiente para autorização, pois existia, para a comissão, uma longa tradição dos nossos costumes a considerar¹⁰⁸.

O Rio Grande do Norte não foi pioneiro somente na garantia do direito ao voto. Em 1928, Alzira Soriano, com o apoio de Bertha Lutz, foi a primeira mulher a ser eleita para um

¹⁰⁴ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹⁰⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

¹⁰⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

¹⁰⁷ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹⁰⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

cargo executivo no país, quando se elegeu, pelo Partido Republicano, para prefeitura da cidade de Lajes, com 60% dos votos. Luíza Alzira Soriano Teixeira foi a primeira prefeita na América Latina, tomou posse no cargo em 1º de janeiro de 1929, mas ficou pouco tempo na administração, apenas sete meses. Com a Revolução de 1930, Alzira Soriano perdeu o seu mandato por não concordar com o governo de Getúlio Vargas¹⁰⁹.

Pensava-se que o pioneirismo potiguar inspiraria a União a alterar seu posicionamento, entretanto, nada mudou até a virada da década. Somente no início dos anos trinta as mulheres, enfim, viraram eleitoras.

Em outubro de 1930, um grupo de políticos liderados por Getúlio Vargas chegou ao poder e destituiu o então presidente da República Washington Luís. A partir daí, Vargas começou a governar. Quando Vargas sinalizou que pretendia reformular as leis eleitorais do país e promover eleições para o Legislativo, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino procuraram dialogar com o presidente para que as mulheres brasileiras fossem incluídas nas garantias eleitorais. O decreto do novo Código Eleitoral, publicado em 24 de fevereiro de 1932, acolheu o voto feminino sem condições excepcionais¹¹⁰. Eis o teor da lei¹¹¹: “*Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.*”

Em 3 de maio de 1933, realizou-se em todo o país a eleição para os representantes da Assembleia Constituinte, nesse pleito, candidataram-se a professora Leolinda Daltro e Bertha Lutz. Bertha obteve 16.423 votos, número que não lhe assegurou uma cadeira na Câmara. Nessa eleição, Carlota Pereira de Queirós obteve a terceira maior votação do estado de São Paulo, na casa dos 176 mil votos, tornando-se a primeira mulher eleita para Câmara dos Deputados¹¹².

Com a participação de Carlota Pereira de Queirós, a nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e dispôs¹¹³: “*Art 108 - São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.*”

¹⁰⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano. 2013. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>

¹¹⁰ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹¹¹ BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>

¹¹² MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹¹³ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>

As Constituições seguintes não retrocederam quanto ao direito ao voto das mulheres. A Constituição de 1946, além de tornar o voto feminino obrigatório, nem se preocupou em especificar “os brasileiros de um e outro sexo”, tão claro estava que não se poderia afastar o sufrágio feminino¹¹⁴.

Depois de tanta luta, as mulheres da época puderam expressar seu voto em duas ocasiões, em maio de 1933 e em outubro de 1934, antes de o país ter lentamente mergulhado no autoritarismo. Nesse período foram eleitas dez deputadas estaduais e numerosas vereadoras. Entre julho de 1936 e novembro de 1937, a Câmara dos Deputados contou com duas mulheres, Carlota Queirós e Bertha Lutz¹¹⁵.

Em 1934, encerrado o Congresso Constituinte, realizou-se nova eleição, desta vez para os legislativos federal e estaduais; Carlota foi eleita novamente para a Câmara dos Deputados. Durante o seu segundo mandato, a deputada Carlota Queirós integrou a Comissão de Saúde Pública, assumindo a relatoria do projeto de reformulação do Ministério da Educação e Saúde. Bertha Lutz, que foi novamente eleita deputada suplente, tomou posse na Câmara dos Deputados em 1936 por motivo de falecimento do titular; tornou-se, dessa forma, a segunda deputada do Brasil¹¹⁶.

Outro nome que se destacou na política brasileira foi o da gaúcha de São Borja (RS), Ivete Vargas. Parente de Getúlio Vargas, Ivete foi a mulher eleita Deputada pelo maior número de vezes (seis). Em 1951, com apenas 23 anos, foi eleita Deputada Federal pelo PTB de São Paulo. No seu primeiro mandato destaca-se o projeto de lei que assegura a estabilidade da mulher no emprego quando em estado de gravidez. Participou de várias eleições, sendo eleita em 1954, 1958 e 1962. Em 1966 fora eleita, mas teve seu mandato cassado com base no AI-5. Em 1982 venceu sua última eleição como Deputada Federal¹¹⁷.

A conquista pelo espaço foi obtida aos poucos. Passaram décadas da eleição da primeira deputada para que o país contasse com uma senadora. Eunice Michiles que, em 1974, tinha sido eleita deputada estadual pelo Amazonas, integrou a chapa para o Senado como suplente de João

¹¹⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

¹¹⁵ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹¹⁶ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

¹¹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres na Política. Brasília, 2002, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/copy_of_museu/publicacoes/arquivos-pdf/mulheres_na_politica-PDF%20novo.pdf>

Bosco Ramos de Lima, que veio a falecer durante o mandato¹¹⁸. Com a posse de Eunice¹¹⁹ finalmente a mulher chegou ao Senado Federal mediante um processo eletivo¹²⁰.

Em 1990 chegam à Câmara Alta pelo voto direto as senadoras Júnia Marise (Minas Gerais) e Marluce Pinto (Roraima) e desde então pelo menos uma mulher obtém uma cadeira senatorial a cada eleição. Em 1994 Roseana Sarney foi a primeira mulher eleita governadora de um estado brasileiro: o Maranhão. A primeira mulher ministra de estado veio alguns anos antes, em 1982, quando Maria Esther Figueiredo Ferraz assumiu o Ministério da Educação¹²¹.

Em 1998 a senadora Benedita da Silva¹²² foi a primeira mulher a presidir a sessão do Congresso Nacional e, em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil.

É evidente o aumento da participação feminina no poder, entretanto, o percentual ainda se encontra abaixo do desejado pelo movimento feminista. Até o pleito de 2014, somando todas as deputadas federais da história do país, ocuparia apenas meio plenário da Câmara. Desde que a paulista Carlota Pereira de Queirós se tornou a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara, em 1933, o Brasil só elegeu, excluída a eleição de 2018, 220 deputadas, ao todo, o parlamento conta com 513 deputados federais¹²³. Se o padrão de conquistar for mantido, estima-se que mulheres comandarão metade dos governos estaduais apenas em 2065¹²⁴.

A representação feminina na Câmara Federal ficou abaixo de 2% até 1986. Antes da eleição para Assembleia Constituinte, entre 1932 e 1963, salvo as eleições de 1945, em que nenhuma mulher foi eleita, quatro pessoas do sexo feminino tiveram cadeiras na Câmara dos

¹¹⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/02/367001-direito-de-voto-feminino-completa-76-anos-no-brasil-saiba-mais-sobre-essa-conquista.shtml>>. Acesso em: 26.06.2020.

¹¹⁹ Eleita deputada federal pelo PFL em 1986, Eunice Michiles integrou a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988

¹²⁰ A Princesa Isabel foi senadora por direito dinástico durante o Império

¹²¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/02/367001-direito-de-voto-feminino-completa-76-anos-no-brasil-saiba-mais-sobre-essa-conquista.shtml>>. Acesso em: 26.06.2020.

¹²² Eleita deputada federal pelo PT em 1986, Benedita da Silva integrou a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988.

¹²³ SARDINHA, EDSON. Todas as deputadas federais da história do país ocupariam apenas meio plenário da Câmara. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/reunidas-todas-as-deputadas-federais-da-historia-do-pais-ocupariam- apenas-meio- plenario/>>. Acesso em: 26.06.2020

¹²⁴ MDB MULHER NACIONAL. Mulheres comandarão metade dos governos estaduais apenas em 2065 aponta estudo. 2018. Disponível em: <<http://mdbmulher.org.br/mulheres-na-midia/mulheres-comandarao-metade-dos-governos-estaduais- apenas-em-2065- aponta- estudo/>>. Acesso em: 26.06.2020

Deputados, sendo, ao todo, sete mandatos. As deputadas foram as já citadas, Carlota de Queirós, Bertha Lutz, Ivete Vargas e Nita Costa¹²⁵.

Apesar da subrepresentatividade, nas eleições para Assembleia Constituinte o número de representantes femininas triplicou, chegando a 5% dos parlamentares¹²⁶. Parte desse avanço é atribuído às manifestações realizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, que espalhou pelo país a campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher!”.

6 A HISTÓRIA DAS MULHERES E DO PODER CONSTITUINTE

A primeira Constituição do Brasil, que também foi a mais duradoura, não emanou de uma Assembleia Constituinte. A Constituição Política do Império do Brasil conteve 8 títulos e 179 artigos, desses sete tratavam das garantias dos direitos civis e políticos aos brasileiros. Nesse período, eram considerados cidadãos homens com 25 anos ou mais e todos que tivessem renda de 100 mil-rés¹²⁷. As mulheres não eram consideradas cidadãs e o texto constitucional as menciona no que tange à sucessão imperial.

A Constituição de 1824 não negou direito às mulheres, visto que essa não chegava a ser uma preocupação diante da ideia dominante de que a mulher cumpria apenas tarefas domésticas. Ao fim, não houveram exclusões expressa ao sexo feminino nem quem reivindicassem qualquer direito¹²⁸.

Já na República, a primeira constituição foi promulgada pelo Congresso Constituinte de 1891. Conteve 91 artigos e sofreu somente uma modificação em 1927. Foi nessa Constituinte que, como citado no capítulo anterior, houveram as primeiras discussões sobre o voto feminino. Quando as emendas levadas à votação, foram rejeitadas¹²⁹.

A constituição de 1934 foi o resultado do trabalho realizado por uma Assembléia Nacional Constituinte formada por 252 deputados constituintes, entre eles uma mulher, a

¹²⁵ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

¹²⁶ SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

¹²⁷ SANTOS, Tânia Maria. A mulher nas Constituições brasileiras. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20-%20Final%20tania.pdf> Acessado em 25.10.2019, p. 3.

¹²⁸ SÁ, Ana Paula Suitsu de. A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras, in Revista Âmbito Jurídico, 01.11.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/a-questao-da-igualdade-de-genero-nas-constituicoes-brasileiras/> Acessado em 25.10.2019

¹²⁹ MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

deputada Carlota Pereira de Queiróz. Sobre a atuação das feministas durante os trabalhos da Assembleia, Marilene Mendes Sow observa que¹³⁰:

A proposta das feministas para a redação do anteprojeto de Constituição incluía treze itens. Enfatizava as questões diretamente vinculadas ao cotidiano das mulheres, como a maternidade e proteção à infância, e contemplava problemas que afetavam as condições de vida da população pobre como um todo. Pensando de forma ampla e com ousadia para a época, as feministas condenaram as diferenças salariais por sexo, nacionalidade ou estado civil, previram a instituição de licença maternidade remunerada, além de pleitearem o acesso irrestrito de mulheres a cargos públicos.

Sow também traz discurso da deputada que, no dia 13 de maio de 1934, pronunciou da tribuna¹³¹:

Subo hoje a tribuna, para vencer mais uma etapa da nossa evolução política e iniciar definitivamente a vida activa (sic) da mulher parlamentar no Brasil. Além 22 de representante feminina, única nesta Assembléia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu paiz (sic) e identificada para sempre com os seus problemas

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, Carlota Pereira Queiroz integrou a Comissão de Saúde e Educação. Dedicou-se à área social, defendendo os direitos da criança e apresentou projetos para instituir os serviços sociais. Quanto à sua contribuição para o texto da Constituição, Marilene cita¹³²:

A Emenda nº 690 : Inclui a assistência social no artigo 125 do anteprojeto, que positivou-se como o artigo 138 do texto constitucional de 1934, e assim pronunciou-se :”E a mulher adquiriu um novo sentido, “o sentido social”. Atravez (sic) da sociedade, Ella (sic) age hoje nos destinos da nação. Dentre os nossos problemas sociaes (sic), porém, há um que se afigura básico. É o da assistência aos menores” (QUEIROZ, 1934, p.20).

2. Emenda nº 785 – pede a consignação de verbas especiais nos Orçamentos do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios para assistência aos menores abandonados até 12 anos de idade, auxílio às famílias numerosas e aos indigentes inválidos para o trabalho, e nos orçamentos estaduais e do Distrito Federal para os menores de 12 a 16 anos de idade, que positivou-se como o artigo 6º §2º do texto constitucional de 1934

3. Emenda nº 1011- Relatora da bancada paulista – inclui a mulher no dever cívico de juramento à bandeira e proporciona a sua inclusão na cidadania.. Este dispositivo foi contemplado no artigo 163 §1º, da Constituição de 1934. Justifica assim: “O diploma de haver jurado a bandeira será o salvo conducto do cidadão, homem ou mulher. Tendo-o prestado, o cidadão brasileiro fica

¹³⁰ SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na construção de um Parlamento Democrático. E-legis, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010, ISSN 2175.0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/41/57>>. Acesso em 05.07.2020.

¹³¹ SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na construção de um Parlamento Democrático. E-legis, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010, ISSN 2175.0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/41/57>>. Acesso em 05.07.2020.

¹³² SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na construção de um Parlamento Democrático. E-legis, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010, ISSN 2175.0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/41/57>>. Acesso em 05.07.2020.

apto a exercer qualquer função (sic) pública ou direito de voto” (QUEIROZ, 1934, p. 43).

4. Emendas nº 170 a 179 – criam o Conselho Nacional de Educação e propõem o Plano Nacional de Educação, que positivou-se no texto da Constituição de 1934 na forma do artigo 152.

5. Emenda de proteção à infância, acatada como o artigo 138 da Constituição de 1934.

Diferentemente da constituição de 1934, a Constituição de 1937 foi outorgada. Quanto aos direitos das mulheres, considera-se que houve uma redução em relação à Constituição anterior. O artigo 137 da Carta proíbe o trabalho de mulheres em indústrias insalubres e manteve o direito de ocupação de cargos públicos por elas¹³³. Alguns dispositivos que abordaram questões das mulheres foram:

“Art 137 – A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos:

‘1) assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta, sem prejuízo do salário, um período de repouso antes e depois do parto”.

“Art 121 – A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

‘§ 1º – A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

‘h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; (destaque acrescentado)”.

Art 156 - O Poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

h) os funcionários terão direito a férias anuais, sem descontos, e a gestante a três meses de licença com vencimentos integrais.

A constituição de 1946, situada no pós Segunda Guerra, aproximou-se mais da constituição de 1934 do que da de 1937. Manteve-se a possibilidade do voto feminino determinando que seria obrigatório, salvo as exceções que incluíam as mulheres que não desempenhavam atividade remunerada. Houve, também, a previsão expressa no sentido da igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhavam o mesmo trabalho. Foi

¹³³ SÁ, Ana Paula Suitsu de. A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras, in Revista Âmbito Jurídico, 01.11.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/a-questao-da-igualdade-de-genero-nas-constituicoes-brasileiras/> Acessado em 25.10.2019

mantida, em relação às constituições anteriores, a proibição do trabalho da mulher em locais insalubres¹³⁴.

Essa Carta voltou a garantir o direito da gestante a descanso antes e depois do parto sem prejuízo de seu emprego, e nem do salário, bem como trouxe previsão expressa acerca da assistência e previdência em favor da maternidade. Ademais, excluiu as mulheres do serviço militar obrigatório¹³⁵.

A Constituição de 1967 foi elaborada durante o governo militar no Brasil, motivo pelo qual é marcada pelos grandes poderes ao Executivo, como, por exemplo, a legitimidade para propor emenda à Constituição. Inclusive, uma emenda proposta pelo presidente Costa e Silva, de número 1, foi considerada por muitos como uma sétima Constituição.

No que tange às mulheres, essa Constituição manteve o posicionamento sobre a impossibilidade de trabalho de mulheres em locais insalubres e a não obrigatoriedade do serviço militar. Uma mudança que foi trazida para essa constituição foi a de tempo de serviço para a aposentadoria da mulher, reduzindo-o de 35 para 30 anos.

7 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1988

Após alguns anos de ditadura, o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência, em 1979, quando demonstrou a intenção de tornar o país uma democracia. Passou-se, então, a se ter uma série de alterações normativas, entre elas, a Lei nº 6.683, anistando os responsáveis por atos de exceção ao longo do regime militar e a Lei nº 6.767, que determinou o fim do bipartidarismo e extinguiu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o MDB, estabelecendo um prazo para a reorganização de novas agremiações partidárias¹³⁶.

Nesse período, consolidou-se a opinião que as sucessivas mudanças normativas haviam transformado o sistema político, em geral, e Constituição, em particular, em uma colcha de retalhos. Diversas foram, entretanto, as opiniões a respeito de como deveria ser elaborada a nova Carta. Do lado governista, buscando o esvaziamento do movimento da oposição e de

¹³⁴ SÁ, Ana Paula Suitsu de. A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras, in Revista Âmbito Jurídico, 01.11.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/a-questao-da-igualdade-de-genero-nas-constituicoes-brasileiras/> Acessado em 25.10.2019

¹³⁵ SÁ, Ana Paula Suitsu de. A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras, in Revista Âmbito Jurídico, 01.11.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/a-questao-da-igualdade-de-genero-nas-constituicoes-brasileiras/> Acessado em 25.10.2019

¹³⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

tentando manter o controle sobre a transição democrática, desejavam apenas uma reforma constitucional, no entanto, o Ministro da Justiça chegou a cogitar a elaboração de uma nova Carta, mas sem uma Assembleia Nacional Constituinte. José Sarney, por sua vez, sugeria a criação de uma comissão interpartidária e de juristas para adaptar o texto constitucional. Tancredo Neves acreditava que a solução seria a atribuição de poderes constituintes ao próximo Congresso Nacional a ser eleito. Ulisses Guimarães, diferentemente, defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, encarregada de elaborar, livre e soberanamente, a futura Carta constitucional, como expressão de uma ruptura com o regime anterior¹³⁷.

A ideia de uma nova Constituição foi colocada em segundo plano, em razão das eleições de 1982, voltando à agenda política em 1984, quando a “Emenda das Diretas” na Câmara dos Deputados foi derrotada. No mesmo ano, um dos dispositivos no “manifesto Compromisso com a nação”, que sustentaria a candidatura de Tancredo Neves, tratou do compromisso de se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte¹³⁸.

Com o falecimento de Tancredo, o cumprimento da agenda da transição coube ao presidente José Sarney. No dia 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney enviou uma mensagem ao Congresso Nacional propondo, por meio de emenda à Constituição, a concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em novembro de 1986. Votada no dia 22 de novembro, em segundo turno na Câmara e no Senado, a Emenda Constitucional nº 26 foi promulgada no dia 27¹³⁹.

As eleições para a Constituinte foram realizadas em 15 de novembro de 1986. No dia 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, instalou-se, em sessão solene, a Assembleia Nacional Constituinte¹⁴⁰. Da sua instalação à promulgação foram 330 sessões plenárias e transcorreram 584 dias até sua promulgação no dia 5 de outubro de 1988¹⁴¹.

¹³⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹³⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹³⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁴⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível

7.1. O Conselho Nacional de Direito das Mulheres

Diversas mobilizações populares ocorreram em razão da Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Entre elas, cita-se o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado através da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, com finalidade de promover, nos termos do seu artigo 1º, “*políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país*”.

A primeira direção do conselho tomou posse em 11 de setembro de 1985, sob a presidência de Ruth Escobar. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher foi vinculado ao Ministério da Justiça, mas com status de “Ministério”, sendo mantida sua autonomia administrativa e financeira¹⁴².

O Conselho destacou-se por atuar, principalmente, em três vertentes: creches, violência e Constituinte. Dentro dessa terceira linha, o CNDM exerceu papel relevante no processo de redemocratização do país, ao garantir que muitas das reivindicações dos movimentos de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988¹⁴³.

Com Slogans como “*Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher*”, “*Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher*” e “*Constituinte sem mulher fica pela metade*”, criou a campanha ‘Mulher e Constituinte’ como uma resposta à sub-representatividade feminina no Poder Legislativo, reuniu participantes de diversos setores da sociedade para debater e opinar sobre os direitos fundamentais que deveriam estar na Constituição. Durante vinte meses, o Conselho solicitou às mulheres de todo o país que enviassem propostas para nova Carta. Jacqueline Pitanguy, então presidente do órgão, conta

em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁴¹ COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

¹⁴² PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, CAROLINA FREITAS . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

¹⁴³ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

que “Numa época sem internet, recebemos milhares de cartas e telegramas”¹⁴⁴. A mobilização das mulheres também culminou no “Encontro Nacional Mulher e Constituinte”, ocorrido em 26 de agosto de 1986. Segundo Salete Silva¹⁴⁵:

Ao referido Encontro compareçam um total de duas mil mulheres, as quais se dividiram em doze grupos de trabalho (GTs), organizados por temas, para sistematizar, discutir e deliberar sobre as propostas a serem encaminhadas à Assembleia Constituinte. Tais grupos, denominados "comissões", eram constituídos pelas diversas participantes e organizados por uma coordenadora e uma relatora, além de contar com o auxílio de advogadas especialistas nas áreas em comento. Os temas do encontro versavam, em linhas gerais, sobre as seguintes questões: violência, família e direito civil, educação, discriminação racial, cultura, terceira idade, saúde, trabalho no campo, creche, participação política, trabalho nos centros urbanos e questões nacionais e internacionais. As discussões levaram em consideração as inúmeras contribuições remetidas pelos diversos grupos, entidades e conselhos de mulheres de todo o Brasil, além das manifestações individuais enviadas por mulheres interessadas em colaborar com o debate. Portanto, o Encontro girou em torno das inúmeras demandas femininas e/ou questões sociais e políticas afetas a estas.

Desse encontro, resultou a chamada “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, que viria a ser entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, em março de 1987. O documento era uma manifestação da preocupação e das propostas femininas para o futuro do País, cuidando de pautas como justiça social, criação do Sistema Único de Saúde, ensino público e gratuito em todos os níveis e a reforma agrária, e, evidentemente, como as demandas em relação aos direitos das mulheres no que se referia à família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais¹⁴⁶.

Sobre esta data histórica de entrega da Carta ao presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, em 27 de março de 1987, Salete Silva traz trecho do Jornal Brasil que descreve um pouco do movimento no parlamento. Transcreve-se¹⁴⁷:

Lideradas por uma feminista de 81 anos, Carmem Portinho, 800 ruidosas e animadas mulheres ocuparam ontem a Câmara para fazer a entrega oficial de suas reivindicações ao presidente Ulysses Guimarães. Convocadas pelo

¹⁴⁴ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

¹⁴⁵ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

¹⁴⁶ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

¹⁴⁷ JORNAL DO BRASIL, 27/03/1987, p.32. Apud in SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, procedentes de todas as partes do país, elas chegaram à Câmara às 16h, empunhando cartazes e cantando. Só às 18h, depois de terem tomado a mesa, o plenário e as galerias, cantando o Hino Nacional a plenos pulmões, de mãos dadas, elas se retiraram. Logo que chegaram à Câmara, houve um impasse: as mulheres concentradas no Salão Nobre queriam a todo custo invadir o plenário. Os ânimos se acalmaram com a chegada de Ulysses. Houve uma enorme confusão quando todos quiseram testemunhar a entrega da Carta das Mulheres à Constituinte. Apesar do tumulto, o documento foi entregue e as deputadas, lideradas por Benedita da Silva (PT-RJ), conduziram as mulheres às galerias e os parlamentares, ao plenário. Uma outra confusão formou-se quando os agentes de segurança chamaram as mulheres para guardar seus pertences. As prateleiras foram pequenas para bolsas, panfletos e cartazes. O presidente da sessão, Arnaldo Farias de Sá (PTBSP), convidou as constituintes a integrarem a mesa, passando a presidência para a deputada mais experiente, Cristina Tavares (PMDB-PE). As mulheres aplaudiram com entusiasmo as parlamentares. ”

Quando da entrega da Carta, alguns parlamentares se pronunciaram. Entre os diversos discursos, destaca-se os das Constituintes Beth Azize, Benedita da Silva, Myriam Portella e Raquel Capiberibe, que, respectivamente, declararam¹⁴⁸:

“Nós chegamos aqui com minoria, e não era isso que queríamos. Nós queríamos que mais da metade desta Constituinte fosse composta de mulheres, porque a mulher brasileira representa a maior fatia do eleitorado brasileiro. Mas, quero dizer a todos vocês que, apesar de sermos minoria nesta Assembléia, as nossas propostas, com absoluta certeza, irão fazer coro forte, firme, corajoso e altivo na consciência de todos os Constituintes desta Assembléia. E não vamos aceitar que ninguém aqui diga que por questões partidárias ou ideológicas se deixe de lado a questão da mulher brasileira que é prioritária e, principalmente, as mulheres do Norte e do Nordeste que têm no seu sangue o sofrimento de toda a Nação brasileira”

“Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta de que existe justiça social. Estamos pedindo o reconhecimento da cidadania, de quem há séculos está lutando para que possam verdadeiramente reconhecer a contribuição que nós temos dado a este País chamado grande País. E, neste momento, é importante e fundamental que os Srs. Constituintes tenham em conta de que nós - e já tive oportunidade de, nesta tribuna, dizer isto - somos as legítimas representantes daquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os Senhores possam estar sentados nestas cadeiras. Queremos dizer que, neste momento, estamos entregando esta carta e compreendemos que ela não contém todos os nossos anseios e necessidades. Sabemos que a Constituição não será uma panacéia que irá resolver os conflitos hoje existentes em nosso País. Mas, esperamos que os Srs. Constituintes tenham a sensibilidade de entender que o conteúdo desta Carta representa o esforço comum de nós mulheres, donas de casa, filhas, companheiras de luta do dia-a-dia de cada um.”

¹⁴⁸ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 27 de março de 1987, Pag. 927. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/035anc27mar1987.pdf#page=22>>. Acesso em 20.06.2020

“Aproveito a oportunidade para dizer aos nobres Colegas Constituintes que a luta da mulher não é a luta de confronto com os homens. Não! É luta para também construir o mundo em que vivemos. Queremos participar deste mundo, queremos construir a nossa sociedade, queremos modificar todo esse estado de coisas que estamos vivendo.”

“Nós, que somos a grande maioria de nossa Pátria, não somos fortes somente porque somos a grande maioria. Somos fortes, sim, companheiras, porque partimos na dianteira com as nossas organizações, reivindicando os nossos direitos, fazendo com que todos reconheçam que a nossa luta não é para superar os homens, mas para que todos reconheçam a nossa igualdade, para que todos reconheçam os nossos direitos, os nossos reclamos. Portanto, constituinte realmente para valer tem que ter a palavra da mulher. Vamos em frente, vamos continuar organizando-nos, para que sejamos reconhecidas, para que sejamos ouvidas, para que, no final desta Assembléia, os nossos direitos prevaleçam na nova Constituição do País.”

O início da Carta é uma citação de Abigail Adams que, no Século XIX afirmou: *“Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos nem voz nem representação.”*¹⁴⁹.

O Conselho Nacional de Direitos da Mulher, juntamente com as Parlamentares Constituintes e as ativistas feministas, consolidaram-se em um movimento político que ficou conhecido como ‘Lobby do Batom’. A origem desse termo foi explicado por Jaqueline: *“Alguns congressistas tentaram nos diminuir e diziam pejorativamente ‘lá vem as mulheres de batom’. Então decidimos assumir o título de ‘Lobby do Batom’ como uma estratégia de luta pelos direitos das mulheres e começamos a usar esse nome nos nossos materiais, campanha e publicações.”*

A historiadora Celi Pinto conta que o movimento das mulheres em 1987 e 1988 em torno da Constituinte havia sido a maior mobilização feminina na história do Brasil até então. Durante todo o período de trabalho o movimento se destacou por trabalhar diretamente no trato com os parlamentares, de modo a convencê-los da necessidade de serem atendidas as demandas femininas, conseguindo aprovar em torno de oitenta por cento das reivindicações, tornando-se o setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou¹⁵⁰.

¹⁴⁹ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. Ied.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

¹⁵⁰ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. Ied.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

Entretanto, o CNDM perdeu força a partir de 1989, quando foram nomeadas 12 novas conselheiras não relacionadas com o movimento de mulheres, levando à renúncia coletiva das equipes técnica e financeira. No ano de 1990, durante o governo Collor, foi editada a Medida Provisória 150 que retirou a autonomia administrativa e financeira do Conselho¹⁵¹. Em 2020, o site oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informa que¹⁵²:

“o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). O CNDM tem como uma de suas importantes atribuições apoiar a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MDH) em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil.”

7.2. A composição da Assembleia Nacional Constituinte

Nas eleições de 1986, foram eleitos 536 constituintes, sendo 487 para a Câmara dos Deputados e 49 para o Senado Federal. Após votação interna, decidiu-se que também participariam da elaboração da Carta os senadores que haviam sido eleitos em 1982 e ainda exerciam mandatos, logo, ao final, a ANC contou com 559 constituintes divididos por 13 partidos¹⁵³.

Destes representantes, 26 eram mulheres, todas eleitas para o cargo de deputada federal. Constituía, pois, apenas 5% do total de parlamentares do Congresso Nacional o que foi tido como uma avanço, visto que na legislatura anterior as oito deputadas federais não alcançaram nem metade desse percentual. Na verdade, o total de deputadas mais do que triplicou se comparado os dois pleitos. Apesar de contar com 26 deputadas, durante praticamente toda a Constituinte a bancada feminina foi composta por 25 parlamentares, visto que Bete Mendes licenciou-se para assumir o cargo de Secretária de Cultura do Estado de São Paulo, deixando de apresentar emendas, sugestões ou participar das votações¹⁵⁴.

¹⁵¹ MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf> Acesso em: 20.05.2020

¹⁵² GOVERNO FEDERAL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-cndm>>. Acesso em: 27.06.2020.

¹⁵³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁵⁴ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

As 26 representantes daquela que ficou logo conhecida como a “bancada feminina” eram: Abigail Feitosa; Anna Maria Rattes; Benedita Da Silva; Bete Mendes; Beth Azize; Cristina Tavares; Dirce Tutu Quadros; Eunice Michiles; Irma Passoni; Lídice Da Mata; Lúcia Braga; Lúcia Vânia; Márcia Kubitschek; Maria De Lourdes Abadia; Maria Lúcia; Marluce Pinto; Moema São Thiago; Myriam Portella; Raquel Cândido; Raquel Capiberibe; Rita Camata; Rita Furtado; Rose De Freitas; Sadie Hauache; Sandra Cavalcanti e Wilma Maia¹⁵⁵.

O PMDB foi o partido com mais representantes eleitos para a ANC, sendo, ao total, 303 deputados. Em seguida, o Partido da Frente Liberal contou com 135 representantes. O PDS e o Partido Democrático Trabalhista tiveram, respectivamente, 38 e 26 constituintes. O Partido Trabalhista Brasileiro, com o total de 18 membros, ficou com duas cadeiras a mais que o Partido dos Trabalhadores, que obteve 16. O Partido Liberal teve sete representantes o Partido Democrata Cristão seis. Tanto o Partido Comunista Brasileiro como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) obtiveram três cadeiras; Com um representante a menos, o Partido Socialista Brasileiro teve dois membros no parlamento. Por fim o Partido Social Cristão e o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) contaram cada qual com um membro¹⁵⁶.

Das mulheres constituintes, onze eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, constituindo 42,3% da bancada. Do Partido da Frente Liberal (PFL), tinha-se seis deputadas. O Partido Democrático Social (PDS) e o Partido dos Trabalhadores (PT) obtiveram, cada um, duas parlamentares mulheres. Apenas uma mulher conquistou a cadeira na constituinte pelos seguintes partidos: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Cristão (PSC). Ao analisar essa composição partidária feminina, conclui-se que existe uma tendência de maior representatividade feminina nos partidos pequenos, proporcionalmente falando. Dessa forma, enquanto o PT contava com 12% de bancada feminina, duas entre os 16 eleitos, o PMDB obteve apenas 4%, visto que elegeu onze mulheres num total de 257 cadeiras¹⁵⁷.

¹⁵⁵ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁵⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁵⁷ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

As mulheres representaram 16 Estados na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. A Região Norte obteve 8 deputadas, 31% do total de representantes, sendo elas: 3 do estado do Amazonas, o que representou 38% da sua bancada, 2 do estado de Rondônia, uma do estado do Acre, uma de Roraima e outra do Amapá. O nordeste, por sua vez, foi representado por 7 mulheres constituintes, 27% do total de seus representantes, sendo duas da Bahia, uma do Ceará, uma do Piauí, uma do Rio Grande do Norte, uma da Paraíba e outra de Pernambuco. Da região Centro Oeste, 11% da bancada era feminina, contando com 3 deputadas, duas do Distrito Federal e uma do Goiás. Da região sudeste, a bancada feminina somou 31%, contando com 8 deputadas, sendo três de São Paulo, três do Rio de Janeiro e duas do Espírito Santo. Por fim, a região Sul foi a que não contou com nenhuma representante eleita na Assembleia Nacional Constituinte de 1988¹⁵⁸.

Do total de deputadas federais eleitas em 1986, quatro haviam sido reeleitas para um segundo mandato, sendo elas: Bete Mendes, Irma Passoni, Rita Furtado e Cristina Tavares¹⁵⁹.

Na época da constituinte, algumas notícias apontaram que as mulheres haviam sido eleitas em razão do apoio de homens, sejam seus pais ou seus maridos¹⁶⁰, entre elas: Rita Camata¹⁶¹, Rita Furtado¹⁶², Anna Maria Rattes¹⁶³, Lúcia Vânia¹⁶⁴, Wilma Maia¹⁶⁵, Márcia Kubitschek¹⁶⁶, Dirce Tutu Quadros¹⁶⁷, Lúcia Braga¹⁶⁸, Myriam Portella¹⁶⁹ e Marluce Pinto¹⁷⁰.

Ao final, quatro casais de constituintes foram eleitos para a Assembleia em 1986: Marluce Pinto e Otomar Pinto, ambos deputados pelo PTB de Roraima. Wilma Maia, deputada,

¹⁵⁸ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁵⁹ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁶⁰ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁶¹ Rita Camata era casada com Gerson Camata, que governou o Estado do Espírito Santo e se elegeu Senador Constituinte.

¹⁶² Rita Furtado foi casada com Rômulo Vilar Furtado, secretário-geral do Ministério das Comunicações

¹⁶³ Ana Rattes foi primeira-dama de Petrópolis, sendo casada com o prefeito Paulo Rattes

¹⁶⁴ Lucia Wania era esposa de Irapuan Costa Júnior, senador constituinte que já havia sido ex-prefeito, ex-governador e ex-deputado federal.

¹⁶⁵ Wilma Maia foi esposa do senador constituinte, Lavoisier Maia, que era ex governador do Rio Grande do Norte.

¹⁶⁶ Márcia Kubitschek era filha do ex-presidente da república, Juscelino Kubitschek

¹⁶⁷ Dirce tutu quadros foi filha do ex-presidente da república, Jânio Quadros.

¹⁶⁸ Lúcia Braga foi mulher do ex-governador paraibano Wilson Braga

¹⁶⁹ Myriam Portella casou-se com Lucídio Portella, governador e senador do Piauí.

¹⁷⁰ Marluce Pinto foi esposa de Otomar Pinto, ex governador do então Território de Roraima

e Lavoisier Maia, senador, ambos representando o Rio Grande do Norte pelo PFL; Rita Camata e Géron Camata, deputada e senador pelo PMDB do Espírito Santo e Lúcia Vânia, deputada, e Irapuan Costa, senador, ambos pelo PMDB de Goiás¹⁷¹.

7.3. A Tramitação da ANC e as Brigas no Regimento.

Muitas foram as dificuldades na elaboração do Regimento Interno da ANC, apenas do anteprojeto do regimento foram propostas 949 emendas. As principais discussões foram quanto ao exercício simultâneo da elaboração constitucional e das atividades congressuais ordinárias; quanto à forma de tramitação e votação do Projeto de Constituição e quanto a participação popular na elaboração da Carta¹⁷².

O primeiro problema foi resolvido ao se priorizar os trabalhos da constituintes em relação às competências e atividades da Câmara e do Senado, reduzindo suas atividades ordinárias. Quanto à participação popular na elaboração do texto, o Regimento Interno abriu quatro possibilidades, quais sejam: elaboração de sugestões iniciais encaminhadas às Comissões; realização de Audiências públicas nas Subcomissões Temáticas; a proposição das chamadas emendas populares ao Projeto de Constituição formulado pela Comissão de Sistematização e, por fim, a possibilidade de defesa das emendas populares perante a Comissão¹⁷³.

Quanto à forma de elaboração do Projeto de Constituição, o processo previsto foi caracterizado pela ousadia. Como a ideia de apresentação de um anteprojeto sofreu críticas na opinião pública, decidiu-se que não se iniciaria assim. Optaram, pois, por um organograma pelo qual o projeto ia sendo construído, em etapas e por capítulos, para, após reunidos em uma comissão de Sistematização, irem ao Plenário¹⁷⁴.

A primeira etapa foi a das vinte e quatro Subcomissões Temáticas, cada uma cuidando de um tema ou subtema. Partiram das sugestões apresentadas pelos constituintes e também pela

¹⁷¹ TV BRASIL. Constituição Cidadã 30 anos. Casais na Constituinte: histórias de amor e de divergência. 2018. Disponível em: <<https://tvbrasil.etc.com.br/constituicao-cidada-30-anos/2018/04/casais-na-constituente-historias-de-amor-e-de-divergencia>>. Acesso em 03.07.2020.

¹⁷² COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

¹⁷³ COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

¹⁷⁴ COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

população em geral. A segunda fase foi a das oito Comissões Temáticas, cada uma compreendendo três Subcomissões. As comissões formularam um capítulo ou título a partir da análise dos três textos das suas respectivas Subcomissões¹⁷⁵. Quanto à relação entre quais eram as subcomissões de cada comissão, no texto “Constitucionalistas Constituintes: Uma Agenda para o Brasil”, descreve-se que¹⁷⁶:

A primeira era a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher que possuía como subcomissões: a da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; A dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias; e a dos Direitos e Garantias Individuais.

A segunda comissão era a “Comissão da Organização do Estado” que contemplava: a Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; a Subcomissão dos Estados e a Subcomissão dos Municípios e Regiões.

A terceira era a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que possuía como subcomissão: a do Poder Legislativo; a do Poder Executivo e a do Poder Judiciário e do Ministério Público.

A quarta era a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, que se dividia nas subcomissões do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e a de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas.

A quinta constituía-se a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças se dividia em: uma Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, uma Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e, por último, uma Subcomissão do Sistema Financeiro.

A sexta subcomissão, por sua vez, foi chamada de “Comissão da Ordem Econômica” e se subdividiu em três subcomissões, sendo elas: a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte e Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

A penúltima Comissão foi a da Ordem Social que concentrou três subcomissões, quais sejam: a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

Por fim, a última Comissão da constituinte foi a da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que abarcava a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes; a da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e a da Família, do Menor e do Idoso.

Finalizados os oito documentos das Comissões Temáticas, foram encaminhados para Comissão de Sistematização para formulação do Projeto de Constituição que iria ser votado em

¹⁷⁵ COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

¹⁷⁶ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, CAROLINA FREITAS . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed. Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

plenário. Essa votação, por sua vez, se deu em dois turnos, sendo enfim encaminhada para redação final¹⁷⁷.

8 A CONSTITUIÇÃO FEITA POR MULHERES

8.1. Abigail Feitosa

Nascida em Taué (CE), no dia 17 de abril de 1933, Maria Abigail Freitas Feitosa foi casada com José de Ribamar Feitosa, com quem teve um filho, e veio a falecer no dia 14 de agosto de 1991, pouco depois da promulgação da Constituição de 1988¹⁷⁸.

Em 1951 ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Especializada em ginecologia, foi médica do Hospital Ana Néri e da rede pública estadual, que a projetou entre as comunidades carentes de Salvador. Abigail foi vice-presidente da Associação Baiana de Medicina, entre 1980 e 1982 e militante do grupo feminista Movimento Brasil Mulher¹⁷⁹.

Com o apoio das comunidades carentes e do movimento feminista elegeu-se deputada estadual da Bahia, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em novembro de 1982. Nesse primeiro mandato foi presidente da Comissão de Saúde, titular da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e suplente das comissões de Agricultura e de Finanças, Orçamento e Desenvolvimento Econômico¹⁸⁰.

Foi eleita deputada federal em 1986. Tomou posse na Câmara em fevereiro, quando se iniciaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Membro do Partido

¹⁷⁷ COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

¹⁷⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁷⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁸⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

Socialista Brasileiro (PSB), foi titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente da Comissão da Ordem Social¹⁸¹.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Abigail Feitosa proferiu 134 discursos¹⁸².

Em discurso realizado no dia 29 de julho de 1987, a constituinte argumentou sobre a submissão do Governo brasileiro ao FMI, para negociação da dívida externa. Assim disse¹⁸³:

“Em nome da soberania deste País, solicito ao Sr. Ministro Bresser Pereira que não fale mais em FMI. Merecemos mais respeito. Temos como arrumar a casa. Basta que se chame à responsabilidade os dirigentes das grandes empresas desta terra e também dos próprios órgãos públicos, que se aumentem os investimentos no setor social, para minorar o sofrimento do povo brasileiro. É inadmissível que, em um País que ocupa lugar tão destacado na economia do mundo, a oitava, que a um dos três maiores exportadores de alimentos, continue o povo a morrer de fome.”

Em 22 de fevereiro de 1988, durante a votação da Emenda aditiva nº 1226 ao art. 6º, do constituinte José Genoíno sobre controle da natalidade e o aborto, Abigail pronunciou¹⁸⁴:

Sou obstetra, sou ginecologista há 30 anos, dando plantão em hospital particular, mas, basicamente, nos hospitais da rede pública, conhecendo de perto a miséria e a carência das mulheres da Bahia, que é a mesma das mulheres de todo o Brasil. Entrei na política pela luta das mulheres, pela sua emancipação, porque entendo que a mulher tem que ter um lugar na sociedade igual ao do homem e, para isso, defendemos a necessidade dela se capacitar para disputar com ele em condições de igualdade. O aborto não coloca a mulher mais liberada. Aqui discuto e discordo do nobre Constituinte José Genoíno: primeiro, porque foi um acordo de toda a bancada das mulheres, que esse assunto não viria a ser constitucional. O Constituinte José Genoíno não tem mais direito de defender os interesses das mulheres do que a bancada das mulheres.

¹⁸¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁸² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Abigail Feitosa. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=abigail+feitosa&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

¹⁸³ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

¹⁸⁴ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Durante seu período na Assembleia Constituinte, Abigail Feitosa propôs 166 emendas, dessas, 15 foram aprovadas, 14 parcialmente aprovadas e 72 foram rejeitadas. As outras foram consideradas prejudicadas, retiradas, ou não tiveram seu resultado informado¹⁸⁵. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 86, mas foi na comissão da Ordem Social que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.¹⁸⁶

Tabela 2 - Quantitativo de emendas Abigail Feitosa

ABIGAIL FEITOSA		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	15
	Parcialmente Aprovadas	14
	Rejeitadas	72
	Não Informada	48
	Prejudicada	12
	Retirada	0
	Em análise	5
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	22
	Comissões	46
	Sistematização	86
	Plenário	7
	Redação	5

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas¹⁸⁷.

Tabela 3 - Emendas por Comissão Abigail Feitosa

ABIGAIL FEITOSA		
Número Total de Emendas		166
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	6
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	1
	Aprovada	0

¹⁸⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Abigail Feitosa. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=abigail%20feitosa;docsPerPage=20>> Acesso em: 30.05.2020

¹⁸⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Abigail Feitosa. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=abigail%20feitosa;docsPerPage=20>> Acesso em: 30.05.2020

¹⁸⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Abigail Feitosa. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=abigail%20feitosa;docsPerPage=20>> Acesso em: 30.05.2020

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	1
	Aprovada	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	5
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	6
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	43
	Aprovada	10
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	6
	Aprovada	1
Comissão de sistematização ¹⁸⁸	Total	98
	Aprovada	4

Fonte: Elaboração própria

A deputada Abigail Feitosa fez 20 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “Dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Público. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas¹⁸⁹. Ressalta-se que uma de suas sugestões, dispendo sobre bancos oficiais e bancos particulares, foi despachada simultaneamente para duas subcomissões, a do Sistema Financeiro e a de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Tabela 4 - Sugestões Abigail Feitosa

ABIGAIL FEITOSA		
Número Total de Sugestões		20
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere que os atos das entidades sem fins lucrativos sejam publicados gratuitamente na imprensa da união, dos estados e dos municípios, conforme determina.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere a pena de cinco a dez anos de reclusão para os crimes de estupro, aumentada em dobro se o delito for praticado em grupo.

¹⁸⁸ Ressalva-se que os dados referentes à sistematização, nessa tabela, englobam as emendas propostas na comissão de sistematização, no plenário e as emendas de redação. Isso ocorre em razão dos dados disponibilizados no Senado terem sido assim catalogados.

¹⁸⁹ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Abigail Feitosa. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=abigail%20feitosa;docsPerPage=20>> Acesso em: 30.05.2020

		<p>2. Sugere que a punição para os crimes de violência física e econômica contra as mulheres seja a mesma aplicada aos crimes de lesões corporais e de sevícia.</p> <p>3. Sugere norma dispondo sobre a criação de delegacias especiais de defesa das mulheres.</p>
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	<p>1. Sugere seja proibido abater no imposto de renda as despesas com a saúde.</p> <p>2. Sugere norma sobre destinação a entidades sem fins lucrativos de recursos do orçamento da união, dos estados e dos municípios, nos termos que estabelece.</p>
	5C - Subcomissão do Sistema Financeiro	1. Sugere normas dispondo sobre bancos oficiais e bancos particulares.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. Sugere normas dispondo sobre bancos oficiais e bancos particulares.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	<p>1. Sugere a igualdade de tratamento para trabalho igual e entre o trabalho do homem e da mulher.</p> <p>2. Sugere que lei complementar assegure o direito de greve a todas as categorias de trabalhadores, sem exceções ou limitação de qualquer natureza.</p> <p>3. Sugere que as empregadas domésticas tenham os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores.</p> <p>4. Sugere que fique assegurado ao funcionário público federal, estadual e municipal o direito de sindicalizar-se como categoria profissional de trabalhadores.</p> <p>5. Sugere a aposentadoria aos 60 anos de idade para o homem e aos 55 anos para a mulher e que seu cálculo seja baseado no último salário de contribuição previdenciária.</p> <p>6. Sugere que os reajustes salariais dos trabalhadores sejam superiores aos índices inflacionários.</p> <p>7. Sugere normas sobre os direitos e garantias da mulher trabalhadora e outros benefícios dos trabalhadores em geral.</p>
	7B - Subcomissão de	1. Sugere que a prestação de serviços de

	Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	saúde à população seja dever do estado e direito do cidadão. 2. Sugere norma que assegure a transformação da aposentadoria em pensão, em favor da viúva ou do viúvo, em caso de morte do cônjuge aposentado.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere que o estado seja obrigado a oferecer a todo cidadão ensino público e gratuito.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere a legalização do aborto nos casos de má-formação grave do feto, distúrbios psíquicos e patológicos que importem risco à vida da mãe. 2. Sugere a igualdade de direitos entre o homem e a mulher no que concerne ao poder de decisão, à guarda e manutenção dos filhos. 3. Sugere que, nos casos de discordância, um só dos cônjuges possa autorizar o casamento de filho menor de 21 anos.

Fonte: Elaboração própria

Durante as votações, no que tange às questões trabalhistas, foi favorável ao acréscimo de 50% na remuneração do trabalho extra; à jornada semanal de 40 horas de trabalho; ao turno ininterrupto de seis horas; ao aviso prévio proporcional; à unicidade sindical¹⁹⁰.

Em outras votações, foi favorável: ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial; à limitação do direito de propriedade privada; ao mandado de segurança coletivo; à soberania popular; ao voto aos 16 anos; à nacionalização das riquezas do subsolo; à estatização do sistema financeiro; à limitação dos juros reais em 12% ao ano; à proibição do comércio de sangue; à limitação dos encargos da dívida externa; à anistia aos micro e pequenos empresários e à desapropriação da propriedade produtiva. Votou contra: o presidencialismo; o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney; a pena de morte e a legalização do jogo do bicho¹⁹¹. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos.

¹⁹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

Ao final da legislatura, em janeiro de 1991, retirou-se da Câmara dos Deputados após disputar a reeleição, sem êxito, em outubro do ano anterior¹⁹².

8.2. Anna Maria Rattes

Anna Maria Martins Scorzelli Rattes nasceu no Rio de Janeiro, no dia 16 de junho de 1939. Em 1959, casou-se com Paulo Rattes, político de expressão originário de Petrópolis, com quem teve três filhos¹⁹³.

Anna Maria iniciou sua carreira como servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho de Três Rios (RJ). Graduou-se em 1978, na Faculdade de Direito de Valença. Em 1986, iniciou sua carreira política. Em sua campanha priorizou a defesa dos direitos da mulher e da criança elegendo-se deputada federal constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em junho de 1988 retirou-se do PMDB, ajudando a fundar, junto com outros dissidentes, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)¹⁹⁴.

Anna Maria Rattes foi uma das deputadas que teve sua eleição associada à influência de seu pai ou marido¹⁹⁵. Os votos da deputada vieram, sobretudo, das cidades serranas, em especial, de Petrópolis, município no qual Paulo Rattes, seu marido, foi vice-prefeito (1967-1969) e prefeito (1969-1971, 1973-1978 e 1983-1988). Em 1990, inclusive, foi acusada de ter utilizado recursos da prefeitura de Petrópolis, durante a gestão de seu marido, para sua campanha de 1986¹⁹⁶.

Durante a Assembleia Constituinte, foi segunda-vice-presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias da Mulher; titular da Subcomissão dos Direitos Políticos,

¹⁹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹⁵ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

Direitos Coletivos e Garantia e suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social¹⁹⁷.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Anna Maria Rattes proferiu 69 discursos¹⁹⁸.

Em 22 de setembro de 1988, sobre o resultado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, Rattes pronunciou¹⁹⁹:

“Também pela primeira vez em nossa História, uma Assembléia Constituinte conviveu com o debate externo aos seus plenários e á restrição natural do confronto partidário nos limites regimentais. Assim, sem dúvida, a Constituição que vamos aprovar é a própria síntese do possível em termos de conciliação das idéias que motivam os brasileiros da atualidade. Alguém indagará se ela é a Constituição ideal. Respondo com outra pergunta: numa nação como a nossa, espalhada por um território imenso, com tantas e tão grandes diferenças geográficas, históricas, culturais, sociológicas e, sobretudo, econômicas, seria possível elaborar uma Constituição capaz de atender aos interesses e aspirações de todo o povo? Claro que não. E sabíamos disso desde a própria convocação da Assembléia. A despeito desse fato, é inegável que o texto a ser promulgado projeta o Brasil do futuro rumo a um destino de desenvolvimento econômico, social e político em parâmetros bem mais avançados que os atuais”.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, Anna Maria Rattes propôs 468 emendas, dessas, 70 foram aprovadas, 50 parcialmente aprovadas e 200 foram rejeitadas. As outras foram consideradas prejudicadas, não tiveram seu resultado informado ou estão “em análise”,²⁰⁰.

A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 269, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a

¹⁹⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

¹⁹⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Anna Maria Rattes. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=ANNA+MARIA+RATTES&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

¹⁹⁹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

²⁰⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Anna Maria Rattes. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=anna%20maria%20rattes;docsPerPage=20;expand=res>> Acesso em: 30.05.2020

maior quantidade de emendas aprovadas²⁰¹. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 5 - Quantitativo de emendas Anna Maria Rattes

ANNA MARIA RATTES		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	70
	Parcialmente Aprovadas	50
	Rejeitadas	200
	Não Informada	55
	Prejudicada	52
	Retirada	0
	Em análise	41
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	55
	Comissões	95
	Sistematização	269
	Plenário	8
	Redação	41

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas²⁰².

Tabela 6 - Emendas por Comissão Anna Maria Rattes

ANNA MARIA RATTES		
Número Total de Emendas		468
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	65
	Aprovada	22
II - Comissão da Organização do Estado	Total	5
	Aprovada	3
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	4
	Aprovada	1
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	6
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	5
	Aprovada	0

²⁰¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Anna Maria Rattes. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=anna%20maria%20rattes;docsPerPage=20;expand=res>> Acesso em: 30.05.2020

²⁰² SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Anna Maria Rattes. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=anna%20maria%20rattes;docsPerPage=20;expand=res>> Acesso em: 30.05.2020

VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	18
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	25
	Aprovada	5
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	22
	Aprovada	5
Comissão de sistematização ²⁰³	Total	318
	Aprovada	33

Fonte: Elaboração própria

A deputada Anna Maria Rattes fez 8 sugestões ao texto da constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “Dos Direitos e Garantias Individuais” .²⁰⁴ Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas.

Tabela 7 - Sugestões Anna Maria Rattes

ANNA MARIA RATTES		
Número Total de Sugestões		8
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1A - Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais I	1. Sugere disposições preliminares relativas à soberania e aos direitos e garantias do homem e da mulher, como fundamento do estado brasileiro.
	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere normas que disponham sobre o gozo, o exercício, a perda, a suspensão e a reaquisição dos direitos políticos; e sobre a inelegibilidade. 2. Sugere seja assegurado às entidades representativas da sociedade o direito de pedir prestação de contas sobre administração da coisa pública.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere seja inviolável a integridade física e moral dos brasileiros. 2. Sugere que os dispositivos sobre direitos e garantias individuais e coletivos sejam imediatamente aplicáveis após a promulgação da constituição. 3. Sugere que todos os brasileiros gozem dos

²⁰³ Ressalva-se que os dados referentes à sistematização, nessa tabela, englobam as emendas propostas na comissão de sistematização, no plenário e as emendas de redação. Isso ocorre em razão dos dados disponibilizados no Senado terem sido assim catalogados.

²⁰⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Anna Maria Rattes. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=anna%20maria%20rattes;docsPerPage=20;expand=res>> Acesso em: 30.05.2020

		direitos, liberdades e garantias; que estejam sujeitos aos deveres consignados na constituição. 4. Sugere que o estado assegure a igualdade entre todos os brasileiros, sem distinção de sexo, raça, trabalho, língua, credo religioso, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica ou condição social.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere que se garanta ao trabalhador o direito de participar, nas formas e nos limites fixados em lei, da gestão das empresas públicas e privadas e nos lucros das mesmas.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor do turno ininterrupto de seis horas e da unicidade sindical. Em outras votações da Constituinte, foi a favor do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com países que mantivessem uma política de discriminação racial; da legalização do aborto; da nacionalização do subsolo; da estatização do sistema financeiro; e da criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Foi contra a pena de morte, o presidencialismo, e a legalização do jogo do bicho²⁰⁵

Como deputada federal, após a promulgação da constituinte, presidiu a comissão parlamentar mista de inquérito que investigou irregularidades no Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear. Em 1990 e 1994 candidatou-se a deputada federal, na legenda do PSDB, não sendo bem sucedida. Em 1998, candidatou-se a uma vaga de deputada estadual pelo PSDB carioca, mas não foi eleita²⁰⁶.

8.3. Benedita da Silva

Conhecida como Bené, Benedita Sousa da Silva nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de março de 1942, sendo registrada oficialmente no dia 26 de abril. Filha de pedreiro e lavadeira, trabalhou como vendedora ambulante, empregada doméstica, operária fabril, servente de escola, auxiliar de enfermagem, professora da escola comunitária no Chapéu Mangueira e

²⁰⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁰⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

funcionária do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) do estado do Rio de Janeiro. Em 1984, formou-se pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro²⁰⁷.

Casou-se pela primeira vez aos 16 anos de idade, com Nílton Aldano, com quem teve quatro filhos, dois dos quais mortos ainda recém-nascidos. Em 1983, viúva, casou com Aguinaldo Bezerra dos Santos, conhecido como Bola²⁰⁸. Em 1992, novamente viúva, casou-se com o ator Antônio Pitanga, tornando-se madastra dos atores Rocco e Camila Pitanga²⁰⁹

Foi fundadora do departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Fajerj) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (Cemuf). Em 1980 auxiliou na fundação do Partido dos Trabalhadores e, sob o slogan “negra, mulher e favelada”, elegeu-se vereadora no Rio de Janeiro em 1982²¹⁰.

Em 1986, Benedita elegeu-se deputada federal pelo PT. Durante a Assembleia Nacional Constituinte foi primeira suplente da mesa diretora da Constituinte, chegou a presidir algumas de suas sessões; Titular da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias, e suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Contribuiu efetivamente para a elaboração de artigos referentes à demarcação das terras indígenas, à regulamentação da propriedade da terra nas comunidades remanescentes de quilombos e aos direitos trabalhistas de empregadas domésticas²¹¹.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Benedita da Silva proferiu 125 discursos²¹².

Em discurso realizado no dia 27 de julho de 1987 a Constituinte defendeu a proibição de que o Brasil desenvolvesse relações com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor. Argumentou²¹³:

²⁰⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁰⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁰⁹ WIKIPÉDIA, Benedita da Silva, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Benedita_da_Silva>

²¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²¹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Benedita da Silva. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Benedita+da+Silva&txP artido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=pl enario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

Quero chamar a atenção das Sras e dos Srs. Constituintes para o fato de que se um Estado cria e executa leis anti-humanas, assassina grupos populacionais em massa, comete crimes hediondos, inclusive, contra menores, o 34 que se pretende é que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com o governo genocida desse país. Será que é pedir demais, à luz do entendimento de uma sociedade desigual, de diferentes etnias? A foto que temos em mãos mostra centenas e centenas de cadáveres de pessoas negras colocados em vala comum, barbaramente assassinadas pelo governo racista da África do Sul, numa repetição dos hediondos crimes praticados pelos nazistas há 40 anos. Sr. Presidente, Sras, Srs. constituintes, é preciso pensar um pouco sobre essas questões, deixar de lado qualquer vaidade ou interesse pessoal que possamos ter, suprapartidariamente.

Benedita conta em seu pronunciamento²¹⁴ que no anteprojeto da Comissão de Ordem Social foi aprovado artigo com seguinte teor: *"Art 68. O Brasil não manterá relações diplomáticas nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, bem como não permitirá atividades de empresas desses países em seu território."*

Entretanto, quando da análise pela comissão de sistematização, o artigo foi retirado da Carta a contragosto de Benedita que acreditava que tal disposição não colidia, não era incompatível ou redundante com qualquer dos textos dos anteprojetos das outras Comissões temáticas. Apresentou-se, portanto, a Emenda nº 3471-6 pedindo, sua inclusão no Projeto de Constituição. A emenda foi rejeitada, sob os seguintes fundamentos: "A emenda, inelutavelmente de mérito, colide, ademais, como princípio firmado no inciso V do art. 10 do anteprojeto, no sentido de que o Brasil, em suas relações internacionais, enfatiza a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Pela rejeição"²¹⁵.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, Benedita da Silva propôs 92 emendas, dessas, 15 foram aprovadas, 10 parcialmente aprovadas e 41 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 49, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas

²¹³ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>>

²¹⁴ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>>

²¹⁵ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>>

da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 8 - Quantitativo de emendas Benedita da Silva

BENEDITA DA SILVA		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	15
	Parcialmente Aprovadas	10
	Rejeitadas	41
	Não Informada	13
	Prejudicada	12
	Retirada	0
	Em análise	1
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	5
	Comissões	29
	Sistematização	49
	Plenário	8
	Redação	1

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas²¹⁶.

Tabela 9 - Emendas por Comissão Benedita da Silva

BENEDITA DA SILVA		
Número Total de Emendas		92
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	8
	Aprovada	1
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	5
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	2
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	10
	Aprovada	3
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	9
	Aprovada	2

²¹⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Benedita da Silva. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Benedita+da+Silva&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

Comissão de sistematização ²¹⁷	Total	58
	Aprovada	9

Fonte: Elaboração própria

A deputada Benedita da Silva fez 18 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias”. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Destaca-se que uma de suas sugestões, de “*que a educação seja um direito de todos e dever do estado*”, foi despachada simultaneamente para 4 comissões, quais sejam: Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos”; “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias” e “Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes”²¹⁸.

Tabela 10 - Sugestões Benedita da Silva

BENEDITA DA SILVA		
Número Total de Sugestões		18
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1A - Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais 1	1. Sugere a proibição de o Brasil manter relações diplomáticas bem como firmar acordos e convênios com países que desrespeitam os direitos humanos; proibição de permitir atividades das empresas desses países no território nacional. 2. Sugere sejam assegurados aos portugueses e africanos permanentes no Brasil, os mesmos direitos assegurados aos brasileiros natos, salvo o acesso à presidência da República.
	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere normas dispostas sobre direitos políticos, direitos coletivos e garantias dos cidadãos.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere normas que disponham sobre os direitos e garantias individuais e dá outras providências. 2. Sugere que homens e mulheres tenham iguais direitos ao pleno exercício da cidadania

²¹⁷ Ressalva-se que os dados referentes à sistematização, nessa tabela, englobam as emendas propostas na comissão de sistematização, no plenário e as emendas de redação. Isso ocorre em razão dos dados disponibilizados no Senado terem sido assim catalogados.

²¹⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Benedita da Silva. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Benedita+da+Silva&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

		e dá outras providências.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. Sugere que educação seja um direito de todos e dever do estado, nas formas que estabelece
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. sugere que a exploração de minas, jazidas e potenciais de energias elétrica dependam de concessão federal, dadas exclusivamente a brasileiros ou empresas nacionais cujas ações sejam nominativas e tenham no país seu centro de decisões. 2. Sugere que a exploração e o aproveitamento de jazidas, minas e demais recursos minerais e potenciais de energia elétrica dependam de concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros e empresas nacionais.
	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	1. Sugere dispositivos sobre o direito à moradia, título de propriedade de terra às comunidades negras remanescentes dos quilombos, o bem imóvel improdutivo e distribuição de terras para fins de reforma agrária.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere que educação seja um direito de todos e dever do estado, nas formas que estabelece 2. Sugere sejam assegurados aos trabalhadores e aos servidores públicos os direitos e garantias enumerados. 3. Sugere que sejam garantidos pela legislação trabalhista mercado de trabalho, estabilidade, proteção à velhice, pensão por morte e extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos empregados domésticos e rurais.
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere medidas de prevenção e proteção da saúde, estímulo ao esporte e educação física, planejamento familiar, controle das pesquisas e experiências no ser humano, proteção ao meio ambiente, criação de um plano nacional de saúde e organização de sistema de previdência e assistência social.
	7C - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	1. Sugere a instituição de historiografia que resgate a importância das massas escravizadas na história do país. 2. Sugere que educação seja um direito de todos e dever do estado, nas formas que estabelece

		<p>3. Sugere a criação de estímulos fiscais, para que o cidadão afro-brasileiro possa gozar dos plenos direitos à cidadania em igualdade de condições com outros setores da população.</p> <p>4. Sugere dispositivos que proíbam a discriminação racial, assegurem a liberdade de culto religioso, oficializem o dia nacional da consciência negra e reconheçam o caráter multirracial da cultura brasileira.</p>
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere que educação seja um direito de todos e dever do estado, nas formas que estabelece
	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	1. Sugere normas sobre o sistema de comunicação social e sobre a criação do conselho de comunicação social.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<p>1. Sugere que o estado assegure aos pais condições de assistência e guarda de seus filhos e à mulher, assistência à saúde.</p> <p>2. Sugere sejam garantidos ao menor os direitos à dignidade de cidadão, prestada assistência ao idoso, independentemente de contribuição previdenciária, assegurada igualdade entre os cônjuges, proibidos programas de controle da natalidade e discriminado o aborto.</p>

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor do acréscimo de 50% na remuneração das horas extras, da jornada de trabalho semanal de 40 horas, do limite máximo de seis horas para o turno de trabalho ininterrupto, do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço quando da demissão dos trabalhadores e da pluralidade sindical²¹⁹.

Em outras votações da Constituinte, posicionou-se a favor do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com países que desenvolvessem políticas oficiais de discriminação racial, da subordinação do direito de propriedade privada aos interesses sociais, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da nacionalização do subsolo, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da limitação dos encargos da dívida externa, da anistia às dívidas dos micro e pequenos empresários, da licença-maternidade de 120 dias, da instituição do mandado de segurança coletivo, da descriminação do aborto, da extensão do direito de voto aos 16 anos e do

²¹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

presidencialismo. Votou contra a pena de morte e pela fixação do mandato do presidente José Sarney em quatro anos²²⁰.

Benedita afirmou que, quando chegou na constituinte era mulher negra e favelada, apontou que: *“éramos poucas, mas tínhamos uma cumplicidade com as mulheres de outros partidos, então nós não fazíamos debates contraditórios ou contradizentes em plenário, nós tínhamos nossa reunião e, em plenário, nós defendemos aquilo que era consensual”*. Afirmou, também, que foi o melhor político da minha vida, porque nós dialogamos com as almas das pessoas²²¹.

Em 1990 reelegeu-se deputada federal quando integrou como titular a Comissão de Seguridade Social e Família e participou da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Participou da CPI que investigou o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, da que investigou a esterilização em massa de mulheres no país e da que tratou sobre a prostituição infanto-juvenil²²².

Nas eleições de 1994 conquistou o cargo de senadora da república. Nessa legislatura vinculou-se à defesa da cidadania e dos direitos humanos, em particular os das mulheres e dos grupos sociais e étnicos tradicionalmente vitimados por práticas discriminatórias. Em 1996, foi aprovada a emenda constitucional apresentada por Benedita que regulamentava o trabalho dos empregados domésticos²²³.

Em 1998 foi eleita vice-governadora do Rio de Janeiro na chapa de Anthony Garotinho. Exerceu mandato como deputada federal pelo Rio de Janeiro entre 2010 e 2018. Nas últimas eleições, foi reeleita para atuar na Câmara dos Deputados²²⁴.

Durante sua vida, Benedita da Silva publicou diversas obras, entre elas: *Violência, extermínio: para onde vão nossas crianças* (1992), *A questão racial e a nova*

²²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²²¹ TV SENADO. Benedita da Silva relembra luta pelos direitos das minorias durante a Constituinte 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/testemunha-da-historia>>. Acesso em: 21.06.2020.

²²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²²³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²²⁴ WIKIPÉDIA, Benedita da Silva, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Benedita_da_Silva>

sociedade (1994), A situação das crianças e dos adolescentes brasileiros (1995) e Desafio e perspectivas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro (1996)²²⁵.

8.4. Bete Mendes

Nascida em Santos (SP) no dia 11 de maio de 1949, Elisabete Mendes de Oliveira foi casada duas vezes. A primeira, com o ator Dênis Carvalho, e a segunda, com o ex-deputado federal constituinte, Antônio Carlos Nantes de Oliveira (1987-1991). Não teve filhos²²⁶.

Estreou na televisão, tornando-se conhecida nacionalmente, por sua participação na novela *Beto Rockefeller*. Como atriz da TV Globo, engajou-se na campanha pela anistia e, entre 1978 e 1980, na solidariedade sindical às greves dos metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo.

Durante o seu curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP), que não chegou a concluir por conta da perseguição política, travou contato com os movimentos de oposição ao regime militar, vindo a participar como simpatizante de um dos grupos de esquerda que utilizavam as táticas de guerrilha urbana como forma de resistência à ditadura²²⁷.

Em 1970, Bete Mendes foi presa como suspeita de envolvimento em atividades consideradas subversivas pelo Departamento de Operações Internas — Centro de Operações para a Defesa Interna de São Paulo. Foi vítima das torturas praticadas nas dependências do DOI-CODI, sendo absolvida da acusação de crime contra a segurança nacional²²⁸. Alguns anos depois, em agosto de 1985, encontrou-se com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e, reconheceu-o como responsável pelas sessões de tortura que sofreu, oportunidade em que denunciou-o às autoridades²²⁹.

²²⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

²²⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

²²⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

²²⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

²²⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

Em 1980, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual veio a ser eleita deputada federal em novembro de 1982. Nesse mandato, foi favorável à emenda Dante de Oliveira e votou, desrespeitando orientação do seu partido, no candidato oposicionista Tancredo Neves. Por ter apoiado Tancredo, Bete Mendes foi expulsa do PT juntamente com outros deputados que desrespeitaram a decisão de não comparecer ao Colégio²³⁰.

Filiada ao PMDB, disputou e ganhou a eleição de deputada federal para constituinte. Foi empossada em fevereiro de 1987, entretanto, logo no mês seguinte, licenciou-se do mandato para assumir a Secretaria de Cultura do estado, onde ficou até dezembro de 1988, quando voltou ao parlamento em Brasília. Seu lugar na Constituinte foi ocupado por Hélio Rosas. Como a deputada não participou da elaboração da constituição, não fez discursos, sugestões e nem emendas ao texto.

Obtendo apenas uma suplência, deixou a Câmara em janeiro de 1991, ao final da legislatura, após ter se candidatado novamente à reeleição, desta vez pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)²³¹.

8.5. Beth Azize

Nascida em 1º de janeiro de 1940, Elizabeth Azize é natural de Manacapuru, Amazonas. Em 1964, se graduou em direito pela Faculdade de Direito de Manaus. De 1966 a 1970 foi juíza de direito no Amazonas. Tornou-se procuradora jurídica em Manaus, cargo que exerceu até 1976, quando se desincompatibilizou para concorrer a um mandato eletivo e foi eleita vereadora à Câmara Municipal de Manaus na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)²³². Nas eleições de 1978 e 1982 foi eleita para Assembleia Legislativa do Amazonas, cargo que exerceria até janeiro de 1985²³³.

²³⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

²³¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

²³² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²³³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

Líder feminista, concorreu e ganhou uma cadeira de deputada federal constituinte. Tomou posse em 1º de fevereiro de 1987 e tornou-se vice-líder de seu partido²³⁴. Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Beth Azize proferiu 85 discursos²³⁵. Em discurso realizado no dia 25 de Abril de 1988 a Constituinte defendeu²³⁶:

Sr. Presidente, a reforma agrária precisa ser votada, aprovada e entendida por esta Assembléia Nacional Constituinte não como objetivo mas como forma de indispor ostensiva e indiscriminadamente contra a propriedade privada, como uma maneira justa de distribuir a terra para aqueles que dela precisam.

Além de membro titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social. Foi suplente da Comissão de Sistematização²³⁷.

Em abril seguinte, após denunciar a falta de espaço para as mulheres constituintes no campo da tomada de decisões, ameaçou renunciar ao mandato, o que acabou não se concretizando²³⁸. Em discurso²³⁹ proferido no dia 27 de março de 1987, durante a entrega da Carta das Mulheres aos Constituintes, apontou que:

Temos, aqui, nesta Assembléia, o dever e a obrigação de auscultar, de receber os subsídios, as evidências naturais de todos os problemas das mulheres brasileiras, para que nós possamos, nesta Constituição, abordar as questões mais fundamentais da mulher. Vamos começar dizendo a vocês que não será em vão a luta da mulher quando, com todos os percalços e sacrifícios, até mesmo contrariando posturas de partidos políticos que discriminam a mulher, porque a discriminação contra a mulher começa dentro dos partidos políticos. Nós chegamos aqui com minoria, e não era isso que queríamos. Nós queríamos que mais da metade desta Constituinte fosse composta de mulheres, porque a mulher brasileira representa a maior fatia do eleitorado brasileiro. Mas, quero dizer a todos vocês que, apesar de sermos minoria nesta Assembléia, as nossas propostas, com absoluta certeza, irão fazer coro forte, firme, corajoso e altivo na consciência de todos os Constituintes desta Assembléia. E não vamos aceitar que ninguém aqui diga que por questões partidárias ou ideológicas se deixe de lado a questão da mulher brasileira que é prioritária e, principalmente, as

²³⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²³⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Beth Azize. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Beth+azize&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

²³⁶ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>>

²³⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Beth Azize. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133866/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

²³⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²³⁹ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 27 de março de 1987, Pag. 927. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/035anc27mar1987.pdf#page=22>>. Acesso em 20.06.2020

mulheres do Norte e do Nordeste que têm no seu sangue o sofrimento de toda a Nação brasileira

Durante seu período na Assembleia Constituinte, Beth Azize propôs 43 emendas, dessas, 10 foram aprovadas, 2 parcialmente aprovadas e 31 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 35, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 11 - Quantitativo de emendas Beth Azize

BETH AZIZE		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	10
	Parcialmente Aprovadas	2
	Rejeitadas	31
	Não Informada	0
	Prejudicada	0
	Reitirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	0
	Comissões	0
	Sistematização	35
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas²⁴⁰.

Tabela 12 - Emendas por Comissão Beth Azize

BETH AZIZE		
Número Total de Emendas		43
Comissão de sistematização ²⁴¹	Total	43

²⁴⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Beth Azizie. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Beth+azize&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

²⁴¹ Ressalva-se que os dados referentes à sistematização, nessa tabela, englobam as emendas propostas na comissão de sistematização, no plenário e as emendas de redação. Isso ocorre em razão dos dados disponibilizados no Senado terem sido assim catalogados.

Fonte: Elaboração própria

A deputada Beth Azize fez 9 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas²⁴².

Tabela 13 - Sugestões Beth Azize

BETH AZIZE		
Número Total de Sugestões		9
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere normas que disciplinem os casos de inelegibilidade e prazos de sua duração, e tornem facultativos o alistamento e o voto.
II - Comissão da Organização do Estado	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	1. Sugere a criação do conselho de defesa e desenvolvimento da amazônia e normas que disciplinem o desenvolvimento da região amazônica.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3B - Subcomissão do Poder Executivo	1. Sugere medidas para a exclusão do dispositivo que autoriza a concessão de subsídio mensal e vitalício a ex-presidentes da república, a ex-governadores e a ex-prefeitos.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. Sugere estatização dos bancos privados, que passam para o controle da união, a indenização, em títulos da dívida pública (pagáveis em 20 anos), aos acionistas desses bancos, concedendo estabilidade e equiparação salarial (com os servidores do banco do brasil) a seus funcionários. 2. Sugere dispositivos sobre a prioridade do solo e a do subsolo, a propriedade e a exploração de jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como das energias nuclear, hidrelétrica, solar, eólica e a obtida por intermédio de biodigestores.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e	1. Sugere dispositivos sobre o imposto territorial rural e vincula uma de suas

²⁴² SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Beth Azizie. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Beth+azize&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Fundiária e da Reforma Agrária	<p>parcelas à aplicação na reforma agrária.</p> <p>2. Sugere dispositivo sobre a concessão de uso de imóvel rural a estrangeiro.</p> <p>3. Sugere dispositivo sobre legitimação e alienação de terras públicas pela união.</p> <p>4. Sugere dispositivo sobre a propriedade familiar agrária como direito e garantia individual.</p>
--------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical²⁴³

Durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição votou a favor do aborto, do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e da desapropriação da propriedade produtiva para esse fim. Votou contra o presidencialismo, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney (1985-1990) e a legalização do jogo do bicho²⁴⁴.

Após a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, passou a exercer o mandato ordinário, quando endereçou petição ao presidente da Câmara solicitando punição para deputados faltosos que estavam envolvidos com as eleições municipais²⁴⁵.

Em outubro de 1990, reelegeu-se com 17.025 votos. Nesse mandato, Beth Azize solicitou a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar excessos de violência nos programas de televisão²⁴⁶.

²⁴³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²⁴⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²⁴⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

Concorreu a mais um mandato nas eleições de outubro de 1994 na legenda do PDT, sem contudo conseguir se reeleger. No final desse mandato, com o término da legislatura, deixou a Câmara dos Deputados. Não voltou a concorrer a cargos eletivos nos pleitos seguintes²⁴⁷.

8.6. Cristina Tavares

Natural de Garanhuns, no Pernambuco, Maria Cristina de Lima Tavares Correia nasceu no dia 10 de junho de 1936. Solteira, veio a falecer em 23 de fevereiro de 1992, em Houston, vítima de câncer²⁴⁸.

Bacharel em línguas neolatinas pela Faculdade de Filosofia do Recife e atuando como jornalista profissional, Cristina iniciou sua carreira política em 1978, quando se candidatou a uma vaga na Câmara dos Deputados e foi eleita pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de qual viraria vice-líder em novembro de 1979²⁴⁹.

Reelegeu-se deputada federal em 1982, pelo mesmo partido, oportunidade na qual votou a favor da emenda Dante de Oliveira que propôs o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e, posteriormente, votou no candidato Tancredo Neves²⁵⁰.

Ainda filiada ao MDB, elegeu-se deputada federal constituinte em 1986. Durante a constituinte, foi suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Também foi titular da Comissão de Sistematização²⁵¹.

²⁴⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²⁴⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

²⁴⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁴⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁵⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁵¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Cristina Tavares proferiu 105 discursos²⁵². Pronunciou, em 4 de agosto de 1987, durante a discussão em primeiro turno, do Projeto de Constituição, uma defesa do sistema parlamentarista de Governo. Assim disse²⁵³:

Sobre o regime parlamentar que temos defendido, e majoritariamente dentro do PMDB, há quem diga que no Brasil não temos partidos políticos que possam sustentá-lo. Lembro um pensador político, Norberto Bobbio, quando dizia: "Só a força cria o direito, e só o direito limita a força." Da mesma forma, entendo que somente através de um regime parlamentarista será possível a criação de partidos fortes no Brasil. Na realidade, o que ocorre no sistema político brasileiro é que os partidos se transformaram em siglas.

No relatório da subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, elaborado pela Constituinte, escreveu que²⁵⁴:

A ciência e a tecnologia poderão contribuir para a solução de diversas ordens de problemas do país, mas não o farão necessariamente. Sendo assim, torna-se necessário que a Carta Magna defina as prioridades nacionais aplicando recursos em áreas estratégicas, gerando incentivos para que a iniciativa privada o faça. Resta, entretanto, destacar dois conjuntos de recursos que são fundamentais para a garantia do desenvolvimento de um país: os recursos naturais e o mercado nacional. Quanto aos recursos naturais, é imprescindível que um país como o Brasil dispense atenção especial ao seu patrimônio impedindo sua dilapidação e sua utilização predatória. Nos referimos tanto às matérias primas para a produção quanto os recursos para geração de infraestrutura, tais como os recursos energéticos em geral, os recursos ambientais, solos, etc. No que refere ao mercado nacional, não se constitui em uma novidade apresentá-lo como um recurso e como um instrumento fundamental para o desenvolvimento científico e, sobretudo, tecnológico de uma nação. A história dos povos mais avançados do mundo assim o demonstra. Partindo-se de uma proposta nacional de caráter democratizante, tem-se que o objeto final do desenvolvimento só pode ser a sociedade em geral, o elemento humano que a constitui. Nestas condições, deter um mercado real, ou até mesmo potencial, de maior vulto coloca o país em condições extremamente favoráveis no tocante às articulações em termos de tecnologia com os países mais avançados. Um mercado nacional do porte do brasileiro é um estímulo fundamental ao desenvolvimento tecnológico e ao

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁵² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Cristina Tavares. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=CRISTINA+TAVARES&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020

²⁵³ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

²⁵⁴ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Relatório e Anteprojeto da subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-210.pdf>>. Acesso em: 20.06.2020

investimento produtivo no país constituindo-se, portanto, num recurso que temos por obrigação defender sempre que isto se tornar imprescindível ao desenvolvimento, à garantia de investimentos, e da soberania.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 227 emendas, dessas, foram 45 aprovadas, 50 parcialmente aprovadas e 78 rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 161, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 14 - Quantitativo de emendas Cristina Tavares

Cristina Tavares		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	45
	Parcialmente Aprovadas	50
	Rejeitadas	78
	Não Informada	33
	Prejudicada	21
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	9
	Comissões	49
	Sistematização	161
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas²⁵⁵.

Tabela 15 - Emendas por Comissão Cristina Tavares

CRISTINA TAVARES	
Número Total de Emendas	227

²⁵⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Cristina Tavares. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=cristina+tavares&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	9
	Aprovada	5
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	10
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	4
	Aprovada	2
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	33
	Aprovada	9
Comissão de sistematização	Total	169
	Aprovada	29

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 44 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “do poder legislativo”. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas²⁵⁶.

Tabela 16 - Sugestões Cristina Tavares

CRISTINA TAVARES		
Número Total de Sugestões		44
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere normas sobre a igualdade entre os sexos quanto ao exercício da cidadania, conforme enumera. 2. Sugere normas sobre a liberdade e a autonomia sindical, conforme estabelece. 3. Sugere normas sobre a cassação do mandato eletivo em razão de corrupção ou exteriorização de riqueza sem causa.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere norma dispendo sobre o aborto, conforme estabelece. 2. Sugere, como direitos do cidadão brasileiro, o referendo a determinados projetos de lei e a revogação de mandatos eletivos, mediante iniciativa popular. 3. Sugere sejam revogados os dispositivos legais que discriminem a mulher.

²⁵⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Cristina Tavares. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=cristina+tavares&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

		<p>4. Sugere seja proibida, nas sessões dos tribunais de justiça, a apreciação de pedido de inscrição para concurso público, conforme determina.</p> <p>5. Sugere seja considerado crime contra a pessoa humana qualquer ato de violência sexual.</p>
II - Comissão da Organização do Estado	2B -Subcomissão dos Estados	<p>1. Sugere dispositivo sobre a remuneração e vantagens dos ministros de estado.</p> <p>2. Sugere disposições relativas aos subsídios de deputados estaduais e vereadores.</p> <p>3. Sugere norma sobre subsídios e vantagens de governador de estado.</p>
	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	<p>1. Sugere dispositivo sobre subsídios e vantagens de prefeito municipal.</p> <p>2. Sugere dispositivo sobre o desenvolvimento regional, conforme estabelece.</p>
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3A -Subcomissão do Poder Legislativo	<p>1. Sugere norma disciplinando a composição do congresso nacional.</p> <p>2. Sugere norma que disponha sobre as comissões técnicas da câmara dos deputados.</p> <p>3. Sugere a suspensão do mandato parlamentar em caso de ausência às votações, nas condições que estabelece.</p> <p>4. Sugere seja permitido à câmara dos deputados acusar qualquer membro dos tribunais superiores e juízes federais, nas condições que estabelece.</p> <p>5. Sugere normas que disponham sobre o subsídio dos parlamentares.</p> <p>6. Sugere norma disciplinando a discussão e votação de projetos de lei.</p> <p>7. Sugere norma disciplinando a criação e o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.</p> <p>8. Sugere a criação de comissão especial, no congresso nacional, para os fins que especifica</p> <p>9. Sugere norma que disponha sobre a convocação, pela câmara dos deputados, de ministro de estado e outras autoridades, nas condições que especifica.</p>
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. Sugere seja adotado o sistema eletrônico para votação e apuração de eleições para os cargos dos poderes legislativo e executivo em todo o território nacional.
	4C - Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	1. Sugere normas dispendo sobre direitos coletivos.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado,	<p>1. Sugere seja reconhecido o valor econômico do trabalho doméstico</p> <p>2. Sugere que o subsolo e suas riquezas sejam</p>

	Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	propriedades do povo brasileiro e só possam ser explorados em forma de concessão por cidadãos ou empresas brasileiras. 3. Sugere que o estado assegure o direito de propriedade em formas distintas, subordinadas ao bem social e à contribuição para a criação de riquezas do país e de seus habitantes. 4. Sugere dispositivos sobre recursos pesqueiros.
VII - Comissão da Ordem Social	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. Sugere dispositivos sobre a política agrária.
	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere que as normas disciplinadoras das relações de trabalho obedeçam aos preceitos que enumera. 2. Sugere norma dispendo sobre a greve, nos termos e condições que estabelece. 3. Sugere normas dispendo sobre o serviço público. 4. Sugere que se assegurem aos trabalhadores direitos relativos a trabalho, aposentadoria, jornada semanal, férias e demais condições que enumera. 5. Sugere sejam assegurados aos trabalhadores e às trabalhadoras os direitos enumerados.
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere que a seguridade social seja um dever do estado e um direito de todos. 2. Sugere norma que assegure a todos o direito à saúde, cabendo ao estado garantir o saneamento básico, a habitação e a preservação do meio ambiente; orientar o planejamento familiar, fiscalizar e controlar pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano 3. Sugere dispositivo sobre a proteção do meio ambiente. 4. Sugere que os benefícios da seguridade social sejam ampliados
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere seja dever do estado assegurar ao trabalhador urbano e rural assistência à maternidade e à paternidade, nos termos e para o fim que estabelece. 2. Sugere seja responsabilidade do estado assegurar educação gratuita, em todos os níveis, a ambos os sexos, respeitando a cultura dos grupos étnico, e que as creches sejam destinadas a crianças de zero a seis anos de idade. 3. Sugere que seja competência do estado assegurar assistência à maternidade, à infância, à adolescência e aos deficientes; promover a

		criação de creches para crianças de zero a seis anos; dar proteção ao órfão e ao menor abandonado, nos termos que estabelece 4. Sugere que o estado proteja e assegure assistência à família, e que homens e mulheres tenham iguais direitos e deveres em tudo o que diz respeito à sociedade conjugal e aos filhos. 5. Sugere normas dispendo sobre a educação gratuita e de qualidade, nos termos que estabelece.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere normas gerais sobre a família.

Fonte: Elaboração própria

Se posicionou contra o mandato de cinco anos para José Sarney e, também, contra a pena de morte, a pluralidade sindical e o presidencialismo. Apesar de ter se ausentado das votações de quase todo o segundo turno, em razão de um câncer na mama, se posicionou favorável ao rompimento de relações diplomáticas com países mantenedores de políticas de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo. Nas questões trabalhistas, votou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional e da unicidade sindical. Da mesma forma se manifestou em relação à soberania popular, do voto aos 16 anos, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de fundo de apoio à reforma agrária, e da anistia aos micro e pequenos empresários e da desapropriação da propriedade produtiva²⁵⁷.

Além das bandeiras do feminismo, como a legalização do aborto, a instalação obrigatória de creches nas empresas e a ampliação dos direitos da mulher trabalhadora, ficou marcada pela defesa da Lei de Informática e da revisão do Código Nacional de Telecomunicações²⁵⁸.

Em junho de 1988 deixou o PMDB para ser uma das fundadoras do Partido da Social Democracia Brasileira. Veio a romper com o PSDB, quando o partido escolheu um egresso do Partido da Frente Liberal para compor a chapa encabeçada por Mário Covas, na eleição

²⁵⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁵⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

presidencial de novembro de 1989 chegando a declarar-se favorável à candidatura de Leonel Brizola. Candidatou-se, sem êxito, à reeleição no pleito de outubro de 1990, pelo PDT.²⁵⁹

8.7. Dirce Tutu Quadros

Nasceu na cidade de São Paulo, no dia 28 de dezembro de 1943, Dirce Maria do Vale Quadros, filha de Jânio da Silva Quadros, político que, além do cargo de prefeito e governador de São Paulo, ficou conhecido por seu mandato com Presidente da República²⁶⁰.

Foi casada com o jornalista Alaor José Gomes, com quem teve três filhas. Após o divórcio, casou-se com o norte-americano Michael Stong Mulcahy, com quem teve outros três filhos. Casou-se, no início de 1987 com Mário Antônio Mastrobuono, secretário de Planejamento do prefeito Jânio Quadros, que, contrário ao casamento, demitiu o genro. Posteriormente, casou com o psiquiatra Frank Drucker²⁶¹.

Dirce residiu nos Estados Unidos por cerca de 14 anos. Estudou biologia, de 1968 a 1972 e trabalhou como pesquisadora da National Aeronautics and Space Administration (NASA) até 1972. Após voltar ao Brasil, candidatou-se, em 1986, para deputada federal constituinte pelo Partido da Frente Liberal, contra a vontade de seu pai²⁶².

Apesar disso, como Anna Maria Rattes, Tutu foi uma das deputadas que tiveram suas eleições associadas à influência de seus pais ou marido²⁶³. Em entrevista no “Roda Viva”, em 23 de maio de 1988, quando questionada se “a senhora foi eleita por suas qualidades, por ser filha do Jânio ou pelos inimigos do Jânio?” afirmou que ficou sabendo que uns vinte dias antes das eleições, ele reuniu os cabos eleitorais antigos e pediu que colaborassem com sua campanha, ressaltou porém que tinha a impressão de que não adiantou muito, pois era tarde

²⁵⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶³ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

demais. Apontou que nunca pediu o apoio do pai por entender que isso não é algo que se pede é algo que as pessoas dão ou não dão, ressaltando que²⁶⁴:

Minha vitória não foi fácil, nem bonita. Não tive muitos votos, naturalmente quando uma pessoa como eu queria ser representante do povo, poderia ser interpretado como capricho. Eu mesma pensaria antes de votar simplesmente na filha de algum político. O nome Quadros é um marketing político, dá votos, não resta dúvida. Eu tive uma oportunidade. Agora, se eu me mantenho nela, é totalmente responsabilidade minha. Eu fui privilegiada, porque eu tive uma oportunidade que muitas pessoas não têm. Agora eu tenho que trabalhar muito para manter essa oportunidade que me foi dada.

Por problemas enfrentados durante a campanha, quando teve sua ficha de filiação ao PFL roubada e queimada, acabou por se filiar ao PSC, partido pelo qual foi eleita, mas desligando-se pouco antes da posse, quando filiou-se ao PTB. Foi defensora da privatização de diversos setores, entre eles a Empresa de Correios e Telégrafos e o sistema penitenciário²⁶⁵.

Em maio de 1987, foi internada à força numa clínica de repouso, com autorização dos pais e das três filhas do primeiro casamento. A razão foi o desentendimento da família em virtude de seu casamento com Mário Antônio Mastrobuono e as declarações que Dirce vinha dando a respeito de acobertamentos de irregularidades feitos por seu pai. Quando reassumiu sua cadeira em 7 de agosto de 1987, impetrou um habeas-corpus preventivo sob a alegação de que estava sofrendo pressões de familiares e do diretor da clínica de repouso onde estivera internada²⁶⁶. Sobre esse tema, contou para o Roda Viva que²⁶⁷:

Isso é uma coisa do passado, já aconteceu, eu sobrevivi, saí muito bem, o que é uma coisa até surpreendente. Agora, o que eu fiz foi uma coisa muito mal interpretada. Eu apresentei uma emenda constitucional proibindo internamento psiquiátrico, a não ser com a presença de um curador do Estado e médicos qualificados, porque o que aconteceu comigo foi uma experiência muito interessante. E não aconteceu só comigo. Uma senhora que me procurou foi raptada na Rua Augusta [em São Paulo] por uma clínica, a mando do marido que se apaixonou por uma secretária de 23 anos. Uma jornalista era filha de um militar e se envolveu em política estudantil, então o pai a internou. Eu tive vários casos, enfim, depois do que aconteceu comigo, eu tive quase dez mil telegramas. E aqui no Brasil é uma prática irresponsável e abusada. Quando a pessoa se torna inconveniente, é uma saída.

²⁶⁴ RODA VIVA, Dirce Tutu Quadros, 1988. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/590/entrevistados/dirce_tutu_quadros_1988.htm> Acesso em: 20.06.2020

²⁶⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁶⁷ RODA VIVA, Dirce Tutu Quadros, 1988. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/590/entrevistados/dirce_tutu_quadros_1988.htm> Acesso em: 20.06.2020

O habeas Corpus não foi conhecido pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão assim ementada²⁶⁸:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. PARLAMENTAR NO EXERCÍCIO DO MANDATO. REQUERIMENTO DE SALVO-CONDUTO PARA PREVENIR POSSIVEL INTERNAÇÃO EM HOSPITAL PSIQUIATRICO. EPISODIO CLINICO ANTERIOR JA EXHAURIDO NO TEMPO. INDEMONSTRAÇÃO DE QUALQUER SINAL CONCRETO DE COAÇÃO ATUAL OU IMINENTE A LIBERDADE DE IR E VIR DA PACIENTE POR QUEM EXERCA PODER OU AUTORIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(HC 65343, Relator(a): Min. CELIO BORJA, Segunda Turma, julgado em 27/11/1987, DJ 18-12-1987 PP-29138 EMENT VOL-01487-02 PP-00451)

Em agosto de 1988 sofreu com o pedido de cassação do seu mandato, em virtude de ela ser americana naturalizada, o que supostamente a impedia de atuar no parlamento brasileiro. O processo acabou sendo arquivado pelo Ministro da Justiça que reconheceu a intenção da deputada de manter a cidadania brasileira²⁶⁹.

Durante seu período na constituinte Tutu Quadros foi Titular da subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher²⁷⁰.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Dirce Tutu Quadros proferiu 147 discursos²⁷¹. Pronunciou, em 4 de agosto de 1987, durante a discussão em primeiro turno, do Projeto de Constituição, uma defesa do sistema parlamentarista de Governo. Assim disse²⁷²:

O presidencialismo, marca registrada de países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, é o grande acobertado da corrupção, não respondendo à atualidade democrática. Em um País gigantesco como o nosso, o parlamentarismo encontra sustentação na Igualdade participativa de regiões de diferentes formações, tendo como base física o nosso território e como organização

²⁶⁸ O inteiro teor do acórdão está disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=69452>>

²⁶⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁷⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁷¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Dirce Tutu Quadros. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Dirce+tutu+quadros&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=p lenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

²⁷² COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

política o Estado. Os Estados Unidos mantêm um sistema único de distribuição de poderes, com forças e responsabilidades iguais. O Executivo, Legislativo e Judiciário se contrabalançam em defesa do poder econômico americano: O mesmo não podemos dizer do nosso presidencialismo. O sistema presidencialista enfraquece os partidos e a representação parlamentar eleita democraticamente, uma vez que centraliza o poder e usa, egoisticamente, a seu critério: estas tais, nomeações, gastos indecorosos, dívidas externa e interna. O Executivo eleito pelo sistema presidencialista distancia-se de seu partido e de suas bases, passando a negociar seu governo com tudo e com todos, abraçando velhas oposições e repudiando velhas convicções.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 56 emendas, dessas, 5 foram aprovadas, 4 parcialmente aprovadas e 38 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 43, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.²⁷³

Tabela 17 - Quantitativo de emendas Dirce Tutu Quadros

Dirce Tutu Quadros		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	5
	Parcialmente Aprovadas	4
	Rejeitadas	38
	Não Informada	0
	Prejudicada	4
	Retirada	0
	Em análise	5
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	0
	Comissões	0
	Sistematização	43
	Plenário	8
	Redação	5

No que tange às emendas propostas pela constituinte, todas foram propostas na comissão de sistematização, incluindo redação e plenário, dessas, cinco foram aprovadas, uma

²⁷³ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Dirce Tutu Quadros. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=dirce+tutu+quadros&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

na sistematização em si e outra no plenário²⁷⁴. A deputada não fez sugestões ao texto da Constituição.

Dirce se posicionou favoravelmente ao rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial, do limite dos encargos da dívida externa, do voto facultativo aos 16 anos, do mandado de segurança coletivo, da descriminalização do aborto, da proibição do comércio de sangue, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, bem como da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da desapropriação da propriedade produtiva e da legalização do jogo do bicho. Nas questões trabalhistas, foi a favor da estabilidade no emprego, do turno ininterrupto de seis horas, da jornada semanal de 40 horas, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, do aviso prévio proporcional, da pluralidade sindical. Foi contrária à pena de morte, ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney²⁷⁵.

Na mesma entrevista para o Roda Viva, Dirce discorreu a respeito da diferença entre a mulher Brasileira e Americana. Apontou que no Brasil, diferentemente dos EUA, homens e mulheres não são iguais. Apontou que, na constituinte, estavam dando o mesmo direito de terra a mulher do campo e o mesmo direito de propriedade, em geral, à mulher, o que disse não existir antes. Relatou que, quando quis abrir uma boutique, anos antes, precisou da assinatura de seu marido dando permissão para o negócio. Enfim, afirmou que a mulher brasileira ainda é “uma sub brasileira, uma brasileira de segunda classe”²⁷⁶. Foi questionada, também, a respeito da sua atuação na constituinte, oportunidade em que respondeu²⁷⁷:

Augusto Nunes: Deputada, a Margarida Pereira, da Lapa, pergunta que tipo de colaboração a senhora considera mais valiosa na elaboração da nova Constituição [1988]. Qual foi sua contribuição mais importante?

Dirce Tutu Quadros: Até agora, o que me deixou mais satisfeita, foi o direito dos trabalhadores. Eles realmente obtiveram avanços dignos.

Augusto Nunes: Mas ela pergunta sobre a sua contribuição pessoal, quer dizer, que tipo de emenda a senhora ajudou a aprovar ou apresentou?

Dirce Tutu Quadros: Bom, eu estou vindo na semana que vem com a minha emenda favorita, que é de eleições gerais. Vamos ver o que vai acontecer aí. Eu, pessoalmente,

²⁷⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Dirce Tutu Quadros. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=dirce+tutu+quadros&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

²⁷⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁷⁶ RODA VIVA. Dirce Tutu Quadros - 23/05/1988. (43m20s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRFU3ZXAS2k>>. Acesso em 21.06.2020.

²⁷⁷ RODA VIVA, Dirce Tutu Quadros, 1988. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/590/entrevistados/dirce_tutu_quadros_1988.htm> Acesso em: 20.06.2020

duvido que consiga aprová-la. Eu tenho uma, o Lula tem outra e nós vamos fazer uma fusão.

Após a promulgação da nova Carta Constitucional em mandato ordinário, acompanhou, além do escândalo da Bolsa de Valores de São Paulo, o caso dos cinco milhões de “crianças fantasmas” da merenda escolar e a falsificação de cupons para a compra de leite destinada à população de baixa renda.

Não obteve sucesso ao tentar a reeleição, em 1991, quando retornou aos Estados Unidos. Em uma de suas viagens foi impedida de embarcar com seu pai num avião com destino a Londres, em razão de uma interpelação judicial requerida pelas filhas, que acreditavam que Dirce objetivava se apoderar do dinheiro das contas que o avô, Jânio, possuía no exterior²⁷⁸. Dirce Tutu Quadros morreu em 28 de agosto de 2014, aos 70 anos, vítima de enfisema pulmonar²⁷⁹.

8.8. Eunice Michiles

Paulista, Eunice Mafalda Michiles nasceu no dia 10 de julho de 1929. Foi casada com Darci Augusto Michiles, com quem teve quatro filhos²⁸⁰. Entre suas obras publicadas estão: A mulher e o planejamento familiar e Uma visão feminina sobre problemas sociais²⁸¹.

Além de Professora primária, foi funcionária pública e comerciária. Em 1934 foi eleita deputada estadual do Amazonas pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena), legenda que apoiava o regime militar vigente. Teve que deixar a Arena em razão da extinção do bipartidarismo, oportunidade em que ingressou no Partido Democrático Social (PDS). Foi a primeira senadora eleita no país, quando com o falecimento do senador João Bosco, deixou a suplência para assumir a vaga aberta²⁸².

²⁷⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁷⁹ O GLOBO. Morre Tutu Quadros, filha do ex-presidente Jânio Quadros. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/morre-tutu-quadros-filha-do-ex-presidente-janio-quadros-13755757>>

²⁸⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁸¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Eunice Michiles. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139194/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

²⁸² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

Foi presidente do Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS), grupo que objetivava congregar uma base feminina no PDS em favor da candidatura presidencial de Mário Andreazza. Liderou, também, o Movimento das Mulheres Pró-Paulo Maluf. Contudo, atraída pelos dissidentes do PDS que compunham a Frente Liberal, optou por apoiar a candidatura de Tancredo Neves. Quando a Frente Liberal foi convertida em agremiação política, o Partido da Frente Liberal (PFL), Eunice Michiles se filiou a ele. Quando foi eleita deputada federal constituinte, já estava nessa legenda. Buscou a reeleição em 1991, entretanto, obteve apenas uma suplência²⁸³.

Durante a Assembleia Nacional, foi titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Se juntou com um grupamento suprapartidário de parlamentares conservadores, chamado de Centrão²⁸⁴.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Eunice Michiles proferiu 7 discursos²⁸⁵. Em 14 de setembro de 1988, fazendo menção ao dispositivo da nova Constituição Federal que assegura direito ao planejamento familiar, pronunciou que²⁸⁶:

O número de abortos praticados no Brasil dá a dimensão do que significa a ausência de um programa de planejamento familiar, pois nenhuma mulher aborta porque gosta ou ache elegante, mas pela falta de um eficiente planejamento familiar. O pior do aborto é seu alto custo em vidas, além do custo financeiro. Calcula-se que a metade do sangue consumido em todas as transfusões é usado em abortos malsucedidos, e que metade dos leitos obstétricos são ocupados por pacientes que provocaram o aborto. Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar registrado o meu apelo no sentido de que o governo universalize as informações e os meios para que o planejamento familiar deixe de ser privilégio de famílias abastadas, e que um programa bem elaborado, com a participação de toda a sociedade, alcance os sertões, as caatingas e os beiradões deste Brasil.

²⁸³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁸⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁸⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Eunice Michiles. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Eunice+Michiles&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

²⁸⁶ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 193 emendas, dessas, foram 23 aprovadas, 32 parcialmente aprovadas e 106 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 152, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 18 - Quantitativo de emendas Eunice Michiles

Eunice Michiles		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	23
	Parcialmente Aprovadas	32
	Rejeitadas	106
	Não Informada	15
	Prejudicada	17
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	14
	Comissões	19
	Sistematização	152
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas²⁸⁷.

Tabela 19 - Emendas por Comissão Eunice Michiles

EUNICE MICHILES		
Número Total de Emendas		193
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	4
	Aprovada	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	4

²⁸⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Eunice Michiles. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=eunice++michiles&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	1
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	1
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	21
	Aprovada	6
Comissão de sistematização ²⁸⁸	Total	160
	Aprovada	17

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 45 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a “da Família, do Menor e do Idoso”. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Adianta-se que uma de suas sugestões, a de que “seja assegurado ao menor, em situação irregular, um lar substituto, nas condições que estabelece”, foi despachada simultaneamente para duas subcomissões, quais sejam: Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas e a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Ademais, uma das sugestões não teve nenhuma indexação²⁸⁹.

Tabela 20 - Sugestões Eunice Michiles

EUNICE MICHILES		
Número Total de Sugestões		45
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere que se vede a veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros em qualquer meio de comunicação. 2. Sugere a garantia da liberdade religiosa e de culto, nas condições que especifica.
	1C - Subcomissão dos Direitos e	1. Sugere norma sobre o registro civil. 2. Sugere norma que assegure a assistência aos

²⁸⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Eunice Michiles. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=eunice++michiles&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

²⁸⁹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Eunice Michiles. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=eunice++michiles&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

	Garantias Individuais	inválidos e idosos. 3. Sugere norma sobre a livre expressão do pensamento e o direito de acesso à informação.
II - Comissão da Organização do Estado	2B -Subcomissão dos Estados	1. Sugere que seja competência dos estados a criação e a organização dos municípios.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3A -Subcomissão do Poder Legislativo	1. Sugere que seja da competência do senado federal autorizar, por voto secreto, a criação de representação diplomática permanente. 2. Sugere norma dispendo sobre licença-maternidade para as parlamentares.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. Sugere que seja obrigatória a informatização na apuração das eleições das capitais e dos municípios com mais de cem mil eleitores.
	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	1. Sugere que todos os brasileiros sejam obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessário à segurança nacional; que os eclesiásticos fiquem isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei atribua; e que as mulheres sejam obrigadas ao serviço civil, destinado ao amparo e proteção do menor carente. 2. Sugere dispositivo sobre a organização da polícia federal.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. Sugere que os recursos públicos destinados ao ensino sejam aplicados, prioritariamente, no ensino fundamental obrigatório e no pré-escolar 2. Sugere que seja assegurado ao menor, em situação irregular, um lar substituto, nas condições que estabelece. 3. Sugere que, no período que define, as pessoas físicas e jurídicas estabelecidas na região norte fiquem dispensadas do pagamento do imposto de renda. 4. Sugere que a união, os estados, o distrito federal e os municípios apliquem, anualmente, recursos orçamentários na educação. 5. Sugere que a união institua imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo, diárias pagas pelos cofres públicos e aposentadorias. 6. Sugere norma que estabeleça percentuais mínimos de recursos a serem aplicados pelo poder público na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere que seja assegurado o direito à percepção integral da remuneração ao servidor civil ou militar candidato a cargo eletivo federal, estadual ou municipal

		<p>2. Sugere que pelo menos 4% das verbas de pesquisas no campo de saúde sejam destinados a estudos relativos à reprodução humana.</p> <p>3. Sugere dispositivo sobre a concessão de aposentadoria com base nas peculiaridades de cada região.</p> <p>4. Sugere que os proventos da aposentadoria ou pensão nunca sejam inferiores ao valor do último salário percebido pelo segurado quando em atividade.</p> <p>5. Sugere que se assegure à dona-de-casa do meio rural direito à aposentadoria por velhice.</p> <p>6. Sugere seja garantido ao condenado o direito ao trabalho remunerado e ao desenvolvimento de sua personalidade.</p>
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere que a constituição assegure pensão aos dependentes do segurado da previdência social e ao cônjuge sobrevivente.
	7C - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	<p>1. Sugere disposições atinentes aos problemas dos deficientes físicos e mentais.</p> <p>2. Sugere normas que garantam ao deficiente físico educação especial gratuita.</p> <p>3. Sugere dispositivo sobre assistência ao menor deficiente.</p> <p>4. Sugere que se assegure aos deficientes a melhoria de sua condição sócio-econômica, proibida a discriminação.</p>
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	<p>1. Sugere que caiba ao estado assegurar, além do ensino básico obrigatório e gratuito, o ensino dos rudimentos de botânica, zoologia e tratos do solo, e de conhecimentos gerais sobre agricultura e agropecuária.</p> <p>2. Sugere normas sobre a obrigatoriedade do ensino pré-escolar e do 1º grau.</p> <p>3. Sugere que o ensino pré-escolar e o de 1. Grau sejam obrigatórios para todos e gratuitos nos estabelecimentos oficiais.</p> <p>4. Sugere a obrigatoriedade do ensino ecológico nos horários normais das escolas oficiais e particulares de primeiro e segundo graus.</p>
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<p>1. Sugere normas sobre o direito de adoção.</p> <p>2. Sugere que se assegure suplementação alimentar, além da fornecida na escola, às crianças oriundas de famílias que percebam menos de 3 salários mínimos.</p> <p>3. Sugere proteção especial do estado às famílias de baixa renda, conforme estabelece.</p> <p>4. Sugere que os pais ou responsáveis por menores que não frequentem escolas não</p>

		<p>incorram nas sanções previstas em lei.</p> <p>5. Sugere que seja assegurado ao menor, em situação irregular, um lar substituto, nas condições que estabelece.</p> <p>6. Sugere normas dispendo sobre medidas de assistência ao menor, como especifica.</p> <p>7. Sugere dispositivo que assegure à família, com renda inferior a três salários mínimos, o recebimento gratuito de medicamentos básicos necessários.</p> <p>8. Sugere dispositivo que assegure a liberdade de escolha do casal com relação ao número de filhos.</p> <p>9. Sugere dispositivos sobre a filiação ilegítima e a adotiva, e sobre a assistência ao menor.</p> <p>10. Sugere que o aval dado por um dos cônjuges, casado em comunhão de bens, somente seja válido quando endossado pelo outro cônjuge</p> <p>11. Sugere a criação de uma política social para o idoso, conforme enumera.</p> <p>12. Sugere que a constituição assegure o direito de aborto nos casos de estupro, gravidez de risco, fetos contaminados com o vírus da aids e má-formação fetal, de acordo com a lei</p> <p>13. Sugere normas dispendo sobre a dissolução do casamento.</p>
SEM INDEXAÇÃO	SEM INDEXAÇÃO	1. Sugere que seja vedado à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios instituir imposto sobre habitações populares

Fonte: Elaboração própria

Foi contrária ao rompimento das relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a limitação do direito de propriedade privada, o mandado de segurança coletivo, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a soberania popular, o voto aos 16 anos, a proibição do comércio de sangue e a desapropriação de propriedade produtiva²⁹⁰.

Foi favorável a proteção ao emprego contra a demissão sem justa causa, da jornada semanal de 40 horas, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney (1985-1990), do direito de greve e da anistia aos micro e pequenos empresários²⁹¹.

²⁹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

²⁹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

8.9. Irma Passoni

Nascida em Concórdia, Santa Catarina, no dia 5 de abril de 1943, Irma Rosseto Passoni foi casada com Armelindo Passoni, com quem teve dois filhos²⁹².

Foi professora em colégios particulares e públicas. De 1965 a 1971 foi freira do Instituto Beatíssima Virgem Maria, até iniciar os cursos de pedagogia e de administração e supervisão escolar. Trabalhou em segmentos da Igreja Católica que associava as tarefas de evangelização à conscientização política dos fiéis²⁹³.

Filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegeu-se deputada estadual por São Paulo, em 1978, quando foi membra das comissões de Educação e de Direitos Humanos. Em 1979 colaborou para criação do Partido dos Trabalhadores, partido pelo qual foi eleita deputada federal em 1982, oportunidade na qual votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e, posteriormente, seguindo a orientação do PT, ausentou-se do Colégio Eleitoral que deu a vitória ao candidato opositor Tancredo Neves²⁹⁴.

Em 1986, foi escolhida líder da bancada petista na Câmara. No mesmo ano, foi eleita deputada federal constituinte. Durante os trabalhos, foi membro titular da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária e suplente da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas²⁹⁵.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Irma Passoni proferiu 173 discursos²⁹⁶. Em 9 de abril de 1987, acusou as Forças Armadas de tentarem manter na nova

²⁹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

²⁹³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

²⁹⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

²⁹⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

²⁹⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Irma Passoni. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Irma+Passoni&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

constituição a prerrogativa de tutelar a Nação segundo a doutrina da segurança nacional, afirmou que²⁹⁷:

Verificamos também que, usando de meios desproporcionais, o establishment sistema militar persegue um objetivo: manter na nova Constituição o seu "direito" de tutelar a Nação nos moldes prescritos pela doutrina da segurança nacional. O exagero reside no fato de que este Congresso já deu suficientes provas de subserviência para merecer tão rude trato.

Cientes de que a democracia só se constrói através de sua prática e de que o povo não dispõe da alternativa do exílio dourado, só nos resta a alternativa da luta. Ela vai continuar se expressando na resistência popular às políticas antidemocráticas de concentração da riqueza, mas deve expressar-se aqui também através da apresentação de propostas constituintes capazes de viabilizar o desenvolvimento democrático do Brasil.

Para atingir aquele objetivo, a nova Constituição deve consagrar a soberania popular, fundando a cidadania nesta sociedade tão terrivelmente marcada por uma persistente vocação escravista de suas classes dominantes. É por isso que aqui advogaremos a tese de que todo o poder emenda do povo e em seu nome, com seu consentimento e sua participação, é exercido

No mesmo discurso, deu algumas opiniões quanto à igualdade de gênero e à propriedade privada. Apontou, respectivamente²⁹⁸:

a) A completa igualdade entre os cônjuges no que diz respeito à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família e ao pátrio poder. b) – A igualdade dos cônjuges no que diz respeito ao registro dos filhos. c) – A igualdade entre filhos, independentemente do vínculo matrimonial existente entre os pais. d) – Proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente. e) – Acesso da mulher rural a todos os benefícios da Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil. f) – O Estado deve assegurar os mecanismos do desempenho da 79 maternidade e da paternidade. g) – A lei deve coibir a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

"1º A propriedade, enquanto garantia de proteção à pessoa humana, não pode ser suprimida ou sacrificada aos interesses sociais, porque a dignidade humana é o 80 primeiro e mais fundamental valor social. 2º Nas hipóteses em que ela não é condição da dignidade humana, a propriedade privada deve ceder o passo à realização dos interesses sociais, com indenização limitada, ou mesmo sem indenização alguma no caso da concentração abusiva."

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 226 emendas, dessas, 17 foram aprovadas, 54 parcialmente aprovadas e 135 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas

²⁹⁷ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

²⁹⁸ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

de emendas dessa parlamentar foi na Comissão da Ordem Econômica, que totalizaram 120, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovada. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.²⁹⁹

Tabela 21 - Quantitativo de emendas Irma Passoni

Irma Passoni		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	17
	Parcialmente Aprovadas	54
	Rejeitadas	135
	Não Informada	9
	Prejudicada	11
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	37
	Comissões	120
	Sistematização	61
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³⁰⁰.

Tabela 22 - Emendas por Comissão Irma Passoni

IRMA PASSONI		
Número Total de Emendas		226
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	4
	Aprovada	1
II - Comissão da Organização do Estado	Total	1
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	2

²⁹⁹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Irma Passoni. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=irma+passoni&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁰⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Irma Passoni. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=irma+passoni&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	148
	Aprovada	10
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	2
	Aprovada	1
Comissão de sistematização	Total	69
	Aprovada	5

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 12 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Uma de suas sugestões, quanto às bases da ordem social, foi despachada simultaneamente para 2 subcomissões, quais sejam: Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso³⁰¹.

Tabela 23 - Sugestões Irma Passoni

IRMA PASSONI		
Número Total de Sugestões		12
II - Comissão da Organização do Estado	2A- Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	1. sugere que todo poder emana do povo e em seu nome, proveito e com sua participação deve ser exercido, que a organização dos poderes tem por fim assegurar, a todos, condições de vida digna e feliz, que a soberania popular se exerce pelo sufrágio político e a participação do povo nas funções públicas, com a garantia dos direitos e liberdades fundamentais, e que o território e os bens nacionais são inalienáveis.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. sugere que o partido político registre, juntamente com seus candidatos, suas propostas de governo, assinalando aquelas que terão caráter de mandato imperativo.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado,	1. sugere normas sobre as minas, jazidas e demais recursos minerais. 2. sugere que a tarefa realizada no recesso do

³⁰¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Irma Passoni. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=irma+passoni&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

	Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	lar seja considerada atividade econômica.
	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	1. sugere normas reguladoras da prestação ou concessão de exploração do serviço de transporte urbano coletivo. 2. sugere normas que disponham sobre a função social do solo urbano; que assegurem a todos os cidadãos melhor qualidade de vida, garantindo-lhes habitação, transporte, educação, saúde, lazer, trabalho, segurança e equilíbrio ambiental.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. sugere normas dispendo sobre a reforma agrária, em condições e situações que enumera; a obrigação social do imóvel rural, sobre módulos regionais de exploração agrícola; sua forma de domínio e posse; indenização de imóvel desapropriado; resgate de títulos da dívida agrária; declaração de interesse social; acesso do trabalhador á propriedade da terra; terras públicas; pessoas estrangeiras possuidoras de terras nacionais; sobre a penhora; sobre a contribuição de melhoria incidente sobre imóvel rural; e demais disposições transitórias.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. sugere inclusão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, dentre cujas normas estão: i proibição de diferença salarial para trabalhos iguais; ii creches para filhos de empregados, até 1 ano, no local do trabalho, próximo deste ou da moradia; iii não incidência da prescrição no curso do contrato; iv descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto; v participação lucros da empresa; vi garantia e segurança no emprego, proibida demissão imotivada, vii extensão direitos trabalhistas aos domésticos 2. à comissão da ordem social. sugere que a ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base em: i - função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o estado assegurar os mecanismos de seu desempenho; ii igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. (8c)
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	1. sugere normas sobre os meios de comunicação social, dispendo que a criação de empresas jornalísticas e a publicação de jornais e periódicos independa de autorização

da Comunicação	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	do poder público. 1. sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, cabendo ao estado promover criação de rede nacional de assistência materno-infantil e rede nacional de creches. 2. sugere que a família, instituída civil ou naturalmente, tem direito à proteção do estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal dos seus membros, cabendo ao estado assegurar assistência à família e criar mecanismos para coibir a violência nas relações familiares. 3. à comissão da ordem social. sugere que a ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base em: i - função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o estado assegurar os mecanismos de seu desempenho; ii igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. (7a)
----------------	--	---

Fonte: Elaboração própria

Durante a constituinte se posicionou de forma contrária à pena de morte e contra um mandato de cinco anos de duração para José Sarney. Seguindo as orientações de sua legenda, foi favorável à limitação do direito de propriedade privada, à legalização do aborto, à estabilidade no emprego, à pluralidade sindical, à possibilidade de voto aos 16 anos, à limitação dos juros reais em 12% ao ano, à desapropriação da propriedade produtiva, à jornada semanal de 40 horas e à estatização do sistema financeiro. Da mesma forma, votou a favor do presidencialismo, por recomendação do partido, apesar de se considerar parlamentarista³⁰²

Após o final de seu mandato, candidatou-se, com êxito, para o mesmo cargo. Nesse mandato, presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, na qual atuou na regulamentação das TVs a cabo no país, e votou a favor da abertura de processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Nessa legislatura, votou a favor da criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e foi contrária a criação do Fundo que permitia ao governo retirar recursos de áreas como saúde e educação para ter

³⁰² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

maior liberdade de administração das verbas, chamado de Fundo Social de Emergência (FSE)³⁰³.

Candidatou-se, sem êxito, à reeleição pelo PT em outubro de 1994. Da mesma forma, candidatou-se em 2004 como vereadora da capital paulista, contudo, não teve sucesso³⁰⁴.

8.10. Lídice da Mata

Baiana, Lídice da Mata e Sousa nasceu na cidade de Cachoeira, no dia 12 de março de 1956. Foi casada com Carlos Olímpio Martins de Carvalho, com quem teve um filho³⁰⁵.

Economista, foi militante estudantil e filiada ao clandestino Partido Comunista do Brasil. Atuou na luta contra o regime militar, a partir da década de 70, continuando na luta até a restauração democrática. Foi vereadora de Salvador em 1982. Nessa primeira eleição, foi filiada ao PMDB, partido que abandonou após a legalização do PCdoB³⁰⁶.

Com apoio da esquerda e levantando a bandeira “Mulheres, à luta!”, elegeu-se deputada federal constituinte pelo PCdoB em novembro de 1986³⁰⁷. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, suplente da Comissão de Sistematização e titular da comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições³⁰⁸.

Do início da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Lídice proferiu 91 discursos³⁰⁹. Em discurso pronunciado em 7 de julho de 1988, criticou o texto constitucional afirmando que foi “incapaz de absorver a necessidade de modernizar o Estado brasileiro, a ponto de propiciar um

³⁰³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

³⁰⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

³⁰⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³⁰⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³⁰⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³⁰⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Lídice da Mata. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139285>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁰⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Lídice da Mata. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=L%C3%ADdice+da+Mata&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020..

novo sistema de Governo que prepare o Brasil para o ano 2000”. Entretanto, ressaltou os pontos que entendeu positivos³¹⁰:

No entanto, esta é também uma Constituição que foi capaz de propiciar avanços setoriais à luta do nosso povo. Na verdade, houve alguns avanços nas questões trabalhistas, dos direitos sociais. Gostaria de referir-me, especialmente a pelo menos três pontos relevantes da Constituição: a questão da mulher, a educação e a comunicação. Não tenho dúvida de que esta Constituinte permitirá às mulheres brasileiras conquistas concretas e objetivas fruto tanto da sensibilidade deste Congresso em relação às teses progressistas do movimento de mulheres sobre a necessidade da igualdade de direitos, como também do trabalho permanente de uma ativa bancada feminina de apenas 25 mulheres Constituintes, num total de 559 Constituintes, o que nos dá uma relação de 534 homens para 25 mulheres, na defesa de idéias e propostas dessa parcela majoritária da população brasileira

No mesmo discurso, apontou a dificuldade de aprovar a licença maternidade e criticou o posicionamento dos setores empresariais que caracterizavam a medida como um prejuízo para as mulheres trabalhadoras, visto que seria causa de desemprego feminino. Afirmou que³¹¹:

Não aceitamos, absolutamente, a tese de que a licença -maternidade de 120 dias para a mulher trabalhadora trará prejuízo à indústria, porque, em primeiro lugar, os próprios 87 dados da Confederação Nacional da Indústria registram que os 120 dias significarão apenas um acréscimo de 0,09% sobre a folha de salário das empresas – portanto, um aumento irrisório. Em segundo lugar, é preciso afirmar a função social da maternidade, de interesse da sociedade, para a manutenção da sua própria sobrevivência. Por isso, é mais que justo que seu ônus seja assumido por toda a sociedade e não apenas pelas mulheres, pelas mães trabalhadoras deste nosso País. É preciso que o empresariado dê sua cota de sacrifício. São, pois, inadmissíveis as tentativas de se suprimir da Constituição esta conquista das mulheres trabalhadoras. Garantir os 120 dias de licença-maternidade neste segundo turno é impedir que se crie um fosso entre o ingresso da mulher no mercado de trabalho e sua possibilidade de ser mãe

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 196 emendas, dessas, 20 foram aprovadas, 11 parcialmente aprovadas e 87 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, que totalizaram 94, mas foi na comissão de sistematização da que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

³¹⁰ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

³¹¹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Tabela 24 - Quantitativo de emendas Lídice da Mata

Lídice da Mata		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	20
	Parcialmente Aprovadas	11
	Rejeitadas	87
	Não Informada	69
	Prejudicada	9
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	43
	Comissões	113
	Sistematização	32
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³¹².

Tabela 25 - Emendas por Comissão Lídice da Mata

LÍDICE DA MATA		
Número Total de Emendas		196
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	13
	Aprovada	3
II - Comissão da Organização do Estado	Total	6
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	0
	Aprovada	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	94
	Aprovada	2
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	18
	Aprovada	1
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	0
	Aprovada	0

³¹² SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lídice da Mata. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=lidice+da+mata&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

VII - Comissão da Ordem Social	Total	5
	Aprovada	2
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	20
	Aprovada	2
Comissão de sistematização	Total	40
	Aprovada	10

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez quatro sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas³¹³.

Tabela 26 - Sugestões Lídice da Mata

Lídice da Mata		
Número Total de Sugestões		4
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que os partidos políticos com representação na assembléia nacional constituinte tenham seus registros automaticamente definidos e conferidos pelo tribunal superior eleitoral, independentemente de quaisquer exigências da lei. 2. Sugere que seja assegurada a liberdade de organização partidária e que a atividade política dos partidos seja garantida. 3. Sugere norma sobre o sistema eleitoral, nas condições que especifica
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que sejam assegurados à mulher direitos iguais ao do homem em todos os setores da vida econômica, política, social, cultural e familiar, e dá outras providências.

Fonte: Elaboração própria

Se posicionou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade, da limitação dos encargos da dívida externa, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, do aborto, da nacionalização do subsolo, do mandado de segurança coletivo, da soberania popular, da remuneração 50% superior para o trabalho extra,

³¹³ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lídice da Mata. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=lidice+da+mata&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, da unicidade sindical, do voto facultativo aos 16 anos, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da desapropriação da propriedade produtiva e da anistia aos micro e pequenos empresários. Votou contra a pena de morte, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a legalização do jogo do bicho³¹⁴. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos:

Em uma entrevista com Lídice da Mata para o programa “Testemunha da História”, organizado pela TV SENADO, em homenagem aos 30 anos da Constituição Federal, a parlamentar afirmou que: *“Nós mulheres Constituintes fomos o único segmento que se elegeram com uma carta programática... Era expressivo o nascimento de uma mulher política, que ao se confrontar com os desafios da política mudou seu ponto de vista e mudou sua própria vida”*³¹⁵.

Após o mandato da constituinte, candidatou-se à prefeitura de Salvador pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1992. Com êxito, Lídice foi a primeira mulher prefeita da cidade de Salvador. O seu mandato, entretanto, foi avaliado como o último lugar entre 11 prefeitos de capitais, por uma pesquisa do Datafolha. Lídice justificou que os problemas de sua gestão foram em razão do cerco político dos seus opositores, como o governo estadual e da TV Bahia. Foi ameaçada de prisão por um Juiz de Salvador em virtude do atraso no pagamentos dos salários dos servidores públicos municipais, motivo pelo qual impetrou um *habeas-corpus*³¹⁶.

Em 1988, foi eleita para Assembleia Legislativa da Bahia, pelo PSB e, em 2002, foi reeleita. Em 2006, foi eleita deputada federal pela Bahia. Já em 2010, Lídice da Mata conquistou, pelo PSB, o cargo de senadora pela Bahia, com 3.384.918 votos³¹⁷.

Foi contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Durante seu julgamento na Câmara, no dia 30 de agosto, afirmou que "ficou demonstrado de modo cristalino que Dilma

³¹⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³¹⁵ TV SENADO. A Constituinte mudou a vida das mulheres, explica Lídice da Mata. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/testemunha-da-historia/2018/11/a-constituente-mudou-a-vida-das-mulheres-explica-lidice-da-mata>>. Acesso em: 21.06.2020.

³¹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³¹⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

não cometeu crime de responsabilidade", referindo-se ao processo como "golpe" e "farsa parlamentar"³¹⁸.

Foi eleita deputada federal, em 2018, pelo PSB, para exercer mandato até 2023 representando o estado da Bahia³¹⁹.

8.11. Lúcia Braga

Antônia Lúcia Navarro Braga nasceu no dia 13 de dezembro de 1934. Natural de João Pessoa foi casada com Wilson Braga, com quem teve três filhos³²⁰.

Formou-se em assistência social, profissão que exerceu no Serviço Social da Indústria (Sesi) e no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), ambos em João Pessoa. Em 1966, mudou-se para Capital Federal em razão da eleição de seu marido, Wilson Braga, para a Câmara dos Deputados. Formou-se em direito, em 1969, na Faculdade de Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal³²¹.

No início da década de 80, assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho em João Pessoa, criada por seu marido, ora governo do estado. Nesse cargo, dedicou-se a importantes promoções sociais, entre elas, comandou a construção de 14 mil casas populares na periferia de João Pessoa o que resultou na sua aproximação com as populações carentes do estado³²².

Fortificada pela sua atuação na Fundação Social do Trabalho e, possivelmente, pelo prestígio político do marido elegeu-se, pelo PFL, deputada federal constituinte com a terceira maior votação de todo o estado, com 92.324 votos³²³. Apesar de ser uma das deputadas que,

³¹⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

³¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Lídice da Mata. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139285>> Acesso em: 30.05.2020.

³²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³²¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³²³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

como Anna Maria Rattes e Dirce Tutu Quadros, teve sua candidatura associada com a força política de seu marido ou pai³²⁴, destaca-se que, diferentemente da esposa, Wilson Braga não teve êxito em sua eleição para uma cadeira no Senado.

Durante a Constituinte, foi vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais³²⁵. Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Lúcia Braga proferiu 36 discursos³²⁶. Em discurso pronunciado no dia 19 de fevereiro de 1987, apresentou os princípios que julgava que deveriam nortear a Constituinte³²⁷:

É indispensável, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, que os brasileiros, em todos os níveis, disponham de emprego, moradia e educação e que haja uma melhor distribuição de renda, a fim de que as desigualdades sociais sejam minimizadas. Impõe-se alteração radical nas estruturas sócio-econômicas atuais, reconhecidamente obsoletas, que permitem a existência de bolsões de miséria ao lado do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, que possibilitam a existência de grandes áreas improdutivas, quando em sua volta os camponeses são enxotados para as cidades onde vão habitar favelas, alagados e palafitas e contemplar, impotentes, a desagregação do núcleo familiar – os filhos levados à marginalidade ainda na infância. É necessário, pois, que no texto da Carta que esta Assembléia vai redigir seja expressa a obrigatoriedade de o Governo realizar a reforma agrária, expressando a vontade do povo brasileiro, interpretando a consciência nacional, e não apenas em lei ordinária como se fora uma benesse do chefe do Executivo.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 118 emendas, dessas, 8 foram aprovadas, 25 parcialmente aprovadas e 51 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 82, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 27 - Quantitativo de emendas Lúcia Braga

Lúcia Braga

³²⁴ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

³²⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Lúcia Braga. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/65987/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

³²⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Lúcia Braga. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=lucia+braga&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

³²⁷ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Resultado do total das Emendas	Aprovadas	8
	Parcialmente Aprovadas	24
	Rejeitadas	51
	Não Informada	20
	Prejudicada	12
	Retirada	2
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	11
	Comissões	20
	Sistematização	82
	Plenário	4
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³²⁸.

Tabela 28 - Emendas por Comissão Lúcia Braga

LÚCIA BRAGA		
Número Total de Emendas		117
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	10
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	9
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	4
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	4
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	4
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	86
	Aprovada	8

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 13 sugestões ao texto da Constituição, sendo que tanto a subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas como a dos Direitos dos Trabalhadores e

³²⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lúcia Braga. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=lucia+braga>> Acesso em: 30.05.2020.

Servidores Públicos receberam três sugestões cada. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas³²⁹.

Tabela 29 - Sugestões Lúcia Braga

Lúcia Braga		
Número Total de Sugestões		13
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. sugere seja assegurado à mulher, na condição de cabeça-do-casal, o direito de aquisição de terras públicas, e demais condições que estabelece. 2. sugere que seja livre a manifestação de pensamento, convicção política e filosófica, nas condições que estabelece.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. sugere norma que disponha sobre a aplicação de percentual do produto da arrecadação anual dos impostos, nos casos e condições que especifica. 2. sugere que a lei orçamentária anual discrimine a despesa pública por estados, territórios e distrito federal, observados os critérios que especifica. 3. sugere que à união caiba manter incentivos fiscais e financeiros para privilegiar os estados menos desenvolvidos.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	1. sugere norma que assegure a todos os cidadãos o direito à moradia adequada e cabendo ao estado: promover a regularização fundiária e desapropriação das áreas urbanas ociosas: urbanizar as áreas já ocupadas e executar programas especiais de doação de lotes urbanizados, material de construção e assistência técnica, cabendo ao beneficiário a construção em regime de mutirão.

³²⁹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lúcia Braga. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=lucia+braga>> Acesso em: 30.05.2020.

	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. sugere que a união promova a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, nas condições que estabelece.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. sugere estabilidade no emprego para a mulher, antes e após o parto, nas condições que estabelece. 2. sugere que se assegure aos trabalhadores, homens e mulheres, o direito à aposentadoria voluntária por tempo de serviço 3. sugere que a mulher trabalhadora rural tenha direito ao mesmo salário que o homem, quando no exercício da mesma atividade.
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. sugere sejam assegurados à mulher trabalhadora rural todos os benefícios concedidos pela previdência social à trabalhadora urbana.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. sugere que o ensino seja gratuito em todos os níveis, e estabelece critérios para coibir, na área da educação, todas as formas de discriminação.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. sugere normas sobre a família e sobre a maternidade.

Fonte: Elaboração própria

No que tange às questões trabalhistas, votou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional e a unicidade sindical³³⁰.

No resto, se posicionou favoravelmente ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da estatização do sistema financeiro, da proibição do comércio de sangue, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney (1985-1990), da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e do aborto. Foi contrária à pena de morte³³¹.

³³⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³³¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

Reelegeram-se deputada federal, em outubro de 1990, dessa vez pelo PDT. Nesse pleito, obteve 67.462 votos, o que constituiu a maior votação em todo o estado para a Câmara dos Deputados. No novo mandato, votou a favor do pedido de *impeachment* do então presidente Collor³³².

Em eleição apertada, no ano de 1994, Lucia Braga perdeu a eleição ao governo da Paraíba, ficando com 43,36% dos votos em segundo turno. Foi derrotada, novamente, em 1996, quando disputou o cargo de Prefeita de João Pessoa. Elegeram-se deputada estadual em 1998, dessa vez pelo PSL³³³. Em 2002 foi eleita deputada federal, pelo PSD, para representar o estado da Paraíba.

Lúcia Braga faleceu no dia 08 de maio de 2020, vítima da COVID-19. Após nove dias, em 17 de maio 2020, faleceu, pela mesma doença, Wilson Braga³³⁴.

8.12. Lúcia Vânia

No dia 15 de outubro de 1944 nasce, na cidade de Cumari, no Goiás, Lúcia Vânia Abrão da Costa. Casou-se com Irapuan Costa Júnior, em 1964. De 1975 a 1979, enquanto seu marido era governador do estado, fundou os centros sociais urbanos. Lúcia Vânia teve três filhos com seu marido³³⁵.

Pela Universidade Federal do Goiás, Lúcia Vânia formou-se em Jornalismo, chegou a fazer uma pós-graduação em Ciência Política, em Oxford, na Inglaterra. Filiada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegeram-se deputada federal constituinte³³⁶.

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³³² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³³³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

³³⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. Wilson Braga, ex-governador da Paraíba, morre vítima da Covid-19. 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/wilson-braga-ex-governador-da-paraiba-morre-vitima-da-covid-19.shtml>>. Acesso em: 22.06.2020.

³³⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

³³⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

Durante os trabalhos da Assembleia foi Titular da subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e suplente da subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e da Comissão da Ordem Social³³⁷.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Lúcia Vânia proferiu 8 discursos³³⁸. Em discurso pronunciado em 14 de agosto de 1987, defendeu a prisão civil para o devedor inadimplente de alimentos. Apontou que³³⁹:

Poderiam alguns dizer que a manutenção do preceito é desnecessária, seria consagração de uma medida de privação da liberdade, é contra a boa prática legislativa e tantos argumentos mais... Eu, todavia, pergunto: há algo mais desumano e mais atentatório à moral, aos preceitos do Direito Natural, do que existir uma família vivendo as agruras da miséria e da fome? Indago: há algo mais desumano e ilegítimo do que a prepotência do forte, impondo o terror do abandono e da fome àqueles indefesos desprovidos de meios até para pedir a prestação jurisdicional do Estado? É em nome desses brasileiros que falo hoje a esta Assembléia. É em nome de milhares de mães, filhos e filhas, que peço aos nobres constituintes a manutenção do preceito da prisão civil para o devedor inadimplente de alimentos.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 143 emendas, dessas, 16 foram aprovadas, 32 parcialmente aprovadas e 40 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 57, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 30 - Quantitativo de emendas Lúcia Vânia

Lúcia Vânia		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	16
	Parcialmente Aprovadas	32
	Rejeitadas	40
	Não Informada	28
	Prejudicada	17

³³⁷

³³⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Lúcia Vania. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=lucia+vania&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

³³⁹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

	Retirada	0
	Em análise	10
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	29
	Comissões	43
	Sistematização	57
	Plenário	4
	Redação	10

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³⁴⁰.

Tabela 31 - Emendas por Comissão Lúcia Vânia

LÚCIA VÂNIA		
Número Total de Emendas		143
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	7
	Aprovada	1
II - Comissão da Organização do Estado	Total	2
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	55
	Aprovada	5
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	1
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	7
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	71
	Aprovada	10

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 3 sugestões ao texto da Constituição, sendo que cada uma foi despachada para uma subcomissão. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas³⁴¹.

Tabela 32 - Sugestões Lúcia Vânia

³⁴⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lúcia Vania. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=lucia+vania>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁴¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Lúcia Vania. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=lucia+vania>> Acesso em: 30.05.2020.

Lúcia Vânia		
Número Total de Sugestões		3
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere dispositivos sobre direitos e garantias individuais.
II - Comissão da Organização do Estado	2B -Subcomissão dos Estados	1. Sugere norma sobre a criação do estado do tocantins.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere norma sobre a aposentadoria da trabalhadora do lar.

Fonte: Elaboração própria

Em algumas votações importantes, se posicionou de forma contrária ao rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial; a pena de morte; a limitação do direito de propriedade; a nacionalização do subsolo; a desapropriação da propriedade produtiva; a estatização do sistema financeiro; o limite de 12% ao ano para os juros reais; o presidencialismo; a legalização do jogo do bicho; a jornada semanal de 40 horas; a demissão sem justa causa³⁴².

Por outro lado, foi a favor do aborto; da soberania popular; do voto aos facultativo aos 16 anos; do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney; da limitação dos encargos da dívida externa; do turno ininterrupto de seis horas; do aviso prévio proporcional; da unicidade sindical; da criação de um fundo de apoio à reforma agrária; da anistia aos pequenos e micro empresários³⁴³. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos:

Em 1990, após o término de seu mandato, foi reeleita, pelo PMDB. Nesse mandato, votou a favor da abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Tentou a candidatura ao governo de seu estado em outubro de 1994, pelo Partido Progressista (PP), entretanto, foi derrotada no segundo turno. Em 1998, por sua vez, teve êxito ao se candidatar, reconquistando o cargo de deputada federal³⁴⁴.

³⁴² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

³⁴³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

³⁴⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

De 2003 a 2019, Lúcia Vânia exerceu o cargo de Senadora da República³⁴⁵.

8.13. Márcia Kubitschek

Em 22 de outubro de 1943, nasceu em Belo Horizonte, Márcia de Oliveira Kubitschek, filha de Juscelino Kubitschek, que, responsável pela fundação de Brasília, foi presidente da República de 1956 a 1961. Jornalista, Márcia formou-se em 1963 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1963. Ao longo de sua vida, chegou a trabalhar no *Jornal do Brasil*, *Última Hora* e da *Manchete*³⁴⁶.

Em 1964, quando a ditadura militar cassou o mandato de seu pai, Márcia, e toda a família, mudou-se para Europa, casando em 1965 com o empresário Baldomero Barbará, com quem teve duas filhas. Em 1975, de volta ao Brasil, separou-se do marido. Cinco anos depois, casou-se com o bailarino do American Ballet de Nova Iorque Fernando Bujones, com quem teve mais uma filha. Casou-se pela terceira vez em 1991, com o advogado José Carlos Barroso³⁴⁷.

Foi diretora da Fundação Cultural do Rio de Janeiro entre os anos de 1974 e 1977. No início da década de 1970 ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1979, após a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Popular (PP), entretanto, apenas três anos depois, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em razão da incorporação do PP nesta legenda³⁴⁸.

Morou em Nova York enquanto era chefe do escritório da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), quando concluiu seu mestrado em Ciências Políticas. Retornou ao Brasil pouco antes das eleições de 1986, quando foi eleita deputada federal constituinte, pelo PMDB, representando o Distrito Federal³⁴⁹. Márcia teve sua candidatura associada com a força política

³⁴⁵ SENADO FEDERAL. Senadores. Lúcia Vânia. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/643>> Acesso em 22.06.2020

³⁴⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁴⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁴⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁴⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

de seu pai³⁵⁰ e sua eleição chegou a ser alvo disputas judiciais, em razão de não se ter desincompatibilizado, anteriormente, do cargo público que ocupava em Nova Iorque³⁵¹.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes e foi suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios³⁵².

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Márcia Kubitschek proferiu 5 discursos³⁵³. Em discurso proferido em 14 de março de 1988, defendeu a aprovação da emenda 610, de sua autoria, ao art. 52, do texto apresentado para votação plenária em primeiro turno. Nessa emenda, propunha a criação da região Integrada do Planalto Central, composta pelo Distrito Federal e municípios goianos e mineiros localizados em sua área de influência econômica. Afirmou que³⁵⁴:

Quando JK criou Brasília sonhou que esta cidade se transformaria numa ponta de lança para o desenvolvimento do Centro- Oeste. Naquela época o Planalto Central era o maior deserto habitacional do mundo. A migração que ocorreu desde então, inspirada por um sonho de esperança, de uma vida melhor, com condições sociais mais justas para seus habitantes, foi impulsionada ao limite máximo pela própria desesperança daqueles que abandonavam suas terras de origem.

(...)

É necessário que o DF e a sua região geoeconômica se torne uma única região, onde não hajam desníveis sociais, como hoje ocorrem. É necessário que as cidades do entorno ultrapassem a condição de simples cidades-dormitórios para ocuparem sua condição de comunidades prósperas, com vida própria, proporcionando trabalho e moradia condignas aos seus habitantes.

No final, a emenda foi rejeitada pelos parlamentares. Eis o parecer dado a emenda 610, da deputada Márcia Kubitschek³⁵⁵.

³⁵⁰ SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

³⁵¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020.

³⁵² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/139294/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁵³ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=M%C3%A1rcia+Kubitschek&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁵⁴ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

³⁵⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/67078.html>> Acesso em: 30.05.2020.

A Emenda em questão propõe a modificação do Art. 52, aditando-lhes três parágrafos. Esses dispositivos instituem: a Região Integrada do Planalto Central, constituída pelo Distrito Federal e áreas sob sua influência; a gestão dessa Região e o financiamento das ações de interesse regional. A nobre Constituinte que a apresentou analisa, na justificação, o acelerado crescimento populacional e os problemas urbanos cuja gravidade já atinge o Distrito Federal. Destaca-se a preocupação da autora em fortalecer o entorno da Capital, revertendo, então, o processo de ocupação do território desta Unidade da Federação e assim protegendo as verdadeiras funções de Brasília como Capital da Federação e pólo irradiador do desenvolvimento regional e sócio-cultural do País. Não obstante o caráter inovador da proposta, seu conteúdo excede os limites impostos ao texto constitucional. Pela rejeição.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 44 emendas, dessas, 7 foram aprovadas, 10 parcialmente aprovadas e 25 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 21, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovada. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 33 - Quantitativo de emendas Márcia Kubitschek

Márcia Kubitschek		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	7
	Parcialmente Aprovadas	10
	Rejeitadas	25
	Não Informada	0
	Prejudicada	2
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	7
	Comissões	9
	Sistematização	21
	Plenário	7
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 8 sugestões ao texto da Constituição, sendo que tanto a subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas como a da Educação, Cultura e Esportes receberam duas sugestões cada³⁵⁶. No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue

³⁵⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/67078.html>> Acesso em: 30.05.2020.

a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³⁵⁷.

Tabela 34 - Emendas por Comissão Márcia Kubitschek

Márcia Kubitschek		
Número Total de Emendas		44
II - Comissão da Organização do Estado	Total	4
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	2
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	10
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	28
	Aprovada	6

Fonte: Elaboração própria

Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas³⁵⁸.

Tabela 35 - Sugestões Márcia Kubitschek

Márcia Kubitschek		
Número Total de Sugestões		8
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere norma garantindo os direitos do consumidor.
II - Comissão da Organização do Estado	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	1. Sugere norma sobre a região integrada do planalto central, estabelecendo sua forma de gestão e criando seu fundo de desenvolvimento.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	1. Sugere norma que estenda à justiça de paz temporária os direitos, as vantagens e as garantias dos juízes temporários.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	1. Sugere que a união garanta a existência dos corpos de bombeiros militares com competências definidas e subordinadas diretamente às

³⁵⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/67078.html>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁵⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Márcia Kubitschek. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/67078.html>> Acesso em: 30.05.2020.

		secretarias de segurança pública.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. Sugere seja assegurada, aos contribuintes do imposto de renda, a dedução integral das despesas de natureza cultural ou educacional 2. Sugere seja vedado à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios instituir imposto sobre o livro, o jornal e os periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere a criação, no âmbito do ministério da cultura, de um órgão destinado ao ensino profissionalizante das artes, à formação técnica e orientação do artista brasileiro e à difusão da cultura em todos os seus aspectos. 2. Sugere disposições referentes à educação física, à recreação e aos desportos e que o poder público destine recursos e crie benefícios fiscais para tal fim.

Fonte: Elaboração própria

Na Assembleia Nacional Constituinte foi favorável ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a pena de morte, o aborto, a proteção ao emprego contra despedida sem justa causa, o turno ininterrupto de seis horas, o aviso prévio proporcional, a unicidade sindical, a soberania popular, o voto aos 16 anos, o presidencialismo, a proibição do comércio de sangue, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a anistia aos micro e pequenos empresários e a desapropriação da propriedade produtiva³⁵⁹. Se pronunciou de forma contrária à limitação do direito de propriedade privada, o mandado de segurança coletivo, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, a nacionalização do subsolo e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária³⁶⁰. Não participou das votações que decidiram questões

³⁵⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁶⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

relativas à estatização do sistema financeiro, à limitação dos juros reais em 12% ao ano e à limitação dos encargos da dívida externa³⁶¹.

Após a constituinte, apoiou a candidatura à presidência da República de Fernando Collor de Mello, chegando a ser sondada para integrar a chapa na condição vice-presidente. Entretanto, com êxito, acabou por disputar, pelo PMDB, a vice-governadoria do Distrito Federal, em chapa encabeçada por Joaquim Roriz. Tentou, no pleito de 1994, uma vaga no Senado Federal pelo Partido Progressista, obtendo apenas a terceira colocação. Foi nomeada, em 1995, para o cargo de secretária-adjunta da Secretaria do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso³⁶². Faleceu em Brasília no dia 5 de agosto de 2000³⁶³.

8.14. Maria de Lourdes Abadia

Goiana, da cidade de Bela Vista, Maria de Lourdes Abadia Bastos nasceu no dia 14 de agosto de 1944. Moradora do Distrito Federal desde a década de 60, foi professora primária e formou-se em serviço social pela Universidade de Brasileira. Morou no Núcleo Bandeirante e na cidade de Taguatinga, chegando a ser administradora regional de Ceilândia, a maior das cidades-satélites de Brasília, de 1975 a 1985. Dessa experiência publicou “Ceilândia: nasce uma cidade”; “Ceilândia: a cidade... o homem... o trabalho comunitário”; “Projeto integrado de promoção social e humana de Ceilândia”; “Uma proposta de participação comunitária através de associações de pais e mestres” e “Haja ossos para roer”³⁶⁴.

No pleito de 1986, filiada ao Partido da Frente Liberal, elegeu-se deputada federal para atuar na Assembleia Nacional Constituinte, na qual foi segunda vice-presidente da

³⁶¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁶² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁶³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

³⁶⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria de Lourde Abadia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-de-lourdes-abadia-bastos>> Acesso em: 04.03.2020

Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias³⁶⁵.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Maria de Lourdes Abadia proferiu 32 discursos³⁶⁶. Em discurso pronunciado em 4 de agosto de 1987, opinou a respeito da clareza do texto constitucional, analisando o papel do Estado e afirmando que “A Constituição destina-se a dar ao povo brasileiro uma carta de princípios, de direitos” ao criticar a utilização de “um texto redigido em estilo gongórico”. Apontou que³⁶⁷:

A Constituição não poderá se prender a casuísmos, a preceitos que não tenham verdadeiramente significado constitucional, para evitar o seu precoce envelhecimento. Neste Projeto de Constituição, como nas Constituições passadas, a figura tutelar do Estado, que tudo pode e tudo resolve, está presente.

É uma posição tradicional que dá ao Estado a primazia da iniciativa social. Na democracia, creio que a sociedade deverá ganhar a condição do sujeito coletivo da transformação social, conquistando Instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permitam organizar e controlar a ação do Estado, colocando-a a seu serviço.

O sentido de que deve ter a nova Constituição é o de abrir espaço para que toda a sociedade possa identificar o que deve ser mudado num processo de busca da justiça social, liberdade, igualdade de direitos e oportunidades. Para assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais e garantir o exercício democrático que estamos propondo; temos que possibilitar não só a modernização, como também dar condições de funcionamento à justiça brasileira

No mesmo discurso, afirmou que “*O trabalho árduo que ora desenvolvemos nesta Assembléia Nacional Constituinte resultará em apenas boas intenções, se não houver vontade política e compromisso de mudança. Não se elimina pobreza por meio de decreto*”. Defendeu, também, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e criticou a forma como esse artigo estava posto no projeto³⁶⁸ discutido naquele momento, necessitando de edição de nova lei para ser efetivado. Pronunciou que:³⁶⁹

³⁶⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Maria de Lourde Abadia . Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74803/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁶⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Maria de Lourde Abadia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Maria+de+Lourdes&txP artido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=pl enario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020..

³⁶⁷ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

³⁶⁸ No texto final da Constituição Federal, o dispositivo que trata sobre essa matéria é o inciso XI, do artigo 7º. Eis seu inteiro teor: *XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;*

³⁶⁹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Lembro também a importância da promulgação junto ao Projeto de Constituição de leis complementares. Sabemos que, há quarenta e um anos, a Carta de 46; dispunha, no seu artigo 157 inciso IV, que: "participação obrigatória e direi do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar". (...)

Decorridos, agora, 18 (dezoito) anos desse texto, a sua regulamentação ainda não foi elaborada nem mesmo para o caso das empresas mistas ou estatais. (...)

Agora no Projeto de Constituição em seu capítulo II – dos direitos sociais, art. 13, inciso XIII – está assegurando, uma vez mais, ao trabalhador a participação nos lucros, com a seguinte redação: "participação nos lucros ou nas ações, desvinculada da remuneração, conforme definido em lei ou em negociação coletiva". Quantos anos ainda terá que esperar o trabalhador brasileiro para ver reconhecido um "direito" inscrito em tantas Constituições, mas letra morta ria prática, poder-se-ia chamar isso de boas intenções – jamais de compromisso com o trabalhador.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 70 emendas, dessas, 9 foram aprovadas, 12 parcialmente aprovadas e 32 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 30, mas foi na comissão da Comissão da Ordem Social que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 36 - Quantitativo de emendas Maria de Lourdes Abadia

Maria de Lourdes Abadia		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	9
	Parcialmente Aprovadas	12
	Rejeitadas	32
	Não Informada	3
	Prejudicada	12
	Retirada	2
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	14
	Comissões	16
	Sistematização	30
	Plenário	10
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³⁷⁰.

³⁷⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria de Lourde Abadia . Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome->

Tabela 37 - Emendas por Comissão Maria de Lourdes Abadia

MARIA DE LOURDES ABADIA		
Número Total de Emendas		70
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	7
	Aprovada	1
II - Comissão da Organização do Estado	Total	1
	Aprovada	1
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	2
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	15
	Aprovada	4
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	3
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	40
	Aprovada	3

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 14 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despacho de suas sugestões foi a dos Direitos e Garantias Individuais³⁷¹. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas³⁷².

Tabela 38 - Sugestões Maria de Lourdes Abadia

Maria de Lourdes Abadia		
Número Total de Sugestões		14
I - Comissão da Soberania	1B - Subcomissão dos Direitos	1. Sugere normas sobre direitos do

excluído=&entidade=&entidade-excluído=&justificativa=&justificativa-excluído=&parecer=&parecer-excluído=&despacho=&despacho-excluído=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced> Acesso em: 30.05.2020.

³⁷¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria de Lourde Abadia . Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-excluído=&fase=&subject=&subject-excluído=&description=&description-excluído=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome-excluído=&entidade=&entidade-excluído=&justificativa=&justificativa-excluído=&parecer=&parecer-excluído=&despacho=&despacho-excluído=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁷² SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria de Lourde Abadia . Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-excluído=&fase=&subject=&subject-excluído=&description=&description-excluído=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome-excluído=&entidade=&entidade-excluído=&justificativa=&justificativa-excluído=&parecer=&parecer-excluído=&despacho=&despacho-excluído=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

<p>e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher</p>	<p>Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias</p> <p>1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais</p>	<p>consumidor.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere normas que assegurem aos homens e mulheres igualdade de direitos ao pleno exercício da cidadania. 2. Sugere seja garantido ao cidadão o direito de exigir da união a prestação de contas da arrecadação e aplicação dos impostos cobrados 3. Sugere seja a expressão da verdade a declaração firmada de próprio punho, constituindo crime inafiançável os casos que especifica 4. Sugere caiba à união, aos estados e aos municípios definir as prerrogativas especiais do inventor nacional, nas condições que estabelece.
<p>IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições</p>	<p>4C - Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que a constituição seja cumprida e que apenas a vontade popular, expressa em forma de lei, se sobreponha às suas determinações.
<p>VII - Comissão da Ordem Social</p>	<p>7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere normas que assegurem a todos o direito à saúde, cabendo o estado condições básicas de saneamento, habitação e meio ambiente-se prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher; garantir a homens e mulheres o direito de determinar o número de filhos; assegurar o acesso à educação, informação e métodos de regulação da fertilidade e regulamentar, fiscalizar e controlar pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano. 2. Sugere normas que assegure a todos o direito à seguridade social, cabendo ao estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social destinado à maternidade e às gestantes; à aposentadoria às donas de casa; aos trabalhadores rurais

		e domésticas e assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais. 3. Sugere dispositivos sobre a seguridade social, a saúde e o meio ambiente.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere normas para que a educação, em todos os níveis, seja direito de todos e dever da união, e que as creches sejam consideradas unidades de guarda e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade; a educação obedecerá os princípios da igualdade dos sexos; repúdio ao racismo e discriminação; convivência pacífica entre os povos; pluralismo cultural do povo brasileiro. 2. Sugere seja competência do estado a preservação de acervos documentais, conforme estabelece. 3. Sugere que o ensino religioso constitua disciplina dos currículos das escolas oficiais de primeiro e segundo graus.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere seja garantido aos menores o direito à proteção do estado, da família e da sociedade. 2. Sugere normas sobre direitos das pessoas idosas.

Fonte: Elaboração própria

Na Assembleia, votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial; da nacionalização do subsolo; da estatização do sistema financeiro; do limite de 12% ao ano para os juros reais; da limitação dos encargos da dívida externa; do mandado de segurança coletivo; da proibição do comércio de sangue; da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, e da desapropriação da propriedade produtiva³⁷³.

Nas questões trabalhistas, votou a favor da jornada semanal de 40 horas; do turno ininterrupto de seis horas; da remuneração 50% superior para o trabalho extra; do aviso prévio proporcional; da unicidade sindical;

³⁷³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria de Lourde Abadia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-de-lourdes-abadia-bastos>> Acesso em: 04.03.2020

Se manifestou de forma contrária à pena de morte; a limitação do direito de propriedade; o presidencialismo; o mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney; a anistia aos micro e pequenos empresários, e a legalização do jogo do bicho.

Não participou da discussão referente à soberania popular e ao voto facultativo aos 16 anos. Na questão do aborto, optou por se abster. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos.

Após o fim de seu mandato, elegeu-se deputada distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal até 1994. Concorreu, sem êxito, ao governo do Distrito Federal, em 1984 alcançando o terceiro lugar, com 20% dos votos³⁷⁴.

Em 1998, voltou à Câmara dos Deputados para mais um mandato. No pleito seguinte, em 2002 foi eleita vice-governadora do Distrito Federal na chapa encabeçada por Joaquim Roriz, chegando a ser a primeira mulher a assumir o governo do Distrito Federal, em razão da renúncia de Roriz, em 2006, para disputar uma vaga no Senado. Tentando a reeleição, foi derrotada por José Roberto Arruda³⁷⁵.

Em 2010, concorreu, sem êxito, a uma vaga de Senadora, obtendo 349 mil votos. Também sem êxito, disputou o cargo de deputada federal em 2014 e em 2018³⁷⁶.

8.15. Maria Lúcia

Natural de João Pessoa, Maria Lúcia Melo de Araújo nasceu no dia 17 de abril de 1935. Casou-se com José Augusto de Araújo e teve dois filhos. Formou-se, em 1954, no curso de contabilidade do Instituto Guanabara no Rio de Janeiro, onde chegou a cursar direito. Em 1963 tornou-se presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Acre, onde seu marido era governador. Filiou-se, em 1966, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar vigente no país, elegendendo-se deputada federal pelo Acre, cargo que ocupou até o dia 1º de outubro de 1969, quando teve o seu mandato cassado e os seus direitos políticos suspensos pelos atos institucionais nº 5 (13/12/1968) e nº 12 (31/8/1969)³⁷⁷.

³⁷⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria de Lourde Abadia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-de-lourdes-abadia-bastos>> Acesso em: 04.03.2020

³⁷⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria de Lourde Abadia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-de-lourdes-abadia-bastos>> Acesso em: 04.03.2020

³⁷⁶ WIKIPÉDIA. Maria de Lourdes Abadia. 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_de_Lourdes_Abadia>. Acesso em: 22.06.2020

³⁷⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

Recuperou seus direitos políticos em 1979. No pleito de 1986 elegeu-se deputada federal constituinte pelo Acre, filiada ao PMDB. Na Assembleia Nacional Constituinte foi titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ligou-se ao Centrão, grupo suprapartidário constituído de parlamentares conservadores, apesar de ser conhecida como liberal e reformista³⁷⁸.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Maria Lúcia proferiu 2 discursos³⁷⁹. No primeiro, pronunciado em 26 de março de 1987. Afirmou que³⁸⁰:

Sou Deputada vinda do Acre, Estado carente onde existem mulheres que vivem de pés no chão, como muitas de vocês. Estou aqui em nome dessa mulher, estou pedindo, estou falando em nome dessa mulher, em nome das mulheres do campo, dessas mulheres que vivem sem assistência nenhuma, no meio do mato, sem que seus filhos possam ter escolas, sem hospitais.

Em seu segundo discurso, proferido no dia 19 de maio de 1988, discorreu a respeito da responsabilidade da Assembleia Nacional Constituinte para o sistema educacional assentando que³⁸¹:

Sabemos que a educação é a base fundamental para o desenvolvimento de um país. É patente a contradição entre o propósito declarado de nos tomarmos uma grande nação e o estado de abandono e estagnação do sistema escolar, responsável pela formação dos nossos recursos humanos. Não podemos nos esquivar, neste sério momento por que passa a Nação brasileira, a aproveitar esta oportunidade e exigir maior atenção dos Srs. Constituintes para com os problemas educacionais, proporcionando-lhes melhores condições na rede de ensino, valorizando os profissionais com melhores salários em todos os níveis. Assim estaremos evitando o caos de nossa infância e de nossa juventude

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

³⁷⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

³⁷⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Maria Lúcia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Maria+L%C3%BAcia&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁸⁰ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

³⁸¹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 11 emendas, dessas, 1 foi aprovada, 1 foi parcialmente aprovada e 8 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi no plenário, que totalizaram 5, mas a única emenda aprovada foi na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 39 - Quantitativo de emendas Maria Lúcia

Maria Lúcia		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	1
	Parcialmente Aprovadas	1
	Rejeitadas	8
	Não Informada	0
	Prejudicada	1
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	2
	Comissões	2
	Sistematização	2
	Plenário	5
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 6 sugestões ao texto da Constituição, sendo que tanto a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes como a da Família, do Menor e do Idoso receberam três sugestões cada³⁸². Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Das seis sugestões que realizou ao texto da constituição, três foram despachadas simultaneamente para mais de uma comissão.

A sugestão descrita como “normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências” foi despachada para cinco subcomissões, quais sejam: dos Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes e, por fim, para Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Já a sugestão

³⁸² SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria Lúcia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

de que “a união aplique, anualmente, no mínimo 30% do valor total do orçamento na manutenção da rede de ensino público” foi despachada para a Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e para Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes³⁸³.

Por fim, aquela descrita como “sugere competência à união para instituir impostos sobre a remessa, por empresas instaladas no país, de recursos para o exterior; que a soma arrecadada com tal imposto seja repassada integralmente aos municípios, para atendimento a menores carentes e a idosos.” Foi despachada para duas subcomissões, quais sejam a subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e a subcomissão da Família, do Menor e do Idoso³⁸⁴.

Tabela 40 - Sugestões Maria Lúcia

Maria Lúcia		
Número Total de Sugestões		6
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências.
	5B - Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	1. sugere que a união aplique, anualmente, no mínimo 30 % do valor total do orçamento na manutenção da rede de ensino público.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1.sugere competência à união para instituir impostos sobre a remessa, por empresas instaladas no país, de recursos para o exterior; que a soma arrecadada com tal imposto seja repassada integralmente aos municípios, para atendimento a menores carentes e a idosos.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. Sugere a não-desapropriação, mesmo para efeito de reforma agrária, de propriedades que constituam cooperativas de produção, terras de posseiros ou terras cultivadas por trabalhadores.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores	1. Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências.

³⁸³ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria Lúcia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁸⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Maria Lúcia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=MARIA+DE+LOURDES+ABADIA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

	e Servidores Públicos	
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere que a união aplique, anualmente, no mínimo 30 % do valor total do orçamento na manutenção da rede de ensino público. 2. Sugere a prestação de serviços profissionais, em localidades estabelecidas pela união, por parte dos graduados em cursos de nível superior que tenham usufruído dos benefícios da gratuidade para sua formação. 3. Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere competência à união para instituir impostos sobre a remessa, por empresas instaladas no país, de recursos para o exterior; que a soma arrecadada com tal imposto seja repassada integralmente aos municípios, para atendimento a menores carentes e a idosos. 2. Sugere normas de proteção à família e que sejam estabelecidos direitos iguais aos filhos nascidos fora do casamento. 3. Sugere normas de proteção à família, ao menor, ao idoso e outras providências.

Fonte: Elaboração própria

Nas votações da constituinte, foi favorável ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, à soberania popular, ao voto aos 16 anos, ao presidencialismo, à nacionalização do subsolo, à proibição do comércio de sangue, ao mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney (1985-1990), à anistia para os micro e pequenos empresários e à proteção à empresa nacional³⁸⁵.

No que tange às questões trabalhistas, votou a favor ao turno ininterrupto de seis horas, ao aviso prévio proporcional, ao direito de greve, à proteção do emprego contra a despedida sem justa causa, à unicidade sindical. Foi contrária à jornada semanal de 40 horas³⁸⁶.

³⁸⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

³⁸⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

Se posicionou de forma contrária à pena de morte, à desapropriação da propriedade produtiva para fins de reforma agrária, ao mandado de segurança coletivo, à criminalização do aborto, à estatização do sistema financeiro, à limitação dos juros reais em 12% ao ano, a limitação dos encargos da dívida externa e à criação de um fundo de apoio à reforma agrária³⁸⁷. Tentou a reeleição no pleito de outubro de 1990, mas só obteve a primeira suplência³⁸⁸.

8.16. Marluce Pinto

Natural do Ceará, Maria Marluce Moreira Pinto nasceu em Jaguaruana, no dia 3 de junho de 1938. Foi casada com Otomar Pinto, político influente do estado de Roraima, com quem teve uma filha, Oflia Pinto³⁸⁹.

Em 1970, cursou gerência empresarial em Fortaleza. Esteve a frente de empresas como: Betunorte S.A; Rodolider S.A e M. M. Moreira Ltda, tornando-se sócia majoritária da M. M. Moreira Transportes Ltda. Coordenou, em 1979, a parte administrativa do setor social do governo de Roraima exercido pelo marido, Otomar Pinto. Ficou conhecida em Boa Vista como “Mãe dos Pobres”, em razão de sua atuação no Programa Nacional do Voluntariado³⁹⁰.

Desde 1983, foi presidente do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro elegendo-se, por essa legenda, deputada federal constituinte. Durante a Assembleia, foi titular da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e suplente da Subcomissão do Poder Executivo. Um dos pontos que mais defendeu, enquanto titular, foi a elevação de Roraima à condição de Estado, o que conseguiu, vindo a representá-lo, no pleito seguinte, como senadora³⁹¹.

³⁸⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

³⁸⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

³⁸⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

³⁹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

³⁹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Marluce Pinto proferiu 6 discursos³⁹². Em discurso pronunciado em 10 de agosto de 1987, afirmou que³⁹³:

Sei que há uma preocupação muito grande por parte dos nossos Constituintes. Constatei isso nos trabalhos das subcomissões e da Comissão sobre o ônus que essa transformação poderá causar ao nosso País, uma vez que, atualmente, ele está atravessando uma situação tão difícil. Mas o que ocorre é que para a União, com essa transformação do Território em Estado, o ônus é irrisório, uma vez que, transformando-se ou não em Estado, a União já absorve todas as despesas dos pagamentos dos salários dos funcionários e outros investimentos, de acordo com as nossas necessidades, despesas essas que irão permanecer, seja Estado ou Território. Hoje, o ICM de Roraima é igual ou talvez maior do que a arrecadação do Estado do Acre. E V. Ex.as podem perguntar às Lideranças do Acre se querem retomar àquela vida de submissão que existia no Acre, quando ele era Território. Tenho certeza de que nenhum deseja que isso venha ocorrer.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 55 emendas, dessas, 8 foram aprovadas, 8 parcialmente aprovadas e 22 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 37, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 41 - Quantitativo de emendas Marluce Pinto

Marluce Pinto		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	8
	Parcialmente Aprovadas	8
	Rejeitadas	22
	Não Informada	10
	Prejudicada	5
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	0
	Comissões	8
	Sistematização	37

³⁹² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Marluce Pinto. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Marluce+Pinto+&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁹³ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas³⁹⁴.

Tabela 42 - Emendas por Comissão Marluce Pinto

MARLUCE PINTO		
Número Total de Emendas		53
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	2
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	2
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	1
	Aprovada	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	1
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	45
	Aprovada	8

Fonte: Elaboração própria

A deputada não fez sugestões ao texto da Constituição³⁹⁵. Nas questões trabalhistas, se posicionou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional e foi contrária à jornada semanal de 40 horas e a estabilidade no emprego³⁹⁶.

³⁹⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Marluce Pinto. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=marluce+pinto&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁹⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Marluce Pinto. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=marluce+pinto&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

³⁹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

Em outras decisões, votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial, da nacionalização do subsolo, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da soberania popular, do mandado de segurança coletivo, do voto facultativo aos 16 anos, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney, da anistia aos micro e pequenos empresários e da legalização do jogo do bicho. E contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a estatização do sistema financeiro, a limitação de encargos da dívida externa, a proibição do comércio de sangue, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a desapropriação da propriedade produtiva³⁹⁷.

No pleito seguinte, em 1990 elegeu-se senadora³⁹⁸ ainda pelo PTB para representar o estado de Roraima, oportunidade em que participou da comissão especial formada para elaboração do Código de Trânsito Brasileiro (1994)³⁹⁹.

No pleito de outubro de 1994 reelegeu senadora pelo mesmo partido, conquistando a maior votação do estado. Nas eleições de 1998, tentou o cargo e governadora de Roraima, sem êxito. Da mesma forma, não obteve êxito ao se candidatar para o Senado em 2002⁴⁰⁰.

8.17. Moema São Thiago

Mineira, da cidade de Formiga, Moema Correia São Tiago nasceu no dia 3 de abril de 1948. Na sua vida, publicou *Mulher e política* — eleições CE 82 e Mulher e seca. Iniciou sua vida na militância, em 1967, como líder estudantil na Universidade Federal do Ceará, onde cursava direito. Em 1969, teve que largar a faculdade em razão do Decreto nº 477 que punia estudantes e professores universitários que participassem de movimentos políticos, oportunidade em que ingressou na organização clandestina de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi exilada em 1973, passando por Chile, Cuba e Portugal. Anistiada, retornou ao Brasil⁴⁰¹.

³⁹⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

³⁹⁸ O seu mandato foi de apenas 4 anos. Isso porque, tornando-se estado, Roraima adquiriu o direito a três vagas no senado, mas somente o candidato mais votado teria um mandato integral de oito anos

³⁹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

Em 1979, foi uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1980, concluiu a faculdade de direito, tornando-se advogada no ano seguinte. Pela mesma faculdade, federal do Ceará, cursou mestrado entre 1983 e 1985. Tentou o cargo de prefeita de fortaleza nas eleições de 1985, perdendo para candidata do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴⁰².

Apoiada pela defesa dos direitos da mulher, elegeu-se deputada federal constituinte no ano de 1986, conquistando cerca de 81 mil votos, a segunda maior votação do estado. Foi a única mulher da bancada do partido e também a única representante pedetista na região Nordeste⁴⁰³.

Durante os trabalhos da Assembleia, foi Vice-líder do PDT, cargo do qual foi afastada um tempo depois por ter criticado o pronunciamento feito pelo presidente do partido, Leonel Brizola, em cadeia nacional, propondo eleições diretas naquele ano, afirmando que a proposta, naquele momento, o que chamou de “o golpe das eleições diretas já”, atropelaria a Constituinte. A parlamentar foi titular da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas e foi suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos⁴⁰⁴.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Moema São Thiago proferiu 61 discursos⁴⁰⁵. Em discurso pronunciado em 10 de agosto de 1987, sobre a reforma agrária, afirmou que⁴⁰⁶:

É lamentável verificar, ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte que, em relação à questão agrária, dois pontos fundamentais não foram contemplados: – a fixação da área máxima da propriedade rural; – o instituto da perda sumária das terras ociosas.

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁰⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Moema São Thiago. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Moema+S%C3%A3o+Thiago&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁰⁶ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Em relação ao texto do Capítulo III, do Título VII, como um todo, é possível verificar que, na maioria dos seus dispositivos, houve, apenas, uma inscrição, no Projeto de Constituição, de dispositivos de Constituição vigente, do Estatuto da Terra e de outras leis ordinárias.

Nas poucas vezes em que a Assembléia Nacional Constituinte resolveu inovar, observamos retrocessos, atrasos e recuos, em relação ao arcabouço legal vigente. Gostaria, ainda, de lembrar que a luta pela implementação da reforma agrária não é de hoje. Por isso, não é a debilidade orgânica dos partidos políticos, a fragilidade das alianças e a própria composição da Assembléia Nacional Constituinte que vão impedir que o movimento pela reforma agrária se amplie e se consolide. Não tenho dúvidas que derrotas como esta verificada na votação do Capítulo III, do Título VII, dificultam, em muito, a luta pela reforma agrária. Mas é impressionante verificar que cada recuo que acontece é a semente de novas mobilizações. A derrota aqui pode representar um ganho mais à frente, um ganho de consciência social.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 98 emendas, dessas, 13 foram aprovadas, 18 parcialmente aprovadas e 38 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 66, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 43 - Quantitativo de emendas Moema São Thiago

Moema São Thiago		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	13
	Parcialmente Aprovadas	18
	Rejeitadas	38
	Não Informada	18
	Prejudicada	9
	Retirada	0
	Em análise	2
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	5
	Comissões	17
	Sistematização	66
	Plenário	8
	Redação	2

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁰⁷.

⁴⁰⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Moema São Thiago. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject->

Tabela 44 - Emendas por Comissão Moema São Thiago

MOEMA SÃO THIAGO		
Número Total de Emendas		98
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	3
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	12
	Aprovada	4
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	7
	Aprovada	2
Comissão de sistematização	Total	76
	Aprovada	6

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 26 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁴⁰⁸.

Tabela 45 - Sugestões Moema São Thiago

Moema São Thiago		
Número Total de Sugestões		26
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere seja assegurado a todo cidadão o direito à assistência integral à saúde. 2. Sugere seja assegurada a todo cidadão assistência multiprofissional em função da saúde. 3. Sugere norma que estabeleça a igualdade de direitos entre brasileiros natos e portugueses residentes no Brasil há mais de vinte anos. 4. Sugere seja estabelecida a igualdade de direitos entre brasileiros natos e estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil há mais de vinte anos e naturalizados.
II - Comissão da Organização do Estado	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	1. Sugere dispositivo sobre a criação de unidades de poder local pelos municípios.
III - Comissão da	3A - Subcomissão do	1. Sugere que a atividade dos órgãos do poder

excluído=&description=&description-excluído=&nome=Moema+S%3A+Thiago&nome-excluído=&entidade=&entidade-excluído=&justificativa=&justificativa-excluído=&parecer=&parecer-excluído=&despacho=&despacho-excluído=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced> Acesso em: 30.05.2020.
⁴⁰⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Moema São Thiago. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-excluído=&fase=&subject=&subject-excluído=&description=&description-excluído=&nome=Moema+S%3A+Thiago&nome-excluído=&entidade=&entidade-excluído=&justificativa=&justificativa-excluído=&parecer=&parecer-excluído=&despacho=&despacho-excluído=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020.

Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Poder Legislativo	<p>executivo responsáveis por funções normativas seja disciplinada pelo congresso nacional.</p> <p>2. Sugere normas dispendo sobre o poder executivo, nos termos que estabelece</p>
	3B - Subcomissão do Poder Executivo	<p>1. Sugere que as entidades autárquicas federais sejam presididas por pessoas cuja escolha seja aprovada pelo congresso nacional, conforme estabelece.</p>
	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	<p>1. Sugere dispositivo sobre a competência da justiça do trabalho para conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores.</p>
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	<p>1. Sugere dispositivo sobre a competência tributária da união.</p> <p>2. Sugere fiquem anistiadas as dívidas com a união de órgãos da administração direta e indireta, autarquias e empresas de economia mista, nos termos e condições que estabelece.</p> <p>3. Sugere dispositivo sobre repasse de recursos a entidades comprometidas com a proteção do meio ambiente.</p>
	5C - Subcomissão do Sistema Financeiro	<p>1. Sugere que os mutuários, cuja renda familiar não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos, fiquem dispensados do pagamento de prestações devidas ao sistema financeiro de habitação, nas condições que especifica.</p>
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	<p>1. Sugere sejam destinados dez por cento do orçamento global e anual da união para programas especiais de desenvolvimento da região nordeste, por um período de 20 anos.</p> <p>2. Sugere que o montante por região dos investimentos sociais da união seja diretamente proporcional ao peso relativo de cada região no contingente demográfico do país.</p>
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	<p>1. Sugere dispositivos sobre direito da mulher funcionária pública.</p> <p>2. Sugere paridade entre servidores ativos e aposentados.</p>
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	<p>1. Sugere normas dispendo sobre a saúde, nos termos e condições que estabelece.</p> <p>2. Sugere que os estados e municípios tenham competência supletiva para legislar sobre recursos ambientais.</p> <p>3. Sugere a criação do fundo de reposição e</p>

		<p>preservação ambiental</p> <p>4. Sugere que os órgãos da administração pública que se ocupem do controle da poluição e da gestão de recursos ambientais tenham em sua direção superior órgão colegiado deliberativo, com representantes das associações ambientalistas.</p> <p>5. Sugere que o planejamento da utilização e a gestão de recursos ambientais obedecem a instrumentos normativos próprios, aprovados pelo congresso nacional.</p> <p>6. Sugere que a união, os estados e os municípios sejam obrigados a agir contra todas as formas de poluição e de degradação ambiental.</p> <p>7. Sugere que a ação ou omissão de autoridade pública da qual resulte dano ambiental ou que implique lesão grave ao meio ambiente seja considerada crime de responsabilidade.</p>
	7C - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	<p>1. Sugere que seja assegurada proteção especial aos deficientes físicos.</p>
SEM INDEXAÇÃO		<p>Sugere seja abolida do registro civil a revelação do estado civil dos genitores.</p>

Fonte: Elaboração própria

Nas principais votações da Constituinte, posicionou-se a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da anistia aos micro e pequenos empresários, da legalização do jogo do bicho e da desapropriação da propriedade produtiva. Votou contra a pena de morte, o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney⁴⁰⁹.

Nas questões trabalhistas, votou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical⁴¹⁰.

⁴⁰⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: 145

Descontente com o partido, ajudou a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), junto com dissidentes do PMDB e de outros partidos. No mandato seguinte, tentou se reeleger deputada federal nessa legenda, conseguindo apenas uma suplência. Sem sucesso, em 1998, candidatou-se a uma vaga na Câmara dos Deputados⁴¹¹.

8.18. Myriam Portella

Nascida no Rio de Janeiro, no dia 15 de dezembro de 1932. Míriam Nogueira Portela Nunes foi casada com Lucídio Portela Nunes, governador e senador do Piauí, com quem teve cinco filhos. Formou-se em direito, em 1978, pela Universidade Federal do Piauí. Foi técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Durante o período de governo do seu marido, de 1979 a 1983, foi presidente da Comissão de Ação Comunitária, realizando trabalhos assistenciais em comunidades carentes. Também presidiu a Comissão Estadual do Ano Internacional das Pessoas Deficientes da Secretaria de Educação do Piauí e a Federação das Bandeirantes do Brasil em Teresina⁴¹².

Em 1985, filiada ao Partido Democrático Social (PDS), candidatou-se, sem êxito, à prefeitura de Teresina, conquistando apenas o terceiro lugar. Nas eleições de 1986, foi eleita deputada constituinte pela coligação formada pelo PDS, PMDB, PCB e PCdoB. Durante a Assembleia Nacional foi titular da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, na qual apresentou uma proposta para limitar as propriedades nas cidades em três mil metros quadrados. Também foi suplente da Subcomissão do Poder Legislativo⁴¹³.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Myriam Portella proferiu 19 discursos⁴¹⁴. Em discurso pronunciado em 21 de agosto de 1987, tratando sobre a questão Urbana, afirmou que⁴¹⁵:

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myriam Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myriam Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Myriam Portella. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Myriam+Portella&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plen>>

Como se vê, a questão urbana não foi tratada de forma sistemática, ordenada, científica. A questão urbana é tão importante quanto a questão agrária. As duas se assemelham, se superpõem, se completam, de modo que não é possível falar de uma sem mencionar a outra. Ambas têm em comum um ponto fundamental: a propriedade e o uso do solo. É este o núcleo da questão urbana, como da agrária, e sobre este ponto o Projeto de Constituição se omite.

Quando, dentro da ordem econômica, foi criada uma Subcomissão da Questão Urbana, é porque se entendeu relevante a matéria, merecedora de particular atenção. Fiz parte dessa Subcomissão. Apesar do meu esforço, conjugado com o de outros companheiros ali fomos parte vencida.

O rolo compressor dos especuladores imobiliários, dos incorporadores, esmagou nossas propostas, nossas iniciativas, no sentido de efetivamente vincular a propriedade urbana ao interesse social. Para o poder econômico, expressões como "finalidade social", "interesse social", "necessidade" ou "utilidade pública" são coisas vagas, difusas, subjetivas, que ele admite sejam inscritas como direitos do cidadão, algo muito abstrato e distante, que jamais se caracterizará.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 175 emendas, dessas, 16 foram aprovadas, 37 parcialmente aprovadas e 72 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 78, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 46 - Quantitativo de emendas Myriam Portella

MYRIAM PORTELLA		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	16
	Parcialmente Aprovadas	37
	Rejeitadas	72
	Não Informada	34
	Prejudicada	13
	Retirada	3
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	24
	Comissões	65
	Sistematização	78
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

ario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar> Acesso em: 30.05.2020.

⁴¹⁵ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴¹⁶.

Tabela 47 - Emendas por Comissão Myriam Portella

MYRIAM PORTELLA		
Número Total de Emendas		175
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	12
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	5
	Aprovada	1
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	3
	Aprovada	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	2
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	65
	Aprovada	6
Comissão de sistematização	Total	86
	Aprovada	9

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 31 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a dos Direitos e Garantias Individuais. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁴¹⁷.

Tabela 48 - Sugestões Myriam Portella

Myriam Portella		
Número Total de Sugestões		31
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. Sugere que sejam criadas auditorias populares para fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais. 2. Sugere a criação de auditorias populares

⁴¹⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Myriam Portella. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=MYRIAN%20PORTELLA;docsPerPage=20;smode=advanced;expand=res;f1-tipo=Emenda;f2-res=APROVADA>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴¹⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Myriam Portella. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?nome=MYRIAN%20PORTELLA;docsPerPage=20;smode=advanced;expand=res;f1-tipo=Emenda;f2-res=APROVADA>> Acesso em: 30.05.2020.

Mulher		<p>para fiscalização dos serviços públicos.</p> <p>3. Sugere que o juiz atenda, na aplicação da lei, aos princípios da justiça social.</p> <p>4. Sugere que a prática de nepotismo e de empreguismo seja punida na forma que estabelece.</p>
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	<p>1. Sugere dispositivo sobre ação anulatória de ato do poder público, na forma que especifica.</p> <p>2. Sugere dispositivo sobre a apreciação judicial de ato lesivo a direito individual ou interesse coletivo.</p> <p>3. Sugere que qualquer cidadão seja parte legítima para propor ação anulatória de atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao interesse social, e determina outras providências.</p> <p>4. Sugere que a lei não possa excluir da apreciação do poder judiciário qualquer lesão ao direito individual ou aos interesses coletivos e assegure a todos o direito de representação por ação ou omissão dos poderes públicos.</p> <p>5. Sugere norma que disponha sobre a justiça gratuita.</p> <p>6. Sugere a instituição do tribunal do júri para julgamento dos crimes que especifica.</p>
II - Comissão da Organização do Estado	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	<p>1. Sugere que seja assegurada a autonomia municipal, na forma que estabelece.</p> <p>2. Sugere normas sobre regiões metropolitanas.</p>
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	<p>1. Sugere dispositivos sobre a iniciativa das leis.</p> <p>2. Sugere que os estados possam organizar o seu próprio poder judiciário, conforme estabelece.</p> <p>3. Sugere dispositivos sobre a atuação, princípios, organização e composição da defensoria pública.</p> <p>4. Sugere dispositivo sobre a defensoria pública.</p>
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5B - Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	1. Sugere requisitos para o preenchimento dos cargos de ministro e conselheiro do tribunal de contas.
	5C - Subcomissão do Sistema Financeiro	1. Sugere dispositivos sobre o conselho monetário nacional, sua organização, funcionamento e a nomeação de seus

		membros.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere normas para criação de um programa de controle das migrações internas. 2. Sugere que atos de liberalidade praticados por dirigentes de empresas públicas sejam considerados crimes.
	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere dispositivos sobre usucapião urbano. 2. Sugere que o transporte de massa seja considerado um direito econômico e social do trabalhador e que seja explorado pelo poder público. 3. Sugere dispositivos regulamentando a propriedade e o uso do solo urbano. 4. Sugere que as indenizações por desapropriação de imóveis destinados ao interesse social e urbanísticos sejam limitadas ao valor cadastral médio declarado, para efeito tributário. 5. Sugere que nenhuma pessoa física ou jurídica possa deter o domínio de área urbana superior a 50.000 metros quadrados, conforme especifica.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere dispositivo sobre atos atentatórios ao uso social da propriedade.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que a prática do nepotismo e do empreguismo no serviço público seja punida na forma que determina. 2. Sugere a limitação dos gastos com pessoal do serviço público, a necessidade de concurso público para a admissão de servidores e a possibilidade de contratação de pessoal para a prestação de serviço temporário. 3. Sugere seja estabelecido em lei especial o regime jurídico dos servidores das sociedades de economia mista, empresas públicas e entes paraestatais de cooperação com o poder público. 4. Sugere que nenhum trabalhador tenha o seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos. 5. Sugere seja obrigatório o regime jurídico estatutário para os servidores da administração direta e autárquica.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas foi favorável à remuneração 50% superior para o trabalho extra, à jornada semanal de 40 horas, e ao turno ininterrupto de seis horas e contrária à despedida sem justa causa⁴¹⁸.

Foi favorável ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, do aborto, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e da desapropriação da propriedade produtiva. Votou contra a pena de morte, o presidencialismo, o mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney (1985-1990), a anistia aos micro e pequenos empresários e a legalização do jogo do bicho⁴¹⁹.

Em 1988, candidatou-se, sem sucesso, à prefeitura de Teresina pelo PDS. Ao final de seu mandato, em 1990, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), concorreu à reeleição para Câmara dos Deputados, mas só obteve a primeira-suplência. Em 1992, tentou uma cadeira na Câmara Municipal de Teresina, mas não teve êxito⁴²⁰.

Myriam Nogueira Portela Nunes morreu no dia 07 de Abril de 2020, ela estava internada em um Hospital Particular de Teresina com quadro de pneumonia⁴²¹.

8.19. Raquel Cândido

Nascida em Guajará-Mirim, Rondônia, no dia 17 de junho de 1951, Raquel Cândido e Silva foi comerciária, motorista de táxi e funcionária do governo do território. Iniciou um curso

⁴¹⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myrian Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

⁴¹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myrian Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myrian Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²¹ FOLHA PIAUÍ. Morre em Teresina a ex-primeira dama do Estado Myriam Portela. 2020. Disponível em: <<https://folhapiauui.com.br/2020/04/07/morre-em-teresina-a-ex-primeira-dama-myriam-portela/>> Acesso em: 22.06.2020.

de filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em 1972, quando atuou nos movimentos estudantil e sindical paulistas, mas não chegou a se graduar⁴²².

Em 1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, legenda pela qual candidatou-se, com sucesso, à Câmara Municipal de Porto Velho nas eleições de 1982, oportunidade em que apoiou à luta dos trabalhadores rurais sem-terra e dos garimpeiros, motivo pelo qual foi presa, durante um conflito pela posse da terra em Eldorado, e torturada, chegando a deslocar um rim⁴²³.

Filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL) e com o suporte dos garimpeiros, foi eleita, em 1986, deputada federal constituinte por Rondônia. Na Assembleia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e suplente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente⁴²⁴.

Apresentou emendas e propostas a respeito das atividades minerais ou atividades profissionais ligadas ao setor, tais como o direito da União sobre os recursos minerais e a nacionalização de sua exploração, o monopólio sobre o petróleo e o imposto único sobre minerais e atividades do garimpeiro⁴²⁵. Entre suas emendas que tiveram parecer para aprovação estão, respectivamente, a Emenda 11767 e a Emenda 02032, que se transcreve:

“Acrescente-se ao artigo 301, o parágrafo 3º. "Os estrangeiros empresários e dirigentes de empresa nacional têm prazo de três anos para se naturalizarem, na forma da lei".”⁴²⁶.

“Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 6º. do Substitutivo do relator:

Art. 6o. - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente.”⁴²⁷.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Raquel Cândido proferiu 70 discursos⁴²⁸. Em discurso

⁴²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴²⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Cândido, EMENDA:11767. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-M/42125.html>> Acesso em: 30.05.2020

⁴²⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Cândido, Emenda 02032. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/68476.html>> Acesso em: 30.05.2020

⁴²⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Raquel Cândido. Disponível em:

pronunciado em 22 de abril de 1988, defendeu as empresas genuinamente nacionais das pressões do capital internacional. Destacou que⁴²⁹:

A habilidade dos traidores do Brasil, a soldo dos interesses espúrios do capital selvagem, por certo usarão dos derradeiros recursos para consagrar na Constituição do nosso País a entrega total do nosso subsolo, da nossa riqueza natural e mineral, da faixa de fronteira, das áreas indígenas, quando já estamos cansados de dizer, que representam as nossas riquezas, o único setor capaz de fazer soerguer, a curto prazo, a economia do Brasil, e retirar da miséria milhões de brasileiros.

De minha parte, não há condições sequer para negociação, pois com Pátria não se negocia, nem se abre mão do que não nos pertence, mas sim a gerações futuras. Ou seremos verdadeiramente Constituintes do Brasil, e pelo Brasil, com uma Carta que represente o ideal e as aspirações do povo brasileiro, que garanta os princípios fundamentais da soberania e independência da Pátria, os sagrados direitos do trabalhador e as garantias gerais de desenvolvimento das empresas genuinamente nacionais, ou, então, não assinaremos nada.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, me disponho a não assinar uma Constituição que possa apenas constituir privilégios, vantagens e direitos aos que vêm nos explorando a tantos séculos. É a hora da verdade. 149 Assinarei a Constituição se for do Brasil e para os brasileiros. Mas se for para premiar ainda mais os interesses de maus brasileiros, mancomunados com interesses multinacionais, então, não assinarei. E o começo de tudo é agora. Agora quando definiremos, conceituaremos o que é empresa nacional.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 75 emendas, dessas, 9 foram aprovadas, 14 parcialmente aprovadas e 43 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 35, mas foi na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas.⁴³⁰. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 49 - Quantitativo de emendas Raquel Cândido

Raquel Cândido		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	9
	Parcialmente Aprovadas	14
	Rejeitadas	43

<<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Raquel+C%C3%A2ndido&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴²⁹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

⁴³⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Cândido, Emenda 02032. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/68476.html>> Acesso em: 30.05.2020.

	Não Informada	7
	Prejudicada	2
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	20
	Comissões	16
	Sistematização	35
	Plenário	4
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas.

Tabela 50 - Emendas por Comissão Raquel Cândido

RAQUEL CÂNDIDO		
Número Total de Emendas		75
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	2
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	2
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	4
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	18
	Aprovada	2
VII - Comissão da Ordem Social	Total	3
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	7
	Aprovada	4
Comissão de sistematização	Total	39
	Aprovada	3

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 10 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica. Quanto às sugestões feitas pela

parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁴³¹.

Tabela 51 - Sugestões Raquel Cândido

Raquel Cândido		
Número Total de Sugestões		10
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. sugere que do produto da arrecadação do imposto único sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo dos minerais do país enumerados em lei 10% (dez por cento) constituam receita da união, 45% (quarenta e cinco por cento) dos estados, distrito federal e territórios e 45% (quarenta e cinco por cento) dos municípios.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. sugere que as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia elétrica constituam propriedade destina da propriedade do solo, sendo, neste caso, o subsolo propriedade da nação. a pesquisa de minerais, a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais. 2. sugere que as jazidas, minas e demais recursos minerais constituam propriedade distinta da do solo, sendo neste caso o subsolo propriedade da união. estabelece, também, que os contratos de pesquisas mineral e de lavra sejam por tempo determinado, renováveis no interesse nacional, conforme dispuser a lei, e que, vencido o prazo desse contrato, não seja reconhecido aos titulares do contrato, direito á renovação e indenização contra a união. 3. sugere dispositivos sobre a política nacional de petróleo, constituindo monopólio da nação: i - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarboretos fluidos e gases raros, existentes no território nacional; ii - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; iii - o transporte marítimo do petróleo ruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no país, bem como o transporte por meio de condutos de petróleo bruto e seus derivados, assim como gases raros de qualquer origem. 4. sugere seja incluído entre os bens da união os recursos minerais do subsolo.

⁴³¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Cândido, Emenda 02032. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-S/68476.html>> Acesso em: 30.05.2020

		<p>5. sugere seja incluído, como da competência da união, explorar diretamente ou mediante contrato, por tempo determinado, observadas as condições estatuídas em lei, as jazidas, minas e demais recursos minerais; e legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, bem como sobre o regime contratual de sua exploração e aproveitamento.</p> <p>6. sugere seja inserido nas disposições gerais que lei regule a nacionalização progressiva das atividades de exploração e aproveitamento, por empresas transnacionais, de jazidas, minas e indústrias de transformação de minérios que não atendam a diretrizes prescritas na constituição para o setor.</p>
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. sugere que lei complementar assegure aposentadoria a todos os trabalhadores, incluídas as donas-de-casa e as trabalhadoras rurais
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. sugere normas dispondendo sobre a política nuclear nacional, na forma que estabelece.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. sugere norma que disponha sobre o reconhecimento do consórcio entre homem e mulher, não regido pelo casamento, nas condições que especifica.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, divergindo da orientação de seu partido, votou a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional e da unicidade sindical. Também votou a favor da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da limitação dos juros em 12% ao ano, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e da desapropriação da propriedade produtiva. Foi contrária à estabilidade no emprego e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney⁴³².

No pleito seguinte, em 1990, foi reeleita deputada federal de Rondônia pelo PDT, partido que abandonou para filiar-se ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em seu segundo mandato, em maio de 1991, denunciou o envolvimento dos deputados rondonienses Maurício Calixto, Jabes Rabelo Nobel Moura com o tráfico de drogas, motivo pelo qual foi

⁴³² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

agredida a socos no plenário da Câmara pelo deputado Moura, a quem também acusou de lenocínio. Em defesa, os acusados apresentaram documento, que o Ministério Público de Rondônia comprovou a falsidade, no qual se atestava a prisão de Raquel por tráfico de drogas em 1973⁴³³.

Em 1991, seu gabinete em Brasília foi alvo de um incêndio parcial e seu apartamento no Rio de Janeiro foi invadido por desconhecidos. Encaminhou à Polícia Federal, no mês de agosto, uma carta informando a contratação de dois pistoleiros para matá-la. No mesmo mês, em razão de uma denúncia do Ministério Público de seu envolvimento com receptação de gasolina e dinamite roubadas do Exército em Rondônia, foi convocada para depor na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Em razão de sua imunidade parlamentar, foi encaminhado à comissão pelo Supremo Tribunal Federal⁴³⁴ um pedido de licença para processá-la, o qual foi rejeitado por 35 votos a dois⁴³⁵.

Em 1992, foi favorável ao *impeachment* do presidente Collor. Em janeiro de 1994 depôs em uma CPI a respeito de um suposto uso indevido de recursos públicos destinados ao Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido que presidia, mas foi inocentada por falta de provas, em processo encaminhado pelo Ministério Público⁴³⁶. Teve seu mandato cassado pelo plenário da Câmara, por 326 votos a 28⁴³⁷.

Foi casada com Magnus Guimarães, um deputado federal pelo Rio Grande do Sul, com quem teve quatro filhos do primeiro casamento. Findo o primeiro relacionamento, casou-se com Jaime Guedes da Silva, assassinado em 21 de março de 2011. O corpo foi encontrado pela deputada na casa do casal, no Núcleo Rural Córrego do Torto, Lago Norte/DF⁴³⁸. O acusado

⁴³³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴³⁴ O teor da decisão do Supremo, que sustou o processo em razão da negativa do Congresso pode ser encontrado em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=80712>>

⁴³⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴³⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴³⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴³⁸ CORREIO BRAZILIENSE. Marido da ex-deputada Raquel Cândido é encontrado morto em chácara no Torto. 2011. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/03/21/interna_cidadesdf,243902/marido-da-ex-deputada-raquel-candido-e-encontrado-morto-em-chacara-no-torto.shtml>

pelo assassinato, caseiro do casal, foi levado a júri popular e condenado a uma pena de 22 anos de reclusão⁴³⁹.

8.20. Raquel Capiberibe

Nascida em Afuá, no Pará, no dia 14 de dezembro de 1939, Raquel Capiberibe da Silva foi casada com Orlando Barbosa da Silva, com quem teve quatro filhas. Formou-se em pedagogia pela Universidade Federal do Pará no ano de 1962, tornando-se secretária municipal de Educação em Macapá⁴⁴⁰.

Candidatou-se, em 1985, ao cargo de vice-prefeita de Macapá, pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com êxito, tornou-se prefeita interinamente. Pela mesma legenda, foi eleita no pleito de 1986 como deputada federal pelo Amapá, tornando-se a primeira mulher na história do estado a exercer um mandato na Câmara dos Deputados⁴⁴¹.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi membro titular da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e suplente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social⁴⁴².

Foi cotada para secretarias de Agricultura e de Educação, na Companhia de Navegação, na Companhia de Desenvolvimento e na Associação de Assistência Rural, no governo do Amapá, indicações que perdeu por ter votado contra algumas orientações do governo federal, do qual seu partido era integrante. Em junho, por ser favorável à reforma agrária, recebeu ameaças de morte. No mesmo ano, 1987, deixou o PMDB e ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tornando-se presidente regional do Amapá⁴⁴³.

⁴³⁹ O teor da sentença do juiz pode ser encontrada em: <<http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml122&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&SEQAND=308&CDNUPROC=20110110654069>>. Acesso em: 24.06.2020.

⁴⁴⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁴¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁴² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁴³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Raquel Capiberibe proferiu 50 discursos⁴⁴⁴. Em discurso feito em 2 de junho de 1988, defendeu as empresas genuinamente nacionais das pressões do capital internacional. Destacou que⁴⁴⁵:

Sras e Srs. Constituintes é preciso reafirmar que seja qual for o resultado da votação sobre a duração do mandato do Sr. José Sarney, o povo já decidiu que quer vê-lo pelas costas o mais depressa possível e, como bem lembra ditado o popular, “a voz do povo é a voz de Deus”. Contudo, Sr. Presidente, o que mais tem chamado a atenção é o fato de que essa será a votação mais viciada da história republicana brasileira, porque há muitas consciências que estão sendo vendidas por trinta moedas e a consequência desse exemplo bíblico todos nós conhecemos.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 133 emendas, dessas, 6 foram aprovadas, 38 parcialmente aprovadas e 85 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na Comissão da Ordem Econômica, que totalizaram 81, mas foi na comissão da sistematização que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas⁴⁴⁶. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 52 - Quantitativo de emendas Raquel Capiberibe

Raquel Capiberibe		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	6
	Parcialmente Aprovadas	38
	Rejeitadas	85
	Não Informada	2
	Prejudicada	1
	Retirada	1
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	15
	Comissões	71
	Sistematização	39

⁴⁴⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Raquel Capiberibe. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Raquel+Capiberibe&txP artido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=pl enario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁴⁵ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

⁴⁴⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Capiberibe. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Raquel+Capiberibe&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁴⁷.

Tabela 53 - Emendas por Comissão Raquel Capiberibe

RAQUEL CAPIBERIBE		
Número Total de Emendas		133
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	3
	Aprovada	1
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	81
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	2
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	47
	Aprovada	4

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 12 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachada

Tabela 54 - Sugestões Raquel Capiberibe

Raquel Capiberibe		
Número Total de Sugestões		12
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere normas e princípios que garantam o respeito, a igualdade e a proteção aos direitos do homem e da mulher.
II - Comissão da Organização do Estado	2A- Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	1. Sugere dispositivo que institua a eleição de governadores para os territórios.
III - Comissão da	3C - Subcomissão do Poder	1. Sugere dispositivos sobre a

⁴⁴⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Raquel Capiberibe. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Raquel+Capiberibe&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Judiciário e do Ministério Público	organização judiciária dos territórios
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. Sugere dispositivos sobre a exploração e o aproveitamento de jazidas e de minas.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. Sugere dispositivos sobre a reforma agrária. 2. Sugere dispositivos sobre a política agrícola nacional.
VII - Comissão da Ordem Social	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere disposições sobre o sistema único de saúde, e dá outras providências. 2. Sugere que todo cidadão tenha direito a um ambiente ecologicamente equilibrado e seja regulamentada a participação da comunidade para definir e executar a política de meio ambiente. 3. Sugere dispositivos sobre o direito à seguridade social.
	7C - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	1. Sugere sejam assegurados aos povos indígenas os mesmos direitos concedidos aos demais grupos étnicos.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere norma sobre o dever do estado de assegurar a todos acesso à educação, igualdade de direitos e garantias entre homens e mulheres, aplicação de porcentagem dos recursos na educação e regionalização dos conteúdos pedagógicos.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere normas e princípios sobre a família, a igualdade dos direitos e deveres dos cônjuges, a filiação e a concepção.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhista, foi a favor da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, do direito de greve (inclusive do servidor público)⁴⁴⁸.

⁴⁴⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: 161

Em outras votações importantes da ANC, foi a favor da estatização do sistema financeiro, da limitação dos juros reais em 12% ao ano, da criação do defensor público e da desapropriação da propriedade produtiva para fins de reforma agrária; votou contra a pena de morte, a descriminalização do aborto, a legalização do jogo do bicho e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney⁴⁴⁹.

Nas eleições seguinte, em 1990, candidatou-se, sem sucesso, ao Senado pelo Amapá, na legenda do PSB. Em 1994, tornou a se candidatar, no PSB, para um mandato na Câmara dos Deputados, dessa vez, teve êxito⁴⁵⁰.

Nesse mandato, em 1985, foi contrária à mudança no conceito de empresa nacional; à quebra dos monopólios dos governos estaduais na distribuição de gás canalizado, à reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos e à quebra da estabilidade do servidor público, emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Tentou a reeleição em 1998, não teve sucesso, mas foi nomeada para o cargo de conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) seu irmão, João Capiberibe, que era governador do estado. Mas, em razão de uma ação popular ajuizada pelo Procurador da República contra sua permanência no TCE, foi afastada do cargo por decisão judicial que concluiu que sua indicação configurava ato de nepotismo, decisão que foi revertida, por unanimidade, pelo Tribunal de Justiça do Amapá⁴⁵¹.

8.21. Rita Camata

Nascida na cidade de Conceição do Castelo, Espírito Santo, no dia 1º de janeiro de 1961, Rita de Cássia Paste Camata foi casada com Gérson Camata, com quem teve um casal de filhos. De 1983 a 1986, durante o mandato de seu marido como governador do Espírito Santo, presidiu a Unidade Comunitária de Integração Social, em Vitória, importante instituição

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁴⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁵⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁵¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

assistencial do estado que a trouxe simpatia popular e conquistou suas primeiras bases eleitorais⁴⁵².

Em 1986, filiada ao MDB, foi eleita deputada federal constituinte com apenas 25 anos, conquistando a maior votação do estado, com mais de 115 mil votos. Ao assumir seu mandato, logo se tornou conhecida como a “musa” da Constituinte. Durante a Assembleia⁴⁵³, foi membro titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e suplente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais⁴⁵⁴.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Rita Camata proferiu 21 discursos⁴⁵⁵. Em discurso feito em 18 de fevereiro de 1987, ao defender a importância do debate sobre educação, destacou que⁴⁵⁶:

Minha preocupação maior e minha atenção primeira estão, todavia, voltadas para os desvalidos, para os que procuram um lugar ao sol da sobrevivência, e são implacavelmente perseguidos pelas sombras da fome, dadoença, da mortalidade infantil e de toda a gama de mazelas que oprime tantos milhões de lares, tantas dezenas de milhões de brasileiros. É claro que a miséria não se extingue por lei, ainda que fixada no topo da hierarquia constitucional. Mas a Carta Magna que vamos elaborar não pode ignorar a situação dessa imensa legião de aristocratas da miséria e da dor. Como? Atacando as causas. Um problema tem de estar entre nossas preocupações principais, já que ele é fonte permanente da grande maioria (quase diária da totalidade) dos problemas sociais. Refiro-me à educação. É caótico o quadro nacional nessa área. O analfabetismo é câncer que corrói o organismo nacional; a evasão das escolas de primeiro grau atinge índices alarmantes; e o ensino médio e superior, caro e elitista, distribui diplomas sem ministrar conhecimentos. Com tal realidade, que futuro terá esta Pátria? Pátria que tem nos jovens a maioria de seus habitantes e que na juventude deve haurir a consistência de potência de primeira grandeza que aspira ser.

⁴⁵² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁵³ No site da Câmara dos deputados aponta-se que a constituinte também foi titular da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

⁴⁵⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁵⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Rita Camata. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Rita+Camata&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁵⁶ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Em discurso proferido no dia 13 de janeiro de 1988, alertando sobre o perigo de confundir-se transição democrática com democracia transitória, apontou que⁴⁵⁷:

A transição democrática sonhada pelo País ainda não foi concluída, e isto é muito grave, pois corremos ainda o risco de vê-la confundida com democracia transitória, à menos que se promulgue uma Constituição moderna, progressista e sintonizada com o Brasil real, com os verdadeiros anseios nacionais. O projeto constitucional que temos é um bom caminho para a redução do hiato entre os dois Brasis; ele amplia a participação popular, no momento em que quase 68% da população brasileira situa-se na zona urbana; amplia as conquistas dos trabalhadores; assegura os direitos dos cidadãos; fortalece as instituições básicas da sociedade em desenvolvimento e introduz novo modelo de interação entre o capital e o trabalho, não há constituição no mundo que dedique tanta atenção à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente. No campo político, projeto é avançado, pois altera o sistema de governo, restabelece a verdadeira autonomia dos Estados e Municípios e aprimora, o sistema representativo, através de inovações no processo legislativo e na legislação eleitoral partidária. Temos, agora, a oportunidade histórica de reduzir a um mínimo excepcional a distância entre o Brasil que temos e o Brasil que queremos

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 218 emendas, dessas, 34 foram aprovadas, 32 parcialmente aprovadas e 100 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emenda dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 177, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas⁴⁵⁸. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 55 - Quantitativo de emendas Rita Camata

RITA CAMATA		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	34
	Parcialmente Aprovadas	32
	Rejeitadas	100
	Não Informada	25
	Prejudicada	26
	retirada	0
	Em análise	1

⁴⁵⁷ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

⁴⁵⁸ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Camata. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+CAMATA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	11
	Comissões	23
	Sistematização	177
	Plenário	7
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁵⁹.

Tabela 56 - Emendas por Comissão Rita Camata

RITA CAMATA		
Número Total de Emendas		218
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	2
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	7
	Aprovada	4
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	1
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	2
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	22
	Aprovada	4
Comissão de sistematização	Total	184
	Aprovada	26

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 71 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a Subcomissão do Poder Legislativo. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Ressalta-se que uma delas, pela qual sugere “norma sobre a instituição do voto distrital para a câmara dos deputados, nas condições que estabelece.” Foi

⁴⁵⁹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Camata. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+CAMATA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

despachada simultaneamente para subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos e para subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança⁴⁶⁰.

Tabela 57 - Sugestões Rita Camata

Rita Camata		
Número Total de Sugestões		71
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1A - Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais ¹	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere norma que disponha sobre a redação do preâmbulo da constituição. 2. sugere disposições preliminares relativas à soberania, à república e o direito ao trabalho. 3. sugere dispositivo sobre a perda da nacionalidade.
	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere normas de controle das experiências realizadas na área de biotecnologia em território nacional. 2. sugere norma que disponha sobre maioria eleitoral.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere que lei especial discipline processo de audiência e assegure ao cidadão o direito de acesso aos assentamentos sobre sua pessoa, na forma que estabelece. 2. sugere limite para a menoridade. 3. sugere seja a tortura considerada crime inafiançável, sem direito a anistia ou prescrição. 4. sugere norma que disponha sobre a liberdade religiosa e as manifestações públicas de cultos e convicções, nas condições que especifica. 5. sugere que não haja pena de morte nem de banimento; que os estrangeiros não sejam extraditados por crime político ou de opinião; que nenhum brasileiro seja impedido de reingressar no território nacional. 6. sugere normas que disponham sobre a liberdade religiosa e a manifestação pública de crenças e convicções.
II - Comissão da Organização do Estado	2B - Subcomissão dos Estados	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere que lei complementar estabeleça as condições para a criação de novos municípios, na forma que especifica. 2. sugere que cada estado fixe as alíquotas máximas dos tributos de sua competência. 3. sugere caiba aos estados legislar sobre a pesca e a caça, no domínio de seu território, ouvidas as comunidades interessadas. 4. sugere seja da competência exclusiva dos estados

⁴⁶⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Camata. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+CAMATA&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

		<p>a fixação de alíquotas ou coeficientes dos tributos estaduais a serem repassados aos municípios.</p> <p>5. sugere que os limites territoriais dos estados sejam os mesmos definidos pela constituição de 24 de fevereiro de 1891, ressalvadas as condições que especifica.</p>
<p>III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo</p>	<p>3A -Subcomissão do Poder Legislativo</p>	<p>1. sugere que o congresso nacional, no prazo máximo de um ano da promulgação da constituição, vote um código do consumidor, nas condições que estabelece.</p> <p>2. sugere que todo e qualquer projeto de lei que implique aumento de despesa pública seja votado pelas casas legislativas, nas condições que estabelece.</p> <p>3. sugere seja competência privativa do senado federal a escolha do presidente e diretores do banco central, nas condições que estabelece.</p> <p>4. sugere que o senado federal seja composto de representantes dos estados e do distrito federal, eleitos pelo voto secreto e direto, nas condições que especifica.</p> <p>5. sugere seja competência privativa da câmara dos deputados a escolha do presidente e diretores do banco central, nas condições que estabelece.</p> <p>6. sugere a competência exclusiva do congresso nacional para a concessão e renovação de linhas interestaduais de transportes coletivos, nas condições que estabelece.</p> <p>7. sugere norma sobre competência para a iniciativa das leis, nos termos que estabelece.</p> <p>8. sugere que a iniciativa das leis caiba a qualquer membro ou comissão da câmara dos deputados ou do senado federal, ao presidente da república e aos tribunais federais com jurisdição em todo o território nacional, nas condições que estabelece.</p> <p>9. sugere seja fixado pelo poder legislativo, nos orçamentos plurianuais de investimento, o percentual máximo de recursos a serem usados para pagamento de dívida externa.</p> <p>10. sugere caiba ao congresso nacional, com a sanção presidencial, dispor sobre matérias de competência da união, especialmente sobre tributos e arrecadação de rendas.</p> <p>11. sugere norma sobre o bicameralismo.</p> <p>12. sugere que o governo federal somente possa emitir títulos da dívida pública ou contrair empréstimos mediante lei especial do congresso nacional, e outras providências.</p>
	<p>3B - Subcomissão</p>	<p>1. sugere norma relativa à funação e à finalidade das</p>

	do Poder Executivo	polícias militares.
	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	1. sugere dispositivo sobre a composição do superior tribunal militar. 2. sugere normas e princípios relativos à assistência judiciária.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. sugere norma sobre a instituição do voto distrital para a câmara dos deputados, nas condições que estabelece. 2. sugere norma sobre a eleição para governador e vice-governador, o mandato e os limites de idade para os respectivos cargos. 3. sugere dispositivo sobre a eleição do presidente e do vice-presidente da república.
	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	1. sugere que lei complementar estabeleça o código de defesa da democracia, conforme estabelece. 1. sugere norma que disponha sobre limite de idade para candidatos a cargos eletivos do poder executivo.
	4C - Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	1. sugere que a proposta de emenda á constituição seja discutida e votada em sessão conjunta do congresso nacional em dois turnos, na forma que estabelece.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. sugere norma que proíba a isenção do pagamento de impostos e dá outras providências. 2. sugere norma que proíba à união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios instituir ou aumentar impostos, nas situações e condições que enumera. 3. sugere seja proibida a diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino. 4. sugere a destinação de percentual da arrecadação tributária da união para constituição de fundo especial dos estados e dos municípios 5. sugere sejam mantidos, pelo prazo que estabelece, os benefícios e incentivos fiscais criados pelo decreto-lei no. 880, de 19 de setembro de 1969. 6. sugere seja proibido à união conceder isenção de impostos estaduais e municipais. 7. sugere que o pagamento de tributo seja feito exclusivamente na unidade da federação onde se dê o fato gerador. 8. sugere a isenção de imposto sobre artigos classificados como indispensáveis à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico. 9. sugere que a união entregue aos municípios 50% (cinquenta por cento) do que for arrecadado a título

		<p>de imposto único sobre combustíveis e lubrificantes.</p> <p>10. sugere que seja vedada a destinação de qualquer importância para pesquisa ou construção de artefatos bélicos nucleares.</p> <p>11. sugere sejam suspensos, durante cinco anos, todos os subsídios, subvenções e isenção de tributos concedidos a pessoas físicas e jurídicas.</p>
	5B - Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	<p>1. sugere que não se destine verba orçamentária à pesquisa ou à promoção do aborto em seres humanos.</p> <p>2. sugere normas sobre as prerrogativas e competência do tribunal de contas da união.</p> <p>3. sugere que o orçamento seja enviado pelo presidente da república ao congresso nacional até quatro meses antes do término do exercício financeiro.</p> <p>4. sugere que o orçamento seja discutido e votado pelo congresso nacional, a partir de proposta do poder executivo.</p> <p>5. sugere que o governo só contraia obrigações financeiras e realize gastos previamente autorizados por lei.</p>
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	<p>1. sugere seja assegurada a liberdade de iniciativa econômica privada e que a união promova mecanismos de defesa do consumidor.</p> <p>2. sugere seja assegurado aos estados da federação poder de controle sobre atividade de mineração realizada em seus territórios.</p>
	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	<p>1. sugere que seja dado ao estado o direito de instituir imposto sobre a propriedade de veículo automotor de via terrestre, bem como determinar normas sobre o seu licenciamento.</p>
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	<p>1. sugere sejam adotadas medidas de proteção ao pequeno e médio produtor.</p>
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	<p>1. sugere uniformidade de tratamento, no trabalho, a homens, mulheres e menores, bem como mecanismos de proteção à mãe que trabalha fora.</p> <p>2. sugere sejam suspensas, por cinco anos, todas as nomeações e contratações de pessoal no serviço público federal, estadual ou municipal.</p>
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	<p>1. sugere que lei especial estabeleça normas de participação dos trabalhadores na administração colegiada da previdência social e nos demais órgãos</p>

		<p>da administração pública que afetem diretamente a qualidade de vida e o bem estar público.</p> <p>2. sugere que nenhum aposentado ou pensionista receba quantia inferior à que percebia na ativa.</p> <p>3. sugere que as pesquisas e experiências de genética humana somente sejam realizadas após consulta e aprovação dos órgãos de fiscalização dos pesquisadores nos termos da legislação específica.</p> <p>4. sugere que ninguém seja obrigado a realizar tratamentos de saúde ou sanitário senão por força de lei.</p>
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	<p>1. sugere que a educação permanente seja um direito de todos, conforme especifica.</p> <p>2. sugere seja competência dos estados instituir limitações para concessão, instalação e funcionamento de cassinos e estabelecimentos congêneres.</p> <p>3. sugere a concessão de bolsas de estudo em todos os níveis de ensino para os estudantes carentes.</p> <p>4. sugere que a educação seja dever dos pais e, desde o nível pré-escolar, do estado.</p>
	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	<p>1. sugere seja competência da união explorar diretamente, ou mediante autorização ou concessão do congresso nacional, os serviços de telecomunicações</p>
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<p>1. sugere sejam reconhecidos os direitos da família, fundada no matrimônio ou na união sólida entre pessoas, a igualdade jurídica entre os cônjuges e entre os filhos nascidos ou não na constância do casamento.</p> <p>2. sugere dispositivos sobre o direito paterno ou materno de visita a filho, fruto de união dissolvida.</p> <p>3. sugere a criação de escolas para menores carentes, órfãos e abandonados, conforme estabelece.</p>

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical. Em outras votações importantes na Constituinte votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem política de discriminação racial, da pena de morte, da limitação do direito de propriedade, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, do mandado de segurança coletivo, do aborto, da proibição do comércio de sangue, da soberania popular, do presidencialismo, do voto facultativo aos 16 anos, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da desapropriação

da propriedade produtiva. Votou contra o mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney e a anistia aos micro e pequenos empresários⁴⁶¹.

Já aprovada a constituinte, em 1989 apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado em 1994, concedendo às trabalhadoras rurais o direito ao salário-maternidade e à licença-maternidade de 120 dias e garantia atendimento às arrendatárias, garimpeiras e pescadoras dependentes de seus maridos, que viriam a receber salário mínimo por mês durante o período da licença-maternidade⁴⁶².

No pleito seguinte, em 1990, foi reeleita, novamente com a maior votação do estado ao obter mais de cem mil votos. Nesse mandato, fez parte da CPI sobre esterilização das mulheres no Brasil, votou a favor da abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo e foi uma das fundadoras da Frente Parlamentar da Criança, participou da CPI sobre a exploração de menores e a prostituição infanto-juvenil⁴⁶³.

Mais uma vez a mais votada do estado, reelegeu-se em 1994. Nesse mandato, aprovou a chamada Lei Rita Camata, que regulamentava o artigo 169 da Constituição Federal, obrigando a União, os estados e municípios a ajustarem suas folhas de pagamento ao teto máximo de 60% da receita tributária e um projeto de lei que transferiu para a Justiça comum o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares fora do exercício de suas funções. Também votou contra a emenda que previa a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos, e contra a quebra da estabilidade do servidor público⁴⁶⁴.

Repetindo a conquista de maior quantidade de voto do estado, totalizando 72 mil, reelegeu-se, de novo, em 1998. Apresentou projeto de lei inserindo na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, que, entre outras medidas, proibiu a publicação de anúncios de emprego com referência ao sexo, idade, cor ou situação familiar do candidato, salvo quando exigido pela natureza da atividade; proibiu o

⁴⁶¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

empregador de promover “revistas íntimas”; concedeu às trabalhadoras o direito de serem dispensadas do trabalho durante a gravidez, para a realização de consultas médicas e exames complementares⁴⁶⁵.

Em junho de 2002, Rita Camata foi indicada como candidata a vice-presidente da República na chapa com José Serra, sendo derrotada pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva. Em 2006, Rita Camata elegeu-se para seu quinto mandato, com 74.997 votos, oportunidade em que foi relatora da comissão especial constituída para dar parecer sobre o projeto de emenda constitucional que ampliava a licença gestante para 180 dias e do projeto de lei que dispunha sobre sistemas de atendimento socioeducativo e do projeto de emenda constitucional que garantiu cidadania a filhos de casais brasileiros nascidos no exterior⁴⁶⁶.

Em 2009, o Prêmio Congresso em Foco considerou Rita Camata a segunda melhor parlamentar do Brasil. Ainda figurou entre os cem parlamentares mais influentes do país, segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)⁴⁶⁷.

Em 2010, tentou a cadeira de senadora, mas não foi eleita. Após longa carreira política, seus feitos mais conhecidos foram a relatoria do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Responsabilidade Fiscal, relatada por ela e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁴⁶⁸.

8.22. Rita Furtado

Nascida na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, no dia 6 de fevereiro de 1945, Rita Isabel Gomes Furtado foi casada com o secretário-geral do Ministério das Comunicações durante o governo José Sarney, Rômulo Vilar Furtado, com quem teve duas filhas⁴⁶⁹.

⁴⁶⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁶⁸ WIKIPÉDIA. Rita Camata. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rita_Camata#Carreira_pol%C3%ADtica>. Acesso em: 24.06.2020

⁴⁶⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

Graduou-se em letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1970, e em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB). No pleito de novembro de 1982, filiada ao PDS, foi eleita deputada federal por Rondônia, neste mandato, não compareceu à votação da emenda Dante de Oliveira, que propôs o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e votou no candidato oposicionista Tancredo Neves. No pleito seguinte, em novembro de 1986, Rita Furtado foi reeleita deputada federal por Rondônia, na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL)⁴⁷⁰.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi membro titular da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias⁴⁷¹. Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Rita Furtado proferiu 26 discursos⁴⁷². Em 21 de setembro de 1988, após a Folha de São Paulo publicar que o estado de Rondônia tinha a maior quantidade de casos de malária, declarou que⁴⁷³:

O povo de Rondônia está trabalhando nas minas, no garimpo, na agricultura, produzindo, dando sua vida, e para lá não está sendo enviado qualquer recurso, de ordem econômica ou tecnológica, para atender a suas famílias. Faço daqui um apelo ao Sr. Ministro da Saúde, a quem já recorri, para que S. Ex atente para o problema da malária em Rondônia e para a importância da atuação, ali, desse ministério. Os próprios agentes da Sucam, destemidos, corajosos e sacrificados dentro do estado, são vítimas da doença. Eles não têm a menor assistência, percebem baixíssimos salários, enfrentam péssimas condições de vida, mas, apesar disso, são dedicados, mas na medida do possível. É preciso, de uma vez por todas, que o nosso promissor estado, que contribui para a economia do País, não seja tratado com total descaso pelas autoridades federais. Não é possível que venhamos às manchetes nacionais como a capital, o estado da pobreza, da indignação, o que não é verdade, pois temos produção de ouro, de cacau e de cassiterita. Precisamos de mais atenção, de uma visão abrangente da Federação. É necessário que os recursos que pertençam à nossa região sejam lá investidos para dar saúde ao nosso povo que lá trabalha.

⁴⁷⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁷¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁷² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Rita Furtado. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Rita+Furtado&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁷³ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 21 de setembro de 1988, Pag. 33551. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21SET1988.pdf#page=67>>. Acesso em 20.06.2020

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 66 emendas, dessas, 9 foram aprovadas, 10 parcialmente aprovadas e 44 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que totalizaram 33, mas foi na Comissão de Sistematização que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovada⁴⁷⁴. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 58 - Quantitativo de emendas Rita Furtado

Rita Furtado		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	9
	Parcialmente Aprovadas	10
	Rejeitadas	44
	Não Informada	2
	Prejudicada	1
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	20
	Comissões	19
	Sistematização	19
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁷⁵.

Tabela 59 - Emendas por Comissão Rita Furtado

RITA FURTADO		
Número Total de Emendas		66
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	1
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	5

⁴⁷⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Furtado. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+furtado&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

⁴⁷⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Furtado. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+furtado&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	33
	Aprovada	4
Comissão de sistematização	Total	27
	Aprovada	5

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 17 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a dos Direitos e Garantias Individuais. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁴⁷⁶.

Tabela 60 - Sugestões Rita Furtado

Rita Furtado		
Número Total de Sugestões		17
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. sugere o fim da censura e que a lei estabeleça sistemas de classificação dos espetáculos de diversão pública e condições especiais para apresentação de programas de entretenimento nos meios de comunicação de massa. 2. sugere dispositivo sobre a elegibilidade de brasileiros naturalizados.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. sugere que o exercício das atividades de imprensa independam de licença ou controle de qualquer autoridade. 2. sugere norma que assegure o direito à pluralidade dos meios e veículos de comunicação de massa, incluída a imprensa, sendo vedado o monopólio estatal ou privado. 3. sugere norma que disponha sobre a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações. 4. sugere norma que disponha sobre a inviolabilidade do lar. 5. sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei. 6. sugere norma que disponha sobre a livre manifestação do pensamento e dá outras providências.

⁴⁷⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rita Furtado. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=RITA+furtado&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3A -Subcomissão do Poder Legislativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere disposições relativas a depoimento prestado perante comissão da câmara dos deputados ou do senado federal. 2. sugere que o congresso nacional determine a sistemática relativa à concessão de canais de rádio e televisão. 3. sugere dispositivo sobre limites ao veto do presidente da república.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere que a lei disponha sobre o regime das empresas prestadoras dos serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços, e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do exercício da atividade. 2. sugere que a intervenção estatal no domínio econômico e no monopólio de qualquer atividade produtiva ou de serviço só seja admitida para organizar setor inviável à iniciativa privada. 3. sugere competir à união explorar, diretamente, mediante concessão ou permissão, os serviços de telecomunicação; legislar sobre águas, telecomunicações, frequências radioelétricas, serviço postal e energia; manter o correio aéreo nacional, o serviço postal e de telegramas.
VII - Comissão da Ordem Social	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere normas sobre a execução de obras que causem impactos ambientais.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere que a propriedade, a administração, o controle e a orientação intelectual das empresas de radiodifusão e jornalismo sejam vedadas a estrangeiros e a brasileiros naturalizados há menos de 7 anos.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<ol style="list-style-type: none"> 1. sugere a igualdade entre o homem e a mulher na sociedade conjugal, especialmente quanto ao exercício do pátrio poder.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, foi contra a estabilidade no emprego, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas e a pluralidade sindical. Em outras votações importantes na Constituinte, votou a favor da pena de morte, do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e manifestou-se contra a limitação do direito de propriedade privada, o mandato de segurança coletivo, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, a criação de um

fundo de apoio à reforma agrária e a desapropriação da propriedade produtiva⁴⁷⁷. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos.

Tentou a reeleição no pleito seguinte, em 1990, mas obteve apenas a segunda suplência. Em 1996 tornou-se apresentadora do programa *Regra do jogo* na TV Alamanda, retransmissora do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) em Rondônia. Faleceu no dia 26 de agosto de 2011, com 70 anos⁴⁷⁸.

8.23. Rose de Freitas

Mineira, do dia 23 de janeiro de 1949, Rosilda de Freitas, conhecida como Rose de Freitas, nasceu na cidade de Caratinga. Casou-se com Hugo Borges Júnior, tendo dois filhos. Entre suas obras publicadas estão “Submundo: o povo e a Constituinte” “ídolo de barro” e “Deus criou o homem, a mulher e surgiram os problemas”⁴⁷⁹.

No final da década de 70 participou ativamente dos movimentos populares no final da década de 1970, tendo integrado a Comissão de Anistia em 1977 e a Comissão Feminina em Favor dos Direitos Humanos em 1979, ano em que, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Radialista popular, elegeu-se deputada estadual no Espírito Santo em 1982. Em novembro de 1986, candidatou-se a deputada federal constituinte, tendo sido eleita, foi titular da Subcomissão do Sistema Financeiro e suplente da Comissão de Sistematização da Constituinte⁴⁸⁰.

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Rose de Freitas proferiu 33 discursos⁴⁸¹. Em discurso pronunciado em 16 de setembro de 1987, defendeu a concessão de anistia aos militares cassados pela Revolução de 1964. Destacou que⁴⁸²:

⁴⁷⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁷⁸ WIKIPÉDIA. Rita Furtado. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rita_Furtado> Acesso em: 24.06.2020.

⁴⁷⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁸⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁸¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Rose de Freitas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Rose+de+Freitas&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁸² COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres

Sr. Presidente e demais Congressistas: A nova Constituição estará mutilada, não merecerá o respeito da maioria do povo brasileiro, se não consignar, nas suas disposições transitórias, um artigo acolhendo a anistia ampla e irrestrita para quantos foram punidos pela ditadura castrense. Não estaremos sendo dignos dos votos que nos conduziram a esta casa, senão tivermos a coragem e a ombridade de apagar, de uma vez por todas, o labéu e a punição sobre verdadeiros democratas e inegáveis patriotas, que se rebelaram contra a ditadura. Pois não é a Constituição um documento democrático? Não pretendemos transformá-la num verdadeiro evangelho das liberdades individuais, coletivas e políticas? Não queremos restaurar, na sua plenitude, o sistema democrático representativo? Pois esses ideais não se coadunam com a proscrição daqueles bravos lutadores, que ainda carregam injustificadas seqüelas da sua ominosa punição pelos beleguins da ditadura

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 87 emendas, dessas, 5 foram aprovadas, 9 parcialmente aprovadas e 46 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 56, todas as 5 emendas aprovadas foram nessa fase⁴⁸³. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 61 - Quantitativo de emendas Rose de Freitas

Rose de Freitas		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	5
	Parcialmente Aprovadas	9
	Rejeitadas	46
	Não Informada	11
	Prejudicada	6
	Retirada	9
	Em análise	1
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	16
	Comissões	7
	Sistematização	59
	Plenário	4
	Redação	1

Fonte: Elaboração própria

Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

⁴⁸³ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte, Rose de Freitas. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=rose+de+freitas&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁸⁴.

Tabela 62 - Emendas por Comissão Rose de Freitas

ROSE DE FREITAS		
Número Total de Emendas		87
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	3
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	2
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	5
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	3
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	7
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	3
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	64
	Aprovada	5

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 22 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a da Família, do Menor e do Idoso. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁴⁸⁵. Ressalta-se que uma de suas sugestões não teve nenhum despacho.

Tabela 63 - Sugestões Rose de Freitas

Rose de Freitas

⁴⁸⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rose de Freitas. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=rose+de+freitas&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

⁴⁸⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Rose de Freitas. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=rose+de+freitas&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Número Total de Sugestões		22
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere dispositivo sobre a igualdade de direitos e garantias entre o homem e a mulher, direitos dos presidiários e a responsabilidade do estado na promoção da igualdade contra qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3B - Subcomissão do Poder Executivo	1. Sugere norma sobre o mandato do presidente da república.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	1. Sugere norma que disponha sobre a organização da justiça militar dos estados.
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	1. Sugere a vinculação da atividade doméstica ao sistema de seguridade social.
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1. Sugere dispositivos sobre reforma agrária.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere normas disciplinadoras das relações de trabalho. 2. Sugere que se garanta a todos os cidadãos o direito ao ensino público e gratuito.
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	1. Sugere dispositivos sobre proteção à saúde. 2. Sugere sejam ampliados os benefícios da seguridade social. 3. Sugere que a seguridade social seja um direito de todos e um dever do estado. 4. Sugere que o estado estabeleça uma política nacional de saúde.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, e que o estado promova a criação de uma rede nacional de creches e assistência materno-infantil. 2. Sugere que o ensino seja obrigatório e gratuito, asseguradas creches o pré-escolar às crianças até seis anos, e que as aulas sejam

		<p>ministradas em língua portuguesa, exceto nas comunidades indígenas, nas condições que estabelece.</p> <p>3. Sugere que o estado assegure a todos educação gratuita em todos os níveis e creches até os seis anos de idade, e que a educação se norteie por princípios de igualdade, não-discriminação, convivência pacífica e pluralismos cultural do povo brasileiro.</p>
	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	<p>1. Sugere que a lei regule o sistema nacional de comunicação, incluindo a imprensa, o rádio e a televisão; institua o conselho nacional de comunicação social com as respectivas atribuições e recursos necessários ao seu funcionamento.</p>
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	<p>1. Sugere seja regulamentada a legislação que estabelece a idade mínima de quatorze anos para a admissão do menor no trabalho.</p> <p>2. Sugere a inserção de capítulo sobre assistência e proteção especial à criança, ao adolescente, ao menor abandonado e ao deficiente mental.</p> <p>3. Sugere a proteção do estado à família civil ou natural, a plena igualdade de direitos e deveres entre os filhos havidos dentro ou fora do casamento e entre o homem e a mulher quanto à sociedade onjugal e aos filhos, a regulamentação da ação de investigação de paternidade.</p> <p>4. Sugere que fique ratificada a declaração universal dos direitos da criança, instituído o conselho nacional da criança e do adolescente, e seja elaborado o código nacional da criança e do adolescente, para substituir o código de menores.</p> <p>5. Sugere seja assegurada pelo estado proteção à família de união estável, e a igualdade de direitos aos filhos nascidos dentro ou fora do casamento.</p> <p>6. Sugere que o estado preste assistência à maternidade e à paternidade, desde o nascimento dos filhos e que o trabalhador rural tenha</p>

		os mesmos direitos previdenciários que os concedidos ao trabalhador urbano.
SEM INDEXAÇÃO		Sugere norma que disponha sobre a igualdade de todos perante a lei e sobre a garantia, em especial, dos direitos das crianças e adolescentes.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, foi a favor da jornada de trabalho de 40 horas semanais, do turno ininterrupto de seis horas de trabalho, do aviso prévio proporcional do tempo de serviço e contra a pluralidade sindical. Em outras importantes votações, foi a favor do rompimento de relações diplomáticas com países que desenvolvessem política de discriminação racial, da soberania popular, do voto facultativo aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, da limitação dos encargos para o pagamento da dívida externa, da legalização do jogo do bicho e da desapropriação de propriedades rurais produtivas para fins de reforma agrária. Votou contra a pena de morte, o presidencialismo e a anistia às dívidas dos micro e pequenos empresários⁴⁸⁶.

Desfilou-se do PMDB e ingressou no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No pleito seguinte, reelegeu-se deputada federal em outubro de 1990, mandato no qual votou a favor da abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo⁴⁸⁷.

Filiada ao PSDB, tentou o cargo de governadora do Espírito Santo, em 1994, mas não teve êxito. No pleito de 1998 obteve uma suplência na Câmara dos Deputados, pelo PSDB, reconquistando o posto de Deputada Federal nas eleições de 2002 quando elegeu-se pela mesma legenda. Da mesma forma, foi eleita no ano de 2006 e 2011, nas duas filiações ao PMDB⁴⁸⁸. Em 2015 foi eleita Senadora da República⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁸⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁴⁸⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Rose de Freitas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/73507/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁸⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

8.24. Sadie Hauache

Nascida na cidade de Itacoatiara, no Amazonas, no dia 1º de fevereiro de 1932, Sadie Rodrigues Hauache casou-se com Khaled Ahmed Hauache, com quem teve quatro filhos. Formou-se em 1970, na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas. Foi jornalista e empresária do setor de comunicações, em 1969 tornou-se proprietária da TV Ajuricaba de Manaus⁴⁹⁰.

Em 1982, candidatou-se pelo PDS a uma cadeira no Senado pelo seu estado, mas não conseguiu se eleger. Com o surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL), Sadie Hauache filiou-se a essa agremiação. Nessa legenda, conquistou o cargo de deputada federal constituinte pelo Amazonas. Durante a Assembleia⁴⁹¹ foi titular da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e suplente da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Agregou-se com o Centrão, coalizão suprapartidária que reunia parlamentares conservadores, da qual foi uma das fundadoras⁴⁹².

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Sadie Hauache proferiu 11 discursos⁴⁹³. Em discurso pronunciado no dia 02 de junho de 1987. Destacou que⁴⁹⁴:

A Constituição para o Brasil que todos almejamos, democrático, ordeiro e desenvolvido, haverá de refletir o pensamento majoritário da sociedade brasileira, ávida de mudanças e de coisas novas, por ser jovem e plena de sensatez e equilíbrio e por tradicionalmente repudiar os extremismos. O País precisa de mudanças de todas as espécies, mas precisa de equilíbrio e ponderação para saber o que deve ser mudado e o que precisa ser preservado. Não se faz uma Constituição perene sob os impulsos do emocionalismo ou com os pés no palanque. O povo brasileiro quer e precisa ter uma Constituição que reflita a sua realidade e indique um futuro cada vez melhor. Urna Constituição se faz com os pés no chão e não com a cabeça no céu de sonhos, de pesadelos, de preconceitos e de modelos incompatíveis com a índole de nosso povo. A sólida democracia que queremos tem nesta assembléia a sua grande e única oportunidade, pelo menos neste século. É no Legislativo competente, .trabalhador,

⁴⁹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sadie Hauache. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sadie-rodrigues-hauache>> Acesso em: 20.05.2020

⁴⁹¹ O site da Câmara do deputados também acrescenta que foi titular da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: e suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

⁴⁹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sadie Hauache. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sadie-rodrigues-hauache>> Acesso em: 20.05.2020

⁴⁹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Sadie Hauache. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Sadie+Hauache&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plena rio&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁴⁹⁴ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 2 de junho de 1987, Pag. 1837. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02JUN1987.pdf#page=13>>. Acesso em 20.06.2020

coerente e acreditado pelo povo que repousa a solidez de um regime democrático pluripartidarista, onde todas as tendências, aspirações e anseios se encontram representados.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 132 emendas, dessas, 24 foram aprovadas, 27 parcialmente aprovadas e 52 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 51, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas.⁴⁹⁵ A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 64 - Quantitativo de emendas Sadie Hauache

Sadie Hauache		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	24
	Parcialmente Aprovadas	27
	Rejeitadas	52
	Não Informada	16
	Prejudicada	13
	Retirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	33
	Comissões	40
	Sistematização	51
	Plenário	8
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁴⁹⁶.

Tabela 65 - Emendas por Comissão Sadie Hauache

SADIE HAUACHE		
Número Total de Emendas		132
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da	Total	15

⁴⁹⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sadie Hauache. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sadie+Hauache&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

⁴⁹⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sadie Hauache. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sadie+Hauache&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Mulher	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	5
	Aprovada	2
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	10
	Aprovada	2
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	2
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	3
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	22
	Aprovada	1
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	16
	Aprovada	3
Comissão de sistematização	Total	59
	Aprovada	15

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 13 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Uma das sugestões, que traz “normas dispendo sobre o conselho de segurança nacional, sua definição e composição” foi despachada simultaneamente para a Subcomissão do Poder Executivo e para Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança⁴⁹⁷.

Tabela 66 - Sugestões Sadie Hauache

SADIE HAUACHE		
Número Total de Sugestões		13
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	1. sugere norma sobre alistamento e elegibilidade dos militares.
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. sugere seja concedido 'habeas - corpus', quando houver ameaça à liberdade de locomoção, ilegalidade ou abuso de poder.

⁴⁹⁷ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sadie Hauache. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sadie+Hauache&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3B - Subcomissão do Poder Executivo	1. sugere normas dispondo sobre o conselho de segurança nacional, sua definição e composição.
	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	1. sugere normas dispondo sobre a organização da assistência judiciária nos estados, nos termos e condições que estabelece.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. sugere que todos os brasileiros sejam obrigados à prestação do serviços militar, insentando, em tempo de paz, as mulheres e os eclesiásticos.
	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	1. sugere normas dispondo sobre a justiça militar, sua composição e competências. 2. sugere normas dispondo sobre o conselho de segurança nacional, sua definição e composição. 3. sugere que as polícias militares e os corpos de bombeiros sejam considerados forças auxiliares reservas do exército, competindo à união legislar sobre os mesmos. 4. sugere norma sobre a destinação constitucional das forças armadas, sua organização, estrutura e competência. 5. sugere a obrigatoriedade de prestação do serviço militar ou de outros encargos nos termos determinados em lei.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	1. sugere seja vedado à união instituir tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional ou que impliquem preferência em relação a qualquer estado ou município, nos casos e condições que especifica.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. sugere que seja assegurada à mulher aposentadoria com salário integral aos vinte e cinco anos de trabalho ou, por velhice, aos cinquenta anos de idade. 2. sugere dispositivos sobre a contagem recíproca, para todos os efeitos legais, de tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, conforme especifica.

Fonte: Elaboração própria

Uma de suas sugestões, que não se encontra na tabela acima, foi despachada para inúmeras subcomissões, conforme demonstrativo abaixo.

1A- da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais; 1B dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias;	Sugere subsídios para elaboração da nova
---	--

1C - dos direitos e garantias individuais; 2A da união, distrito federal e territórios; 2B dos estados; 2C dos municípios e regiões; 3A do poder legislativo; 3B do poder executivo; 3C do poder judiciário e do ministério publico; 4A do sistema eleitoral e partidos políticos; 4B de defesa do estado, da sociedade e de sua segurança; 5A de tributos, participação e distribuição das receitas; 6A de princípios gerais, intervenção do estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica; 7A dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos; 7B de saúde, seguridade e do meio ambiente; 7C dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias; 8A da educação, cultura e esportes; 8C da família, do menor e do idoso;	constituição.
---	---------------

Votou a favor da pena de morte, da unicidade sindical, do presidencialismo, das férias com um terço a mais do salário e do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney (1985-1990). Foi contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, o turno ininterrupto de seis horas, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% para os juros reais e a jornada semanal de 40 horas⁴⁹⁸.

Tentou a reeleição em outubro de 1990, pelo PFL, mas, sem êxito, obteve apenas a segunda suplência. Deixou a Câmara dos Deputados no fim de janeiro de 1991, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Não voltou a concorrer nos pleitos de 1994 e 1998. Pelo PSDB, voltou a concorrer ao cargo de deputada federal pelo estado do Amazonas, em 2002, mas não teve êxito⁴⁹⁹.

8.25. Sandra Cavalcanti

Nascida em Belém, no dia 30 de agosto de 1927, Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque é descendentes de uma das primeiras famílias de povoadores da capitania de Pernambuco. Ao longo de sua extensa vida pública, assinou mais de dois mil artigos para

⁴⁹⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sadie Hauache. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sadie-rodrigues-hauache>> Acesso em: 20.05.2020

⁴⁹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sadie Hauache. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sadie-rodrigues-hauache>> Acesso em: 20.05.2020

jornais e revistas e publicou três livros: Rio, viver ou morrer (1978), Política nossa de cada dia (1982) e Os arquivos de Deus (1996)⁵⁰⁰.

Licenciou-se em letras clássicas pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, quando ligou-se à Ação Católica, um grupo de inspiração cristã-democrata, de orientação italiana. Foi professora de literatura no Instituto de Educação, escola responsável pela formação das professoras de primeiro grau da rede pública do Rio de Janeiro⁵⁰¹.

Em outubro de 1954, elegeu-se vereadora no Rio de Janeiro, pela União Democrática Nacional (UDN), cumprindo o mandato de quatro anos. Em 1960, elegeu-se deputada estadual da Guanabara, ainda pela UDN. Deixou a Assembleia Legislativa em 1962 para ocupar a Secretaria de Serviços Sociais da Guanabara⁵⁰².

Foi favorável ao movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente Goulart. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a criação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação de apoio ao regime militar⁵⁰³.

Saiu gradualmente do cenário político, reassumindo sua cadeira no magistério até 1974, quando já estava em andamento o processo de fusão dos estados da Guanabara e do Rio Janeiro, elegendo-se deputada, pela Arena, à Assembleia Constituinte da nova unidade da Federação. Por iniciativa de Sandra, nas discussões da Constituinte estadual, a Carta incluiu um capítulo sobre meio ambiente e defesa do solo. No pleito de novembro desse ano, após o término de seu mandato na Assembleia Legislativa, candidatou-se ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda da Arena, mas não teve êxito. Deixou a Arena, em 1979, afirmando

⁵⁰⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

que só participaria de uma legenda que defendesse a ecologia e uma maior participação das lideranças rurais no encaminhamento das questões políticas⁵⁰⁴.

Em 1980, tentou a formação de um novo partido de orientação democrata-cristã, buscando adesões para a organização do Partido Democrático Republicano (PDR), legenda lançada na década de 1970 por Pedro Aleixo. Manifestando-se pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e pelo restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional, quando participou de vários programas populares de televisão e de rádio⁵⁰⁵.

Quando o PDR conseguiu o registro provisório, em 1981, Sandra se candidatou ao governo do estado do Rio de Janeiro, entretanto, no ano seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os partidos com o registro provisório não poderiam disputar eleições, motivo pelo qual seus membros migraram para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda de Ivete Vargas, a quem Sandra dizia ter uma dívida de gratidão, chegando a dizer que o eleitor brasileiro, como ela, acompanha pessoas, não partidos. Candidata derrotada ao governo, voltou ao magistério e tornou a participar de programas na Rádio Tamoio do Rio de Janeiro e na TV Bandeirantes⁵⁰⁶.

O velho sonho de criar um partido próprio não esmoreceu, entretanto, diante da impossibilidade, em maio de 1986, filiou-se no Partido da Frente Liberal (PFL), partido pelo qual concorreu a uma vaga de deputada federal para Constituinte. Com 137.595 votos, Sandra obteve a segunda maior votação do estado, sendo vice-líder de seu partido na Câmara até novembro de 1987⁵⁰⁷.

Durante a Constituinte, integrou a Comissão de Sistematização, onde fez parte do chamado Grupo dos 32, de tendência moderada e liberal, responsável pela defesa de propostas que defendiam “a livre iniciativa e a não-ingerência do Estado”, buscando inviabilizar o ato de governar por decretos-leis, a ampliação de impostos e a aplicação de empréstimos

⁵⁰⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

compulsórios, sem o prévio debate no Congresso Nacional⁵⁰⁸. Também defendeu, juntamente com o grupo, a manutenção do direito de propriedade que acaba com a imissão imediata na posse de terra no processo de reforma agrária⁵⁰⁹. Também foi suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso⁵¹⁰

Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Sandra Cavalcanti proferiu 68 discursos⁵¹¹. Em discurso pronunciado em 24 de julho de 1987 destacou que⁵¹²:

Mas essa escola pública não pode agredir os valores da família brasileira. Quando uma família brasileira põe seu filho na escola que ela com seus impostos 191 ajuda a abrir e manter funcionando, ela exige do Estado, porque estamos numa democracia, a família brasileira exige do Estado respeito aos seus valores, respeito a sua fé, respeito a suas tradições e não aceita que o Estado passe a ter uma filosofia, passe a ter, uma concepção de vida e tenha o direito de impor essas idéias à massa de crianças que ocorre às suas salas de aulas. Esta é a grande diferença entre o conceito de escola pública, numa democracia, e o conceito de escola pública, nos chamados regimes totalitários. Sei que muita gente confunde essas palavras. Muita gente Imagina que escola pública é aquela em que, além de o Governo ser quem construiu o prédio, quem paga os professores, quem paga a conta de luz, quem paga a tonta d'água, quem estabelece o currículo, tem direito também de determinar o que deve ser colocado no coração, na alma e na inteligência das crianças. Não é essa a nossa concepção de escola pública. O maior drama do povo brasileiro é exatamente a educação. Nem pensar em progresso neste País se as nossas escolas não puderem dar conta do seu recado. Todos os nossos problemas passam pela educação, saúde, profissionalização, produtividade, conhecimento dos seus direitos, capacidade de progredir na vida, escolha política correta, idéias firmes sobre a sua identidade, sobre os seus deveres, sobre os deveres do Estado. Tudo isto é um processo de educação

⁵⁰⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵⁰⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵¹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados, Sandra Cavalcanti. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133986/biografia>> Acesso em: 30.05.2020.

⁵¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Sandra Cavalcanti. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Sandra+Cavalcanti&txP artido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=pl enario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁵¹² COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

Em seus pronunciamentos, defendeu a ampliação da censura aos programas ou mensagens publicitárias, veiculadas em emissoras de rádio e televisão, que “agridam a moral e os costumes, as religiões, as raças e incitam os vícios”. Se projetou nacionalmente na luta pela instalação do parlamentarismo, acreditava que a instabilidade desse sistema, que poderia provocar a dissolução da Câmara e queda do Gabinete, fazia funcionar a administração pública. Assim, logo após a promulgação da constituinte, propôs uma emenda constitucional que previa a instalação desse sistema de governo em 1991⁵¹³.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 213 emendas, dessas, 38 foram aprovadas, 26 parcialmente aprovadas e 61 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 167, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas⁵¹⁴. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 67 - Quantitativo de emendas Sandra Cavalcanti

Sandra Cavalcanti		
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	38
	Parcialmente Aprovadas	26
	Rejeitadas	61
	Não Informada	67
	Prejudicada	21
	Reitirada	0
	Em análise	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	7
	Comissões	32
	Sistematização	167
	Plenário	7
	Redação	0

Fonte: Elaboração própria

⁵¹³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵¹⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sandra Cavalcanti. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sandra+Cavalcanti&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁵¹⁵.

Tabela 68 - Emendas por Comissão Sandra Cavalcanti

SANDRA CAVALCANTI		
Número Total de Emendas		213
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	1
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	3
	Aprovada	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	1
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	1
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	14
	Aprovada	1
VII - Comissão da Ordem Social	Total	2
	Aprovada	0
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	17
	Aprovada	0
Comissão de sistematização	Total	174
	Aprovada	37

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez 23 sugestões ao texto da Constituição, sendo que a subcomissão que mais recebeu despachos de suas sugestões foi a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas⁵¹⁶.

Tabela 69 - Sugestões Sandra Cavalcanti

Sandra Cavalcanti

⁵¹⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sandra Cavalcanti. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sandra+Cavalcanti&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

⁵¹⁶ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Sandra Cavalcanti. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=Sandra+Cavalcanti&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

Número Total de Sugestões		23
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que todos tenham o direito de participar das decisões do estado e do aperfeiçoamento de suas instituições. 2. Sugere que constituam crimes inafiançáveis e insusceptíveis de anistia ou prescrição, a tortura, a qualquer título, o sequestro e o ato de terrorismo, mesmo quando não resultem na morte da vítima.
II - Comissão da Organização do Estado	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere norma que disponha sobre a organização e o funcionamento de região metropolitana.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere normas de funcionamento, competência e atribuições do ministério público da união, dos estados, do distrito federal e dos territórios.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere realização de eleições gerais no país, após a promulgação da constituição, nas condições que especifica. 2. Sugere norma sobre a criação e organização de partidos políticos.
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5B - Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que lei federal regulamente o transporte marítimo internacional, que garanta predominância dos armadores nacionais do brasil e do país exportador ou importador, em partes iguais, e que se apoiem as empresas brasileiras de navegação.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que se assegure ao trabalhador aposentadoria após trinta anos de serviço. 2. Sugere que se assegure ao trabalhador a aposentadoria por invalidez, com renda mensal fixada por lei. 3. Sugere que se assegure ao trabalhador a aposentadoria por regime especial, quando em atividades insalubres ou perigosas; e que seja regida por legislação especial a aposentadoria de aeronautas, jornalistas e professores. 4. Sugere que nenhuma lei possa reduzir ou cancelar os direitos ou vantagens adquiridas pelo trabalhador para fins de aposentadoria e pensões. 5. Sugere que seja garantida aos trabalhadores seguridade social, mediante planos de seguro social com contribuição da união, das empresas e dos segurados.
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugere que os proventos de aposentadoria e de pensões sejam irredutíveis e acompanhem os reajustes fixados para o maior salário mínimo vigente no país, nas mesmas bases e percentuais, em igual época em que este é alterado. 2. Sugere que não haja, para fins de dependência,

		<p>distinção entre marido e esposa, companheiro e companheira, assim definidos em lei.</p> <p>3. Sugere seja devido ao trabalhador aposentado e ao pensionista um abono anual, correspondente ao provento do mês de novembro de cada ano e pago conjuntamente com este.</p> <p>4. Sugere que sobre os proventos de aposentadoria e de pensões não incida nenhuma contribuição à previdência social.</p> <p>5. Sugere que nenhum provento de aposentadoria e de pensões seja inferior ao maior salário mínimo vigente no país.</p> <p>6. Sugere dispositivo sobre a pensão aos dependentes do segurado da previdência social.</p> <p>7. Sugere normas para a aposentadoria do trabalhador, por velhice</p> <p>8. Sugere seja competência da união o estabelecimento do plano nacional de transportes bem como a exploração da navegação aquaviária.</p> <p>9. Sugere ao estado medidas de proteção ao meio ambiente.</p> <p>10. Sugere que toda importação ou exportação de mercadoria, nos casos previstos, se faça em navio de bandeira brasileira.</p>
<p>VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação</p>	<p>8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso</p>	<p>1. Sugere que o estado assegure o direito à vida e à integridade física de todos desde a concepção; que os pais tenham o direito de escolher o número de filhos assegurando-lhes o estado informações sobre métodos anticoncepcionais; que as pesquisas e experiências de genética humana só possam ser realizadas após consulta e aprovação dos órgãos de fiscalização, não sendo permitidos bancos de embriões humanos e manutenção em vida de embriões humanos, para fins experimentais ou comerciais.</p>

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical e contra a estabilidade no emprego. Na constituinte, Sandra votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com discriminação racial, do mandado de segurança coletivo, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da proibição do comércio de sangue e da anistia aos pequenos e microempresários. Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a legalização do jogo do

bicho e a desapropriação da propriedade produtiva⁵¹⁷. Segue tabela com o demonstrativo de seus votos.

Foi candidata, com sucesso, à reeleição em outubro de 1990, pelo PFL. Nesse mandato, defendeu a alteração do capítulo da Constituição dedicado à ordem econômica, através da abertura da economia brasileira aos investimentos externos e do fim dos monopólios, a alteração do sistema de governo e a reforma constitucional. Não obstante tenha apoiado o plano de estabilização econômica promovido por Collor, pronunciou-se favoravelmente à abertura de seu processo de impeachment contra Collor. Ainda participou da criação da Frente Parlamentarista Ulisses Guimarães, que objetivava fazer campanha a favor do parlamentarismo para o plebiscito sobre o sistema de governo marcado para 21 de março de 1993. Entre as conquistas desse mandato, está a aprovação da chamada Lei dos Portos, responsável pela reformulação e privatização dos portos brasileiros⁵¹⁸.

Desmotivada pelo fato de que suas principais bandeiras, quais sejam, o parlamentarismo, o voto distrital e o fundo partidário, não tinham sido implementadas, optou por não disputar a reeleição, ocupando a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais do Rio de Janeiro onde, anos depois, coordenou a visita do papa João Paulo II à cidade⁵¹⁹.

Em reportagem do instituto Conservador de Brasília, no ano de 2018, informa-se que: “Aos 91 anos a renomada professora reside na Cidade Maravilhosa sem herdeiros, mas deixou um grande legado de dedicação à educação, ao Rio de Janeiro e ao Brasil.”⁵²⁰.

8.26. Wilma Maia

Da cidade de Mossoró, o Rio Grande do Norte, Vilma Maria de Faria nasceu no dia 17 de fevereiro de 1945. Seu tio-avô paterno, era Juvenal Lamartine de Faria⁵²¹, político do estado que lutou pela implementação do voto feminino na Constituição estadual⁵²².

⁵¹⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵¹⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵¹⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

⁵²⁰ FERNANDO, PAULO. A incomparável deputada Sandra Cavalcanti. 2018. Disponível em: <<http://institutoconservador.com/a-incomparavel-deputada-sandra-cavalcanti/>>. Acesso em: 26.06.2020.

⁵²¹ A história de Juvenal, bem como do voto feminino da Constituição do Rio Grande do Norte foi detalhada no tópico “A força do Federalismo na República dos Homens”.

Casou-se com Lavoisier Maia, membro de uma das famílias de maior prestígio político do Rio Grande do Norte, assumindo seu sobrenome. Separou-se de seu primeiro marido, com quem tivera quatro filhos, casando-se com o advogado Herbert Spencer Batista Meira, seu ex-chefe da Casa Civil, passando a assinar Vilma Maria de Faria Meira, abandonando o sobrenome Maia. Em outubro de 2006, já divorciada de Herbert Spencer passou a assinar Vilma Maria de Faria. Em 2008, casou-se com Maurício Souza, com quem ficou até a data de seu falecimento⁵²³.

Formou-se em letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no ano de 1975. De 1976 a 1977, foi assessora da Secretaria de Educação e Cultura de Natal. Em 1978 concluiu, na mesma universidade, o curso de especialização em sociologia. Em 2000, concluiu o mestrado em educação, na área de representação social, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)⁵²⁴.

De 1978-1982, durante o governo de seu marido, coordenou o Programa Nacional do Voluntariado e presidiu o Movimento de Integração e Orientação Social (Meios) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em 1982, durante o governo do primo de seu marido, foi convidada para a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, além de presidir a Fundação Estadual do Trabalho e Ação Comunitária e o Conselho Estadual de Menores, funções que exerceu até o fim do governo⁵²⁵.

Em novembro de 1985 disputou a prefeitura de Natal, na coligação do PDS com o Partido da Frente Liberal (PFL), após uma campanha turbulenta, envolvida em acusações de fraude, foi derrotada. Em novembro de 1986, pelo PDS, candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte e destacou-se pelo estilo de campanha, quando realizou visitas de casa em casa e obteve a maior votação do estado, cerca de 144 mil votos⁵²⁶.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do

⁵²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵²³ WIKIPÉDIA. Wilma de Faria. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilma_de_Faria> Acesso em: 26.06.2020.

⁵²⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵²⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵²⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

Idoso⁵²⁷. Do início da Assembleia Nacional, no dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, Wilma Maia proferiu 44 discursos⁵²⁸. Em discurso pronunciado no dia 20 de agosto de 1987. Destacou que⁵²⁹:

A educação não pode deixar de ser o assunto mais importante, tendo em vista que é a educação o instrumento de mudanças que queremos para trazer o bem-estar para o povo brasileiro. E, quando falo em educação, digo que ela contribuirá, não só para o avanço social e político, mas também, para o desenvolvimento tecnológico e econômico do nosso País. E aqui coloco a educação como um processo permanente, onde todos nós deveríamos ser agentes dessas mudanças que desejamos. Fica claro aqui o papel do trabalhador social, que deve ter uma atuação destacada na desmistificação da realidade distorcida, provocando o descobrimento da verdadeira dimensão na qual está imerso a jovem, o trabalhador, o que poderá ser conseguido por meio da percepção da realidade crítica. Aqui, deixo bem claro que a educação que desejamos hoje para os nossos jovens, para as nossas crianças, é muito mais no sentido de fazer com que elas tenham condição de saber realmente dos seus direitos, dos seus deveres, para que possam pressionar, para que possam, enfim, mudar esta realidade.

Durante seu período na Assembleia Constituinte, propôs 82 emendas, dessas, 14 foram aprovadas, 12 parcialmente aprovadas e 43 foram rejeitadas. A maior quantidade de propostas de emendas dessa parlamentar foi na fase da sistematização, que totalizaram 45, também foi nessa Comissão que a constituinte teve a maior quantidade de emendas aprovadas⁵³⁰. A tabela abaixo apresenta o resultado quantitativo da análise das emendas da deputada, bem como o demonstrativo do número de emendas proposta em cada fase da constituinte.

Tabela 70 - Quantitativo de emendas Wilma Maia

Wilma Maia.	
Atividade Parlamentar na Constituinte	1. Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social: Titular. 2. Subcomissão da Família, do Menor e do

⁵²⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵²⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos, Wilma Maia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=WILMA+MAIA&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1987&dtFim=05%2F10%2F1988&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>> Acesso em: 30.05.2020.

⁵²⁹ COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

⁵³⁰ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Wilma Maia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=wilma+maia&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

	Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Suplente.	
Número total de discursos	44	
Número total de Sugestões	6	
Maior quantidade de despacho de sugestões	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos 8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	
Número Total de Emendas	82	
Comissão em que propôs a maior quantidade de emendas	Comissão de Sistematização	
Comissão em que teve a maior quantidade de emendas aprovadas	Comissão de Sistematização	
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	14
	Parcialmente Aprovadas	12
	Rejeitadas	43
	Não Informada	5
	Prejudicada	7
	Retirada	0
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Em análise	1
	Subcomissões	4
	Comissões	24
	Sistematização	45
	Plenário	8
	Redação	1

Fonte: Elaboração própria

No que tange às emendas propostas pela constituinte, segue a relação qualitativa entre elas e as comissões as quais foram direcionadas, destacando-se quantas das emendas propostas, em cada comissão, foram aprovadas⁵³¹.

Tabela 71 - Emendas por Comissão Wilma Maia

WILMA MAIA		
Número Total de Emendas		82
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	1
	Aprovada	0
II - Comissão da Organização do Estado	Total	2
	Aprovada	0

⁵³¹ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Wilma Maia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=wilma+maia&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	1
	Aprovada	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	1
	Aprovada	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	2
	Aprovada	0
VII - Comissão da Ordem Social	Total	17
	Aprovada	4
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	4
	Aprovada	1
Comissão de sistematização	Total	54
	Aprovada	9

Fonte: Elaboração própria

A deputada fez sugestões ao texto da Constituição, sendo que tanto a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos como a da Educação, Cultura e Esportes receberam duas sugestões cada. Quanto às sugestões feitas pela parlamentar, segue a relação entre o teor das sugestões e as subcomissões para as quais foram despachadas. Das suas seis sugestões, duas foram despachadas para mais de uma subcomissão. A que “sugere princípios relativos à ordem social para assegurar a dignidade da pessoa humana e os direitos dos trabalhadores e servidores públicos dispendo sobre direito de sindicalização e de greve, estabilidade para o servidor público, bem como a criação da justiça administrativa para decidir os conflitos do serviço público” foi para a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e para a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos⁵³².

Outra sugestão, quanto à “*normas sobre a eleição e o mandato do presidente e vice-presidente da república; sobre a criação, organização e competência do conselho de estado, na forma e condições que especifica; e sobre adoção do voto distrital misto.*”, foi despachada para subcomissão do Poder Executivo e para a subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos⁵³³.

⁵³² SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Wilma Maia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=wilma+maia&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

⁵³³ SENADO FEDERAL, Base da Assembléia Nacional Constituinte, Wilma Maia. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=&description-exclude=&nome=wilma+maia&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=>

Tabela 72 - Sugestões Wilma Maia

Wilma Maia		
Número Total de Sugestões		6
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	1. Sugere princípios relativos à ordem social para assegurar a dignidade da pessoa humana e os direitos dos trabalhadores e servidores públicos dispendo sobre direito de sindicalização e de greve, estabilidade para o servidor público, bem como a criação da justiça administrativa para decidir os conflitos do serviço público.
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3B - Subcomissão do Poder Executivo	1. Sugere normas sobre a eleição e o mandato do presidente e vice-presidente da república; sobre a criação, organização e competência do conselho de estado, na forma e condições que especifica; e sobre adoção do voto distrital misto.
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	1. Sugere normas sobre a eleição e o mandato do presidente e vice-presidente da república; sobre a criação, organização e competência do conselho de estado, na forma e condições que especifica; e sobre adoção do voto distrital misto.
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	1. Sugere princípios relativos à ordem social para assegurar a dignidade da pessoa humana e os direitos dos trabalhadores e servidores públicos dispendo sobre direito de sindicalização e de greve, estabilidade para o servidor público, bem como a criação da justiça administrativa para decidir os conflitos do serviço público. 2. Sugere que as donas-de-casa e camponesas tenham direito à aposentadoria.
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	1. Sugere dispositivos sobre a educação, integrando a pesquisa científica ao processo educacional. 2. Sugere que o estado garanta ensino público e gratuito em todos os níveis, e dá outras providências.
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	1. Sugere seja da competência da união legislar sobre direito civil, comercial, e que sejam destinados 5% do imposto de renda para a execução da política do menor.

Fonte: Elaboração própria

Nas questões trabalhistas, votou a favor da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical e contra a proteção ao emprego, as demissões sem justa causa⁵³⁴.

Em outras votações da Constituinte, votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, do mandado de segurança coletivo, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e da desapropriação da propriedade produtiva. Manifestou-se contra a pena de morte, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a legalização do jogo do bicho⁵³⁵.

Com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Em 1988, candidatou-se e foi eleita para prefeitura de Natal, que assumiu em 1989. No final de 1994, candidatou-se ao governo do Rio Grande do Norte, sem êxito. Em outubro de 1996, concorreu mais uma vez à prefeitura de Natal na legenda do PSB, conseguindo se eleger em segundo turno. Nas eleições de outubro de 2000, conseguiu a reeleição para a prefeitura de Natal, na legenda do PSB, dessa vez, conseguindo a vitória ainda no primeiro turno⁵³⁶.

Em abril de 2002, licenciou-se da prefeitura de Natal para dedicar-se à campanha para o governo do estado, conseguindo eleger-se com 61,045% dos votos válidos. Como governadora, realizou o assentamento de famílias em áreas rurais e implantou os programas “Casa da Gente”, para construir novas casas para a população de baixa renda, “Cheque Reforma” destinado a famílias de baixa renda para investir em melhorias e a “Central do Trabalhador”, um local voltado para a capacitação profissional⁵³⁷.

Em outubro de 2006, conseguiu reeleger-se com 824.101 votos, dando continuidade aos seus projetos. Instituiu, também, os programas “Gás social”, com um sistema de fornecimento

⁵³⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵³⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵³⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵³⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

de gás encanado para a população carente por um custo fixo mensal de 12 reais e o “Internet para todos”, com o objetivo de oferecer acesso gratuito à web para toda população, incluindo a parte rural do estado, e criando 70 centros de inclusão digital, e a instalação de computadores com banda larga na rede estadual de ensino⁵³⁸.

Em 2010, Wilma se candidatou ao Senado, mas não teve êxito. Em 2012, conquistou o cargo de vice-prefeita de Natal. Em 2014, foi novamente derrotada ao tentar uma vaga no Senado. Em 2016, conquistou o cargo de vereadora em Natal, que exerceu até a data de seu falecimento, em 15 de junho de 2017, aos 72 anos, em decorrência de falência múltipla dos órgãos⁵³⁹.

Em julho de 2018 uma pesquisa do Ibope consultou eleitores sobre quem teria sido o melhor governador do Rio Grande do Norte nos últimos 30 anos, Wilma ficou em primeiro lugar, sendo citada por 30% dos entrevistados⁵⁴⁰.

8.27. As mulheres do povo na Assembleia Nacional Constituinte

Além das mulheres parlamentares eleitas para Constituinte, fato é que a análise da participação do feminino na elaboração da nova Carta não pode desconsiderar todas as outras que estiveram direta ou indiretamente realizando a sua contribuição nesse momento histórico. Feministas assumidas ou apenas mulheres que sentiam a necessidade de escrever as novas regras do jogo, passa-se agora a uma homenagem àquelas que, por trás dos holofotes, garantiram a aprovação das demandas femininas na Constituição Federal de 1988.

A importância do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres já foi abordada no, entretanto, é importante ressaltar quem estava por trás desse movimento. É impossível citar a totalidade de mulheres que participaram da elaboração da Constituição, por isso, saúda-se à todas nos nomes daquelas que assinaram a Carta das Mulheres ao Constituinte, quais sejam: Jaqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Linhares, Sílvia Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro.

Nascida no Porto, em Portugal, em 1936, Maria Ruth dos Santos Escobar se mudou para o Brasil em 1951. Atriz, uma das mais notáveis personalidades do teatro brasileiro, foi

⁵³⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

⁵³⁹ WIKIPÉDIA. Wilma de Faria. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilma_de_Faria> Acesso em: 26.06.2020.

⁵⁴⁰ WIKIPÉDIA. Wilma de Faria. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilma_de_Faria> Acesso em: 26.06.2020.

comprometida com a vanguarda artística. Em 1978, ativista do Movimento das Mulheres, Ruth Escobar, junto com Zulaiê Cobra, Ruth Cardoso, Marta Suplicy, fundou a Frente de Mulheres Feministas do Estado de São Paulo. Foi eleita deputada estadual por São Paulo nas legislaturas de 1983-86 e 1987-90⁵⁴¹.

Ruth foi a primeira presidente e uma das idealizadoras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), fruto do movimento de mulheres que participaram na campanha pelas Diretas-Já, quando um grupo mulheres procurou o então presidente eleito, Tancredo Neves, em busca da implantação de um órgão estatal para cuidar dos direitos da mulher. Ruth faleceu no dia 5 de outubro de 2017, aos 81 anos. Ela sofria de Alzheimer⁵⁴².

Nascida em 1952 e ganhadora do Prêmio Bertha Lutz, Maria Aparecida Schumacher, conhecida como Schuma, é um militante feminista. Pedagoga e organizadora da Organização não governamental “Rede de Desenvolvimento Humano” foi responsável pela organização do livro “Dicionário Mulheres do Brasil”, o qual reuni biografias de 900 mulheres que influenciaram a história do país⁵⁴³. Em uma entrevista fornecida à Salete Silva, Schuma discorreu a respeito de sua atuação durante a constituinte. Transcreve-se, da tese da referida autora, o trecho da entrevista⁵⁴⁴:

Havia outro deputado, por exemplo, que era do Maranhão e estava do nosso lado, entendia as questões e tal, e parecia ser bem progressista. Um dia, numa certa manhã, muito cedinho, por conta de uma reunião de emergência ocorrida na mencionada Comissão, chamada pelo pessoal do “Pró-vida”, após ver aquele filme lá, do feto, bem apelativo, este deputado nos encontrou no corredor e disse assim "olhem, perdão, mas eu chorei demais esta manhã, e apesar de eu sempre ter sido a favor do aborto, por conta de uma experiência pessoal, depois de ter visto o filme eu não posso mais defender esta prática, eu sinto muito, mulheres" (...) Assim, nós percebemos que ele não era um traidor da causa, mas que estava comovido pelos métodos adotados pelos grupos conservadores (...) Então, após descobrirmos o voo e o horário da chegada dele em São Luís, acionamos as feministas e os grupos de mulheres do Maranhão para poderem ir falar com ele, mostrar a realidade delas, das eleitoras, etc (...). Então, estou falando de algumas táticas de como foi a nossa luta na ANC. E assim era o dia inteiro, várias de nós dentro do Congresso e várias outras dentro do CNDM, ligando, falando, mandando carta, telegrama, pro Brasil interior dizendo "olhe, é assim que seu deputado tá se comportando"

⁵⁴¹ MDB MULHER NACIONAL. PMDB Mulher lamenta falecimento de Ruth Escobar. 2017. Disponível em: <<http://mdbmulher.org.br/mdb-mulher-nacional/pmdb-mulher-lamenta-falecimento-de-ruth-escobar/>>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁴² MDB MULHER NACIONAL. PMDB Mulher lamenta falecimento de Ruth Escobar. 2017. Disponível em: <<http://mdbmulher.org.br/mdb-mulher-nacional/pmdb-mulher-lamenta-falecimento-de-ruth-escobar/>>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁴³ WIKIPÉDIA. Maria Aparecida Schumacher. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Aparecida_Schumacher>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁴⁴ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>>. Acesso em: 29.06.2020

ou então "seu deputado hoje foi maravilhoso, manda dois telegramas de elogio para ele", ou ainda, "reúnam-se no seu estado, conversem com os parlamentares"; quer dizer, era o tempo todo fazendo isso (...) e, obviamente, essa coisa começou a repercutir. (grifo nosso)

De igual modo, Schuma Schumaer contou para Salete Silva sobre as dificuldades de aprovação das demandas femininas e sobre a necessidade de vigilância constante. Para Silva, destacou que⁵⁴⁵:

Tínhamos que fazer o acompanhamento diário, porque às vezes o que se conquistava num dia corria o risco de se perder no outro. O jogo dos empresários, dos patrões, era muito forte contra a aprovação da proposta de 120 dias de licença maternidade. Os conservadores e alguns religiosos também investiam contra as propostas relacionadas à união estável, ao aborto, ao reconhecimento dos filhos fora do casamento. Tinha tudo isto aí que era preciso ser enfrentado. Por isto que o papel do Conselho foi fundamental, porque nos deu as condições de estar ali fazendo aquele protagonismo, participando, propondo, vigiando mesmo tudo o que acontecia (...) (grifo nosso)

Jacqueline Pitanguy, em uma entrevista ao *Jornal Mulier*, em 2014, dividiu que iniciou sua jornada feminista quando foi trabalhar no Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), ao desenvolver uma pesquisa sobre Mulher e Mercado de Trabalho, oportunidade em que se encontrou com um grupo de mulheres com quem fundou um grupos feministas do país⁵⁴⁶.

Durante a Constituinte, defendeu as demandas das mulheres em mais de uma Audiência Pública. Em uma entrevista fornecida à Salete Silva, Jaqueline discorreu a respeito de sua atuação durante a constituinte. Transcreve-se, da tese da referida autora, o trecho da entrevista⁵⁴⁷:

Nós estávamos em Brasília acompanhando permanentemente (...) íamos todos os dias, percorríamos cada gabinete, cada liderança. (...) Nós dependíamos muito dos deputados, das deputadas, né?, da receptividade dos parlamentares às questões das mulheres. E muitos foram solidários mesmo (...) e não somente porque simpatizavam conosco ou com a nossa luta, mas também porque viram que o movimento de mulheres ali presente era um ator político importante no âmbito do Congresso Nacional. (...) Claro que havia muitos contrários, refratários à nossa causa, as vezes uma ou outra deputada também (...), mas eu diria que para alguns partidos era muito mais fácil você apresentar as suas propostas, como por exemplo, o PT, inclusive o próprio Lula (...). Eu lembro também do Dr. Ulisses, sempre absolutamente correto,

⁵⁴⁵ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁴⁶ JORNAL MULIER. Jacqueline Pitanguy – socióloga, coordenadora executiva da Organização CEPIA e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: <<http://jornalmulier.com.br/jacqueline-pitanguy-sociologa-coordenadora-executiva-da-organizacao-cepia-e-membro-do-conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher/>>. Acesso em 29.06.2020.

⁵⁴⁷ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

assoberbadíssimo, naturalmente, como presidente da Assembleia, mas em nenhum momento colocou qualquer obstáculo ao nosso trabalho lá, nem ele nem o relator geral. Foram muito compreensivos também. (grifo nosso)

Comba Marques Porto nasceu em 1945 no Rio de Janeiro, ingressou na faculdade de direito da UFRJ em 1971. Deu seus primeiros passos feministas no Centro da Mulher Brasileira (CMB) e no final da década 70 fundou o Grupo CERES, voltando-se para a discussão de problemas ligados à sexualidade feminina, como o aborto, o prazer, a contracepção e a violência contra a mulher.

Realizou diversos estudos relativos ao reexame da legislação vigente, que sabiam ser desigual quando em relação ao gênero, chegando a publicar obras como *A proteção da mulher em debate*, *A mulher e a CLT* e *A construção da cidadania feminina*. Comba era membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. e foi coordenadora nacional da Campanha pela Mulher na Constituinte⁵⁴⁸.

Durante a Assembleia Constituinte, Comba Marques Porto, em nome do Conselho, defendeu, em audiência pública, a proposta de inclusão no texto constitucional da "plena igualdade entre os cônjuges", a qual foi aceita pelo relator. Comba questionou o conteúdo machista contido no artigo 233 do Código Civil que previa que "*o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.*" defendendo a igualdade entre os sexos, apresentou um novo conceito de família, segundo o qual "*a família constituída civil ou naturalmente tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal de seu membros.*"⁵⁴⁹.

Silvia Pimentel formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi fundadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Proteção dos Direitos da Mulher e da Ação Internacional de Monitoramento de Ações para os Direitos da Mulher. Foi autora do "Novo status civil da mulher", uma proposta legislativa no ano de 1981 que passou a ser parte das mudanças introduzidas pela reforma do Código Civil em 2002⁵⁵⁰.

Silvia tem diversos livros publicados. Foi eleita ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) das Nações Unidas, competente em temas

⁵⁴⁸ CARDIA, MIRIAN LOPES. Mulheres na História - Comba Marques Porto. Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/947-mulheres-na-historia-comba-marques-porto?highlight=WyJyW8iLCJqYW5laXJvIiwicmlvIGphbmVpcm8iXQ==>> . Acesso em 29.06.2020.

⁵⁴⁹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁵⁰ WIKIPÉDIA, Silvia Pimentel. Disponível em: <É autora do "Novo status civil da mulher", proposta legislativa que altera o Código Civil Brasileiro , submetido ao Congresso Nacional em 1981, que passou a fazer parte das mudanças introduzidas pela reforma do Código Civil em 2002.>. Acesso em: 29.06.2020

relacionados com a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, chegando a ocupar a presidência em 2011 e 2012⁵⁵¹.

Além da atuação das feministas vinculadas ao Conselho, muitas foram as manifestações realizadas por outras mulheres, sendo estas vinculadas à outro órgão, como a União das Mulheres de São Paulo, ou autonomamente. Durante a Assembleia, o parlamento recebeu militantes feministas oriundas de diversos lugares do Brasil. Quanto à presença destas mulheres, Salete Silva traz manifestação de Moema Viezzer que conta que⁵⁵²:

Para ir a Brasília, algumas mulheres tiveram apoio das deputadas constituintes, outras fizeram feiras de artesanato, fizeram vaquinha, fizeram bolo, etc, cada quem se virou como podia. Eu lembro que de São Paulo foram dois ônibus lotados e esses dois ônibus tiveram apoio, principalmente, da deputada Irma Passoni. (...) eram mulheres articuladas em clubes de mães e grupos de mulheres das regiões leste e sul de São Paulo além de trabalhadoras rurais e mulheres extrativistas do Bico do Papagaio (hoje no Estado do Tocantins). Em Brasília nos somamos a outras companheiras advindas de lugares distantes, de todo o país, sendo que todas partilhávamos o sonho de ter um país onde as mulheres tivessem plenos direitos, e fossem reconhecidas e respeitadas em suas especificidades.

Salete também escreve falas de Antônia Garcia e Lúcia Pacífico, essas lembram, respectivamente, que⁵⁵³:

(...) aqui na Bahia, especialmente em Salvador, houve toda uma mobilização, porque existia, no caso da FABES, uma comissão de mulheres que puxava as lutas específicas, e nessas lutas específicas a questão das creches, os direitos das mulheres e a questão da aposentadoria pra dona de casa era o que mais tocava, que mais mobilizava as mulheres populares (...). Então por conta disto, para fazer pressão, a gente foi lá, como pode, como era possível, marcamos nossa presença, mostramos a nossa cara, fomos dizer o que queríamos, meio deslocadas, mas fomos, chegamos naquele lugar, naquele espaço tão grande, tão estranho para nós (...) e fizemos nosso lobby, contribuimos com a luta.

Éramos formiguinhas fazendo trabalho de elefante! Conversando com um e com outra, fomos mostrando a importância de termos uma nação em que homens e mulheres tivessem os mesmos direitos, além é claro da proteção à situações que somente as mulheres vivem, como a gravidez, o parto, a amamentação, etc. Então a gente sabe como foi algo que somente aconteceu por força da presença das mulheres lá em Brasília e pelo apoio e movimentação das que não foram para lá mas ficaram trabalhando muito em seus municípios, seus estados, enfim. Em Minas Gerais cada

⁵⁵¹ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SÃO PAULO. Silvia Pimentel fala das lutas para vencer os preconceitos e discriminações contra a mulher. 2017. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2017/10/silvia-pimentel-fala-das-lutas-para-vencer-os-preconceitos-e-discriminacoes-contr-a-mulher-2>>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁵² SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁵³ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

mulher que ouvia falar e entendia o papel da Constituinte dizia “temos que ter nossos direitos nesta Lei Maior”, “precisamos mudar o Brasil com o apoio das mulheres”.

A participação popular na Assembleia Constituinte de 1988 foi intensa. Conforme já detalhado, houveram diversas discussões quando do estabelecimento do RIANC, uma delas foi a inclusão de mecanismos de participação popular no processo de elaboração da nova Carta. Após uma atuação de movimentos Pró Participação Popular na ANC, aprovou-se a apresentação de emendas populares ao projeto de Constituição, a possibilidade de apresentação de sugestões para o texto da Carta e a realização de audiências públicas⁵⁵⁴.

Autorizada a participação popular, centenas de caravanas foram à Brasília, milhares de sugestões foram apresentadas pela sociedade, centenas de audiências públicas foram realizadas e mais de 12 milhões de assinaturas foram colhidas em 122 emendas populares, apresentadas à Comissão de Sistematização⁵⁵⁵.

Cabe ressaltar que o texto final da Constituição da República de 1988 manteve vários instrumentos de democracia participativa, a institucionalizando, como forma de exercício do poder político e prestigiando o exercício da soberania popular ao romper com o monopólio das decisões políticas por representantes eleitos⁵⁵⁶.

8.27.1. Emendas Populares

Havendo previsão de emendas populares no Regimento Interno Assembleia, o mecanismo passou a ser utilizado pela sociedade civil como forma de fazer chegar suas demandas à Assembleia Nacional Constituinte. Contabiliza-se 122 emendas, contendo mais de 12 milhões de assinaturas. Deste total, 04 emendas tutelavam os direitos das mulheres e três delas foram promovidas por entidades feministas. Juntas, conseguiram 243.068 assinaturas⁵⁵⁷.

A primeira emenda foi a de número 19 (PE nº 00019-9). Foi promovida pela Federação das Associações de Bairro de Salvador, a Associação de Moradores de Plataforma e a Associação de Mulheres de Cosme de Farias, todas associações de bairro e tratava sobre a

⁵⁵⁴ CARDOSO, RODRIGO MENDES. A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Puc-Rio. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32497/32497.PDF>>

⁵⁵⁵ CARDOSO, RODRIGO MENDES. A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Puc-Rio. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32497/32497.PDF>>

⁵⁵⁶ CARDOSO, RODRIGO MENDES. A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Puc-Rio. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32497/32497.PDF>>

⁵⁵⁷ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

proposta de aposentadoria das donas de casa. Recebeu 132.528 assinaturas populares⁵⁵⁸. Eis o teor do documento apresentado ao congresso⁵⁵⁹.

Acrescenta, onde couber, artigo à Seção II, Capítulo II, do Título IX (Da Ordem Social), do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, com a seguinte redação.

“Art. - Fica assegurada a Aposentadoria das Donas-de-casa, que poderão contribuir para a Seguridade Social.”

J U S T I F I C A T I V A

É fora de dúvida a contribuição dos serviços das Donas-de-Casa na geração de renda familiar, embora constitua uma economia invisível, ignorada pelas estatísticas oficiais.

Por outro lado, milhões de mulheres tiveram suas atividades profissionais suprimidas por causa dos serviços desenvolvidos no recesso do lar.

Assim, até mesmo como medida reparadora às mulheres que não tiveram acesso a uma vida profissional se impõe a concessão da aposentadoria das Donas-de-casa.

A sua defensora no parlamento foi Lúcia Pacífico Homem, presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais-MDC. Esta emenda não logrou êxito nas votações finais da Assembléia Nacional Constituinte, sob a justificativa da impossibilidade estatal de assumir tão elevado ônus orçamentário. A defesa dessa emenda não se deu de forma pacífica por todas as feministas, Salete Silva traz trecho de uma manifestação de Antônia Garcia, na qual a fundadora da Associação de Moradores de Plataforma-AMPLA conta sobre as discussões femininas sobre esse tema afirmando que⁵⁶⁰:

Esta era uma questão importantíssima para as mulheres das camadas populares. (...) Porém, não tinha tanta ressonância entre as feministas brasileiras, até porque, para estas, a aposentadoria da dona de casa era algo complicado. (...) Na verdade, este tema foi um divisor de águas com o feminismo. Mas não é que as feministas fossem contrárias a que as mulheres, isto é, as donas de casa, tivessem seus direitos. O problema é que elas falavam assim "com isto nós vamos estimular mais as mulheres para ficarem em casa", ou seja, elas temiam que as mulheres não pudessem se emancipar, que isto reforçasse a questão da mulher não poder exercer outras atividades, fora de casa, etc. (...) mas o movimento de bairro, de mulheres populares, achava que não, que ao contrário, as mulheres terem a garantia estatal de alguma autonomia ia ajudá-las a sair de casa, a se sentir mais libertas do jugo masculino (...) a gente pensava: "será que até na velhice temos que ficar subordinada", sabe? Aí a gente caiu em campo, a gente apresentou nossa realidade, que não era novidade para ninguém, mas tinha que ser colocada, tinha que ser discutida, a gente levou para a

⁵⁵⁸ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁵⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>> Acesso em: 25.06.2020

⁵⁶⁰ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

sociedade nossa luta, e saíamos atrás das assinaturas (...) E não tinha quem não assinasse, sabe? Todo mundo acha justo.

Outra emenda foi a de número 20, apresentada pela Rede Mulher de São Paulo, coletou mais de 45 mil assinaturas. Diversas entidades estiveram ligadas à coleta dessas assinaturas, mas destaca-se, além da já citada, a entidade Serviço de Informação da Mulher, no Mato Grosso do Sul, e a SOS Corpo, do Recife. Todas as demandas dessa emenda foram incorporadas à proposta final pela bancada feminina⁵⁶¹. Eis o teor do documento apresentado à Assembléia Nacional Constituinte⁵⁶²:

1. Inclua-se, onde couber, no inciso III, do Capítulo I, Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais), o seguinte dispositivo:

“Art. - Todos são iguais perante a lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão da nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento”;

2. Incluam-se, onde couber, no Capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais), os seguintes dispositivos:

Art. – São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras:

I – proibição de diferença de salário e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil.

II – descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;

3. Acrescente-se, onde couber, na Seção I, do Capítulo II, Título IX (Da Ordem Social), o seguinte artigo:

Art. – Ao Sistema nacional de Saúde Pública compete formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o território nacional, e em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida;

4. Incluam-se, onde couber, no Capítulo VII (Da Família, do Menor e do Idoso), Título IX, os seguintes dispositivos:

Art. – A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoa de seus membros. Art. - É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

Art. - O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos.

Art. - É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual;

⁵⁶¹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁶² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>> Acesso em: 25.06.2020

5. Acrescente-se, onde couber, na Seção I, do Capítulo II, Título IX (Da Ordem Social), o seguinte:

Art. - É assegurada a todos a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidades privadas. É também assegurado, sob controle do Estado, o acesso a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos;

6. Inclua-se, onde couber, no Capítulo II (Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária), Título VIII, o seguinte dispositivo:

Art. - É garantido a homens e mulheres o direito individual da posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem;

7 Acrescente-se, onde couber, no Capítulo I (Dos Direitos Individuais), Título II, o seguinte artigo:

Art. - O Estado assegura a defesa dos interesses individuais e da comunidade, contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminem pessoas ou entidades.

JUSTIFICATIVA

A Carta Constitucional em vigor, ao dispor que "todos são iguais perante a lei", não assegura instrumentos para garantir essa mesma igualdade, relativamente aos direitos da mulher e, por igual, nas relações entre homens e mulheres, buscando corrigir as discriminações existentes.

Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre ampla opressão: enquanto participantes dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãos, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrárias, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializam, em particular contra a subordinação da mulher ao homem.

Essa subordinação se manifesta através da discriminação nos salários e nas condições de acesso ao trabalho; na falta de serviços para atender à mulher na sua condição de reprodutora biológica da espécie humana, assistência à maternidade e à criança. Manifesta também através da inferioridade da mulher em relação ao homem na partilha das responsabilidades do lar e no cuidado dos filhos e em relação a participação social e política.

Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o país realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado "Nós e a Constituinte". Como resultado de encontros, seminários e assembleias foi elaborado um Dossiê de Propostas, cuja síntese contida na presente emenda sobre os "Direitos da Mulher" que desejamos ver assegurados na nova Constituição Brasileira.

Esta iniciativa popular reforça outras iniciativas populares que insistem numa Constituição que garanta o acesso à igualdade de direitos para cidadãs e cidadãos e o cumprimento das leis que asseguram essa igualdade. O conteúdo desta iniciativa se restringe a assuntos relativos à Constituição Federal e será retomado quando da elaboração das Constituições Estaduais e leis municipais, bem como leis ordinárias.

O presente abaixo-assinado foi assumido por grupos de mulheres que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas e contaram com o apoio de muitas entidades nacionais e estaduais.

A emenda foi defendida por Moema Viezzer, uma socióloga e educadora. Para Salette Silva, Moema contou sobre a indicação do seu nome como representante do grupo de mulheres e a respeito do estranhamento que sentiu ao chegar na Assembleia, afirmando que: *Lembro até que perguntei para o deputado paranaense Nelton Friedrich que eu conhecia: "mas é sempre*

assim? todo mundo fica conversando ao mesmo tempo e ninguém escuta nada do que se está dizendo ali na tribuna?" . Dessa fala, a autora fez importante análise, que se transcreve⁵⁶³:

A fala de Moema Viezzer, além de demonstrar que sua presença, enquanto defensora da citada emenda popular estava legitimada pelo movimento social das mulheres, do qual ela fazia parte, indica também o seu estranhamento, enquanto mulher e sujeito político acostumado a "outro modo de fazer política", com aquele espaço de poder "barulhento e desorganizado", conforme disse ela.

A terceira emenda foi a de número 23 (PE00023-7), apresentada pelo Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, pelo Sindicato dos Motoristas em Guindaste de Santos, Sindicatos dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, sendo a única, das quatro, que não foi apresentada por uma associação feminista, apesar da mesma proposta estar presente na Carta das Mulheres aos Constituintes. A emenda trata da aposentadoria da mulher trabalhadora, logo, em razão da natureza temática, teve o apoio do lobby do batom, formalmente representado pela subscrição da deputada Rita Camata no documento⁵⁶⁴. Eis o teor da emenda apresentada⁵⁶⁵:

Inclui, onde couber, na Seção II (Da Previdência Social), do Capítulo II (Da Seguridade Social), do Título II (Da Ordem Social), o seguinte dispositivo:

Art. - É assegurada aposentadoria integral para a mulher após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição para a Previdência Social.

J U S T I F I C A T I V A

A força de trabalho da mulher na sociedade moderna ,seja na indústria, na escola, no comércio, etc., é algo relativamente recente na história da humanidade. Para se ter uma idéia , deve-se considerar que no Brasil de 30 anos para cá,cresceu muito o número de mulheres que trabalham. Em 1950 eram cerca de dois milhões, hoje esse número chega a mais de 14 milhões.

É notório que a legislação que ampara a mulher não acompanhou o crescimento do universo de mulheres que trabalham, por isso a oportunidade que está Constituinte tem de aperfeiçoar e atualizar as leis que protegem a mulher, em especial a que trabalhar é ímpar.

Vale destacar, que a mulher que trabalha tem que ser amparada, pois quando o Estado faz Leis resguardando e defendendo os seus direitos, está salvaguardando as futuras gerações, além de reconhecer o seu trabalho e a sua contribuição para a construção da nossa sociedade.

Dessa forma, o maior reconhecimento ao papel da mulher em nosso País é o estabelecimento da sua aposentadoria integral após 25 anos de contribuição. Levando-se em conta que a Vida Útil da mulher, geralmente começa ainda em tenra idade, estendendo-se depois à vida adulta, quando além de trabalhar por dois ou mais

⁵⁶³ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁶⁴ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁶⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>> Acesso em: 25.06.2020

períodos ainda tem sob sua responsabilidade as tarefas do lar, cuidado com os filhos, etc. Ampliando, de forma prática, o seu período de trabalho para quase 20 horas por dia, o que representa, inegavelmente grande desgaste físico e psíquico.

Esse processo desgastante atinge seu ápice quando a mulher chega a casa dos 40 anos. Idade na qual uma mulher dificilmente consegue um novo emprego, justamente devido ao seu estado físico e psíquico altamente desgastado, o que em uma sociedade estigmatizante, consumista e voltada mais para a produção representa um fato que também tem que ser levado em conta.

Quando se trata do desgaste excessivo no trabalho deve-se considerar que várias categorias de trabalhadores masculinos já conseguiram vantagens como aposentadoria após 25 anos de contribuição, além de condições especiais de trabalho.

Por isso, podemos afirmar que é injusta a generalização do tempo de aposentadoria para homens e mulheres, porque o esforço da mulher no lar tem que ser computado e respeitado, consoante com a evolução da humanidade. Esta Assembléia Nacional Constituinte tem todas as condições de, neste momento, fazer história, reparar as injustiças e atualizar-se no tempo, estabelecendo na nova Carta Magna a aposentadoria para a mulher após 25 anos de contribuição.

O movimento que gerou esta iniciativa conseguiu mais de 30 mil adesões, o que representa, com certeza, o anseio de milhões de brasileiros que confiaram aos Constituintes a defesa das suas maiores esperanças.

Esta emenda contou com a assinatura de mais de 32 mil eleitores. No plenário, não foi sustentada por alguma representante feminina, mas, sim, pelo deputado constituinte Del Bosco Amaral⁵⁶⁶.

A quarta emenda foi a número 65, apresentada pelo Coletivo Feminista e Saúde, União de Mulheres de São Paulo e Grupo Saúde Nós Mulheres (RJ). Esta emenda foi conflituosa entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, uma vez que tratava da legalização do aborto, o que ia de encontro com convicções religiosas⁵⁶⁷. Eis o teor do documento apresentado⁵⁶⁸:

Inclua, onde couber, na Seção I (Da Saúde), do Capítulo II (Da Seguridade Social), do Título IX (Da Ordem Social), os seguintes dispositivos:

Art. - Compete ao Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida, garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas, assegurar acesso à educação, informação e aos métodos adequados à regulamentação de fertilidade, respeitadas as opções individuais.

Art. - A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada, até 90 (noventa) dias de seu início.

§ 1º – Compete ao Estado garantir este direito através da prestação de assistência integral às mulheres na rede de saúde pública.

⁵⁶⁶ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁶⁷ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁶⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf> > Acesso em: 25.06.2020

§ 2º – Serão respeitadas as convicções éticas, religiosas individuais.

JUSTIFICATIVA

o exercício do direito de escolha de ter ou não ter filhos é essencial às mulheres. A maternidade é uma função social, e como tal deve ser tratada - se assim não o fosse, o que seria da próxima geração se todas as mulheres decidissem não ter filhos? Mas, por outro lado, é também uma opção individual, um direito que cada mulher tem de controlar o seu próprio corpo, de determinar a conveniência - ou não - e melhor momento de ter filhos, se assim o desejar.

É neste binômio - uma função social e um direito individual - que esta questão deve se inscrever.

Assim, por ser função social, a maternidade deve contar com a proteção do Estado, através da assistência integral, a ser prestada através da rede pública de saúde.

É porém fundamental, uma vez que nossa, visão da mulher não limita à sua função reprodutiva, que esta assistência integral se estenda a todas as fases de sua vida reprodutiva ou não, do nascimento à morte, num enfoque biopsicosocial da saúde.

O direito de conceber significa atenção especial durante a gravidez, asseguradas as condições de saúde necessárias às mães e aos bebês em desenvolvimento. Requer o respeito ao processo natural de gestação e a preparação dos profissionais de saúde para a prestação de um serviço que leve em conta os aspectos psíquicos, emocionais e biológicos que envolvem o parto.

O direito de evitar a concepção pressupõe a orientação e o acesso aos métodos não lesivos à saúde, de tal forma que se garanta às mulheres a possibilidade de optar pela maternidade e decidir, livremente, quanto ao número de filhos e o espaçamento entre os partos. Cabe ao Estado garantir o acesso às informações, meios e métodos existentes para regulação da fertilidade, não lhe cabendo entretanto o direito de interferência na determinação do número de filhos

Não temos ainda no Brasil, implantado na rede pública um programa de assistência integral à saúde da Mulher. O aborto, último recurso para a interrupção da gravidez indesejada, é inflacionado pela falta de acesso e informações aos métodos adequados para regulação de fertilidade. E é proibido.

Mas milhões de mulheres fazem aborto apesar de uma lei que a ameaça de prisão. Tal situação é vivida com grande sofrimento, medo e culpa.

E desse drama tiveram proveito as clínicas clandestinas que contam, permanentemente, com o "sinal verde" da polícia, da Justiça e mesmo dos mais convictos opositores do direito ao abortamento. Nesses locais, pratica-se o abortamento com desrespeito à vidas das mulheres, sendo elevado o número de lesões irreversíveis e óbitos.

Por ser o abortamento considerado crime, muitas mulheres acabam por se violentar quando interrompem a gravidez com seus próprios Recursos. Perfuram o útero com agulha de tricô, com talos de mamona, sondas e até antenas de TV. Usam venenos que corroem a mucosa vaginal, bebem chás de ervas intoxicantes. Acabam com a saúde e com a própria vida. Não são nem uma nem duas são milhões de mulheres: uma realidade de saúde Pública

Aborto não pode continuar a ser um caso de polícia. O direito à interrupção da gravidez deve ser garantido às mulheres, entendido não como um método contraceptivo, e sim como último recurso para se evitar o sofrimento e as consequências de uma gravidez indesejada.

Concebemos o direito ao abortamento na Constituição numa visão de respeito às convicções éticas e religiosas. Tal direito não se reveste de caráter impositivo e deverá ser disciplinado tendo-se em vista a preservação da saúde da mulher e a sua liberdade individual de decidir sobre seu corpo.

A proposta conseguiu 33.338 assinaturas. A mulher responsável por sua defesa no Plenário da ANC, foi a feminista Maria Amélia de Almeida Teles⁵⁶⁹.

⁵⁶⁹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: 213

8.27.2. Sugestões Populares

É difícil contabilizar a quantidade de sugestões feitas por mulheres ao texto da Constituição em razão da grande participação popular na elaboração da Nova Carta.

Decidido pela elaboração de um novo texto constitucional, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, entre março de 1986 e julho de 1987, lançou uma campanha para os cidadãos encaminharem suas sugestões para a nova Constituição, chamada "Diga Gente e Projeto Constituição". O cidadão, se quisesse enviar suas sugestões deveria se deslocar para a agência dos Correios e preencher e encaminhar o formulário, sem custos, para o Senado Federal. Cinco milhões de formulários foram disponibilizados pelo país⁵⁷⁰.

Ao final, foram coletadas 72.719 sugestões em todo o país essas que estão compendiadas na base de dados SAIC - Sistema de Apoio Informático à Constituinte, no site do Senado Federal⁵⁷¹.

Nesses formulários disponibilizados, havia o apontamento de sexo, sendo "sexo 01" o masculino e o "sexo 02" o feminino. Em busca nessa base de dados, com o termo "Sexo 02", é possível encontrar 23.617 sugestões que teriam sido apresentadas por mulheres do povo, de diferentes estados, idades e profissões. Quando pesquisado pelo termo "Sexo: 01", encontra-se 45.173 sugestões. Somado esses dois números, não se alcança o total de 72.719 sugestões, por isso não é possível dizer que 23.617 é o total de sugestões apresentadas por mulheres do povo, entretanto, acredita-se ser um parâmetro para atestar que houve sim participação do sexo feminino na Constituição, nos mais diversos temas que incomodavam as cidadãs brasileiras. Levando em consideração esse número acima apontado, chega-se no dado de que aproximadamente 32% das sugestões foram apresentadas por mulheres⁵⁷².

Por fim, outro dado que se pode tentar coletar, é quantidade de sugestões que tratavam de direito das mulheres. Em pesquisa em mesma base de dados, usando essa indexação, encontrou-se 3.825 sugestões com essa indexação. Não se desconsidera a possibilidade de

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁷⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ. SUGESTÃO DOS CIDADÃOS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos>. Acesso em: 30.06.2020

⁵⁷¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ. SUGESTÃO DOS CIDADÃOS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos>. Acesso em: 30.06.2020

⁵⁷² SENADO FEDERAL. Bases Históricas. Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>](http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/)>

existirem mais sugestões sobre direitos femininos que não chegaram a citar expressamente a palavra “mulher”, entretanto, acredita-se ser um parâmetro para atestar que houveram, sim, várias sugestões referentes aos direitos das mulheres. Usando esses números como verdadeiros, aproximadamente 5% das sugestões tratavam sobre direito das mulheres⁵⁷³.

8.27.3. Audiências Públicas

Quanto à realização das Audiências Públicas durante a elaboração da Assembléia Nacional Constituinte, assim traz o livro da Câmara dos Deputados “Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna”⁵⁷⁴:

As 4 Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte, instaladas em 7 de abril de 1987, iniciaram as reuniões de audiência pública a partir de do mesmo mês e começaram a discutir seus relatórios em meados do mês de maio. Portanto, em torno de apenas três semanas, foram realizadas as cerca de 00 reuniões, sendo ouvidos, simultaneamente, os mais diferentes setores da sociedade brasileira. Ao longo desses dias intensos, quase 900 pessoas – representantes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, órgãos governamentais, juristas e outros – ocuparam todas as tribunas do Congresso, apresentaram centenas de propostas, polemizaram em torno dos principais temas em discussão, debateram com os constituintes, demarcaram campos e objetos de disputa política. O Parlamento foi tomado por delegações de todo o Brasil, abrindo espaço para múltiplas vozes

As mulheres participaram das Audiências Públicas. Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, falou Jacqueline Pitanguy⁵⁷⁵ sobre os direitos e garantias individuais; Leonor de Paiva⁵⁷⁶, quanto à Igualdade entre o homem e a mulher e Maria Lúcia D’Ávila Pizzolante a respeito da Igualdade de oportunidades⁵⁷⁷. Os direitos das mulheres, no que tange ao princípio da isonomia e a igualdade da mulher no direito constitucional, foi defendido por um homem, o professor Carlos Roberto de Siqueira Castro⁵⁷⁸, que propôs a expressa previsão do princípio da igualdade entre os sexos na Carta⁵⁷⁹.

⁵⁷³ SENADO FEDERAL. Bases Históricas. Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/<](http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/)>

⁵⁷⁴ BACKES, ANA LUIZA. AZEVEDO, DÉBORA BITHIAH DE. ARAÚJO, JOSÉ CORDEIRO DE. Introdução in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

⁵⁷⁵ Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

⁵⁷⁶ Representante da OAB/Mulher do Rio de Janeiro

⁵⁷⁷ Diretora-presidente do Jornal Avante Mulher Membro do CNDM Presidente do Movimento da Mulher pelo Estado de Direito

⁵⁷⁸ Professor de Direito Constitucional da PUC e representante da OAB-DF

⁵⁷⁹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

Na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Antônia da Cruz Silva⁵⁸⁰ e Maria Elizete de Souza Figueiredo⁵⁸¹ defenderam os direitos da mulher trabalhadora; pelo direito de igualdade à mulher trabalhadora, falou Nair Goulart⁵⁸²; pelas trabalhadoras domésticas falou Lenira de Carvalho⁵⁸³, requerendo o reconhecimento da categoria e sindicalização do empregado doméstico, nos termos que traz Salete Silva⁵⁸⁴:

Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife e estou aqui com as companheiras de todo o Brasil. (...) Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de três milhões de trabalhadores deste país. (...) entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador e, conseqüentemente, está submetido às leis trabalhistas e previdenciárias. (grifo nosso).

Já na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente falou, novamente, Jacqueline Pitanguy, dessa vez sobre saúde da mulher. Na subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, manifestou-se Comba Marques Porto⁵⁸⁵ sobre a natureza da sociedade conjugal e Eleonora Menecutti Oliveira⁵⁸⁶ quanto à proteção à gestante, à mãe e à família⁵⁸⁷.

9. O RESULTADO GLOBAL DA PARTICIPAÇÃO DAS DEPUTADAS CONSTITUINTES

Primeiramente, destaca-se que nenhuma das comissões ou subcomissões da ANC foi presidida por uma mulher. Ocuparam apenas quatro posições diferenciadas, sendo elas: duas de 2ª vice-presidente de comissão, Anna Maria Rattes, Maria de Lourdes Abadia, uma de 1ª vice-presidente, Lúcia Braga e uma relatora, Cristina Tavares.

⁵⁸⁰ Coordenadora do Movimento da Mulher Rural do Brejo Paraibano

⁵⁸¹ Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Salvador, Simões Filho e Camaçari

⁵⁸² Diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

⁵⁸³ Representante das Trabalhadoras Domésticas do Brasil

⁵⁸⁴ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁵⁸⁵ Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

⁵⁸⁶ Professora da Universidade Federal da Paraíba, membro do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde de SP e representante do Movimento de Mulheres

⁵⁸⁷ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

Das 26 constituintes, achou-se registros de casamento de 21 delas. Das casadas, apenas uma não teve filho, Bete Mendes. Das que não se achou registro de casamento, também não se achou filiação⁵⁸⁸.

Das quatro deputadas que haviam sido reeleitas para um segundo mandato, três foram favoráveis a emenda Dante de Oliveira e, posteriormente, três votaram em Tancredo Neves. Bete Mendes votou a favor da emenda Dante de Oliveira e decidiu, contra a orientação de seu partido, no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, votar no candidato opositorista⁵⁸⁹. Irma Passoni votou a favor da emenda Dante de Oliveira e, posteriormente, seguindo a orientação do PT, não foi ao Colégio Eleitoral que deu a vitória ao candidato opositorista Tancredo Neves⁵⁹⁰. Rita Furtado se ausentou da votação da emenda Dante de Oliveira, mas votou no candidato Tancredo Neves⁵⁹¹. Cristina Tavares foi favorável à emenda Dante de Oliveira e, posteriormente, votou no candidato Tancredo Neves⁵⁹².

Ao todo, as mulheres proferiram 1.428 discursos registrados, aproximadamente 3,3% dos total. Fizeram, ao todo, 435 sugestões ao texto da Constituição, aproximadamente 3,6% do total. As parlamentares mulheres propuseram 3.384 emendas, aproximadamente 5% do total de emendas apresentadas. Dessas emendas, 437 foram aprovadas, aproximadamente 5% do total de aprovado. Outras 537 foram parcialmente aprovadas, aproximadamente 6% do total, e 1550 foram rejeitadas, o que corresponde à aproximadamente 4,3% do total de emendas rejeitadas.

A fase em que as mulheres mais apresentaram emendas foi na da sistematização, seguindo o padrão geral e lógico visto que foi o primeiro momento em que debateu-se, conjuntamente, todos os temas abarcados em todas as subcomissões e comissões. Ao todo, foram 1853 emendas apresentadas por mulheres, 4,5% do total de emendas apresentadas nessa

⁵⁸⁸ Esse dado foi obtido a partir da leitura da biografia, de cada uma das parlamentares, produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Acontece que, enquanto foi expressamente apontado que algumas parlamentares ficaram solteiras ou não tiveram filhos, para outras, não há informação em nenhum sentido, por isso deixa-se claro que não foram encontrados os registros de casamento ou filiação nessa fonte de pesquisa.

⁵⁸⁹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>> Acesso em 30.05.2020

⁵⁹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

⁵⁹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

⁵⁹² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

fase e quase 55% do total de emendas apresentadas pelas mulheres. Segue tabela com o demonstrativo desses dados.

Tabela 73 - Resultado Global 1

		GERAL	MULHERES
Número total de discursos		42.586	1428
Número total de Sugestões		11989	435
Número Total de Emendas		66651	3384
Resultado do total das Emendas	Aprovadas	8748	437
	Parcialmente Aprovadas	9107	537
	Rejeitadas	36121	1550
	Não Informada	6906	490
	Prejudicada	4851	286
	Retirada	85	17
	Em análise	833	67
Quantidade de emendas por Fase da Constituinte	Subcomissões	6367	403
	Comissões	14911	883
	Sistematização	40726	1853
	Plenário	3814	179
	Redação	833	66

Fonte: Elaboração própria

Posto que, ao todo, 437 emendas propostas por mulheres foram aprovadas, aproximadamente 5% do total apresentado, analisa-se como ficou a proporção de aprovação em cada uma das comissões. Na comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher foram propostas 176 emendas pela bancada feminina, 8,6% do total. Nessa comissão, foram aprovadas 36 emendas femininas, 15,4% do total de emendas aprovadas nessa comissão. Já na Comissão da Organização do Estado, 39 emendas foram propostas por mulheres, aproximadamente 2,4% do total, delas, 8 foram aprovadas, 3,4% do total de emendas aprovadas na Comissão.

Na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, as mulheres propuseram aproximadamente 2,4% das emendas, totalizando 39. Dessas, 8 foram aprovadas, sendo 3,4% do total de emendas aprovadas. Na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, a bancada feminina propôs 117 emendas e teve 2 aprovadas,

resultando em 7,4% das emendas apresentadas e 3,7% das aprovadas. Já na quinta comissão, do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foram propostas 52 emendas, dessas 5 foram aprovadas, alcançando o percentual de 1,8% do total de emendas e 1,6% das aprovadas.

Na Comissão da Ordem Econômica as mulheres apresentaram 383 emendas, aproximadamente 12,7% do total. Dessas, 22 foram aprovadas, o que corresponde à aproximadamente 10,7% do total. Por sua vez, na comissão na Comissão da Ordem Social, foram 177 emendas apresentadas pela bancada feminina, sendo que, dessas, 35 foram aprovadas, o que alcança o percentual de 4,8% do total e 7,4% do número de emendas totais aprovadas na Comissão.

A oitava comissão, da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação contou com 250 emendas propostas por mulheres, 9,4% do total. Dessas emendas, 45 foram aprovadas, 12,5% do total. Por fim, na comissão de sistematização, incluindo plenário e redação, foram propostas 2098 emendas pela bancada feminina, 4,6% do total, sendo que foram aprovadas 276, 2,3% do total de emendas aprovadas na Comissão de Sistematização.

Se as mulheres foram 5% dos constituintes e apresentaram 5% do número total de emendas, em quatro comissões apresentaram mais que 5% da quantidade total de emendas e em outras quatro apresentaram menos que 5% do total de emendas. Se quantitativamente as mulheres apresentaram mais emendas na comissão da sistematização, totalizando 2098, proporcionalmente a maior atuação foi na comissão da ordem econômica, com 12,7% do total de emendas. Se quantitativamente a comissão que mais aprovou emendas da bancada feminina foi a da sistematização, totalizando 276, proporcionalmente o maior percentual de aprovação foi na comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, com 15,4%.

Nota-se que a comissão que mais contou percentualmente com emendas de mulheres foi a da Ordem Econômica, com 12,7%, entretanto, a comissão que proporcionalmente mais aprovou emendas provenientes de parlamentares mulheres foi a comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, com 15,4%.

Apresenta-se a seguinte tabela com os números que resultaram nos dados acima apresentados. Lembra-se que, nessa tabela, os dados referentes à comissão de sistematização englobam as emendas de plenário e redação⁵⁹³.

Ressalta-se que a linha “taxa de aprovação” corresponde ao percentual de emendas propostas e aprovadas em geral e o percentual proposto e aprovado por mulheres. Enquanto a

⁵⁹³ Isso ocorre em razão do modo em que os dados foram organizados na base de dados da Assembléia Nacional Constituinte.

porcentagem acima demonstrava o quão expressiva foi a participação das mulheres em cada comissão, variando no percentual de 12,4% a 1,8% de participação, agora, nessa análise, busca se identificar, estatisticamente, a qualidade da participação das mulheres ao comprovar percentualmente quantas das emendas propostas por elas foram aprovadas.

Tabela 74 - Resultado Global 2

		TOTAL	MULHERES
Número Total de Emendas		66651	3384
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Total	2045	176
	Aprovada	234	36
	Taxa de Aprovação	11,4%	20,45%
II - Comissão da Organização do Estado	Total	1588	39
	Aprovada	234	8
	Taxa de Aprovação	14,7%	20,5%
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Total	3867	92
	Aprovada	447	8
	Taxa de Aprovação	11,6%	8,69%
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	Total	1589	117
	Aprovada	54	2
	Taxa de Aprovação	3,4%	1,7%
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Total	2872	52
	Aprovada	319	5
	Taxa de Aprovação	11,1%	9,6%
VI - Comissão da Ordem Econômica	Total	3011	383
	Aprovada	206	22
	Taxa de Aprovação	6,8%	5,7%
VII - Comissão da Ordem Social	Total	3653	177
	Aprovada	474	35
	Taxa de Aprovação	13%	19,7%
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Total	2653	250
	Aprovada	359	45
	Taxa de Aprovação	13,5%	18%
Comissão de sistematização	Total	45373	2098
	Aprovada	6421	276

	Taxa de Aprovação	14,1%	13,1%
--	-------------------	-------	-------

Fonte: Elaboração própria

Em quatro das comissões a taxa de aprovação das emendas das mulheres foi superior ao percentual de aprovação em geral, sendo elas, a Comissão da Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; a Comissão da Organização do Estado; a Comissão da Ordem Social e a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Nota-se que se a comissão que proporcionalmente mais aprovou emendas provenientes de parlamentares mulheres foi a comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, com 15,4% do total de emendas aprovadas. Já a comissão em que houve a maior quantidade das emendas propostas por mulheres foi aprovada é a Comissão da Organização do Estado, na qual, das 39, oito foram aprovadas.

Quanto à participação das Constituintes nas Comissões, ressalta-se que, das 25, 21 propuseram a maior parte de suas emendas na Comissão da Sistematização. No que tange à comissão em que teve a maior quantidade de emendas aprovadas, foi a da sistematização para 20 das parlamentares. Segue a relação de dados referentes à cada Constituinte.

Tabela 75 - Resultado Global 3

	Maior quantidade de emendas propostas	Maior quantidade de emendas aprovadas	Quantidade de emendas por Fase da Constituinte				
			Subcomissões	Comissões	Sistematização	Plenário	Redação
Abigail Feitosa	Comissão de Sistematização	Comissão VII	22	46	86	7	5
Anna Maria Rattes	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	55	95	269	8	41
Benedita Da Silva	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	5	29	49	8	1
Beth Azize	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	0	0	35	8	0
Cristina Tavares	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	9	49	161	8	0
Dirce Tutu Quadros	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	0	0	43	8	5
Eunice Michiles	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	14	19	152	8	0

Irma Passoni	Comissão VI	Comissão VI	37	120	61	8	0
Lídice Da Mata	Comissão IV	Comissão de Sistematização	43	113	32	8	0
Lúcia Braga	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	11	20	82	4	0
Lúcia Vânia	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	29	43	57	4	10
Márcia Kubitschek	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	7	9	21	7	0
Maria De Lourdes Abadia	Comissão de Sistematização	Comissão VII	14	16	30	10	0
Maria Lúcia	Comissão de Sistematização	Comissão VIII	2	2	2	5	0
Marluce Pinto	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	0	8	37	8	0
Moema São Thiago	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	5	17	66	8	2
Myriam Portella	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	24	65	78	8	0
Raquel Cândido	Comissão de Sistematização	Comissão VIII	20	16	35	4	0
Raquel Capiberibe	Comissão VI	Comissão de Sistematização	15	71	39	8	0
Rita Camata	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	11	23	177	7	0
Rita Furtado	Comissão VIII	Comissão de Sistematização	20	19	19	8	0
Rose de Freitas	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	16	7	59	4	1
Sadie Hauache	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	33	40	51	8	0
Sandra Cavalcanti	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	7	32	167	7	0
Wilma Maia.	Comissão de Sistematização	Comissão de Sistematização	4	24	45	8	1
Total	21	20	403	883	1853	180	66

Fonte: Elaboração própria

No que tange ao número de discursos, sugestões e emendas, com seus respectivos resultados, segue tabela com a relação de dados referentes à cada Constituinte

Tabela 76 - Resultado Global 4

	Total de Discursos	Total de Sugestões	Total de Emendas	Aprovadas	Parcialmente Aprovadas	Rejeitadas
Abigail Feitosa	134	20	166	15	14	72
Anna Maria Rattes	69	8	468	70	50	200
Benedita Da Silva	125	18	92	15	10	41
Beth Azize	85	9	43	10	2	31
Cristina Tavares	105	44	227	45	50	78
Dirce Tutu Quadros	147	0	56	5	4	38
Eunice Michiles	7	45	193	23	32	106
Irma Passoni	173	12	226	17	54	135
Lídice Da Mata	91	4	196	20	11	87
Lúcia Braga	36	13	117	8	24	51
Lúcia Vânia	8	3	143	16	32	40
Márcia Kubitschek	5	8	44	7	10	25
Maria De Lourdes Abadia	32	14	70	9	12	32
Maria Lúcia	2	6	11	1	1	8
Marluce Pinto	6	0	53	8	8	22
Moema São Thiago	61	26	98	13	18	38
Myriam Portella	19	31	175	16	37	72
Raquel Cândido	70	10	75	9	14	43
Raquel Capiberibe	50	12	133	6	38	85
Rita Camata	21	71	218	34	32	100
Rita Furtado	26	17	66	9	10	44
Rose De Freitas	33	22	87	5	9	46
Sadie Hauache	11	13	132	24	27	52
Sandra Cavalcanti	68	23	213	38	26	61
Wilma Maia.	44	6	82	14	12	43
Total	1428	435	3384	437	537	1550

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que a constituinte que mais propôs e mais aprovou emendas foi Anna Maria Rattes, totalizando 468. A mulher que mais fez sugestões foi Rita Camata, com 71, e a parlamentar que mais fez discursos registrados foi Irma Passoni, com 173. Quanto à quantidade de sugestões despachada para cada subcomissão, segue a Tabela com os dados

Tabela 77 - Resultado Global 5

Comissão	Subcomissão	Número de Sugestões
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	1A - Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais I	7
	1B - Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias	22
	1C - Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	53

II - Comissão da Organização do Estado	2A- Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios	3
	2B -Subcomissão dos Estados	11
	2C - Subcomissão dos Municípios e Regiões	9
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	3A -Subcomissão do Poder Legislativo	29
	3B - Subcomissão do Poder Executivo	7
	3C - Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	12
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	4A - Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	14
	4B - Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança	12
	4C - Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	3
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	5A - Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas	32
	5B - Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	8
	5C - Subcomissão do Sistema Financeiro	3
VI - Comissão da Ordem Econômica	6A - Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	30
	6B - Subcomissão da Questão Urbana e Transporte	10
	6C - Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	13
VII - Comissão da Ordem Social	7A - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos	51
	7B - Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente	44
	7C - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	11
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	8A - Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes	31
	8B - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	5
	8C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	44
	SEM INDEXAÇÃO	3

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que a subcomissão que mais recebeu sugestões feitas por parlamentares mulheres foi a dos Direitos e Garantias Individuais, com 53 sugestões, seguida de perto pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, com 51. Destaca-se que levando em consideração apenas as comissões, a que mais recebeu sugestões foi a Comissão da

Ordem Social, totalizando 106, aproximadamente 24,4% do total de sugestões da bancada feminina.

Já quando se analisa qual foi a subcomissão que recebeu mais quantidade de despacho de sugestões das parlamentares da bancada feminina percebe-se que os números se dividem: Cinco parlamentares tiveram como comissão que mais fez sugestões a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, 4 tiveram a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e outras 4 a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. A subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e a subcomissão da Educação, Cultura e Esportes foram as que mais receberam sugestões de 3 constituintes, em cada. Duas parlamentares fizeram mais sugestões na Subcomissão do Poder Legislativo e outras duas na subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. Por fim, com uma constituinte, estão a Subcomissão dos Estados; a do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; a de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; a de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; a subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e a subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

Dessa forma, aponta-se que, apesar da comissão que mais recebeu sugestões femininas em conjunto ser a dos Direitos e Garantias Individuais, foram 5 mulheres que tiveram essa como Subcomissão que mais fez sugestões.

Por fim, passa-se agora à análise das proposições que tiveram o termo “mulher”⁵⁹⁴. A metodologia de busca foi a filtragem utilizando esse termo na barra “Texto” da “Bases da Assembleia Nacional Constituinte 1987 -1988”⁵⁹⁵. Posto isso, aponta-se que, após essa filtragem, foram encontradas 1.087 emendas, 220 sugestões e 82 artigos. Visto que foram propostas 66.651 emendas durante a ANC, apenas 1,63% conteve o termo mulher. No que tange às sugestões, do total de 11898, apenas 1,8% possuía essa expressão.

A princípio, segue tabela com a relação entre as emendas propostas e aprovadas com o termo “mulher” em cada comissão.

Tabela 78 - Resultado Global 6

COMISSÃO	Total de	Emendas com o termo
----------	----------	---------------------

⁵⁹⁴ Ressalta-se que nesse dado não estarão inclusas sugestões ou emendas que, apesar de tratarem de direito das mulheres ou pautas de interesse feminino, não utilizarem expressamente o termo “mulher”.

⁵⁹⁵ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=&title=&title-exclude=&fase=&subject=&subject-exclude=&description=mulher&description-exclude=&nome=&nome-exclude=&entidade=&entidade-exclude=&justificativa=&justificativa-exclude=&parecer=&parecer-exclude=&despacho=&despacho-exclude=&tipo=&docsPerPage=20&smode=advanced>> Acesso em: 30.05.2020

	Emendas com o termo "Mulher"	"Mulher" que foram aprovadas
I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	159	16
II - Comissão da Organização do Estado	1	0
III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	10	0
IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	25	0
V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	0	0
VI - Comissão da Ordem Econômica	19	1
VII - Comissão da Ordem Social	144	13
VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	70	8
Comissão de Sistematização	659	63
TOTAL DE EMENDAS	1087	101

Fonte: Elaboração própria

Segue a análise da quantidade de sugestões e emendas, totais e aprovadas, foram propostas por cada uma das parlamentares e continham o termo “mulher”.

Tabela 79 - Resultado Global 7

AS CONSTITUENTES	Total de Sugestão com o termo "Mulher"	Total de Emendas com o termo "Mulher"	Emendas com o termo "Mulher" que foram aprovadas
Abigail Feitosa	6	20	1
Anna Maria Rattes	1	19	1
Benedita Da Silva	2	8	0
Beth Azize	0	6	1
Cristina Tavares	2	10	0
Dirce Tutu Quadros	0	2	0
Eunice Michiles	1	6	1
Irma Passoni		2	1
Lídice Da Mata	1	8	1
Lúcia Braga	5	23	1
Lúcia Vânia	0	6	2
Márcia Kubitschek	0	2	0
Maria De Lourdes	3	1	0

Abadia			
Maria Lúcia	0	1	0
Marluce Pinto	0	2	0
Moema São Thiago	1	13	1
Myriam Portella	0	2	1
Raquel Cândido	1	5	1
Raquel Capiberibe	2	4	1
Rita Camata	1	6	3
Rita Furtado	1	0	0
Rose De Freitas	2	4	0
Sadie Hauache	2	11	0
Sandra Cavalcanti	0	5	0
Wilma Maia.	0	9	3
Total	31	175	19

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que das 1087 emendas propostas com esse termo, 101 foram aprovadas, 9,3% do total. As mulheres, por sua vez, propuseram 175 emendas, 16% do total, e tiveram 19 aprovadas, 18,8% do total de emendas aprovadas com a palavra “mulher”. Enquanto a taxa geral de aprovação ficou em 9,3%, 10,8% das emendas propostas por mulheres foram aprovadas. No que tange às sugestões, foram ao todo 220 com a expressão “mulher”, sendo que, dessas, 31 provieram de parlamentares do sexo feminino, o que corresponde à 14% do total.

Posto que as mulheres propuseram 3384 emendas durante a ANC, 5,2% continham expressamente o termo mulher⁵⁹⁶. Das sugestões, que totalizaram 435, 7,1% contaram com essa expressão. Sendo essa a média da bancada em conjunto, segue a tabela com os dados de cada uma das constituintes.

Tabela 80 - Resultado Global 8

AS CONSTITUINTES	Número Total de Emendas	Total de Emendas com o termo "Mulher"	Percentual	Número total de Sugestões	Total de Sugestões com o termo "Mulher"	Percentual
Abigail Feitosa	166	20	12%	20	6	30%
Anna Maria Rattes	468	19	4%	8	1	12,5%

⁵⁹⁶ Reitera-se que esse dado não leva em consideração as propostas de direito das mulheres ou pautas de interesse da bancada feminina que não contaram expressamente com o termo “Mulher” no seu conteúdo.

Benedita Da Silva	92	8	8,7%	18	2	11,1%
Beth Azize	43	6	13,9%	9	0	0
Cristina Tavares	227	10	4,4%	44	2	4,5%
Dirce Tutu Quadros	56	2	3,6%	0	0	0
Eunice Michiles	193	6	3,1%	45	1	2,2
Irma Passoni	226	2	0,8%	12	0	0
Lídice Da Mata	196	8	4%	4	1	25%
Lúcia Braga	117	23	19,6%	13	5	38,6%
Lúcia Vânia	143	6	4,2%	3	0	0
Márcia Kubitschek	44	2	4,54%	8	0	0
Maria De Lourdes Abadia	70	1	1,42%	14	3	21,4%
Maria Lúcia	11	1	9%	6	0	0
Marluce Pinto	53	2	3,7%	0	0	0
Moema São Thiago	98	13	13,26%	26	1	3,8%
Myriam Portella	175	2	1,1%	31	0	0
Raquel Cândido	75	5	6,6%	10	1	10%
Raquel Capiberibe	133	4	3%	12	2	16,6%
Rita Camata	218	6	2,7%	71	1	1,4%
Rita Furtado	66	0	0	17	1	5,8%
Rose De Freitas	87	4	4,6%	22	2	9%
Sadie Hauache	132	11	8,3%	13	2	15%
Sandra Cavalcanti	213	5	2,3%	23	0	0
Wilma Maia.	82	9	10,9%	6	0	0
Total	3384	175	5,2%	435	31	7,1%

Fonte: Elaboração própria

No que tange aos discursos, mantendo o filtro temporal em pesquisa no “Banco de Discursos” da Câmara dos Deputados com a filtragem temporal do dia 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988, somado com o filtro “mulher” na aba “texto integral”, foram encontrados 312 discursos, 0,7% em relação ao total encontrado sem o acréscimo desse segundo filtro⁵⁹⁷.

⁵⁹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas> > Acesso em: 30.05.2020.

10. A CONSTITUIÇÃO FEITA PARA MULHERES

Ao realizarem um balanço, após a promulgação da Constituição, as mulheres membros do lobby do batom concluíram que 80% de suas reivindicações foram convertidas em direitos constitucionais⁵⁹⁸. Salete Silva elaborou uma tabela que chamou de “Reivindicações específicas e respectivas conquistas”, na qual comparou o conjunto de demandas inscritas pelas mulheres na Carta aos Constituintes e suas respectivas conquistas no texto constitucional⁵⁹⁹:

Tabela 75 - Reivindicações e Conquistas na ANC

Reivindicações específicas (inscritas na Carta das Mulheres)	Direitos conquistados (inscritos na Constituição Federal)
Proibição de discriminação em razão do sexo	Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
Plena igualdade entre homens e mulheres	Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
Garantia do direito à amamentação dos filhos, ao seio.	Art. 5º L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

⁵⁹⁸ PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, CAROLINA FREITAS . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

⁵⁹⁹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

Salário família	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:... XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
Licença maternidade	XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
Licença paternidade	XIX – licença paternidade, nos termos fixados em lei;
Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;	XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei
Direito à creche	XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
Igualdade salarial entre homens e mulheres por trabalho iguais	XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, de forma plena, às empregadas domésticas	Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.
Direito à posse da terra para homens e mulheres	Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Proteção estatal à maternidade e à gestante	Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
Igualdade de direitos previdenciários	V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º
Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, com salário integral;	§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
Reconhecimento da união estável como entidade familiar	Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
Proteção e reconhecimento da família de um modo geral	§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
Igualdade na sociedade conjugal	§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Liberdade no planejamento familiar	§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
Coibição da violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.	§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.
Plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais	Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Fonte: Salete Silva

A partir dessa tabela, analisar-se-á a construção de cada um dos 20 artigos apontados a fim de que se descubra qual foi a participação das mulheres constituintes em sua elaboração. Enquanto alguns artigos tem o seus quadros históricos com o inteiro teor do dispositivo, como o artigo 3º, outros, em razão da extensão, tem sua análise separada por incisos.

10.1. Do Artigo 3º

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se somente uma sugestão que o poderia ter originado, sendo ela do Constituinte Jamil Haddad. O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias . A

princípio, o dispositivo, que tratava das tarefas do Estado, não continha nada parecido com o inciso que vedava a discriminação por sexo. Eis o teor do texto o anteprojeto do relator da subcomissão⁶⁰⁰:

Art. 1º - O Brasil é uma República soberana, fundada na nacionalidade e dignidade de seu povo e empenhada na formação de uma sociedade na qual o acesso aos valores fundamentais da vida humana seja igual para todos. [...] § 2º - O Estado brasileiro está submetido aos desígnios da sociedade civil e sua principal finalidade é promover a identidade nacional pela integração igualitária de todos no seu processo de desenvolvimento. [...] § 5º - São tarefas fundamentais do Estado: a) garantir a independência nacional pela preservação de condições políticas, econômicas, culturais, científicas, tecnológicas e bélicas, que lhe permitam rejeitar toda tentativa de interferência estrangeira na determinação e consecução de seus objetivos internos; b) assegurar a participação organizada do povo na formação das decisões nacionais, defender a democracia política e econômica e fazer respeitar a constitucionalidade e a legalidade; c) preservar, controlar e democratizar a livre iniciativa, promovendo a distribuição da riqueza, do trabalho e dos meios de produção, a fim de abolir todas as formas de opressão e exploração do homem pelo homem, e garantir o bem-estar e a qualidade de vida do povo.

Na fase da Comissão, elaborou-se um dispositivo que previa como finalidade interna fundamental do estado *“empreender, por etapas planejadas e constitucionalmente compulsórias, a erradicação da pobreza e a interpenetração dos extratos sociais, de modo que, desde a concepção, todos tenham iguais oportunidades de viver saudável e dignamente;”*.⁶⁰¹

As deputadas Benedita da Silva; Lídice da Mata; Lúcia Vânia; Cristina Tavares; Moema São Thiago entrou com uma emenda em face desse dispositivo. Para elas, era necessária a retirada a expressão *“desde a concepção”*. Por isso, justificaram que⁶⁰²:

O inciso III do art. 22 está contido em capítulo referente às relações entre o estado e a sociedade. Este inciso cria normas a serem observadas pelo Estado. Mas ao mesmo tempo, também cria direitos aos sujeitos integrantes da sociedade brasileira. Como é sabido a condição de sujeito de direito só se adquire após o nascimento com vida. Ao incluir a expressão *“desde a concepção”* a norma a está criando direito para quem ainda não é sujeito. Por outro lado, como explicitou o art. 3º, I, “b”, a vida intrauterina é inseparável do corpo que o concebeu. Logo, um dos sujeitos destinatários do direito criado pela norma deste item III é a mulher grávida e não o concepto. Por sua vez, a mulher grávida se inclui na palavra *“todos”*. Daí justificar-se a supressão da expressão, desde a concepção.

⁶⁰⁰ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶⁰¹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶⁰² BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

Após sofrer diversas emendas na fase das subcomissões, comissões temáticas, na comissão de sistematização e, após votação plenária e emendas de redação, eis o teor final do dispositivo:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ao todo, em face da íntegra do artigo 3º, foram propostas a seguinte quantidade de emendas por cada uma das constituinte⁶⁰³:

Tabela 82 - Artigo 3º

Constituinte	Número de Emendas ao dispositivo - Artigo 3º
Abigail Feitosa	0
Anna Maria Rattes	1
Benedita da Silva	1
Bete Mendes	0
Beth Azize	0
Cristina Tavares	4
Dirce Tutu Quadros	1
Eunice Michiles	1
Irma Passoni	0
Lídice da Mata	2
Lúcia Braga	1
Lucia Vânia	3
Márcia Kubitschek	1
Maria De Lourdes Abadia	0
Maria Lúcia	1
Marluce Pinto	1

⁶⁰³ Os dados vieram de: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

Moema São Thiago	1
Myriam Portella	1
Raquel Cândido	0
Raquel Capiberibe	0
Rita Camata	2
Rita Furtado	1
Rose de Freitas	0
Sadie Hauache	1
Sandra Cavalcanti	4
Wilma Maia	0
Total	27

Fonte: Elaboração própria

10.2. Do Artigo 5º, I

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se quatro sugestões que abordam a matéria do presente inciso. Dessas, duas foram de mulheres, uma da Constituinte Benedita da Silva e outra da Maria de Lourdes Abadia⁶⁰⁴.

O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais – Ic e na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias – VIIc o primeiro texto apresentado pelos respectivos relatores foi :⁶⁰⁵:

“Art. 1º São direitos e garantias individuais: (...) II – a cidadania; são assegurados iguais direitos e deveres aos homens e mulheres, no Estado, na família, no trabalho e nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais; são gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, incluídos os registros civis; todos têm o direito de participar das decisões do Estado e de contribuir para o contínuo aperfeiçoamento das instituições;”

⁶⁰⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16.BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶⁰⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16.BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

“Art. 2º Todos, homens e mulheres, são iguais perante a lei, que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos e aos aqui estabelecidos.”

Nos respectivos anteprojetos das duas comissões, o texto final dos dispositivos foram⁶⁰⁶:

“Art. 3º São direitos e liberdades individuais invioláveis: (...) III – a cidadania: (...) e) o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar, com a única exceção dos que têm a sua origem na gestação, no parto e no aleitamento;”

“Art. 86. Todos, homens e mulheres, são iguais perante a lei, que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos e aos aqui estabelecidos. Parágrafo único. São formas de discriminação, entre outras, subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor, ou pessoas a eles pertencentes, por palavras, imagens ou representações, em qualquer meio de comunicação.”

Na fase da comissão de sistematização o primeiro Substitutivo do relator teve o seguinte teor⁶⁰⁷:

“Art. 6º A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à integridade física e moral, à liberdade, à segurança e à propriedade.
§ 1º Todos são iguais perante a Constituição, a lei e o Estado sem distinção de qualquer natureza. Serão consideradas desigualdades biológicas, culturais e econômicas para proteção do mais fraco.”

Após sofrer diversas emendas na fase da subcomissões, comissões temáticas, na comissão de sistematização e, após votação plenária e emendas de redação, eis o teor final do dispositivo: “*I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição*”⁶⁰⁸.

10.3. Do Artigo 5º, L

⁶⁰⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16. BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶⁰⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16. BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶⁰⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16. BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

No quadro histórico desse dispositivo, não se localizou nenhuma sugestão que o poderia ter originado. Esse dispositivo teve origem em duas subcomissões, dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias – Ib e dos Direitos e Garantias Individuais – Ic, o anteprojeto de cada uma dessas subcomissões contou com o seguinte teor⁶⁰⁹:

“Art. 28. Os detentos têm direito à dignidade e integridade física e mental, à assistência espiritual e jurídica, à ressocialização, à comunicabilidade e ao trabalho produtivo e remunerado, na forma da lei. (...) § 2º É dever do Estado manter condições apropriadas nos estabelecimentos penais, para que as presidiárias permaneçam com seus filhos pelo menos durante o período de amamentação.”

“Art. 1º São direitos e garantias individuais: 244 A construção do artigo 5º da Constituição de 1988 (...) § 22. A lei regulará o direito da presa provisória ou condenada, que tenha filho lactente. É dever do Estado manter locais apropriados, nos estabelecimentos penais, para possibilitar a amamentação.”

Após sofrer diversas emendas na fase da subcomissões, comissões temáticas, na comissão de sistematização e, após votação plenária e emendas de redação, eis o teor final do dispositivo: “L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;”⁶¹⁰.

Ao todo, em face da íntegra do artigo 5º, foram propostas a seguinte quantidade de emendas e sugestões por cada uma das constituinte⁶¹¹:

Tabela 83 - Artigo 5º

Constituinte	Número de Emendas ao dispositivo - Art. 5º	Número de Sugestões que teriam levado ao dispositivo - Art. 5º
Abigail Feitosa	5	0
Anna Maria Rattes	34	0
Benedita da Silva	4	1 ⁶¹²
Bete Mendes	0	0
Beth Azize	1	0

⁶⁰⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16.BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶¹⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16.BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶¹¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16.BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

⁶¹² Sugere que homens e mulheres tenham iguais direitos ao pleno exercício da cidadania e dá outras providências.

Cristina Tavares	21	0
Dirce Tutu Quadros	5	0
Eunice Michiles	16	1 ⁶¹³
Irma Passoni	5	0
Lídice da Mata	3	0
Lúcia Braga	10	0
Lucia Vânia	14	0
Márcia Kubitschek	2	0
Maria de Lourdes Abadia	1	1 ⁶¹⁴
Maria Lúcia	1	0
Marluce Pinto	3	0
Moema São Thiago	5	0
Myriam Portella	9	2 ⁶¹⁵
Raquel Cândido	4	0
Raquel Capiberibe	8	0
Rita Camata	7	2 ⁶¹⁶
Rita Furtado	1	3 ⁶¹⁷
Rose de Freitas	6	0
Sadie Hauache	11	1 ⁶¹⁸
Sandra Cavalcanti	5	1 ⁶¹⁹

⁶¹³ Sugere a garantia da liberdade religiosa e de culto, nas condições que especifica.

⁶¹⁴ Sugere normas que assegurem aos homens e mulheres igualdade de direitos ao pleno exercício da cidadania.

⁶¹⁵ Sugere que a lei não possa excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ao direito individual ou aos interesses coletivos e assegure a todos o direito de representação por ação ou omissão dos poderes públicos.

Sugere a instituição do tribunal do júri para julgamento dos crimes que especifica.

⁶¹⁶ Sugere que seja a tortura considerada crime inafiançável, sem direito a anistia ou prescrição.

Sugere que não haja pena de morte nem de banimento; que os estrangeiros não sejam extraditados por crime político ou de opinião; que nenhum brasileiro seja impedido de reingressar no território nacional.

⁶¹⁷ Sugere norma que disponha sobre a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações.

Sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei.

Sugere norma que disponha sobre a livre manifestação do pensamento e dá outras providências

⁶¹⁸ Sugere que seja concedido habeas corpus, quando houver ameaça à liberdade de locomoção, ilegalidade ou abuso de poder.

⁶¹⁹ Sugere que constituam crimes inafiançáveis e insusceptíveis de anistia ou prescrição, a tortura, a qualquer título, o sequestro e o ato de terrorismo, mesmo quando não resultem na morte da vítima.

Wilma Maia	4	0
Total	185	12

Fonte: Elaboração própria

10.4. Do Artigo 7º, XII

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se 17 sugestões que poderiam ter originado esse dispositivo, dessas nenhuma veio de mulher. O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos o primeiro texto apresentado pelos respectivos relatores foi⁶²⁰:

Art. 2º - A Constituição assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

II - salário-família à razão de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, por filho ou dependente menor de 14 (quatorze) anos, bem como ao filho menor de 21 (vinte e um) e ao cônjuge, desde que não exerçam atividade econômica, e ao filho inválido de qualquer idade. [...]

Após sofrer diversas emendas na fase da subcomissões, comissões temáticas, na comissão de sistematização e, após votação plenária e emendas de redação, eis o teor final do dispositivo⁶²¹:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XII - salário-família para os seus dependentes;”

Após a promulgação da Constituição Federal, esse dispositivo foi alterado pela emenda constitucional número 20, em 1988.

10.5. Do Artigo 7º, XVIII

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se 7 sugestões que poderiam ter originado esse dispositivo, dessas, nenhuma veio de mulher. Sobre esse tema, foi realizado

⁶²⁰ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶²¹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

audiência pública no dia 19 de julho de 1987⁶²². Nessa oportunidade, a sra. Maria Euzete de Souza Figueiredo defendeu que⁶²³:

A discriminação da mulher trabalhadora também se manifesta na questão da maternidade e do estado civil. A mulher trabalhadora que tem um filho ou é casada está sujeita a não ser admitida em um determinado emprego, e se estiver trabalhando corre o risco de perder o emprego. Existe empresas, e aqui vai uma denúncia, que chegam ao absurdo de exigir das operárias que apresentem mensalmente os seus absorventes higiênicos por época da menstruação, como forma de verificar se elas estão grávidas. Isto se dá porque os patrões não encaram a maternidade como um fator social, mas como ônus para as empresas.

(...)

que o Estado reconheça a maternidade e a paternidade como funções sociais que incluem a gravidez, o parto, o aleitamento e a responsabilidade pela socialização das crianças, garantindo os seguintes pontos: 1) - licença à maternidade, antes e após o parto, sem prejuízo de emprego e salário, pelo período mínimo de três meses; 2) - estabilidade no emprego durante a gravidez e pelo período mínimo de 12 meses após o parto; 3) - proteção especial às mulheres durante a gravidez, nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais a sua saúde e à do nascituro, com remanejamento da função, quando for necessário e com garantia do mesmo salário; 4) - berçários e creches nos locais e proximidades para as crianças de zero a três anos e 11 meses, no mínimo, e em dois períodos diários, pelo menos, para aleitamento durante o horário de trabalho; 5)-licença à paternidade durante o período natal e pós-natal, pelo período pré-natal e no mínimo 12 meses após o parto; 6) - extensão desses benefícios para ambos os sexos, homens e mulheres no momento de adoção; 7) - que seja garantida a extensão dos direitos previdenciários das trabalhadoras urbanas às trabalhadoras rurais como auxílio natalidade, salário maternidade, auxílio doença e aposentadoria.

O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos. O primeiro texto apresentado pelo relator foi:

Art. 2º - A Constituição assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XII - licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez, com período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

Após sofrer 12 emendas na fase da subcomissões, 22 nas comissões temáticas, 113 na comissão de sistematização e 11 no plenário, a redação final do dispositivo foi⁶²⁴:

⁶²² BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XVIII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶²³ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 19 de julho de 1987. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup98anc19jun1987.pdf#page=81>> Acesso em 03.07.2020

⁶²⁴ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XVIII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Ao todo, 28 das emendas foram propostas por mulheres. Considerando as 158 emendas totais, houveram algumas para o aumento da quantidade de dias de licença e outra pela diminuição ou supressão. Algumas justificativas foram⁶²⁵:

A modificação da licença remunerada das gestantes - de 180 para 90 dias - visa sobretudo resguardar e não estabelecer a discriminação de emprego para mulheres. Com seis meses de licença quer remunerada ou não, as empresas dificilmente empregariam mulheres com capacidade de engravidar, mormente as casadas e pretendentes a casamento. Temos certeza se tratar esta emenda de uma medida cautelar e que não interessa às mulheres⁶²⁶.

A discriminação e injustiças praticadas contra a mulher gestante, no tocante ao trabalho, é prática antidemocrática, na medida em que lhe impede o exercício de um direito fundamental: aquele de ser mulher-mãe e trabalhadora. Ter um controle sobre a reprodução é um direito da mulher que deve ser reconhecido por toda a sociedade. E por isso não devem existir obstáculos que se interponham à sua decisão⁶²⁷.

Devido aos altos índices de mortalidade infantil, sairá mais barato para a Previdência custear o afastamento da mãe para zelar e amamentar o filho, que pagar creches e assistir as doenças pejo não aleitamento materno. Não há necessidade de 180 dias de repouso para interrupção da gestação⁶²⁸.

Tal proposição inviabilizará novas contratações feministas, assim como acarretará demissões as já contratadas⁶²⁹.

Elimina-se a fixação do prazo de seis meses de licença, por duas razões basicamente. O parto, do ponto de vista médico, não exige descanso tão prolongado. A licença-maternidade, entre nós, tem sobretudo, o objetivo de adaptar a mães ao trato com a criança, o que ela consegue em prazos menores. Com o próprio anteprojeto estabelece a criação de creches ou na manutenção por parte das empresas, desaparece a necessidade de manter a mãe afastada do trabalho por tanto tempo. Há, ainda, uma razão essencialmente prática: os movimentos mais organizados de mulheres são, hoje, contrários ao excesso de protecionismo de legislador em relação ao trabalho feminino. O excesso gera discriminação. No caso específico, é essencial que a constituição estabeleça principio da proteção à maternidade, deixando para a lei ordinária a especificidade dos prazos de afastamento⁶³⁰.

A medida aparentemente bem-intencionada, reduziria o mercado de trabalho para o sexo feminino. Reduziria, na prática, a disposição das empresas de

⁶²⁵ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XVIII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶²⁶ FRANCISCO CARNEIRO (PMDB/DF)

⁶²⁷ RUY BACELAR (PMDB/BA)

⁶²⁸ ABIGAIL FEITOSA (PMDB/BA)

⁶²⁹ ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

⁶³⁰ TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB/AL)

ampliar a contratação de mulheres, pelo acréscimo de custos daí resultante. A matéria já está satisfatoriamente regular na Consolidação das leis de Trabalho⁶³¹.

Propôs-se, também, a extensão da licença maternidade para as mães adotantes, sob a justificativa de que: “*A proposta tem por objetivo proteger a criança adotada, dando-lhe a indispensável proteção materno infantil, nos seus primeiros dias de vida, ao mesmo tempo em que serve de estímulo para que se adote mais crianças*”. Na comissão, o parecer foi pela rejeição por entender que: “*A mulher trabalhadora que adota criança recém-nascida não merece o mesmo tratamento dispensado à parturiente.*”⁶³²

Quando da votação do dispositivo em plenário, para encaminhar a favor, foi dada a palavra para constituinte Sandra Cavalcanti que afirmou⁶³³:

Na medida em que o Estado se preocupa com a criança ainda no ventre materno, porque dá cobertura à gestante, ele também tem que dar uma assistência a essa criança desde o momento em que ela nasce até o momento em que se toma adulta. A criatura humana é a mais desamparada na forma da natureza. A criança precisa disso como elemento fundamental de saúde. Não se trata aqui de dar folga às mulheres, mas de um problema de saúde pública e de assistência social. Está provado cientificamente que o leite materno contém uma série de ingredientes que garantem a essa criança, pelo menos a partir dos quatro meses, se for amamentada durante este período, uma imunização, uma solidez para a sua saúde, e uma garantia de resistência para as agressões do meio ambiente. Isso é muito melhor do que a alimentação artificial. O Brasil, como o mundo inteiro, foi tomado da aventura do leite em pó, da lata de leite substituindo o leite materno, até porque isso dá muito dinheiro para muitas empresas instaladas por este mundo de Deus.

Mas o que queremos aqui é garantir à gestante os 120 dias, para que possa amamentar o seu filho, que, a partir dos quatro meses, deve ir com ela para o seu local de trabalho, como já manda a legislação brasileira, até para que continue a ser amamentado porque, a partir de então, começa, discretamente, a troca de alimentação. Todos sabemos que, a partir dessa data, a criança começa a receber os primeiros alimentos que não sejam o leite materno.

Não tenho a menor dúvida de que a Casa inteira vai votar a favor de uma emenda que é uma grande conquista da criança brasileira, a que ainda está por nascer, aquela que vai ser criança após esta Constituinte e que um dia vai saber que pôde, durante quatro meses, ser amamentada por sua - mãe em casa porque um órgão colegiado expressivo foi capaz de captar essa necessidade social.

Por isso, Sr. Presidente, peço aos nobres colegas que votem favoravelmente a esta emenda resultante de um acordo.

Não se trata de estabelecer no mínimo 120 dias. São 120 dias, até porque, se precisar de mais, a mãe terá todos os recursos que a legislação trabalhista põe a seu alcance para ampliar este prazo.

Esta emenda está acoplada a outra que vem em seguida e que também é fundamental. É a experiência vivida pelas famílias pobres deste País. Ela estabelece que, durante pelo menos 8 dias após o parto, o chefe de família possa estar ao lado da sua mulher e do seu filho, para garantir a eles aquele primeiro arranjo doméstico que, sabemos, para os menos favorecidos é sempre muito difícil.

⁶³¹ ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

⁶³² BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XVIII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶³³ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

Tenho certeza absoluta de que esta emenda não vai contrariar nem o empresariado brasileiro, porque quem pagará esse período é a Previdência Social, nem a força de trabalho, porque ninguém vai querer uma mulher que acabou de ter o seu filho pendurada ao telefone, quando ele existe, ou preocupada no trabalho porque largou sua criança longe, em um lugar qualquer, nas mãos de uma terceira pessoa. Esta trabalhadora não renderá que pode em termos até de produção. Muito obrigada.

Em mesma votação, a deputada Raquel Cândido afirmou que: “*Sr. Presidente, não falo em nome do partido. Há um consenso entre a bancada ela mulheres para que votemos "sim". Apelamos aos nossos pares para que nos ajudem nesse sentido.*”⁶³⁴.

No final, de 446 votos, foram 429 votos a favor, 11 contrários e 6 abstenções. Todas as mulheres constituintes, cujos votos estão registrados na ata, foram a favor da emenda⁶³⁵.

10.6. Do Artigo 7º, XIX

No quadro histórico deste inciso, não se apresenta nenhuma sugestão que poderia ter originado esse dispositivo. Foram apresentadas emendas na comissão de sistematização, todas por homens, para inclusão da licença paternidade na Constituição Federal, nesse ponto, todas foram rejeitadas. Essas emendas tinham a seguinte justificativa⁶³⁶:

“Participação efetiva do pai, neste período crítico, em relação à prevenção do desmame. Importância da presença pai, máxime neste período, para estabilidade emocional familiar. Cumprimento das obrigações legais relativas ao nascimento do filho.”

O parecer que as rejeitou foi redigido nestes termos⁶³⁷:

Objetiva o autor acrescentar no inciso XIX do artigo 13, que dispõe sobre a licença gestante, o direito à licença paternidade até o quinto dia após a alta hospitalar ou o parto domiciliar. Não negamos a importância da presença do pai nos primeiros dias de vida da criança, particularmente até a plena recuperação da mãe. Parece-nos evidente, contudo, que essa presença não guarda o caráter de absoluta indispensabilidade, por fonte nutriz, da presença materna. Essa razão por que a licença gestante é direito inscrito na Constituição. É necessária à mãe, à criança e a sociedade como um todo. A licença paternidade, embora desejável, não tem essa relevância. Assim, somos de opinião que, a medida que for tornando-se viável, deva ser objeto da lei ou convenção coletiva.

⁶³⁴ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

⁶³⁵ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

⁶³⁶ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶³⁷ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

Um delas, que propunha a inclusão de diversos direitos trabalhistas, foi parcialmente aprovada para não ser incorporada no substitutivo da comissão apenas a licença paternidade. O parecer foi⁶³⁸:

Com exceção da licença-paternidade, contemplamos em nosso substitutivo todos os direitos contidos na Emenda, passíveis de constarem em uma constituição e que tenham viabilidade prática. Contemplaremos, ainda, alguns outros direitos não arrolados na Emenda, que reputamos socialmente legítimos. Ao todo, faremos constar de nosso substitutivo os seguintes direitos dos trabalhadores: contrato de trabalho protegido contra a dispensa imotivada ou sem justa causa, seguro-desemprego, fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, garantia de salário fixo quando houver remuneração variável, gratificação natalina, salário do trabalho noturno superior ao diurno, participação nos lucros da empresa, salário-família, jornada de trabalho máxima, jornada reduzidas nos termos ininterruptos, repouso remunerado, remuneração majorada para o serviço extraordinário, gozo de férias anuais remuneradas, licença remunerada à gestante, saúde e segurança do trabalho, redução dos riscos de insalubridade e periculosidade bem como adicional de remuneração nas atividades em que eles existam, proibição de trabalho noturno ou insalubre aos menores de 18 anos, proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos exceto na condição de aprendiz, proibição de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, assistência aos filhos dos trabalhadores até 6 anos de idade, reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva, participação dos trabalhadores nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, seguro contra acidentes do trabalho e doenças profissionais, extensão de novos direitos aos empregados domésticos, liberdade de associação profissional ou sindical e liberdade de exercício do direito de greve. Somos pela aprovação parcial.

Já na fase do plenário, foi apresentada uma emenda pelo constituinte Alcení Guerra, do PFL do Paraná. Eis o teor da emenda, a justificativa e o parecer⁶³⁹.

Texto: Inclua-se no inciso XVII do art. 7o. as seguintes expressões:

Art. 7o. - XVII - bem como, nas mesmas condições licença paternidade de oito dias aos que preencham requisitos fixados em lei.

Justificativa: Com redução do núcleo familiar na sociedade moderna, a mulher muitas vezes depende intensamente de ajuda do marido ou companheiro nos dias imediatamente subsequente ao parto.

Parecer: A emenda visa acrescentar ao inciso XIII do art. 7o. o seguinte dispositivo: "bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de 8 dias aos que preencham requisitos fixados em lei". Na verdade, com a redução do núcleo familiar na sociedade moderna, a mulher muitas vezes depende intensamente da ajuda do marido nos primeiros dias após parto. Por essa razão, a proposta deve ser acolhida..

⁶³⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶³⁹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

A atuação do deputado Alcení Guerra (PFL-PR) foi considerada essencial para a aprovação da emenda paternidade, assim, apesar de sua relação com o movimento das mulheres, em geral, ter sido "muito pouca, muito discreta", pela sua atuação nessa conquista, foi citado por Shuma Schumaer como um dos homens⁶⁴⁰ que foi solidário à “causa feminina”⁶⁴¹. Sobre a atuação do constituinte nessa conquista, Salte Silva traz a seguinte informação⁶⁴²:

Segundo matéria da Folha de São Paulo, de 26 de fevereiro de 1988, no Caderno de Política, página A7, Alcení Guerra, enquanto médico pediatra, já havia presenciado inúmeras situações em que, crianças e/ou mães, vítimas de complicações pós-parto, vieram a falecer ou passar por problemas graves, sem poder contar com a presença e o apoio paterno. Ele próprio, em pleno período da ANC necessitou se ausentar de suas atividades parlamentares para, como pai e esposo, acompanhar a mulher, parturiente, em situação de risco de morte. Segundo a notícia, o mencionado constituinte, enquanto médico, já presenciou casos em que os pais foram impedidos de estar com suas esposas ou então demitidos em razão de se ausentarem de suas atividades laborais. Por conta disto, não obstante intervenções em contrário, particularmente do deputado Ricardo Izar (PFL-SP), para quem este assunto não tinha nenhuma relação com a seara constitucional, tal proposta foi aprovada por 317 votos a favor, após ter recebido 67 votos contra e 28 abstenções⁶⁴³.

Quando realizou o encaminhamento da votação, na sessão de 25 de fevereiro de 1988, o constituinte Alcení Guerra proferiu discurso em que disse⁶⁴⁴:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, confesso-me evidentemente amargurado com a chacota e com os risos. Recebi ontem, à tarde, do nobre Líder Mário Covas, algo muito semelhante. Fui pedir o apoio a S.Exa. e ele disse-me depois de uma sonora gargalhada: “Quero vê-lo defender isso na frente dos seus amigos do ‘Centrão’”! Não estava inscrito e não queria falar, mas as colocações bem-humoradas – e as considero, Sr. Presidente, um pouquinho exagerado neste momento – que provocaram o riso desta Assembléia, me obrigaram a vir à tribuna defender uma emenda que considero da mais alta seriedade.

Suas origens, Sr. Presidente, remontam à época em que eu era médico-pediatra, há 10 ou 12 anos. Frequentemente deparava-me com uma mulher que, tendo acabado de dar à luz a um filho, e estando impossibilitada de assisti-lo, não podia ter ao seu lado o marido, o companheiro, o pai da criança que, naquele momento, era muito importante para a preservação, Srs. Constituintes, da família, que considero a célula mater da sociedade. (Muito bem!)

(...)

⁶⁴⁰ Também foram citados os constituintes José Genoíno, João Carlos Sabóia, José Paulo Bisol e Luís Salomão.

⁶⁴¹ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁶⁴² SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁶⁴³ SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020

⁶⁴⁴ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

Alguns meses depois, Olga, minha funcionária na Previdência Social, teve um filho e fui seu pediatra. Alguns minutos depois do parto tive de comunicar-lhe que seu filho tinha uma anomalia cardíaca incompatível com a vida.

Passei a mão no telefone e liguei para o emprego de seu marido e, quase chantageando, exigi a sua presença ao lado de Olga. A criança morreu alguns dias depois, mas me tornei amigo do casal, porque havia propiciado a Olga a presença do marido numa hora angustiante. Após esse fato, tornei-me advogado das mulheres que tinham dificuldades no parto e que necessitavam da presença de seus maridos.

Só sei o quanto é importante nesta hora para os demais filhos a presença daquele que junto com a mulher gerou um filho.

Confesso a V.Exas., com muita humildade, que tive vergonha de apresentar esta emenda na fase da Subcomissão, da Comissão e da Comissão de Sistematização. Mas Deus me ajudou num caso muito particular. No dia 14 de dezembro de 1987, quando nasceu minha filha Ana Sofia, para minha infelicidade, minha mulher esteve à beira da morte e depois passou 3 semanas imobilizada no leito por um acidente anestésico. Sr. Presidente, não havia no mundo naquele instante nenhuma Assembléia Nacional Constituinte, nenhum emprego, nenhum patrão, nenhuma força do mundo, nada que me tirasse do lado dela e dos meus filhos. (Palmas.) Por algumas semanas fui pai dedicado, amigo, aprendi a brincar, reaprendi a pintar, a cantar, a acompanhar meus filhos Guilherme Guerra, Pedro Guerra, Maria Pia, Ana Sofia e minha esposa. Mão na mão. Mão de marido, de pai, de companheiro, do homem responsável.

Sr. Presidente, minha emenda dispõe que a lei fixará as condições em que o homem possa ter direito a ficar 8 dias ao lado da sua esposa, dos seus filhos.

Recebo com humildade a chacota e as gargalhadas, mas quero que os senhores saibam que é uma emenda séria de quem viveu durante toda a sua vida esse problema. Não poderia deixar passar esta oportunidade da Assembléia Nacional Constituinte para impor uma vontade que, tenho certeza, é de todas as mulheres e de todos os homens com inteligência neste País. Obrigado. (Palmas.)

A Constituinte Cristina Tavares, única mulher a se pronunciar, assim discorreu⁶⁴⁵:

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB - PE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr" e Sr" Constituintes, confesso que a princípio temi pela emenda do Constituinte Alcenir Guerra, e quando me inscrevi para defendê-la receei que ela revelasse para o perigoso terreno do deboche. A mulher tem o filho e o homem, a licença. Mas senti, quando o Constituinte Alcenir Guerra fazia sua defesa, que a sensibilidade deste Plenário já aprovou esta emenda. (Palmas.) Senti um novo entendimento, essa nova fase da Constituinte. Os Constituintes presentes sabem que no momento em que a mulher tem seu filho a presença do marido, do companheiro, do pai é essencial nos primeiros dias do nascimento. Portanto, Sr. Presidente, fazer a defesa desta emenda não é mais necessário. Vamos ter uma votação maciça, e isto apenas engrandece este Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, se desculpou com Alcenir pelas manifestações que haviam afetado o proponente. No fim, 337 constituintes votaram a favor e 67 contra. Ao todo, foram 432 votos e 28 abstenções. Todas as mulheres constituintes, cujos votos estão registrados na ata, foram a favor da emenda⁶⁴⁶.

⁶⁴⁵ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

⁶⁴⁶ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

O presente inciso, então, teve seu primeiro aparecimento já na fase do plenário, no fim do 1º turno para o início do 2º, tendo o seguinte teor⁶⁴⁷:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XIX - licença-paternidade de oito dias, nos mesmos termos do inciso anterior, aos que preencham os requisitos fixados em lei;

Contra ele, foram propostas 23 emendas, dessas, duas de mulheres, sendo ambas da constituinte Benedita da Silva. Na primeira, Benedita propôs a supressão do dispositivo que determinava que alguns direitos, entre eles a licença paternidade, seriam disciplinados em lei própria para os trabalhadores rurais. Na segunda, propôs que fosse suprimido, no inciso XIX do art. 7º, a expressão "aos que preencha, os requisitos fixados em lei", para “conferir auto aplicabilidade a um instituto que pode ser apresentado como importante conquista dos trabalhadores obtida no processo de elaboração da nova Constituição Brasileira.”⁶⁴⁸.

A maioria das emendas, no entanto, foram no sentido da supressão deste inciso da licença paternidade do Texto da Constituição. Transcreve-se algumas das justificativas apresentadas pelos constituintes para essa retirada⁶⁴⁹:

A “Licença Paternidade” foi um tema bastante discutido à época dos trabalhos da Comissão de Sistematização e durante sua votação pela Assembleia Nacional Constituinte. Podemos constatar que sua aprovação foi, de certo modo, marcada pela emoção. Entretanto, um julgamento mais racional sobre a questão faz-se necessário devido às graves repercussões que um preceito constitucional dessa natureza representa. Entendemos ser ela descabida totalmente. Na realidade, ela foi colocada ao lado da licença maternidade que tem sua razão de ser pelas implicações que a gestação e a amamentação trazem consigo. Não que julguemos desnecessárias a participação do pai nos primeiros dias pós-parto, entretanto, não vemos porque conceder a licença. A mãe já conta com a assistência hospitalar, e no momento em que recebe alta do hospital, significa que está apta para desempenhar normalmente suas funções. Argumentam alguns que os primeiros dias são difíceis para ela, o que não negamos, mas também não implica necessariamente a presença do pai. Por outro lado, convenhamos, tal medida preconizada no nosso texto constitucional, viria causar sérios prejuízos tanto econômico-financeiros quanto organizacionais para os setores privado e público. O bom senso, que advém da experiência de todos nós, esta a nos indicar que a criação deste privilégio representa um desserviço não só à classe patronal como também à trabalhadora. Por isso, estamos sugerindo a supressão do

⁶⁴⁷ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁴⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁴⁹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

referido dispositivo por estarmos convencidos ser ele prejudicial ao bom encaminhamento das relações de trabalho que estamos preocupados em assegurar⁶⁵⁰.

Entendemos que a licença – paternidade somente deva ser concedida nos casos, decorrentes de complicações de saúde do cônjuge, resguardadas as prescrições do correspondente médico obstetra. Em lei ordinária cabe decidir sobre licença para tratamento de pessoa de família, desde que o lado médico assim o julgar importante, não só por casos obstétricos, mas também outros casos graves que afetem a saúde de companheiro (a) ou familiar⁶⁵¹.

A Constituição não pode descer a minúcias das leis trabalhistas. Esse é um assunto a ser tratado nas Consolidações das leis trabalhistas. A licença paternidade de oito dias irá onerar o empresário brasileiro, que já está sobrecarregado com excesso de tributos. A Constituinte não pode acorrentar a iniciativa privada. Essa licença poderá ser instituída futuramente, se o momento econômico convier⁶⁵².

É de todo necessário que se reconsidere aqui a questão do custo final de produtos e serviços. Oito dias de ausência ao trabalho representam um encarecimento irreprimível do produto ou do serviço. Não se discute o preço a pagar por alguma coisa, quando é absolutamente inevitável realizar uma proposta ou quando é de indiscutível justiça que ela seja concretizada. Não é este o caso da licença-paternidade. Seria necessário descobrir qual a necessidade que determinaria a presença do pai por oito dias em casa, ausente do trabalho, quando a mãe já possui a licença necessária e sem qualquer discussão⁶⁵³.

A licença-paternidade não tem precedente em nenhum País civilizado, sendo forma dissimulada de se ampliar as férias do trabalhador. Considerando-se a população economicamente ativa com direito ao benefício, estima-se que o País perderá vinte milhões de dias de trabalho por ano⁶⁵⁴.

Com avanços da medicina, o parto passou a ser uma ocorrência normal, não se justificando, portanto, a falta do pai do trabalho, em tais circunstâncias, o que iria onerar muito as empresas⁶⁵⁵.

Ao final, o parecer veio nesse sentido⁶⁵⁶:

O afastamento do trabalho sem prejuízo do salário, por um dia, no caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana, é direito já previsto em lei. Por outro lado, não nos parece necessário, na maioria dos casos, que o genitor se afaste durante oito dias, cabendo à lei prever as diferentes hipóteses e a duração que a licença paternidade deve ter em cada caso. Pelo exposto, entendemos que do inciso XIX do art. 7º. deve ter suprimido os termos "de oito dias", "mesmos" e "do inciso anterior, aos que preenchem os requisitos", mas não cabe a supressão "in totum"

No final o artigo teve o seguinte teor: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;”⁶⁵⁷.

⁶⁵⁰ JOÃO MENEZES (PFL/PA)

⁶⁵¹ RUY NEDEL (PMDB/RS)

⁶⁵² ROBERTO VITAL (PMDB/MG)

⁶⁵³ FRANCISCO CARNEIRO (PMDB/DF)

⁶⁵⁴ JONAS PINHEIRO (PFL/MT)

⁶⁵⁵ INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

⁶⁵⁶ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

10.7. Do Artigo 7º, XX

No quadro histórico deste inciso, não se apresenta nenhuma sugestão que poderia ter originado esse dispositivo. O presente inciso, então, teve seu primeiro aparecimento já na fase do plenário, no fim do 1º turno para o início do 2º, tendo o seguinte teor⁶⁵⁸:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XX - proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; [...]

O quadro histórico do dispositivo aponta a emenda 00645, da deputada Rita Camata, como a responsável pela criação desse inciso. Eis o teor, a justificativa e o parecer da citada emenda⁶⁵⁹:

Texto: Emenda Substitutiva Dispositivo Emendado: Artigo 7o. - item XVII Dê-se ao Artigo 7o. item XVII, a seguinte redação: "Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração mínima de cento e vinte dias, na forma da Lei, que assegurará ainda, incentivos específicos para proteção do mercado de trabalho da mulher."

Justificativa: Ao mesmo tempo que a norma protege a gestante e a criança, cria como Mandamento Constitucional, a determinação da Lei estabelecer mecanismos que impeçam efeitos perversos da proteção assegurada.

Parecer: A emenda em apreço visa a alterar o inciso XVII do artigo 7o., acrescentando a expressão "in fine" : "incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher". A autora pretende, desse modo, criar mecanismos que impeçam efeitos perversos da proteção assegurada. A proposta é procedente e deve ser acolhida.

Aprovado o dispositivo, nos termos acima citado, houveram 3 emendas buscando a expressão "proteção do trabalho da mulher" constante no inciso XX do art. 7º pela expressão "proteção do mercado de trabalho da mulher". Uma dessas emendas foi da deputada Lídice da Mata, que foi aprovada. Eis a justificativa da emenda⁶⁶⁰:

A redação do vencido, ao alterar a expressão "proteção do mercado de trabalho da mulher" pela expressão "proteção ao trabalho de mulher" alterou profundamente o sentido e o mérito da matéria aprovada. Trata-se de recuperar o verdadeiro sentido

⁶⁵⁷ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁵⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁵⁹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶⁰ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

desse dispositivo que visa proteger o mercado de trabalho da mulher e não apenas o trabalho da mulher.

Ao final, o dispositivo teve o seguinte teor: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;”⁶⁶¹.

10.8. Do Artigo 7º, XXV

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se 19 sugestões que poderiam ter originado esse dispositivo, dessas, uma veio de uma constituinte mulher, sendo da deputada Irma Passoni. O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos. O primeiro texto apresentado pelo relator foi⁶⁶²:

Art. 2º - A Constituição assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXI - garantia de assistência, pelo empregador, aos filhos e dependentes dos empregados, até 6 (seis) anos de idade, em creches e escolas maternas;

Após sofrer 10 emendas na fase das subcomissões, 26 na fase de comissões temáticas, 75 na comissão de sistematização e 7 no plenário, o teor final do dispositivo, após uma emenda de redação, foi⁶⁶³

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

Considerando as 119 emendas totais, 21 foram propostas por mulheres⁶⁶⁴. Após a promulgação da Constituição, esse inciso foi alterado por meio da Emenda Constitucional de número 53, de 2006.

⁶⁶¹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶² BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXV da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶³ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXV da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶⁴ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXV da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

10.9. Do Artigo 7º, XXX

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se 11 sugestões que poderiam ter originado esse dispositivo, dessas, uma veio de uma constituinte mulher, sendo da deputada Irma Passoni. O presente artigo teve sua origem na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos. O primeiro texto apresentado pelo relator foi⁶⁶⁵:

Art. 2º - A Constituição assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVIII - proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico do prestador, inclusive nos casos de substituição ou sucessão do trabalhador, bem como proibição de diferença de critérios de admissão e promoção, por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, militância sindical, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física, condição social ou outros motivos discriminatórios;

Após sofrer 7 emendas na fase da subcomissões, 5 na fase das comissões temáticas, 46 na comissão de sistematização e 6 no plenário, o teor final do dispositivo, após uma emenda de redação, foi⁶⁶⁶:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Considerando as 65 emendas totais, 14 foram propostas por mulheres⁶⁶⁷.

11.10. Do Artigo 7º, parágrafo único

No quadro histórico desse dispositivo, apresenta-se 13 sugestões que poderiam ter originado esse dispositivo, dessas, três vieram de uma constituinte mulher, sendo da deputada Irma Passoni, Abigail Feitosa e Benedita da Silva. O presente artigo teve sua origem na

⁶⁶⁵ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶⁶ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶⁷ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, XXX da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos. No anteprojeto do relator, previa-se a igualdade entre todos os trabalhadores, inclusive os domésticos⁶⁶⁸:

Após sofrer 3 emendas na fase da subcomissões, 25 nas comissões temáticas, 89 na comissão de sistematização e 4 no plenário, a redação final do dispositivo foi⁶⁶⁹

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXIV - aposentadoria;

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

A emenda que foi levada à votação foi de autoria da nobre Constituinte Benedita da Silva. A deputada, quando encaminhou a votação, afirmou que⁶⁷⁰:

Sr. Presidente, Sr" e Srs. Constituintes, aqui estou para defender uma emenda que foi fruto de um acordo. Quero deixar registrado que serei incansável na defesa dessa matéria, até que ela atenda na plenitude ao desejo dessas trabalhadoras. OUVImos, no dia 13 de maio de 1988, uma voz que ecoou na varanda do Paço e que permitiu a algumas mulheres saírem em busca dos seus trabalhos: as babás, as mães de leite, as cozinheiras, as arrumadeiras, essas constantes trabalhadoras que estão conosco em todos os momentos da nossa atuação no Congresso Constituinte. Essas trabalhadoras se expressam através da organização chamada Associação das Empregadas Domésticas, que teve presença marcante nesta Casa, sensibilizando os Srs. Constituintes. Trouxe

⁶⁶⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, parágrafo único Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁶⁹ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, parágrafo único Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020

⁶⁷⁰ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 1º de março de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/193anc01mar1988.pdf>> Acesso em 03.07.2020

para esta tribuna a defesa da emenda e, na ocasião, o Relator considerava que houvera um equívoco, ou melhor, um esquecimento, e não puderam constar da Comissão de Sistematização todos os direitos dessas trabalhadoras. Dizia-me naquela ocasião o Constituinte Almir Gabnel: "Se você não apresentar essa emenda, eu apresentarei, porque ela é importante e necessária. Mas, em respeito a toda essa luta, farei com que você a apresente e darei o meu apoio". E não foi apenas Almir Gabriel. Somaram-se as vontades dos Constituintes, daqueles que acreditaram na certeza de que essa emenda resgata não apenas o texto da Comissão de Sistematização, da maioria de nós deste Plenário Constituinte. Penso que esta é uma emenda simplesmente humana do ponto de vista da relação capital e trabalho, daqueles que estão nos prestando um grande serviço. E ela está muito aquém da proposta inicial, porque, neste momento, acaba de sofrer, no acordo, algumas restrições que quero registrar como ponto de negociação nesta Casa, para que não fosse prejudicada, apesar de o Relator ter dado parecer favorável Mas, tínhamos algumas razões para negociar, e foi o que fizemos. A questão da jornada de trabalho, por exemplo. As trabalhadoras domésticas não têm ainda regularizada a sua situação, no que diz respeito a esse assunto. Todos sabemos que é preciso estabelecer uma jornada-limite. Isso é a coisa mais natural no direito dos trabalhadores. Há outras questões pendentes, como a da remuneração por hora de trabalho extra, que não está contemplada, e a licença de 120 dias para gestante. São coisas naturais, independente da classe social. Pura e simplesmente devem fazer parte da vida de uma mulher, principalmente no caso da menos privilegiada, que é a trabalhadora doméstica. Espero que na lei ordinária possamos garantir esses direitos a essas trabalhadoras, porque tenho certeza de que este Plenário votará favoravelmente, não só pelo acordo, mas pela sensibilidade à emenda. Conto com o apoio de cada Constituinte, para que possamos, na medida do possível, garantir a essas trabalhadoras o direito que consideramos de fundamental importância para a nossa função social de mãe. Gostaria, também, de lembrar que o Relator discordou em várias ocasiões, mas neste momento quero registrar suas palavras: "As Razões alinhadas pela ilustre autora justificam plenamente o acolhimento da emenda pela aprovação". Srs. Constituintes, conto com o voto favorável de todos.

No final, de 370 votos, foram 361 votos a favor, 3 contrários e 6 abstenções. Todas as mulheres constituintes, cujos votos estão registrados na ata, foram a favor da emenda⁶⁷¹. Após a promulgação da Constituição, esse inciso foi alterado por meio da Emenda Constitucional de número 72, de 2013.

Tabela 84 - Artigo 7º

Constituinte	Número de Emendas ao Dispositivo						
	Artigo 7º, XII	Artigo 7º, XIX	Artigo 7º, XVIII	Artigo 7º, XX	Artigo 7º, XXV	Artigo 7º, XXX	Artigo 7º, § único
Abigail Feitosa	0	0	1	0	1	0	1
Anna Maria Rattes	0	0	3	0	3	0	4

⁶⁷¹ BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 1º de março de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/193anc01mar1988.pdf>> Acesso em 03.07.2020

Benedita da Silva	0	2	1	0	3	0	4
Bete Mendes	0	0	0	0	0	0	0
Beth Azize	0	0	0	0	0	0	0
Cristina Tavares	0	0	2	0	1	1	5
Dirce Tutu Quadros	1	0	1	0	1	1	1
Eunice Michiles	1	0	1	0	1	1	1
Irma Passoni	0	0	3	0	0	0	0
Lídice da Mata	0	0	0	1	2	0	1
Lúcia Braga	0	0	1	0	0	0	3
Lucia Vânia	1	0	2	0	1	1	2
Márcia Kubitschek	1	0	1	0	1	1	2
Maria de Lourdes Abadia	0	0	0	0	0	0	0
Maria Lúcia	1	0	1	0	1	1	1
Marluce Pinto	1	0	1	0	1	1	1
Moema São Thiago	0	0	3	0	2	1	3
Myriam Portella	0	0	0	0	0	0	0
Raquel Cândido	0	0	0	0	0	0	0
Raquel Capiberibe	0	0	1	0	0	1	1
Rita Camata	0	0	1	1	0	0	0
Rita Furtado	1	0	1	0	1	1	1
Rose de Freitas	0	0	1	0	0	0	2
Sadie Hauache	3	0	2	0	1	2	1
Sandra Cavalcanti	0	0	0	0	0	0	0
Wilma Maia	0	0	1	0	1	2	4
Total	10	2	28	2	21	14	38

Fonte: Elaboração própria

10.11. Balanço da Constituinte: O que não foi conquistado?

Apesar das grandes vitórias femininas, algumas reivindicações do movimento feminista não entraram no texto constitucional, como a não aprovação da aposentadoria das donas de casa o não reconhecimento de plenos direitos para as empregadas domésticas e a questão da legalização do aborto que se passa a detalhar.

O aborto não constou da Constituição Federal, restando o Código Penal como norma reguladora sobre o tema. Quanto à isso, houve a emenda popular de número 65, apresentada pelo Coletivo Feminista e Saúde, União de Mulheres de São Paulo e Grupo Saúde Nós Mulheres (RJ)⁶⁷². Houveram, também, emendas populares que requeriram a proibição da interrupção da gravidez., cita-se as emendas populares de número 11, 78 e 99, que previam, respectivamente os seguintes dispositivos⁶⁷³:

"Art. - A lei deve garantir a preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura"

"Art. - I - Proteção à Vida desde a sua concepção."

"Art Todo ser humano tem direito inalienável à vida que deve ser respeitada e protegida, desde o momento da concepção

(...)

É reconhecido aos pais de forma exclusiva o direito de deliberar sobre o número de filhos. de acordo com' a ordem moral, excluídos os recursos à contracepção. à esterilidade e ao aborto"

Ao pesquisar a indexação "aborto" na Base da Assembleia Nacional Constituinte no site do Senado Federal, encontra-se 97 emendas e 51 sugestões. Das 97 emendas, 16 foram de uma das constituintes mulheres e das 51 sugestões, 6 foram de uma das mulheres constituintes. As sugestões foram⁶⁷⁴:

Tabela 85 - Sugestões Aborto

AS CONSTITUINTES	SUGESTÕES
Abigail Feitosa	Sugere a legalização do aborto nos casos de má-formação grave do feto, distúrbios psíquicos e patológicos que importem risco à vida da mãe.
Benedita Da Silva	Sugere sejam garantidos ao menor os direitos à dignidade de cidadão, prestada assistência ao idoso, independentemente de contribuição previdenciária, assegurada igualdade entre os cônjuges, proibidos programas de controle da natalidade e discriminado o aborto.

⁶⁷² O teor da emenda 65 já foi transcrito nesta pesquisa quando da análise das emendas populares sobre direito das mulheres.

⁶⁷³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>> Acesso em: 25.06.2020

⁶⁷⁴ SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte. Aborto. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/search?keyword=aborto>>. Acesso em: 04.07.2020.

Cristina Tavares	Sugere norma dispondo sobre o aborto, conforme estabelece.
Eunice Michiles	Sugere que a constituição assegure o direito de aborto nos casos de estupro, gravidez de risco, fetos contaminados com o vírus da aids e má-formação fetal, de acordo com a lei.
Lídice Da Mata	Sugere que sejam assegurados à mulher direitos iguais ao do homem em todos os setores da vida econômica, política, social, cultural e familiar, e dá outras providências.
Rita Camata	Sugere que não se destine verba orçamentária à pesquisa ou à promoção do aborto em seres humanos.

Fonte: Elaboração própria

Apesar das sugestões nesse sentido, ao final, a própria bancada feminina optou por não tratar desse tema na Constituição diante da consciência de que haveria uma derrota na votação o que acarretaria em sua proibição expressamente prevista na Carta Magna e acabaria com qualquer possibilidade legal para interrupção da gravidez. Eleonora Menicucci, integrante do CNDM e, em 2012, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres no governo de Dilma Rousseff, contou em entrevista para o HuffPost Brasil que⁶⁷⁵: *“Tivemos que concordar. Naquele momento era melhor retirar para que se pudesse avançar nas questões mais macro. Essa foi a grande discussão”*. Também ao HuffPost, a ex-presidente do CNDM, Jacqueline Pitanguy lembra que⁶⁷⁶:

“Nós conhecíamos o Congresso como a palma da mão. Sabíamos que não havia possibilidade alguma de que aquele Congresso votasse pelo direito ao aborto. Então, o que nós fizemos? O CNDM tomou a decisão de que o aborto não era matéria constitucional. Por quê? Se a gente colocasse o aborto para ser votado, nós perderíamos. Aconteceria a derrota plena. Entraria a menção do direito à vida”,

Ao mesmo canal, a deputada Lídice da Mata afirmou que: *“Houve uma análise de que que perderíamos qualquer proposição de liberação do aborto, então optamos por manter os direitos já pré-estabelecidos, no caso de risco de vida e [gravidez provocada por] estupro”*, A advogada Iáris Ramalho, por sua vez, contou que⁶⁷⁷:

“Era barganha mesmo. Se você quiser isso, a gente não bota aquilo, principalmente [com] os evangélicos. Teve deputado que disse: ‘você quer que eu perca os votos da Igreja no meu estado?’. Ou ‘sou a favor do aborto para minha mulher, minha filha, se precisar, mas para botar na lei não’”.

⁶⁷⁵ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

⁶⁷⁶ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

⁶⁷⁷ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

A ex ministra Menicucci também afirmou que⁶⁷⁸: *“Estávamos saindo de ma ditadura e, sempre quando se sai dos processos autoritários, questões das mulheres passam a ser secundárias. É como se as nossas questões, as questões de gênero e de direitos das mulheres, não fossem questões da democracia.”*

A interrupção da Gravidez foi pauta principalmente na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e na da Família, do Menor e do Idoso. Também houveram discussões na Comissão de Sistematização⁶⁷⁹.

O relator da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, Eraldo Tinoco, não incluiu o tema do aborto em seu relatório por entender que: *“Alguns assuntos, como a questão do aborto, embora muito debatidos, levantaram dúvidas quanto à sua natureza constitucional”*. Já na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, o relator, Darcy Pozza propôs dispositivo que tipificava o crime de aborto previsto no Código Penal, afirmando ser *“punido com crime o aborto diretamente provocado”*⁶⁸⁰.

Apesar de não constar do texto final da Carta, Eleonora Menicucci afirma que a discussão sobre interrupção da gravidez na Constituinte deu visibilidade ao tema como uma pauta de direitos humanos e impactou a organização dos movimentos feministas. Afirmou que, desde então, *“todas as vezes em que se coloca a questão do aborto como PEC, ou para reduzir os direitos ou para avançar, as mulheres estão presentes”*⁶⁸¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)

Em entrevista, transmitida pela TV BRASIL, Lúcia Vânia contou como os maridos eram cobrados pelos votos das mulheres, mas afirmou que foi o primeiro momento que as mulheres tiveram para mostrar o compromisso delas com a agenda feminista. Em mesma entrevista, Rita Camata contou como as pessoas que não a conheciam acreditam que estava na constituinte *“só para desfilar”*. Myriam Portella, casada com o vice-governador do piauí, Lucídio Portella, conta que mudou seu voto em relação ao tempo de mandato para o presidente

⁶⁷⁸ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

⁶⁷⁹ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

⁶⁸⁰ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

⁶⁸¹ FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

Sarney de 4 para 5 anos como uma dedicação ao seu marido, ressaltou que ele nunca pediu, mas que sentiu que foi necessário⁶⁸².

Em colóquio realizado pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Especial da Mulher Do Senado Federal em 2018 acerca do tema “A Bancada do Batom e a Participação Feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 - 1988.” Benedita da Silva afirmou que⁶⁸³:

Antes de falar a respeito do que nós podemos considerar como avanço, é preciso levar em conta uma questão que foi criada no sentimento feminino, na Constituinte: a cumplicidade, sem a qual nós não poderíamos ter avançado.

(...)

A nossa cumplicidade fez com que nós agíssemos da seguinte forma - isto é importante ressaltar na Constituinte: os temas que eram bandeiras partidárias nós não discutíamos fora dos nossos partidos, para que a bancada feminina pudesse ter o mínimo de unidade, para que pudéssemos avançar.

(...)

Nós usamos de muitas estratégias e abordamos todos os assuntos. Não conseguimos 100% de vitória, mas lutamos por todos os temas, não só de política de gênero, mas também de relações de trabalho, sociais, de saúde e tudo o mais. Em todos esses temas, nós conseguimos garantir a nossa posição. Quem eu chamo de nós? Somos nós do Lobby do Batom (*riso*), as mulheres maravilhosas que estavam conosco. Nós éramos poucas, mas contávamos com um movimento feminista, um movimento feminino muito forte e muito ativista naquele momento, que nos deixou muito à vontade para fazermos as intervenções, inclusive de ordem partidária.

A capacidade dessas mulheres era tão grande que, para essa unificação, elas tinham o diálogo, de acordo com os limites das Parlamentares, para ajudá-las nas intervenções internas dos seus partidos. Isso foi fantástico!

No mesmo evento, Lídice da Mata lembrou que⁶⁸⁴:

No entanto, eu quero lembrar que, longe de representar um momento de unidade, o debate da Constituição foi um momento de disputa político-ideológica intensa e profunda, e as mulheres fizeram este debate e este enfrentamento político-ideológico. Na verdade, nós nunca fomos apenas 26 mulheres Constituintes; nós sempre fomos 26 mulheres Constituintes mais o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os movimentos sociais que estavam aqui na época, os movimentos feministas, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA e tantos outros, que vinham e participavam diretamente. Nós não conseguiríamos falar com todos os Constituintes,

⁶⁸² TV BRASIL. Constituição Cidadã 30 anos. Casais na Constituinte: histórias de amor e de divergência. 2018. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/constituicao-cidada-30-anos/2018/04/casais-na-constituente-historias-de-amor-e-de-divergencia>>. Acesso em 03.07.2020.

⁶⁸³ BRASIL. Câmara dos Deputados. DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. REUNIÃO Nº: 0026/18. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=07/03/2018&hrInicio=15:18:00&hrFim=17:38:00&origemDiscurso=&nmLocal=Ple%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0026/18&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:18&sgFaseSessao=&Data=07/03/2018&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:18&txEtapa=>>>

⁶⁸⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. REUNIÃO Nº: 0026/18. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=07/03/2018&hrInicio=15:18:00&hrFim=17:38:00&origemDiscurso=&nmLocal=Ple%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0026/18&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:18&sgFaseSessao=&Data=07/03/2018&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:18&txEtapa=>>>

não fosse através delas. Então, é um marco a presença aqui da Jacqueline e da Schuma, símbolo da ligação entre nós Constituintes e os milhares de mulheres Constituintes que nos acompanhavam no Brasil inteiro.

(...)

Aliás, não apenas na Constituinte, o movimento feminista no Brasil autoelaborou a sua política pública. Nós somos um movimento e criamos políticas públicas, como é o caso do Conselho Nacional, como é o caso das delegacias da mulher, como é o caso da Lei Maria da Penha. Nós elaboramos propostas e conseguimos, com a nossa mobilização, viabilizar ideias no Parlamento brasileiro. Não foi fácil.

Uma parte dos homens ajudou mesmo, outra parte engoliu, e até hoje é assim. Não há nenhuma unanimidade nas questões relativas às mulheres. O que há é um certo constrangimento de se colocar.

A ex-constituente, Rose de Freitas, afirmou no mesmo evento, que⁶⁸⁵:

O que eu reputo como uma das coisas mais importantes que foram escritas na Constituinte, na Constituição Brasileira? Primeiro, o direito da mulher que trabalhava na roça à titularidade da terra, porque ela estava trabalhando ao lado do marido, com seus filhos e, se ele morresse, ela era expulsa da terra. Ela não tinha direito a nada. A nada! Ela não era reconhecida como um ser produtor, como participante de uma família, com direitos.

E este foi o momento mais emocionante: lembro-me de uma mulher que atravessou o corredor de noite, com um lenço, com um pano branco amarrado na cabeça, com dois meninos e um rapaz muito alto, e dizia: *Eu quero contar a minha história*. Quando ela contou a sua história, a Abadia, a Moema, a Raquel e outras mulheres nos reunimos para escrever especificamente que a mulher tinha direito reconhecido à produção do trabalho e à titularidade da terra. Acho que esse foi o momento que marcou a luta da mulher, olhando para além das cidades, para além dos sindicatos, olhando para o trabalho da mulher compartilhado com a sua família.

No dia 08 de março de 2018, as mulheres constituintes receberam o prêmio Bertha Lutz, que já foi concedido a 84 mulheres, como Maria da Penha, Dilma Rousseff; a ex-ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a integrar e presidir o Supremo Tribunal Federal (STF). Como exceção a regra de agraciar cinco pessoas, em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal, o diploma foi concedido a todas as 26 deputadas eleitas em 1986⁶⁸⁶.

⁶⁸⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. REUNIÃO Nº: 0026/18. 2018. Disponível em: <[⁶⁸⁶ SENADO FEDERAL. AGÊNCIA SENADO. Diploma Bertha Lutz reconhece importância da bancada feminina na Constituinte. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/diploma-bertha-lutz-reconhece-importancia-da-bancada-feminina-na-constituente>>](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=07/03/2018&hrInicio=15:18:00&hrFim=17:38:00&origemDiscurso=&nmLocal=Ple n%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0026/18&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:18&sgFaseSessao=&Data=07/03/2018&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:18&txEtapa=>></p></div><div data-bbox=)

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Mulheres são mais votadas no Chile, mas lei as obriga a ceder lugares. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/mulheres-sao-mais-votadas-no-chile-mas-lei-obriga-ceder-lugares>>. Acesso em 30 de julho de 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>> Acesso em: 26.06.2020.

ALCOFF, Linda. Feminismo cultural vs. Post-estruturalismo: la crisis de identidade de la teoria feminista, in Revista Debats no 76, 2002, p. 1-26.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Relatório e Anteprojeto da subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-210.pdf>>. Acesso em: 20.06.2020

BOURDIEU, Pierre: Dominação Masculina, tradução Maria Helena KUHner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. A construção do artigo 5o da Constituição de 1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2013, p. 14-16. BRASIL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC>. Acesso em: 03.07.2020.

BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 19 de julho de 1987. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup98anc19jun1987.pdf#page=81>> Acesso em 03.07.2020

BRASIL. Diário da Assembléia Nacional Constituinte. 26 de fevereiro de 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/191anc26fev1988.pdf#page=37>> Acesso em 03.07.2020

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 07, da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse?rpp=80&offset=80&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=3%C2%BA&order=ASC> Acesso em: 03.07.2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. REUNIÃO Nº: 0026/18. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=07/03/2018&hrInicio=15:18:00&hrFim=17:38:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0026/18&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:18&sgFaseSessao=&Data=07/03/2018&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:18&txEtapa=>>>

BLAY, Eva Alterman. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. pp. 604-605

CAETANO, Ivone Ferreira. O Feminismo Brasileiro: Uma Análise a Partir das Três Ondas do Movimento Feminista e a Perspectiva da Interseccionalidade. Escola Da Magistratura. Rio de Janeiro 2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Constituinte de 1988. Documentos Avulsos. Vol. 258. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>> Acesso em: 25.06.2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Banco de Discursos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>> Acesso em: 02.08.2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Quem são os deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>> Acesso em: 02.08.2021.

CARDOSO, RODRIGO MENDES. A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Puc-Rio. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32497/32497.PDF>>

CAZARRÉ, Marieta. Senado chileno aprova paridade de gênero no processo constituinte. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/senado-chileno-aprova-paridade-de-genero-no-processo-constituente>> Acesso em 12.05.2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Abigail Feitosa. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Ana Maria Rattes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-maria-martins-scorzelli-rattes>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-abigail-freitas-feitosa>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Benedita da Silva. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Bete Mendes. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elisabete-mendes-de-oliveira>>

Acesso em 30.05.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Beth Azize. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/elizabeth-azize>> Acesso em 30.05.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Cristina Tavares. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-cristina-de-lima-tavares-correia>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dirce Tutu Quadros. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível

em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Eunice Michiles. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eunice-mafalda-michiles>> Acesso em: 04.03.2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Irma Passoni. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irma-rosseto-passoni>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lídice da Mata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidice-da-mata-e-sousa>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Braga. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonia-lucia-navarro-braga>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Lúcia Vânia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucia-vania-abrao-da-costa>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Márcia Kubitschek. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcia-de-oliveira-kubitschek>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria de Lourde Abadia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-de-lourdes-abadia-bastos>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Maria Lúcia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Marluce Pinto. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinto-marluce>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Moema São Thiago. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível

em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Myrian Portela. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miriam-nogueira-portela-nunes>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Cândido. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-candido-e-silva>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Raquel Capiberibe. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raquel-capiberibe-da-silva>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Camata. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-de-cassia-paste-camata>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rita Furtado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Rose de Freitas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosilda-de-freitas>> Acesso em: 04.03.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sadie Hauache. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sadie-rodriques-hauache>> Acesso em: 20.05.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Sandra Cavalcanti. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>> Acesso em: 20.05.2020

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Wilma Maia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>> Acesso em: 20.05.2020

COELHO, JOÃO GILBERTO LUCAS. Processo Constituinte, Audiências Públicas e o nascimento de uma nova ordem in CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna. Brasília. 2009.

CONGRESSO EM FOCO. Chile aprova nova constituinte por ampla maioria. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/mundo-cat/chile-aprova-nova-constituente/>> acesso em: 12 de maio de 2021.

COORDENAÇÃO DE HISTÓRICO DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Mulheres

Constituintes de 1988: Mulher constituinte: Discursos destacados. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>> Acesso: 30.05.2020

COSTA, Ana Alice Alcantara, O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero. Niterói, 2005.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 27 de março de 1987, Pag. 927. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/035anc27mar1987.pdf#page=22>>. Acesso em 20.06.2020

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 2 de junho de 1987, Pag. 1837. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02JUN1987.pdf#page=13>>. Acesso em 20.06.2020

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 21 de setembro de 1988, Pag. 351. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21SET1988.pdf#page=67>>. Acesso em 20.06.2020

DINIZ, Debora. Feminismo: modos de ver e mover-se. In: O que é feminismo? Coleção Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Editora Escolar, 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172. 2003.

FERNANDES, MARCELLA. MARTINELLI, ANDRÉA. Por que o direito ao aborto legal ficou de fora da Constituição de 1988. HUFFPOST. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/aborto-constituente_br_5d8ba2ece4b01c02ca627cf1?guccounter=1>. Acesso em: 05.07.2020

FIALHO, Letícia. Intelectual e feminista: Lélia Gonzalez, a mulher que revolucionou o movimento negro. São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/intelectual-e-feminista-lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro/>>

FINEMAN, Martha Albertson. Feminist Legal Theory. American University Journal of Gender, Social Policy & the Law. vol.13, n.1, 2005, p. 13-23.

FOLHA DE SÃO PAULO. Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/02/367001-direito-de-voto-feminino-completa-76-anos-no-brasil-saiba-mais-sobre-essa-conquista.shtml>>. Acesso em: 26.06.2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Wilson Braga, ex-governador da Paraíba, morre vítima da Covid-19. 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/wilson-braga-ex-governador-da-paraiba-morre-vitima-da-covid-19.shtml>>. Acesso em: 22.06.2020.

FOLHA PIAUÍ. Morre em Teresina a ex-primeira dama do Estado Myriam Portela. 2020. Disponível em: <<https://folhapiauui.com.br/2020/04/07/morre-em-teresina-a-ex-primeira-dama-myriam-portela/>> Acesso em: 22.06.2020.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. 2014. Disponível em: <<https://www.paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/533-4654-1-PB.pdf>>

GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo - São Paulo : Claridade, 2011

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da transmissão intergeracional no feminismo brasileiro, in Cadernos Pagu (36), janeiro/junho, 2011, p. 25-46.

HABERLE, Peter. La constitución como cultura, In Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional, n. 06. Madrid:Centro de Estudios Politicos y Constitucionales, 2002, p. 177-198.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.

INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP), Quem é Maria da Penha?, disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>

JORNAL NEXO. Voto feminino: um direito que conquistou o mundo em 122 anos.(2m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rrQ2a2p7Xo>>. Acesso em 19 de julho de 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. As sufragettes e a luta pelo voto feminino. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma Política Pós-identitária para a Educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001.

MACKINNON, Catharine A. Feminism unmodified: discourses on life and law. Cambridge, Harvard University Press,1987.

MARQUES, DANUSA; LIMA, BRUNO. Estranhas no Ninho: uma análise comparativa da atuação parlamentar de homens e mulheres na câmara dos deputados. Disponível em:

<<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/marques-e-teixeira-paper-alacip-2015.pdf>> Acesso em 12 de agosto de 2019.

MARQUES, Teresa Cristina De Novaes. Voto Feminino no Brasil. Brasília.2019.

MARTINI, Júlia Lewgoy; PUHL, Paula Regina. Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.

MDB MULHER NACIONAL. Mulheres são maioria em apenas dois dos 35 partidos brasileiros.2018. Disponível em: <http://mdbmulher.org.br/mulheres-no-poder/mulheres-sao-maioria-em-apenas-dois-dos-35-partidos-brasileiros/>>

MDB MULHER NACIONAL. Mulheres comandarão metade dos governos estaduais apenas em 2065 aponta estudo. 2018. Disponível em: <<http://mdbmulher.org.br/mulheres-na-midia/mulheres-comandarao-metade-dos-governos-estaduais-apenas-em-2065-aponta-estudo/>>. Acesso em: 26.06.2020

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/declar_dir_mulher.pdf> Acesso em 06 de agosto de 2019.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf> Acesso em: 20.05.2020

MOREIRA, Daniele Fernanda Feliz. Simone de Beauvoir. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/simone-de-beauvoir/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2019

MORIN, Tânia Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. Universidade de São Paulo, 2009.

O GLOBO. Morre Tutu Quadros, filha do ex-presidente Jânio Quadros. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/morre-tutu-quadros-filha-do-ex-presidente-janio-quadros-13755757>>

OPINIÃO & NOTÍCIA. O primeiro voto feminino. 2011. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/brasil/politica/o-primeiro-voto-feminino/>>. Acesso em: 08.07.2020.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SÃO PAULO. Silvia Pimentel fala das lutas para vencer os preconceitos e discriminações contra a mulher. 2017. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2017/10/silvia-pimentel-fala-das-lutas-para-vencer-os-preconceitos-e-discriminacoes-contra-a-mulher-2>>. Acesso em: 29.06.2020

PAIVA, Vitor. A vida e a luta de Angela Davis, desde os anos 1960 até o discurso na Marcha das Mulheres nos EUA. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2017/01/a-vida-e-a-luta-de-angela-davis/>>. Acesso em: 16.07.2019.

PETER DA SILVA, CHRISTINE OLIVEIRA; GOMIDE, Carolina Freitas . Constitucionalistas Constituintes: uma agenda para o Brasil. In: Christine Peter da Silva; Estefânia Maria de Queiroz Barboza; Melina Girardi Fachin. (Org.). Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero. 1ed.Salvador-BA: Editora JusPodium, 2020, v. 1, p. 17-55.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODA VIVA, Dirce Tutu Quadros, 1988. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/590/entrevistados/dirce_tutu_quadros_1988.htm> Acesso em: 20.06.2020

SÁ, Ana Paula Suitsu de. A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras, in Revista Âmbito Jurídico, 01.11.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/a-questao-da-igualdade-de-genero-nas-constituicoes-brasileiras/> Acessado em 25.10.2019

SANTOS, Tânia Maria. A mulher nas Constituições brasileiras. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20-%20Final%20tania.pdf> Acessado em 25.10.2019, p. 3.

SARDINHA, EDSON. Todas as deputadas federais da história do país ocupariam apenas meio plenário da Câmara. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/reunidas-todas-as-deputadas-federais-da-historia-do-pais-ocupariam-apenas-meio-plenario/>>. Acesso em: 26.06.2020

SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, E-legis, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31144>>. Acesso em 26.06.2020.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. Revista Thema. Rio Grande do Sul. v. 9, n. 2. 2012.

SENADO FEDERAL. AGÊNCIA SENADO. Diploma Bertha Lutz reconhece importância da bancada feminina na Constituinte. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/diploma-bertha-lutz-reconhece-importancia-da-bancada-feminina-na-constituente>>

SENADO FEDERAL. Bases Históricas. Sugestões da população para a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/](http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>)>

SENADO FEDERAL, Base da Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em: <<https://www6g.senado.gov.br/apem/search>> Acesso em: 02.08.2021

SENADO FEDERAL. Senadores. Lúcia Vânia. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/643>> Acesso em 22.06.2020

SILVA, Christine Oliveira Peter da. Constitucionalismo Feminista ressoa no Supremo Tribunal Federal. Brasília. Brasília. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-dez-29/observatorio-constitucional-constitucionalismo-feminista-ressoa-supremo-tribunal-federal>>

SILVA, Christine Oliveira Peter da; e GUINDANI, Talita Ferreira. Os Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituição de 1988. In SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia de Queiroz e FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo Feminista. Editora Juspodivm. 309-335. 2019.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. Por uma teoria feminina da Constituição, in LEITE, George S; NOVELINO, Marcelo; ROCHA, Lilian Rose Lemos. Liberdade e Fraternidade ±a contribuição de Ayres Britto para o Direito. Salvador: Juspodium, 2017, p. 655-677;

SILVA, SALETE MARIA DA. A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Salvador. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7298/1/TESE%20vers%c3%a3o%20para%20PDF%20.pdf>. Acesso em: 29.06.2020.

SOUZA, Marcius F. B. de. A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>> Acesso em: 04.03.2020.

SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na construção de um Parlamento Democrático. E-legis, Brasília, n. 5, p. 79-94, 2º semestre 2010, ISSN 2175.0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/41/57>>. Acesso em 05.07.2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições no Brasil: Uma História de 500 anos. Brasília. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano. 2013. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto da Mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>

TV BRASIL. Constituição Cidadã 30 anos. Casais na Constituinte: histórias de amor e de divergência. 2018. Disponível em: <<https://tvbrasil.etc.com.br/constituicao-cidada-30-anos/2018/04/casais-na-constituente-historias-de-amor-e-de-divergencia>>. Acesso em 03.07.2020.

TV SENADO. A Constituinte mudou a vida das mulheres, explica Lídice da Mata. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/testemunha-da-historia/2018/11/a-constituente-mudou-a-vida-das-mulheres-explica-lidice-da-mata>>. Acesso em: 21.06.2020.

ABIGAIL FEITOSA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: TAUÉ (CE)

PROFISSÃO: MÉDICA

DATA DE NASCIMENTO: 17/04/1933

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: 14/08/1991

ESTADO QUE REPRESENTOU: BAHIA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Deputada Estadual, BA, PMDB, 1983 a 1987.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social: Suplente.
- Comissão de Sistematização: Titular.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 134

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 20

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 166

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 15

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

ANNA MARIA RATTES

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: RIO DE JANEIRO

PROFISSÃO: ADVOGADA

DATA DE NASCIMENTO: 16/06/1939

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: RIO DE JANEIRO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- 1 Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Segunda-Vice-Presidente.
2. Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Titular.
3. Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 69

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 8

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 468

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 70

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

BENEDITA DA SILVA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: RIO DE JANEIRO

PROFISSÃO: PROFESSORA; AUXILIAR DE ENFERMAGEM;
ASSISTENTE SOCIAL

DATA DE NASCIMENTO: 26/04/1942

PARTIDO: PT

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: RIO DE JANEIRO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Vereadora, Rio de Janeiro, RJ, PT, 1983 a 1986;

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal - 1991-1995, RJ, PT ,
2. Senadora, RJ, Partido: PT, 1995 a 1998.
3. Vice-Governadora, RJ, Partido: PT, 1999 a 2002.
4. Governadora, RJ, Partido: PT, 2002 a 2002.
5. Deputada Federal - 2011-2015, RJ, PT
6. Deputada Federal - 2015-2019, RJ, PT
7. Deputada Federal - 2019-2023, RJ, PT

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- 1 Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias Homem e Mulher: Suplente;
2. Subcomissão dos Negros, População Indígena, Deficientes e Minorias: Titular;
3. Comissão da Ordem Social: Titular;
4. Mesa da Assembleia Constituinte: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 125

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 18

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS NEGROS, POPULAÇÕES INDÍGENAS,
PESSOAS DEFICIENTES E MINORIAS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 92

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 15

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

BETH AZIZE

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: MANCAPARU (AM) **PROFISSÃO:** JORNALISTA, ADVOGADA, PROFESSORA

DATA DE NASCIMENTO: 01/01/1940 **PARTIDO:** PSB

DATA DE FALECIMENTO: ----- **ESTADO QUE REPRESENTOU:** AMAZONAS

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

1. Vereadora, AM, Partido: MDB, 1977 a 1978;
2. Deputada Estadual, AM, MDB, 1979 a 1983;
3. Deputada Estadual, AM, PMDB, 1983 a 1987.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Deputado(a) Federal - 1991-1995, AM, PDT

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social: Titular;
2. Comissão de Sistematização: Suplente, 1987-1988.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 85

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 9

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 43

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 10

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

CRISTINA TAVARES

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: GARANHUNS (PE)

PROFISSÃO: JORNALISTA

DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1934

PARTIDO: PMDB/PSDB

DATA DE FALECIMENTO: 23/02/1992

ESTADO QUE REPRESENTOU: PERNAMBUCO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal - 1979-1983, PE, MDB
2. Deputada Federal - 1983-1987, PE, PMDB.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Comissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Suplente.
2. Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Relatora.
3. Comissão de Sistematização: Titular.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 105

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 44

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 227

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 45

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

DIRCE TUTU QUADROS

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: SÃO PAULO (SP)

PROFISSÃO: ASSESSORA E BIÓLOGA

DATA DE NASCIMENTO: 28/12/1943

PARTIDO: PSC

DATA DE FALECIMENTO: 28/08/2014

ESTADO QUE REPRESENTOU: SÃO PAULO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais: Titular.
2. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Titular.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 147

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: NENHUMA SUGESTÃO

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: NENHUMA SUGESTÃO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 56

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 5

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

EUNICE MICHILES

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: SÃO PAULO (SP)

PROFISSÃO: SERVIDORA PÚBLICA, PROFESSORA E COMERCIÁRIA

DATA DE NASCIMENTO: 10/07/1929

PARTIDO: PFL

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: AMAZONAS

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

1. Deputada Estadual, AM, ARENA, 1975 a 1979;
2. Senador(a) , AM, Partido: PDS, 1979 a 1987.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Titular
2. Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Suplente

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 7

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 45

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DA FAMÍLIA, DO MENOR E DO IDOSO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 193

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 23

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

IRMA PASSONI

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CONCÓRDIA (SC)

PROFISSÃO: PROFESSORA E PEDAGOGA

DATA DE NASCIMENTO: 05/04/1943

PARTIDO: PT

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: SÃO PAULO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

1. Deputada Estadual , SP, MDB, 1979 a 1983.
2. Deputada Federal - 1983-1987, SP, PT

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1991-1995, SP, PT

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica: Membro.
2. Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 173

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 12

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DA FAMÍLIA, DO MENOR E DO IDOSO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 226

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 17

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

LÍDICE DA MATA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CACHOEIRA (BA)

PROFISSÃO: ECONOMISTA

DATA DE NASCIMENTO: 12/03/1956

PARTIDO: PCdoB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: BAHIA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Vereadora, Salvador , BA, PMDB, 1983 a 1987;

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Prefeita, Salvador , BA, PSDB, 1993 a 1996;
2. Deputada Estadual , BA, PSB: 1999 a 2003;
3. Deputada Estadual , BA, PSB, 2003 a 2007;
4. Deputada Federal, 2007-2011, BA, PSB;
5. Senadora, BA, PSB, 2011 a 2019;
6. Deputada Federal - 2019-2023, BA, PSB.

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos: Titular;
2. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Titular;
3. Comissão de Sistematização: Suplente;

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 91

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 4

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 196

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 20

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

LÚCIA BRAGA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: JOÃO PESSOA (PB)

PROFISSÃO: ASSISTENTE SOCIAL

DATA DE NASCIMENTO: 13/12/1934

PARTIDO: PFL

DATA DE FALECIMENTO: 08/05/2020

ESTADO QUE REPRESENTOU: PARAÍBA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal - 1991-1995, PB, PDT
2. Deputada Estadual - 1999-2003, PB, PSL
3. Deputada Federal - 2003-2007, PB, PSD

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Primeira-Vice-Presidente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 36

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 13

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES:

1. SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS, PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS
2. SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 117

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 8

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

LÚCIA VÂNIA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CUMARÍ (GO)

PROFISSÃO: JORNALISTA

DATA DE NASCIMENTO: 15/10/1944

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: GOIÁS

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal - 1991-1995, GO, PMDB
2. Deputada Federal - 1999-2003, GO, PSDB
3. Senadora, 2003 - 2019, GO, PSDB,

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Titular;
2. Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 8

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 3

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES:

1. SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS
2. SUBCOMISSÃO DOS ESTADOS
3. SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 143

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 16

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MÁRCIA KUBITSCHEK

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: BELO HORIZONTE **PROFISSÃO:** JORNALISTA
DATA DE NASCIMENTO: 22/10/1943 **PARTIDO:** PMDB
DATA DE FALECIMENTO: 05/08/2000 **ESTADO QUE REPRESENTOU:** DISTRITO FEDERAL

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Vice-governadora, 1991 - 1995, DF, PMDB.

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Titular.
2. Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 5

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 8

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES:

1. SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS, PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS
2. SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 44

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 7

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MARIA DE LOURDES ABADIA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: BELA VISTA (GO)

PROFISSÃO: PROFESSORA, ASSISTENTE SOCIAL,
CONSULTORA

DATA DE NASCIMENTO: 14/08/1944

PARTIDO: PFL/PSDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: DISTRITO FEDERAL

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Administradora de Ceilândia, DF, 1975 - 1985

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal, 1999-2002, DF, PSDB
2. Deputada Distrital, PSDB, 1991 a 1994.
3. Vice-governadora, DF, 2003-2006
4. Governadora, DF, 2006-2007.

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social: Segunda Vice-Presidente;
2. Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 32

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 14

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 70

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 9

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

MARIA LÚCIA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: JOÃO PESSOA (PB)

PROFISSÃO: PROFESSORA

DATA DE NASCIMENTO: 17/04/1935

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: ACRE

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1967-1969, AC, MDB

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso: Titular;
2. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 2

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 6

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES:

1. SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2. SUBCOMISSÃO DA FAMÍLIA, DO MENOR E DO IDOSO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 11

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 1

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

MARLUCE PINTO

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: JAGUARUANA (CE) **PROFISSÃO:** EMPRESÁRIA
DATA DE NASCIMENTO: 13/06/1938 **PARTIDO:** PTB
DATA DE FALECIMENTO: ----- **ESTADO QUE REPRESENTOU:** RORAIMA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Senadora, RR, PTB, 1991 a 1994.
2. Senadora, RR, PTB, 1995 a 2003.

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado: Titular
2. Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 6

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: NENHUMA SUGESTÃO

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: NENHUMA SUGESTÃO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 53

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 8

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MOEMA SÃO THIAGO

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: FORMIGA (MG)

PROFISSÃO: ADVOGADA

DATA DE NASCIMENTO: 03/04/1948

PARTIDO: PDT

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: CEARÁ

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Titular.
2. Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 61

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 26

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 98

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 13

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MYRIAM PORTELLA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: RIO DE JANEIRO (RJ) **PROFISSÃO:** ADVOGADA, SERVIDORA PÚBLICA

DATA DE NASCIMENTO: 15/12/1932

PARTIDO: PDS/PSDB

DATA DE FALECIMENTO: 07/04/2020

ESTADO QUE REPRESENTOU: PIAUÍ

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- 1 Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica: Titular;
2. Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 19

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 31

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 175

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 16

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

RAQUEL CÂNDIDO

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: GUAJARÁ-MIRIM (RO) **PROFISSÃO:** PROFISSIONAL TÉCNICA; COMERCIÁRIA

DATA DE NASCIMENTO: 17/06/1951

PARTIDO: PFL

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: RONDÔNIA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Vereadora, RO, Partido: PMDB, 1983 a 1987.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1991-1994, RO, PDT.

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade o Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica: Titular.
2. Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, da Comissão da Ordem Social: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 70

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 10

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS, INTERVENÇÃO DO ESTADO, REGIME DA PROPRIEDADE DO SUBSOLO E DA ATIVIDADE ECONÔMICA

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 75

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 9

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

RAQUEL CAPIBERIBE

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: AFUÁ (PA)

PROFISSÃO: PEDAGOGA

DATA DE NASCIMENTO: 14/12/1939

PARTIDO: PSB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: AMAPÁ

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Vice-Prefeita , AP, PMDB, 1986.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1995-1999, AP, PSB

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- 1.Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social: Suplente;
2. Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica: Titular,

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 50

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 12

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DE DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 133

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 6

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

RITA CAMATA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CONCEIÇÃO DO
CASTELO (ES)

PROFISSÃO: JORNALISTA

DATA DE NASCIMENTO: 01/01/1961

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: ESPÍRITO SANTO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal - 1991-1995, ES, PMDB
2. Deputada Federal - 1995-1999, ES, PMDB
3. Deputada Federal - 1999-2003, ES, PMDB
4. Deputada Federal - 2007-2011, ES, PMDB

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Titular;
2. Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais: Suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 21

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 71

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 218

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 34

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

RITA FURTADO

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CAMPOS (RJ)

PROFISSÃO: COMUNICADORA PROFESSORA

DATA DE NASCIMENTO: 06/02/1945

PARTIDO: PFL

DATA DE FALECIMENTO: 26/08/2011

ESTADO QUE REPRESENTOU: RONDÔNIA

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1983-1987, RO, PDS

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

- Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Suplente.
- Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Titular,

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 26

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 17

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 66

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 9

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

ROSE DE FREITAS

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: CARATINGA (MG)

PROFISSÃO: COMUNICADORA; DESENHISTA; PROFESSORA;
JORNALISTA; AGRIMENSORA; AGRICULTORA

DATA DE NASCIMENTO: 23/01/1949

PARTIDO: PMDB

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: ESPIRITO SANTO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

Deputada Estadual, ES, PMDB, 1983 a 1987

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Deputada Federal, 1991-1995, ES, PSDB.
2. Deputada Federal - 2003-2007, ES, PSDB
3. Deputada Federal - 2007-2011, ES, PMDB
4. Deputada Federal - 2011-2015, ES, PMDB
5. Senadora - 2015- 2023, ES, PODE

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Comissão de Sistematização: Suplente;
2. Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: Titular.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 33

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 22

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DA FAMÍLIA, DO MENOR E DO IDOSO

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 87

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 5

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

SADIE HAUACHE

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: ITACOATIARA (AM) **PROFISSÃO:** JORNALISTA E EMPRESÁRIA

DATA DE NASCIMENTO: 01/02/1932 **PARTIDO:** PFL

DATA DE FALECIMENTO: ----- **ESTADO QUE REPRESENTOU:** AMAZONAS

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Titular.
2. Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 11

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 13

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DE DEFESA DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DE SUA SEGURANÇA

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 132

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 24

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

SANDRA CAVALCANTI

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: BELÉM (PA)

PROFISSÃO: PROFESSORA

DATA DE NASCIMENTO: 30/08/1925

PARTIDO: PFL

DATA DE FALECIMENTO: -----

ESTADO QUE REPRESENTOU: RIO DE JANEIRO

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

1. Vereadora, RJ, UDN, 1954 a 1958;
2. Deputada da Guanabara, UDN, 1960 a 1962
3. Deputada Estadual, RJ, : ARENA, : 1975 a 1979.

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

Deputada Federal - 1991-1995, RJ, PFL

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Suplente.
2. Comissão de Sistematização: Titular, 1987-1988.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 68

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 23

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES: SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 213

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 38

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

WILMA MAIA

Assembleia Nacional Constituinte
1987-1988



LOCAL DE NASCIMENTO: MOSSORÓ (RN)

PROFISSÃO: PROFESSORA

DATA DE NASCIMENTO: 17/02/1945

PARTIDO: PDS

DATA DE FALECIMENTO: 15/06/2017

ESTADO QUE REPRESENTOU: RIO GRANDE DO NORTE

ATIVIDADE POLÍTICA ANTES DA CONSTITUINTE

NÃO

ATIVIDADE POLÍTICA DEPOIS DA CONSTITUINTE

1. Prefeita, Natal, RN, 1989 a 1993;
2. Prefeita, Natal, RN, 1997 a 2001;
3. Prefeita, Natal, RN, 2001 a 2002
4. Governadora, RN, 2002 a 2006
5. Governadora, RN, 2006 a 2010
6. Vice- Prefeita, Natal, RN, 2012 a 2016;
7. Vereadora, Natal, RN, 2016 a 2020

ATIVIDADE PARLAMENTAR DURANTE A CONSTITUINTE:

1. Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social: Titular.
2. Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Suplente.

NÚMERO TOTAL DE DISCURSOS: 44

NÚMERO TOTAL DE SUGESTÕES: 6

MAIOR QUANTIDADE DE DESPACHO DE SUGESTÕES:

1. SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS
2. SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS: 82

NÚMERO TOTAL DE EMENDAS APROVADAS: 14

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

MAIOR QUANTIDADE DE EMENDAS APROVADAS: COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO